



DIAGNÓSTICO SOCIAL 2024

CONCELHO DE ODIVELAS



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL



Informação sobre o documento:

Promoção	Câmara Municipal de Odivelas
Autoria	SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação
Referência do projeto	PR-05682
Designação do entregável	R02. Diagnóstico Social 2024
Referência do ficheiro	SPI_Odivelas_R02_DS_2024
N.º de páginas	212
Data	Janeiro 2025

ÍNDICE

1. Introdução	14
1.1. Enquadramento e objetivos gerais	14
1.2. Apresentação do documento	15
1.3. Enquadramento estratégico de âmbito social	18
1.3.1. Políticas públicas de macroescala	18
1.3.2. Políticas públicas locais	25
2. Contexto territorial e dinâmicas demográficas e socioeconómicas	30
2.1. Enquadramento territorial	30
2.2. Demografia	35
2.2.1. Tendências gerais: população e famílias	35
2.2.2. População estrangeira	41
2.3. Educação e Socioeconomia	46
2.3.1. Educação e formação	46
2.3.2. Dinâmicas económicas e emprego	55
2.3.3. Níveis de rendimento	60
2.4. Habitação	72
2.4.1. Contexto habitacional no concelho	72
2.4.2. Acesso à habitação	75
2.4.3. Situações críticas: pessoas e territórios	78
2.4.4. Parque habitacional de promoção pública	82
2.5. Saúde e bem-estar	88
2.5.1. Aspetos gerais	88
2.5.2. Recursos e serviços de saúde	89
2.6. Acompanhamento a grupos específicos	100
2.6.1. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	100
2.6.2. Crianças e jovens em perigo	102
2.6.3. Criminalidade e violência doméstica	104
2.6.4. Pessoas em situação de sem-abrigo	111
2.6.5. Discriminação e igualdade de oportunidades	113
3. Equipamentos e respostas sociais	122
3.1. Infância e juventude	122
3.1.1. Crianças e jovens	122
3.1.2. Crianças e jovens com deficiência	131
3.1.3. Crianças e jovens em situação de perigo	132
3.2. População adulta	135
3.2.1. Pessoas idosas	135

3.2.2.	Pessoas com deficiência	143
3.2.3.	Pessoas em situação de dependência.....	149
3.2.4.	Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	149
3.2.5.	Pessoas em situação de sem-abrigo	150
3.3.	Comunidade e família	151
3.3.1.	Família e comunidade em geral.....	151
3.3.2.	Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias.....	161
3.3.3.	Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências	162
3.3.4.	Pessoas vítimas de violência doméstica	163
4.	Problemas e vulnerabilidades sociais.....	168
4.1.	Perceções das fragilidades sociais: diagnóstico temático	168
4.2.	Perceções das fragilidades sociais: diagnóstico territorial	174
4.3.	Desafios futuros para o desenvolvimento social do Concelho	178
Anexos		183
Anexo I.	Composição do CLASO	183
Anexo II.	Entidades Parceiras do SAAS - Concelho de Odivelas	187
Anexo III.	Lista das tipologias de respostas sociais por grupo-alvo recenseadas na Carta Social	188
Anexo IV.	Listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais por grupo-alvo	190

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Etapas metodológicas	16
Figura 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	18
Figura 3. Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais	20
Figura 4. Objetivos de Política de Coesão da UE	21
Figura 5. Estrutura do PRR	23
Figura 6. Enquadramento regional na Região de Lisboa	30
Figura 7. Enquadramento local: freguesias e principais infraestruturas de transporte	31
Figura 8. População residente no concelho de Odivelas, desde o início do século XX	35
Figura 9. Distribuição e evolução da população e famílias, entre 2011 e 2021, por freguesias	36
Figura 10. População residente no Concelho de Odivelas, segundo Grupos Etários	37
Figura 11. Variação entre 2011-2021 da população residente do concelho de Odivelas, por grande grupo etário	38
Figura 12. Estrutura etária, índice de envelhecimento e taxas de crescimento da população no concelho de Odivelas	39
Figura 13. Dimensão dos agregados domésticos privados residentes no concelho de Odivelas, proporção de agregados unipessoais com mais de 65 anos e núcleos familiares	40
Figura 14. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) em Odivelas	41
Figura 15. Evolução das Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade da População do Concelho de Odivelas 2002-2023 (‰).....	41
Figura 16. População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Odivelas, entre 2008 e 2022.....	43
Figura 17. População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Odivelas, em 2022, por género (Esquerda) e Nados-vivos com residência no concelho e nacionalidade da mãe (Direita)	44
Figura 18. População residente segundo o nível de escolaridade, em 2021	46
Figura 19. População residente com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade mais elevado completo em 2021.....	47
Figura 20. Estabelecimentos de ensino público no concelho de Odivelas	48
Figura 21. Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odivelas (no final do ano letivo), por nível de ensino (Nº)	50
Figura 22. Evolução dos alunos de nacionalidade estrangeira e principais nacionalidades.....	50
Figura 23. Taxa bruta de pré-escolarização e taxas brutas de escolarização no ensino básico e no ensino secundário, entre os anos letivos de 2013/2014 e 2021/2022	52
Figura 24. Taxa de retenção e desistência entre os anos letivos 2013/2014 e 2021/2022.....	53
Figura 25. Evolução da percentagem de alunos com ASE, em cada nível de educação e ensino.....	54
Figura 26. Evolução do número de alunos com NEE, por nível de educação e ensino	55
Figura 27. Evolução do número de empresas e volume de negócios das empresas de Odivelas	56
Figura 28. População residente empregada (N.º) em Odivelas, por local de trabalho	57
Figura 29. População empregada em 2021, por setor de atividade	57
Figura 30. Indicadores da população desempregada em Odivelas.....	58
Figura 31. População desempregada em Odivelas por nível de escolaridade completo	58

Figura 32. Principal fonte de rendimento da população residente com 15 ou mais anos (%), em 2021	61
Figura 33. Ganho médio mensal (€) em Odivelas e na AML	62
Figura 34. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) em 2021	62
Figura 35. Poder de compra per capita entre 2011 e 2021	63
Figura 36. Disparidade entre sexos no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, entre 2012 e 2021 (%)	64
Figura 37. Total de beneficiários das principais prestações sociais, por tipologia, 2023	64
Figura 38. Pensionistas da Segurança Social, segundo o Tipo de Pensão e Valor médio anual (€), em 2023	66
Figura 39. Evolução do número de beneficiários do RSI em Odivelas, entre 2019 e 2023, e beneficiários do RSI em 2023, por grupo etário	67
Figura 40. Beneficiárias/os descendentes ou equiparados do abono de família para crianças e jovens da segurança social, em Odivelas	68
Figura 41. Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação (%)	72
Figura 42. Superfície média útil dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (m ²), por freguesia, em 2021	73
Figura 43. Época de construção dos edifícios	74
Figura 44. Alojamentos de propriedade dos ocupantes com encargos (%) por escalão de encargos mensais e Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (%) por escalão do valor mensal de renda da habitação, em 2021	76
Figura 45. Evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€), no concelho de Odivelas	77
Figura 46. Evolução do número de pedidos de habitação, entre 2000 e 2023, e distribuição dos pedidos em vigor a julho de 2023 por freguesia de residência do agregado	79
Figura 47. Tipologia e dimensão dos agregados com pedidos de habitação em vigor a julho de 2023, e tipologia de fogo recomendada para estes agregados	80
Figura 48. Núcleos de alojamentos precários no concelho de Odivelas (julho de 2023)	81
Figura 49. Ano e contexto de criação dos bairros de promoção pública	83
Figura 50. Parque habitacional de promoção pública em núcleos de promoção pública, 2023	85
Figura 51. N° de médicos e de enfermeiros por 1 000 habitantes, em 2013 e 2023	89
Figura 52. Recursos de saúde – capacidade instalada do Serviço Nacional de Saúde (SNS)	90
Figura 53. Número de utentes (com e sem médico de família) inscritos nas UCSP e USF da ULS Loures Odivelas, do concelho de Odivelas, em julho de 2024	93
Figura 54. Farmácias no concelho de Odivelas	98
Figura 55. Residentes com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade	100
Figura 56. Residentes com dificuldades graves por freguesia, em 2021	101
Figura 57. Dificuldades por faixa etária e distribuição da dimensão (indivíduos com dificuldades)	101
Figura 58. Número de beneficiários da PSI no concelho de Odivelas, entre 2019 e 2023, e beneficiários da PSI, em 2023, por faixa etária	102
Figura 59. Número de crianças e jovens em perigo e número de processos da CPCJ	103
Figura 60. Situações de risco comunicadas no ano 2022 na CPCJ de Odivelas	104
Figura 61. Ocorrência Escola Segura Odivelas, entre o ano letivo 2019/2020 e 2023/2024	105

Figura 62. Taxa de criminalidade (%) e crimes por categoria de crime, no ano de 2023, em Odivelas	106
Figura 63. Crimes de Violência doméstica contra cônjuge ou análogos, entre 2012 e 2022, em Odivelas	108
Figura 64. Número de casos de violência doméstica, por tipologia em Odivelas	108
Figura 65. Análise dos utentes vítimas de violência doméstica, atendidos no GAVO, em 2023	109
Figura 66. Indicadores da igualdade de género em Odivelas	114
Figura 67. Fatores de discriminação dos migrantes em Odivelas	116
Figura 68. Distribuição das Creches, privadas e solidárias, por freguesia	123
Figura 69. Capacidade instalada e número de utentes das creches, por natureza jurídica e freguesia	124
Figura 70. Distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar, por natureza jurídica e freguesia	126
Figura 71. Capacidade instalada e número de utentes dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, por natureza jurídica e freguesia	127
Figura 72. Distribuição dos CATL, por natureza jurídica e freguesia	128
Figura 73. Capacidade instalada e número de utentes dos CATL, por natureza jurídica e freguesia	129
Figura 74. Distribuição dos Serviços de Apoio Domiciliário por entidades privadas e solidárias, por freguesia	136
Figura 75. Capacidade instalada e número de utentes dos SAD, por natureza jurídica e freguesia	137
Figura 76. Distribuição dos Centros de Dia, por freguesia	139
Figura 77. Capacidade instalada e número de utentes dos Centros de Dia, por freguesia	139
Figura 78. Distribuição das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, privadas e solidárias, por freguesia	140
Figura 79. Capacidade instalada e número de utentes das ERPI do concelho, por natureza jurídica e freguesia	141
Figura 80. Capacidade instalada e número de utentes dos CACI, por freguesia	145
Figura 81. Capacidade instalada e número de utentes dos Lares Residenciais, por freguesia	146
Figura 82. Capacidade instalada e número de utentes das RAI, por freguesia	147
Figura 83. Distribuição dos parceiros do SAAS, por freguesia	153
Figura 84. Distribuição dos Refeitórios/Cantinas Sociais, por freguesia	154
Figura 85. Capacidade instalada e número de utentes dos Refeitórios/Cantinas Sociais, por freguesia	154
Figura 86. Distribuição da Ajuda Alimentar, por natureza jurídica e freguesia	156
Figura 87. Capacidade instalada e número de utentes das respostas Ajuda Alimentar, por freguesia	157
Figura 88. Perceção dos principais problemas sociais no Concelho (nº de indicação por temática)	168
Figura 89. Grau de vulnerabilidade social por domínio (nº de respostas)	171
Figura 90. Perceção dos domínios sociais que sofreram um maior agravamento e mais melhorias, nos últimos 5 anos (nº de indicações)	173
Figura 91. Grupo populacional com dificuldades acrescidas (nº de Indicações)	174
Figura 92. Domínios identificados como mais problemáticos na freguesia de Odivelas (nº de respostas)	175
Figura 93. Domínios identificados como mais problemáticos na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto (nº de respostas)	176
Figura 94. Domínios identificados como mais problemáticos na UF de Pontinha e Famões (nº de respostas)	177

Figura 95. Domínios identificados como mais problemáticos na UF de Ramada e Caneças (nº de respostas)	178
Figura 96. Domínios estruturantes para o desenvolvimento social nos próximos 5 anos	179

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Taxa de analfabetismo, em 2011 e 2021	47
Tabela 2. Desempregados residentes em Odivelas inscritos no IEFP, em 2021, 2022, 2023	59
Tabela 3. Núcleos familiares no Município de Odivelas com base na condição perante o trabalho, em 2021	60
Tabela 4. Recursos humanos dos CSP de Odivelas	92
Tabela 5. Proporção de utentes inscritos (%) nos CSP de Odivelas pelos 10 diagnósticos mais frequentes no Concelho	94
Tabela 6. Proporção de utentes com rastreios realizados, no período entre julho de 2023 e julho de 2024	95
Tabela 7. Recursos humanos do HBA de Odivelas	96

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADI	Apoio Domiciliário Integrado
ADL	Assembleia Distrital de Lisboa
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMOVALFLOR	Associação de Moradores do Vale do Forno
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APCL	Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa
ASE	Ação Social Escolar
ATL	Atividades de Tempos Livres
AUGI	Área Urbana de Génese Ilegal
BI-CSP	Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAD	Comportamentos Aditivos e Dependências
CAT	Centro de Alojamento Temporário
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEDEMA	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos
CEF	Curso de Educação e Formação
CEGOT-UC	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra
CFPSA	Centro de Formação Profissional para o Setor Alimentar
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIG	Comissão para a Igualdade de Género
CISLO	Comunidade Islâmica de Odivelas
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLASO	Conselho Local de Ação Social de Odivelas
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CMH	Carta Municipal de Habitação
CMO	Câmara Municipal de Odivelas
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CREL	Circular Regional Exterior de Lisboa
CRIL	Circular Regional Interior de Lisboa
CS	Centro de Saúde
CSF	Comissões Sociais de Freguesia
CSH	Cuidados de Saúde Hospitalares

CSP	Cuidados de Saúde Primários
CTeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DCPINDO	Diagnóstico Concelhio do Plano de Igualdade e Não Discriminação de Odivelas
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGSS	Direção-Geral da Segurança Social
DL	Decreto-Lei
DS	Diagnóstico Social
EFA	Educação e Formação de Adultos
ELH	Estratégia Local de Habitação
ENICC	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
ENV	Espaço Nova Vida
EPAV	Equipa de Proximidade e de Apoio à Vítima
EPES	Equipa do Programa Escola Segura
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
FEAC	Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas
FRA	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia
FSE+	Fundo Social Europeu Mais
GAVO	Gabinete de Apoio à Vítima de Odivelas
GNR	Guarda Nacional Republicana
HBA	Hospital Beatriz Ângelo
IC	Itinerário Complementar
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRS	Rendimento das Pessoas Singulares
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISS	Instituto da Segurança Social
IST	Infeções Sexualmente Transmissíveis
LBH	Lei de Bases da Habitação
LGBTQI+	Comunidade <i>lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e outras identidades</i>
LPS	Liga Portuguesa contra a SIDA
ME	Ministério da Educação
MECI	Ministério da Educação, Ciência e Inovação
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

NEE	Necessidades Educativas Especiais
NPISA	Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIL	Operação Integrada Local
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
OSIEC	Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais
OTSH	Observatório do Tráfico de Seres Humanos
PAIMH	Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAOIEC	Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais
PAT 2030	Programa de Assistência Técnica 2030
PAVMVD	Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
PMACD-AML	Plano Metropolitano de Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas da AML
PMIM	Plano Municipal para a Integração de Migrantes
POAPMC	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social para a Inclusão
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSP – DPL	Polícia de Segurança Pública – Divisão Policial de Loures
PSSA	Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
RAI	Residência de Autonomização e Inclusão
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RPMS	Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAC	Serviço de Atendimento Complementar
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida
SISHA	Setor de Intervenção Social na Habitação
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TSDT	Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica

TSS	Técnico Superior de Saúde
UAE	Unidade de Apoio Especializado
UAI	Unidade de Apoio Integrado
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UE	União Europeia
UEE	Unidade de Ensino Estruturado
UF	União das Freguesias
UF	Unidades Funcionais
ULS	Unidade Local de Saúde
ULSLOD	Unidade Local de Saúde de Loures Odivelas
USF	Unidade de Saúde Familiar
USP	Unidade de Saúde Pública
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

01|

INTRODUÇÃO

1. Introdução

1.1. Enquadramento e objetivos gerais

A Rede Social¹ é um Programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria. O Conselho Local de Ação Social de Odivelas (CLASO) é a estrutura concelhia que assegura a articulação e congregação de esforços para a implementação das iniciativas de desenvolvimento social local da Rede Social, incluindo a coordenação da intervenção social a nível das freguesias com as Comissões Sociais de Freguesia (CSF).

Para a prossecução dos objetivos da Rede Social, é estabelecida uma estratégia participada de planeamento, cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Social (DS), o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e os respetivos Planos de Ação. Sinteticamente, com estes instrumentos estratégicos e de planeamento social procura-se estabelecer um retrato comum da situação social concelhia que permita identificar prioridades de intervenção. Deste modo, o DS é a base para a construção do PDS, que inclui os objetivos e estratégias de intervenção para um quadro temporal alargado (cerca de três anos) e planeadas as formas de operacionalização tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto (planos de ação anuais).

O Município de Odivelas e o CLASO decidiram atualizar/elaborar o Diagnóstico Social 2024, o Plano de Desenvolvimento Social 2025-2027 e o Plano de Ação para 2025. Esta atualização é fundamental para garantir maior eficácia nas respostas e uma melhor coordenação das intervenções no concelho.

¹ Criada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 197/97, de 18 de novembro, e regulamentada através do Decreto-Lei (DL) n.º 115/2006, de 14 de junho.

1.2. Apresentação do documento

O presente relatório, designado Diagnóstico Social 2024, corresponde à atualização do anterior DS do Concelho de Odivelas, datado de 2017, resultando de um processo que contou com o envolvimento ativo das entidades sociais.

O DS é um instrumento de iniciativa municipal, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais². Deste modo, este documento proporciona uma base de fundamentação atualizada, que deverá guiar a intervenção local no âmbito da Rede Social. São as prioridades definidas no DS que irão sustentar o referencial estratégico a desenvolver no PDS, também num processo partilhado, em torno da consensualização de objetivos e concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

Em síntese, são objetivos específicos do DS 2024:

- Identificar e caracterizar o quadro de referência estratégico nacional e comunitário, traduzido no conjunto de políticas, estratégias e programas setoriais, que se relacionem de forma direta com o desenvolvimento social;
- Caracterizar o contexto social do concelho, identificando e priorizando os problemas sociais patentes no território, bem como a sua casualidade e a dinâmica evolutiva, nomeadamente os grupos sociais mais vulneráveis e as situações de pobreza e exclusão social mais relevantes;
- Analisar a política municipal de desenvolvimento social, e identificar os projetos e iniciativas municipais ou de entidades do setor social;
- Identificar os recursos e caracterizar as redes de resposta existentes no Concelho, e identificar potencialidades e constrangimentos nas mesmas;
- Assegurar um processo participativo, que envolva as entidades e os parceiros da Rede Social.

² De acordo com o artigo 35.º do DL n.º 115/2006 de 14 de junho, que regulamenta a Rede Social, e indica ainda que “o DS é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros (...)”.

Conforme mencionado, a atualização do DS enquadra-se num trabalho que engloba a elaboração/atualização dos instrumentos de planeamento da rede social, e que se estrutura em três etapas metodológicas distintas (Figura 1), com tarefas específicas, mas interdependentes. O presente documento – Diagnóstico Social 2024 – é o corolário da segunda etapa metodológica.

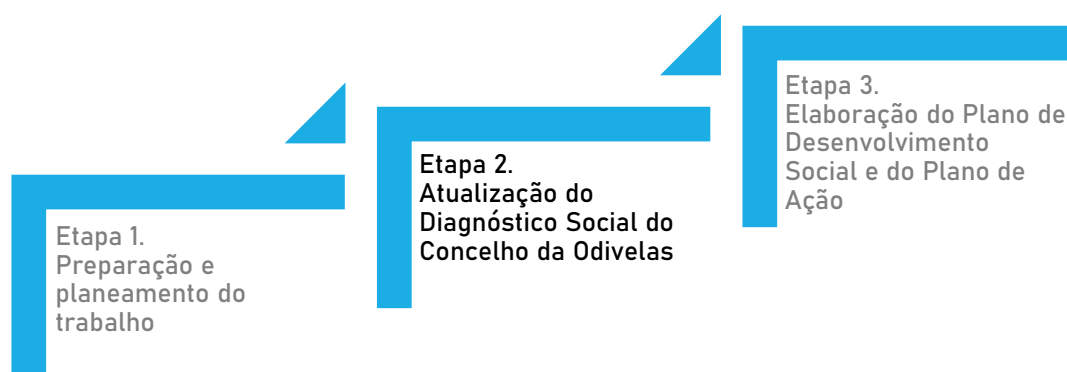


Figura 1. Etapas metodológicas

A atualização do DS implicou uma reestruturação do DS anterior e, sempre que possível e justificável, o aprofundamento da análise. Foi conduzida uma análise do contexto territorial, demográfico, social e económico, com base nos dados estatísticos oficiais mais recentes e numa análise documental. Procurou-se, sempre que possível ou pertinente, efetuar comparações com os dados nacionais ou regionais, nomeadamente a Grande Lisboa (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) III e II)³, de modo a contextualizar as tendências observadas.

A análise estatística e documental foi aprofundada com a recolha direta de informação, por via de um questionário online, disponibilizado pelo Município às entidades integrantes do CLASO (identificadas no Anexo I). O questionário esteve disponível para preenchimento entre o dia 16 de julho de 2024 e o dia 28 de agosto de 2024.

A aplicação deste questionário permitiu atualizar e complementar a informação da Carta Social do Instituto da Segurança Social (ISS) e a informação do Município relativa a equipamentos e respetivas respostas sociais, assim como identificar e caracterizar projetos e iniciativas de âmbito social desenvolvidas por entidades sem equipamentos sociais ou que sejam complementares à atuação central da entidade. Possibilitou igualmente uma análise qualitativa

³ A 1 de janeiro de 2024, foi implementada uma nova configuração na divisão estatística de Portugal, por atualizações nas suas NUTS. Nesta alteração foi criada a nova NUTS II “Grande Lisboa”, coincidente com a nova NUTS III “Grande Lisboa”, que integra os municípios a norte do Tejo da “Área Metropolitana de Lisboa”. Nos casos em que os dados não estão disponíveis utilizou-se como comparação a AML.

das principais problemáticas sociais e dos principais desafios que se colocam ao desenvolvimento social do Concelho.

Houve 83 respostas ao questionário, das quais 12 foram submetidas pela Câmara Municipal de Odivelas (CMO), uma vez que, devido à sua abrangência, vários serviços municipais responderam de forma independente. Assim, o conjunto de respostas englobam as perspetivas de 72 entidades. As respostas são repartidas entre as entidades do setor público (cerca de 26,5%) e do setor privado solidário (44,6%) e lucrativo (28,9%). As respostas ao questionário incluem a perspetiva de entidades com sede social na freguesia de Odivelas (cerca de 50%), nas outras 3 freguesias do concelho e, ainda, com sede fora do concelho (11% das respostas). Quanto à escala geográfica de atuação da entidade, verifica-se que o concelho é a categoria com mais respostas (53%), seguindo-se o nível supramunicipal (24,1%) e, por fim, o nível da freguesia (22,9%). Acrescente-se, ainda, que apenas 59% das entidades que responderam ao questionário são proprietárias de equipamentos sociais no Concelho.

Salienta-se a forte adesão das entidades sociais ao questionário, especialmente tendo em consideração que foi implementado no período de verão. Este envolvimento alargado, a par do trabalho em parceria e abordagens integradas e multidisciplinares, são questões de base na atuação no domínio social.

O presente relatório é constituído pelos seguintes capítulos:

- Capítulo 1. Com um carácter introdutório, contextualiza o trabalho e os seus objetivos, aborda questões metodológicas e apresenta o quadro de políticas de âmbito social (de macroescala e local, em vigor e com relevância para o exercício em curso).
- Capítulo 2. Desenvolve um diagnóstico de contexto do Concelho que abarca vários domínios: enquadramento territorial, demografia, educação e socioeconomia, habitação, saúde e bem-estar e apoio a grupos populacionais específicos. Estas análises de contexto suportaram-se nas estatísticas oficiais mais recentes e na análise dos documentos disponíveis.
- Capítulo 3. Inclui a caracterização dos equipamentos e respostas sociais, a partir dos grupos alvo e de acordo com a nomenclatura das Respostas Sociais da Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), em articulação com a Carta Social do ISS. O capítulo sustenta-se numa análise combinada da informação que consta na Carta Social, atualizada pela informação disponibilizada pelo Município e recolhida via questionário.

Neste capítulo são igualmente incluídos os projetos e iniciativas, complementares às respostas sociais, identificados no questionário.

- Capítulo 4. Identifica e sintetiza os principais problemas e vulnerabilidades sociais no concelho de Odivelas, incluindo uma análise setorial e por freguesia, com base na perceção das entidades sociais que responderam ao questionário.

1.3. Enquadramento estratégico de âmbito social

1.3.1. Políticas públicas de macroescala

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015 pelos 193 países das Nações Unidas, definem as prioridades e as aspirações coletivas para 2030, em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo. Nas palavras de Ban Ki-moon, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, “Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”.



Figura 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods

Os ODS são uma base de sustentação para as diretrizes políticas da Comissão Europeia, estando no centro da formulação de políticas de ação interna e externa em todos os setores. A adoção

destes objetivos foi assumida claramente por Portugal, que, em 2017 e de forma voluntária, apresentou um Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, no qual expõe, para cada um dos objetivos, o contexto nacional, os compromissos e atuação, para além de materializar nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 as prioridades estratégicas do País na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O modelo social europeu é a base para a construção da União Europeia (UE). Em consonância com os ODS, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assinado em 2017, na Cimeira de Gotemburgo, consagra 20 princípios e direitos fundamentais (Figura 3) que norteiam o quadro de atuação dos Estados-membros para uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades. Nestes princípios assenta uma maior justiça e a eficácia dos mercados de trabalho, da formação e dos sistemas de proteção social⁴.

⁴ O Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais definiu um conjunto de iniciativas, tendo em vista o alcance de três metas até 2030: i) 78 % da população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos dispor de emprego; ii) 60 % de todos os adultos participar anualmente em ações de formação; iii) reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 15 milhões. A concretização destas metas deve resultar do esforço conjunto das instituições da UE, das autoridades nacionais, regionais e locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil.

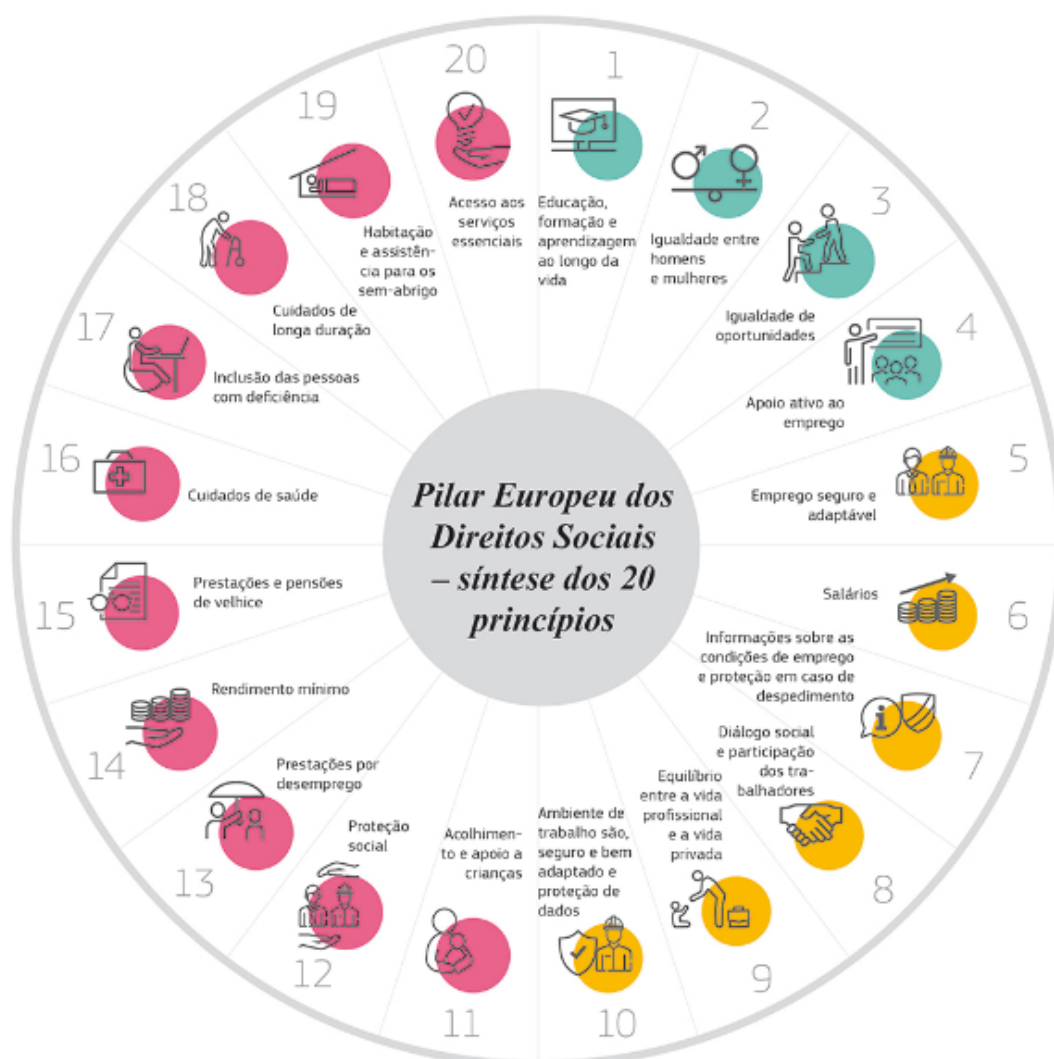


Figura 3. Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Fonte: Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, 2021

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais suporta um dos objetivos estratégicos da UE e, em consequência, uma das prioridades da programação financeira do Portugal 2030⁵ (o Acordo de

⁵ O Acordo de Parceria Portugal 2030 foi aprovado a 12 de julho de 2022 e assinado a 14 de julho pelo Estado Português e pela Comissão Europeia, tendo sido todos os programas aprovados até 15 de dezembro de 2022. O Portugal 2030 fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos fundos da política de coesão, entre 2021 e 2027, no montante global de 23 mil milhões de euros. O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas, organizados por temas e por regiões. São eles: 4 de âmbito temático (Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e Mar 2030); 5 Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente (Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030); 2 das Regiões Autónomas (Açores 2030 e Madeira 2030); e, por último, o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

Parceria para o período compreendido entre 2021 e 2027), designadamente a Prioridade Portugal + Social, que visa apoiar a melhoria das qualificações da população, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, promovendo o emprego de qualidade e a inclusão social.

O Portugal 2030 teve como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, organizada em quatro agendas temáticas centrais⁶, que, por sua vez, se articulam com os cinco objetivos estratégicos da UE (Figura 4).



Figura 4. Objetivos de Política de Coesão da UE

Fonte: SPI (adaptado de Portugal 2030, Versão 2.0 do Acordo de Parceria, 4 de março de 2022)

⁶ As quatro agendas temáticas centrais definidas pela Estratégia Portugal 2030 são: 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; 2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; 3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos; 4. Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A dotação contratualizada para o OP4. Portugal + Social mobiliza cerca de 8 mil milhões de euros, que representam cerca de 35% do montante total de fundos do Portugal 2030. O Programa Pessoas 2030, que é aquele que de longe mais contribui para este objetivo estratégico, possui uma dotação FSE+ na ordem dos 5,7 mil milhões de euros e inclui intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, educação e formação profissional e superior, combate à privação material, inclusão social e da igualdade de oportunidades, além de intervenções que contribuem para enfrentar o desafio demográfico. Complementarmente, embora com muito menor expressão, o Programa Regional Lisboa 2030 inclui instrumentos e abordagens de apoio à dimensão social.

Recentemente, na sequência da pandemia de Covid-19, o financiamento comunitário aos Estados-Membro foi reforçado por via da criação pelo Conselho Europeu do NextGenerationEU, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise, que contribui para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição climática e digital. Com execução até 2026, o Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de aplicação nacional, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa, ao longo da próxima década.

O PRR estrutura-se em três dimensões - Resiliência, Transição climática e Transição digital - com 20 componentes associadas (Figura 5), estando a abordagem às questões sociais integradas na Resiliência.



Figura 5. Estrutura do PRR

Fonte: PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro, 22.abr.2021

No âmbito da componente C3 – Respostas Sociais do PRR, um dos maiores investimentos realizados ao nível das comunidades desfavorecidas, integra a iniciativa Comunidades em Ação, Operações Integradas Metropolitanas. Enquadrada no investimento em Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (RE-C03.i06), prevê uma abordagem integrada, concertada, síncrona e participada pelas comunidades, envolvendo atores locais e setoriais, com atuação sobre os múltiplos fatores de exclusão que se potenciam mutuamente e afetam de forma gravosa alguns territórios e comunidades sub-representadas, desfavorecidas e em risco de exclusão social.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) desenvolveu o Plano Metropolitano de Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas da AML (PMACD-AML) que será implementado no âmbito do PRR. O PMACD-AML será concretizado através de seis intervenções intermunicipais, compostas por 31 operações integradas locais (OIL), uma das quais será no concelho de Odivelas, na União de Freguesias (UF) de Pontinha e Famões.

A OIL União de Freguesias de Pontinha e Famões, com foco nas comunidades do Olival do Pancas e da Urmeira, decorre entre 2022 e o final de 2025, tendo como objetivo a “capacitação das comunidades, o desenvolvimento de abordagens novas e inovadoras para a coesão social e intervenções no espaço público, infraestruturas sociais e desportivas e habitações”. Tem um apoio financeiro comunitário aprovado de 6.066.630,60€.

No âmbito nacional, destacam-se ainda várias estratégias e planos nacionais no domínio social, que, sendo instrumentos de planeamento para questões de âmbito social específicas, constituem importantes referenciais a ter consideração no diagnóstico social. Entre estes, mencionam-se os seguintes:

- Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (NOVA ENIPSSA) 2025-2030⁷;
- Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026⁸;
- Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050⁹;
- Programa Nacional de Habitação (2022-2026)¹⁰;
- Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025 e Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030¹¹;
- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030¹²;
- Plano Nacional de Saúde¹³;
- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, e os três planos de ação nesta definidos¹⁴:
 - Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH);
 - Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD);

⁷ Aprovada pela RCM n.º 208/2024, de 30 de dezembro.

⁸ Aprovada pela RCM n.º 14/2024, de 12 de janeiro.

⁹ Aprovado pela RCM n.º 11/2024, de 8 de janeiro.

¹⁰ Aprovado pela Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro.

¹¹ Respetivamente aprovadas pelas RCM n.º 126/2023, de 17 de outubro, e n.º 184/2021 de 29 de dezembro.

¹² Aprovado pela RCM n.º 115/2023, de 26 de setembro.

¹³ Aprovado pela RCM n.º 93/2023, de 16 de agosto.

¹⁴ A primeira aprovada pela RCM n.º 61/2018 de 21 de maio, na sua atual redação e os planos aprovados RCM n.º 92/2023 de 4 de agosto;

- Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC);
- Plano 23|24 Escola+¹⁵;
- Plano Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030¹⁶;
- Estratégia Nacional para a inclusão das pessoas com deficiência 2021-2025¹⁷;
- Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025¹⁸;
- Estratégia Nacional dos Direitos da Criança 2021-2024¹⁹.

1.3.2. Políticas públicas locais

O Município de Odivelas desenvolve uma relevante atuação no domínio da ação social, quer ao nível do estudo de problemáticas e necessidades sociais, e desenvolvimento de planos ou estratégias dedicadas, quer ao nível da promoção e participação em projetos de intervenção comunitária e, ainda, na criação ou apoio à criação de novos equipamentos e respostas sociais.

As competências municipais no domínio da Ação Social foram recentemente substancialmente reforçadas com o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, decorrente do processo iniciado em 2018, com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto²⁰. Esta transferência concretizou-se de acordo com o disposto no Decreto-Lei (DL) n.º 55/2020, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social e que define as seguintes responsabilidades municipais (artigo 3.º):

¹⁵ Aprovado pela RCM n.º 80-B/2023, de 18 de julho.

¹⁶ Aprovado pela RCM n.º 3/2023 de 17 de janeiro.

¹⁷ Aprovada pela RCM n.º 119/2021 de 31 de agosto.

¹⁸ Aprovado pela RCM n.º 101/2021, de 28 de julho.

¹⁹ Aprovada pela RCM n.º 112/2020, de 18 de dezembro.

²⁰ Os demais domínios/áreas de atuação abrangidas pelo quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais são: a educação, a saúde, a proteção civil, a justiça, a cultura, o património, a habitação, as áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, as praias marítimas, fluviais e lacustres, a informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, os transportes e vias de comunicação, a promoção turística, as estruturas de atendimento ao cidadão, o policiamento de proximidade, a proteção e saúde animal, a segurança dos alimentos, a segurança contra incêndios, o estacionamento público, e as modalidades afins de jogos de fortuna ou azar.

- Assegurar o Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS)²¹;
- Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais²² e assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional;
- Implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar que correspondam à componente de apoio à família;
- Elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;
- Celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)²³;
- Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;
- Coordenar a execução do programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), em articulação com os conselhos locais de ação social²⁴;
- Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos.

A transferência de competências reforça, ainda mais, o papel do Município enquanto motor de dinamização da atuação no domínio social, não só pelas competências acrescidas em matéria

²¹ Portaria n.º 63/2021 regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do DL n.º 55/2020 e procede à segunda alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 137/2015, de 19 de maio, que regulamenta as condições de organização e de funcionamento do SAAS.

²² Portaria n.º 66/2021 regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido DL, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão.

²³ Portaria n.º 65/2021 estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto.

²⁴ Portaria n.º 64/2021 define, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 8.º do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto. O Programa CLDS-5G aplica-se às regiões Norte, Centro e Alentejo de Portugal Continental.

de implementação e planeamento, mas também pela sua capacidade para congregar os agentes e os recursos locais. O estabelecimento e dinamização de redes de parcerias assume, naturalmente, uma relevância central, sendo incontestável a indispensabilidade da articulação entre entidades e o estabelecimento de parcerias para a eficácia e abrangência das respostas sociais.

Ao nível da atuação do Município, cujas competências no domínio da Ação Social foram, como referido no capítulo 1, reforçadas no quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais²⁵, a intervenção social é, em larga medida, assegurada pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Odivelas²⁶. O SAAS é um serviço, promovido pela CMO, que assegura o atendimento e acompanhamento de agregados familiares em situações de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, incluindo os beneficiários de RSI. Conta com a colaboração intra e interinstitucional, com vista à inserção, integração, autonomia e melhoria das condições de vida da população que acompanha. No concelho de Odivelas, o SAAS é operacionalizado por 17 entidades parceiras do Município, cuja identificação é apresentada no Anexo II.

Em matéria de ação social, o Programa Rede Social evidencia-se com uma referência incontornável. Criado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 197/97, de 18 de novembro, o Programa Rede Social impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferente natureza (entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos) e domínios de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

O Município de Odivelas aderiu à Rede Social, em 2003, mediante a constituição do CLASO, a estrutura concelhia de funcionamento deste programa²⁷. Os princípios, modo de funcionamento e organização são consagrados no Regulamento Interno, que, desde esta data, conheceu várias versões, tendo sido a mais recente das quais aprovada na 48.ª Sessão Plenária do CLASO, em

²⁵ Com o enquadramento do DL n.º 55/2020

²⁶ Em 21 de julho de 2023, foi publicado o Regulamento n.º 795/2023 (Regulamento do Funcionamento da Intervenção Social do Município de Odivelas), que regula a constituição, a organização e o funcionamento da intervenção social do Município de Odivelas (SAAS e RSI), bem como estabelece os termos e as condições em que são atribuídos os Apoios Económicos de Carácter Eventual.

²⁷ Outro órgão da Rede Social são as Comissões Sociais de Freguesia.

15 de dezembro de 2021. O CLASO é presidido pelo Município de Odivelas e a sua composição é apresentada no Anexo I.

Além do CLASO, merecem menção os conselhos municipais em áreas com relação com o domínio social. Os conselhos municipais são órgãos de natureza consultiva, que visam promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre instituições e entidades que atuam no território concelhio ou área geográfica envolvente. Atualmente, existem conselhos municipais para os setores da Educação, da Saúde, da Juventude, da Integração de Migrantes de Odivelas, do Desporto. A Lei de Base da Habitação estipula ainda que seja constituído um Conselho Municipal da Habitação, o que está previsto na Carta Municipal de Habitação (CMH) da Odivelas.

02|

DINÂMICAS DE CONTEXTO
TERRITORIAL, DEMOGRÁFICO E
SOCIOECONÓMICO

2. Contexto territorial e dinâmicas demográficas e socioeconómicas

2.1. Enquadramento territorial

O concelho de Odivelas localiza-se no núcleo central da Grande Lisboa, no distrito de Lisboa, e é um dos 18 municípios que integram a AML, uma região que, em 2021, concentrava mais de um quarto da população portuguesa (28%), constituindo a área mais populosa e dinâmica do País. Estabelece fronteira com os concelhos de Loures, a nordeste, de Lisboa, a sudeste, e de Amadora e Sintra, a oeste (Figura 6).

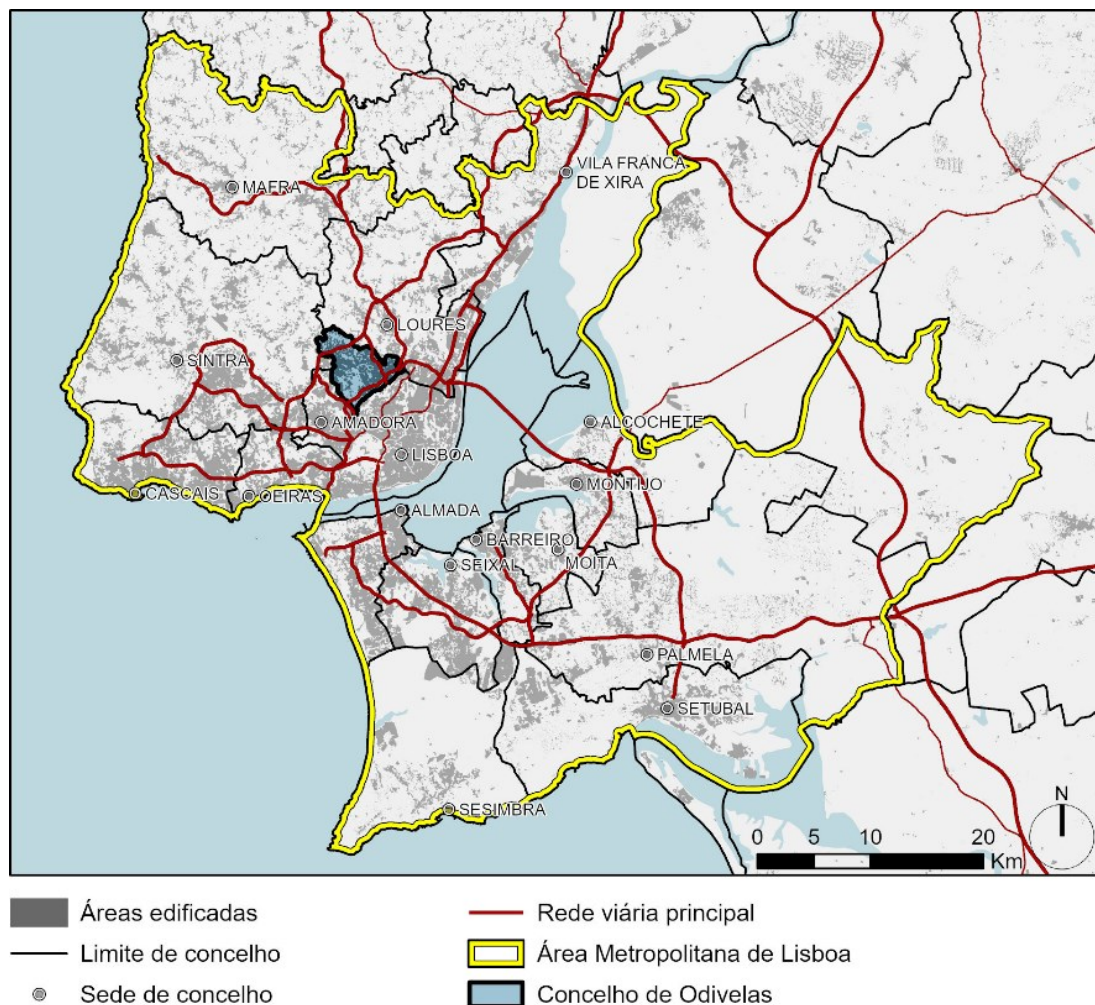


Figura 6. Enquadramento regional na Região de Lisboa

Fonte: SPI

Em 1997, um grupo de cidadãos, criou o “Movimento Odivelas a Concelho” defendendo um desenvolvimento próprio para este território. No dia 19 de novembro de 1998, com o voto unânime dos Deputados de todas as forças políticas, a Assembleia da República aprovou, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei da Criação do Município de Odivelas, estipulando esse dia como feriado municipal. A 14 de dezembro de 1998, foi publicada no Diário da República a Lei n.º 84/98, que oficializou a criação do Município de Odivelas, com sede na cidade de Odivelas.

O Município de Odivelas, foi criado por desanexação de 7 freguesias ao Município de Loures. Após a reorganização administrativa de 2013, o território concelhio passou a ser constituído por uma freguesias e três uniões de freguesia (UF): a freguesia de Odivelas (onde se encontra a cidade homónima); a UF de Pontinha e Famões; a UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto; e a UF de Ramada e Caneças.

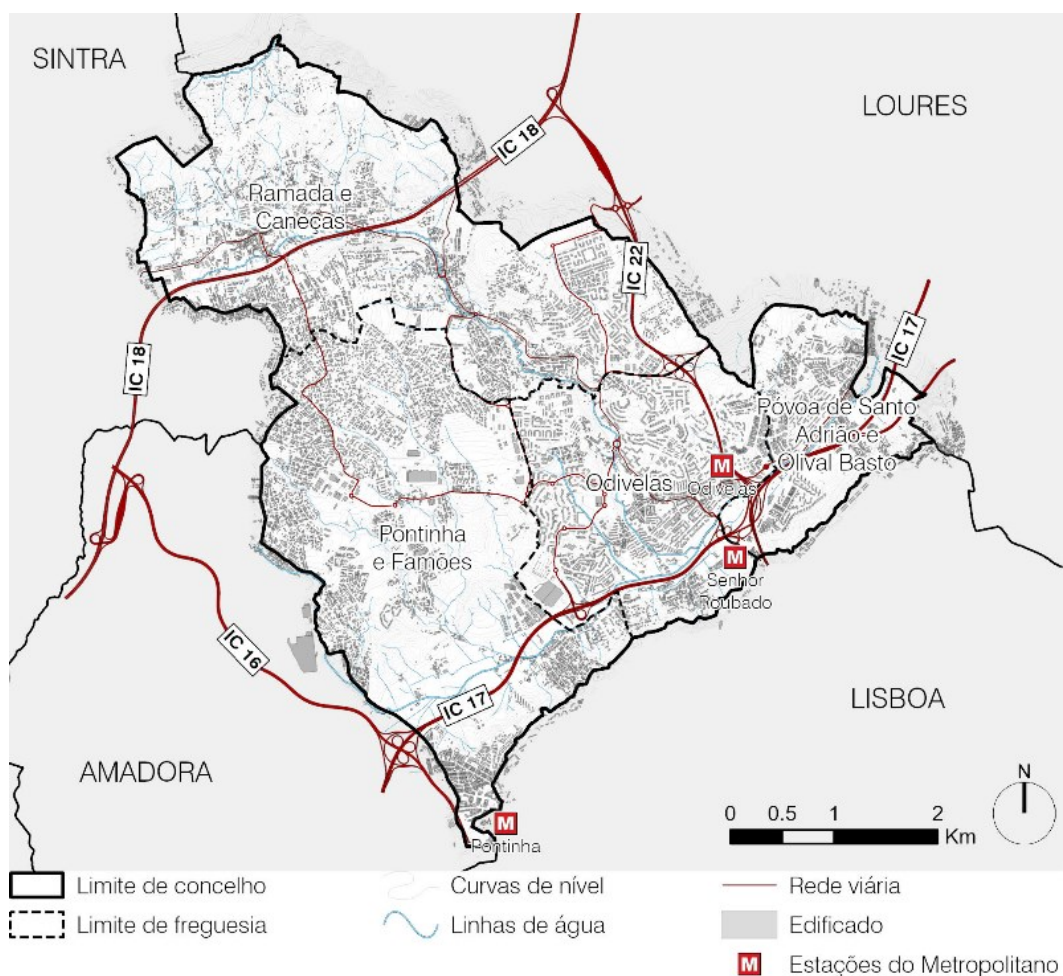


Figura 7. Enquadramento local: freguesias e principais infraestruturas de transporte

Fonte: SPI

Territorialmente, o concelho de Odivelas abrange uma área de 26,54 km², correspondente a apenas cerca de 1% da superfície total da AML, onde residiam, à data dos últimos censos (2021), 148 034 pessoas, ou seja, cerca de 5% da população metropolitana. É um território com forte atratividade residencial, com uma densidade de ocupação muito elevada e sujeito a uma forte pressão urbanística.

Com efeito, a ocupação urbana do território de Odivelas está intimamente associada às dinâmicas de crescimento urbano da AML, sobretudo a partir da última metade do século XX. A rápida urbanização visou dar uma resposta habitacional, então inexistente, à forte procura de habitação por parte da população que confluía à região de Lisboa, num primeiro momento associado ao êxodo rural com origem no interior do País, que, mais tarde, após a descolonização, se combinou com fluxos de população retornada dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com fenómenos migratórios.

Numa conjuntura de escassez, tanto de habitação pública e privada, como de espaço urbano planeado, a ocupação urbana foi, por vezes, desregulada e gerando extensas áreas de génese ilegal e de construção clandestina, que se acentuaram fortemente no pós-25 de Abril²⁸. No seu conjunto, cerca de 26,5% da superfície total do concelho encontra-se em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) com ou sem processo de reconversão concluído.

A pressão urbana estende-se à atualidade, uma vez que a tendência nacional de concentração no litoral e, em particular, na AML se mantém. Além da proximidade a Lisboa, as excelentes acessibilidades do Concelho favorecem a sua atratividade. Este território situa-se no entroncamento de vários eixos centrais viários, de carácter regional e supramunicipal, que constituem elementos estruturantes da ocupação do território. São estes:

- O Itinerário Complementar 22 (IC22), também conhecido por Radial de Odivelas;
- A Cintura Rodoviária Interna de Lisboa (IC17-CRIL) que permite o acesso vindo do Sul de Portugal / Algarve, e de Espanha, pela Ponte Vasco da Gama. No outro sentido, permite o acesso a quem vem da Amadora e de Algés.

²⁸ Sem planeamento, terrenos rústicos eram loteados e vendidos ilegalmente para autoconstrução, gerando espaços urbanos sem infraestruturas básicas e equipamentos coletivos.

- A Cintura Rodoviária Externa de Lisboa (A9-CREL) que permite, via Vila Franca de Xira, chegar ao norte do País e à Galiza. Permite também, noutro sentido, a chegada a quem vem do Estoril e Cascais pela A5, e também de Sintra pelo IC19.
- O Eixo Norte-Sul, parte integrante do IP7, permite a entrada em Odivelas a quem vem do Sul de Portugal, Alentejo e Algarve, Espanha, pela Ponte 25 de abril.
- A Autoestrada n.º 8 (A8) que faz a ligação entre Leiria e Lisboa (Calçada de Carriche).

Os três primeiros eixos viários mencionados (a Radial de Odivelas, CRIL e CREL), assim como o IC16 (Radial da Pontinha), enquadram, grosso modo, os limites do território concelhio, atravessando-o tangencialmente ou atravessando a sua proximidade direta, mas, pelas suas características, também criam barreiras internas para algumas localidades, como Caneças (CREL), Olival Basto ou a Pontinha (CRIL).

Importa ainda destacar que Odivelas é servido, desde 2004, pela rede do Metropolitano de Lisboa, nomeadamente pela linha amarela e as estações de Odivelas e Senhor Roubado, e pela linha azul e a estação da Pontinha. Esta última, embora se localize já no concelho de Lisboa, encontra-se muito próxima do território do concelho de Odivelas que lhe dá nome.

Este serviço vai ser ampliado com o projeto de expansão do metropolitano de Lisboa, que inclui a cobertura intermodal da linha amarela e a criação de uma nova linha (a linha violeta), que deverá ligar os concelhos de Odivelas e de Loures, por um sistema de metro ligeiro de superfície. Esta nova linha deverá criar um corredor em “C”, ligando o Hospital Beatriz Ângelo à Várzea de Loures, com transbordo e interface para Lisboa na estação de metro de Odivelas. Deverá resultar na criação de 7 novas estações no concelho de Odivelas, sendo que, com a abertura destas estações todas as freguesias do concelho ficarão servidas por metro.

Em termos de ocupação urbana, destacam-se 4 subunidades territoriais: i) Caneças, comparativamente mais rural e separado do resto do Concelho pela CREL; ii) a zona de Famões e da Serra da Amoreira, com uma ocupação extensiva e de baixa densidade, essencialmente de uso habitacional (unifamiliar, proprietários) e de génese ilegal; iii) a cidade alargada, que integra os principais aglomerados urbanos do concelho (Odivelas, Ramada, Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto e Pontinha), um território com maior urbanidade, densidade populacional e concentração de funções urbanas; e, por último, iv) as vertentes sul e nascente, com uma ocupação de origem clandestina, concentração de populações socialmente desfavorecidas, e fraca qualidade urbanística.

SÍNTESE CONCLUSIVA: ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho organiza-se administrativamente numa freguesia e em três UF. É um território metropolitano, integrado na primeira coroa da cidade de Lisboa, com uma intensa capacidade de atração, um forte carácter urbano e uma elevada densidade de ocupação.

Odivelas na Área Metropolitana de Lisboa



Território

1% da superfície da
AML



População

5% da população
residente

O território foi alvo de um processo de ocupação rápido e muitas vezes desregulado: cerca de 1/3 da superfície total do Concelho encontra-se em AUGI, com ou sem processo de reconversão concluído. Atualmente, o Concelho apresenta uma ocupação urbana diversificada, que inclui áreas consolidadas de maior densidade e urbanidade, áreas com características comparativamente mais rurais, áreas urbanas de ocupação extensiva de baixa densidade e áreas de ocupação desordenada, com tecido urbano desqualificado e concentração de populações socialmente desfavorecidas. Os diferentes territórios tenderão a possuir diferentes problemáticas e vulnerabilidades sociais, ou distintas expressões dos mesmos problemas.

Em termos de acessibilidades, Odivelas possui uma localização geoestratégica na AML, sendo servida por eixos viários estruturantes e registando intensos movimentos pendulares de população. O projeto de expansão do metropolitano de Lisboa deverá criar 7 novas estações no setor nascente do Concelho, aumentando significativamente as áreas servidas por este modo de transporte. Alguns dos eixos viários que servem o Concelho, embora potenciem a sua integração na AML, pelas suas características, criam barreiras internas entre tecidos urbanos, isolando algumas localidades.

2.2. Demografia

2.2.1. Tendências gerais: população e famílias

A evolução da população residente no território que hoje integra o concelho de Odivelas é indissociável da evolução e dinâmicas de crescimento da AML, sobretudo a partir da última metade do século XX (Figura 8). No início do século XX, o quantitativo de população residente era relativamente reduzido, com apenas 2 173 residentes em 1900, tendo o crescimento se mantido lento até à década de 1950. Contudo, a partir desta data, Odivelas registou um aumento de população muito forte, passando de 35 098 residentes em 1960 para 110 947 em 1981. A partir de 1991, o crescimento populacional desacelerou, embora se mantenha um ritmo de aumento sensivelmente constante. Em 2021, residiam no concelho de Odivelas 148 034 pessoas, que integravam um total de 60 182 agregados.

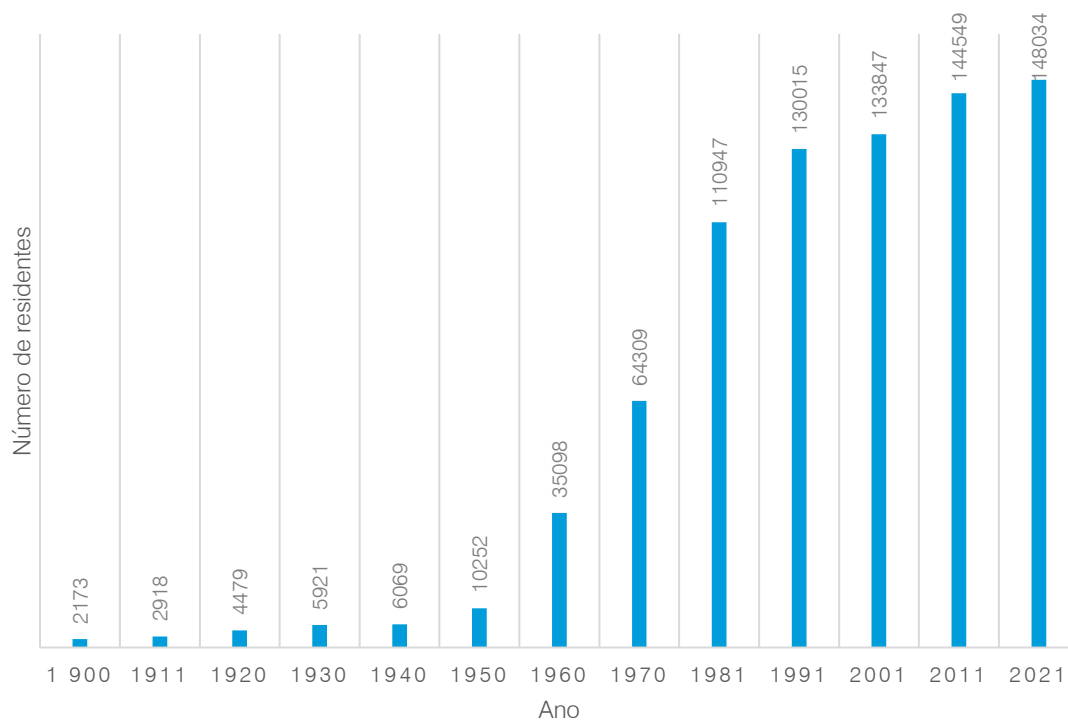


Figura 8. População residente no concelho de Odivelas, desde o início do século XX

Fonte: PMIM Odivelas (INE, Censos)

A distribuição e evolução da população, por freguesia, entre 2011 e 2021, mostram tendências distintas (Figura 9). A freguesia de Odivelas destaca-se com a maior concentração de população e famílias: em 2021, era o local de residência de 59 586 pessoas e 24 715 famílias, que

representavam, respetivamente, 40% e 41% do total de indivíduos e agregados no Concelho (embora a superfície desta freguesia represente apenas 19% do território). No entanto, reflexo da forte ocupação desta freguesia, que tem já uma margem de edificabilidade limitada, a taxa de crescimento de população, tanto em número de indivíduos, como de famílias, entre os dois últimos censos foi muito reduzida.

A UF de Ramada e Caneças e a UF de Pontinha e Famões, sensivelmente equiparadas em dimensão populacional e edificado, foram aquelas que apresentaram taxas de crescimento mais acentuadas. Estes aumentos foram particularmente expressivos na primeira UF, onde o número de habitantes e o número de famílias aumentou 8,0% e 7,1%, entre o último período censitário.

A UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto foi a única que, entre 2011 e 2021, perdeu população residente. Este decréscimo populacional, contudo, foi muito ténue (apenas -0,4%, bastante menor que na década anterior), e não foi extensível ao número de agregados residentes, que aumentou 2,8% em igual período. Conclui-se assim, que a freguesia recuperou a atratividade residencial, mas que as famílias se tornaram mais pequenas.

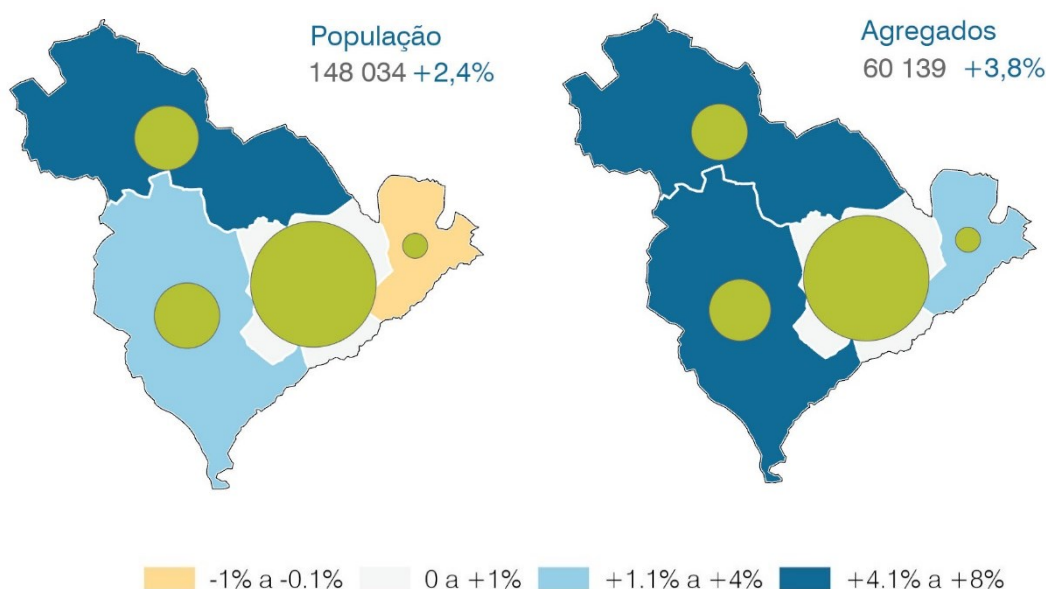


Figura 9. Distribuição e evolução da população e famílias, entre 2011 e 2021, por freguesias

Fonte: INE, Censos 2021

A análise da população residente por grupos etários e por género, revela a maior concentração de residentes nos grupos etários entre 35-39 e 40-44 anos, com uma ligeira predominância de mulheres. Nos grupos etários mais jovens a distribuição de género é mais equilibrada. Nos grupos etários mais velhos (acima de 70 anos), há uma predominância crescente de mulheres,

especialmente no grupo de 85 anos ou mais, refletindo uma maior longevidade feminina (Figura 10).

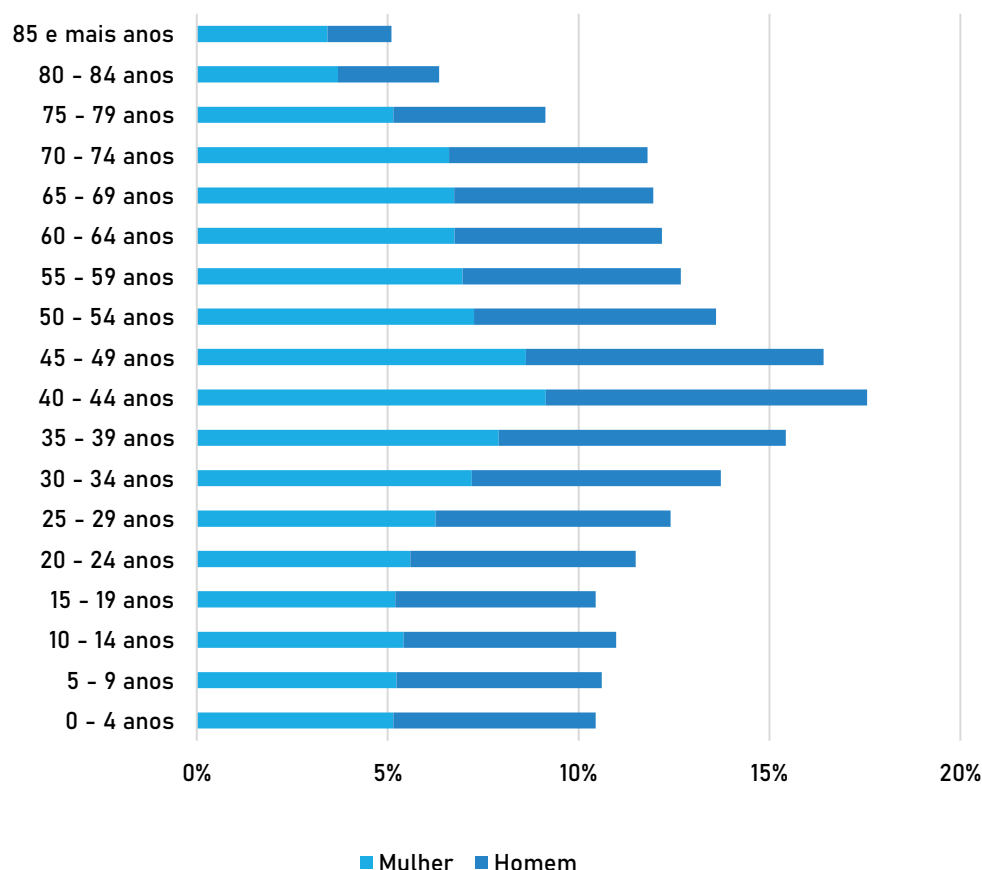


Figura 10. População residente no Concelho de Odivelas, segundo Grupos Etários

Fonte: INE, Censos 2021

Já a variação da população residente em Odivelas, entre 2011 e 2021, por grandes grupos etários, mostra uma tendência de envelhecimento no concelho. Em todas as freguesias, a população com 65 ou mais anos aumentou significativamente, destacando-se a UF Ramada e Caneças como a mais envelhecida, com um aumento de 47% no número de residentes idosos. Por outro lado, em todas as freguesias o peso das faixas etárias mais jovens (0-14 anos e 15-24 anos) diminuiu ou cresceu pouco (tendência que também se verificou para a população com idade compreendida entre 25-64 anos).

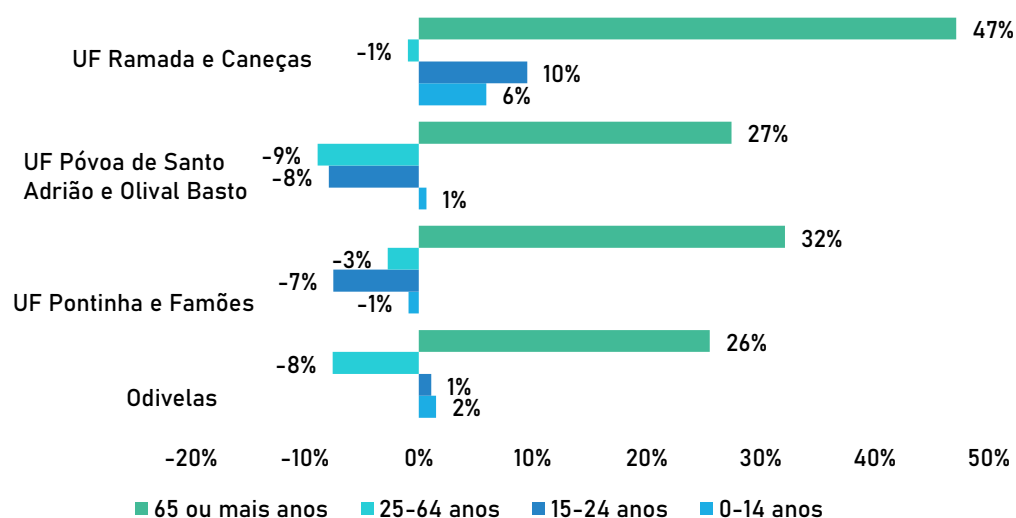


Figura 11. Variação entre 2011-2021 da população residente do concelho de Odivelas, por grande grupo etário

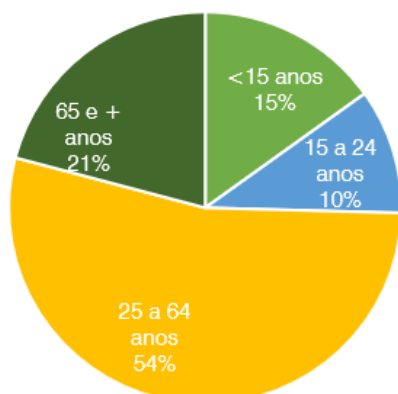
Fonte: INE, Censos 2021

Com efeito, o índice de envelhecimento²⁹ de Odivelas sofreu um agravamento, tendo passado de 107,4 em 2011, para 138,4 em 2021. Não obstante, este é um valor consideravelmente inferior ao da AML e, principalmente, ao nacional. Contrariamente ao que sucede na AML e no País, e apesar da fecundidade sofrer uma tendência de redução, Odivelas continua a manter um saldo natural positivo, que se soma a um saldo migratório também positivo, apesar das taxas de crescimento natural e migratório apresentarem uma tendência de decréscimo na última década (Figura 12).

²⁹ O índice de envelhecimento expressa a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Estrutura etária

2021



Índ. Envelhecimento

2021

Portugal	182,1
AML	150,9
Odivelas	138,4

Taxa de crescimento efetivo

2022	0,83%
2012	0,06%

Taxa de crescimento natural

2022	0,19%
2012	0,47%

Taxa de crescimento migratório

2022	0,64%
2012	-0,42%

Figura 12. Estrutura etária, índice de envelhecimento e taxas de crescimento da população no concelho de Odivelas

Fonte: INE, Censos 2021 e Indicadores demográficos

Acrescente-se que, apesar da tendência de envelhecimento, se perspetiva que a evolução populacional para o Concelho se mantenha alinhada com as projeções demográficas apresentadas para a AML, e que, nos próximos anos, apesar de mais contida do que em décadas passadas, continue a ser positiva.

Em termos genéricos, a par do maior envelhecimento da população, e em parte por ele influenciadas, registam-se alterações na dimensão e composição das famílias residentes no Concelho. Em 2021, entre os 60 182 agregados residentes no concelho de Odivelas, 60 139 são agregados domésticos privados³⁰ e 43 agregados institucionais³¹.

Segundo os Censos de 2021, a dimensão média dos agregados domésticos privados no Concelho é de 2,45 pessoas, ligeiramente superior à dimensão média dos agregados na AML (2,38) e semelhante à observada à escala nacional (2,46). Na última década, os agregados unipessoais foram os que registaram um maior aumento (um acréscimo de 19,1%), correspondendo a cerca de um quarto dos agregados domésticos privados do Concelho, em 2021. Acrescente-se que, em 2021, 11,9% dos agregados privados unipessoais correspondem a pessoas com mais de 65 anos,

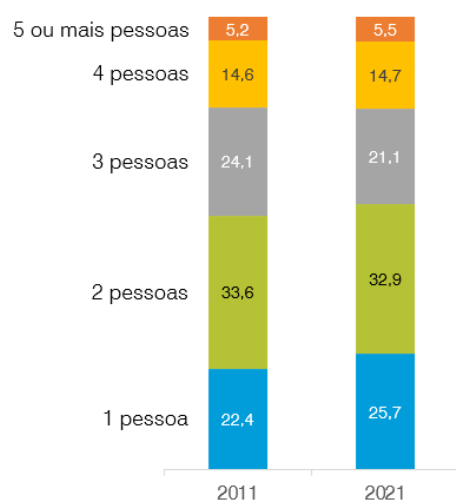
³⁰ Um agregado doméstico privado é um conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

³¹ Os agregados institucionais definem-se como o conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

um valor que, sendo crescente e relevante, graças ao menor envelhecimento de Odivelas, é inferior ao registado a nível nacional (12,5%) e na AML (13%).

Os agregados domésticos privados com 2 pessoas são os mais numerosos (cerca de um terço das famílias), enquanto as famílias com 4 pessoas (que representam 14,7%) ou com 5 ou mais pessoas (5,5%), apesar da sua importância relativa ter aumentado ligeiramente, têm uma representatividade menor (Figura 13).

Agregados por dimensão (%)



2,45 pessoas

Dimensão média dos agregados
(2021)



11,9% dos agregados

Uma pessoa com mais de 65 anos
(2021)



44 054 núcleos

Núcleos familiares residentes no concelho
(2021)

Figura 13. Dimensão dos agregados domésticos privados residentes no concelho de Odivelas, proporção de agregados unipessoais com mais de 65 anos e núcleos familiares

Fonte: INE, Censos 2021

Entre 2011 e 2021, a taxa de crescimento dos núcleos familiares monoparentais foi de 25,5%, sendo em 2011, cerca de 7 383 e em 2021, 9 295 núcleos familiares, dos quais a grande maioria eram compostos por mães com filhos. As famílias monoparentais são, tendencialmente, mais vulneráveis, quer por dificuldades financeiras devido à dependência de um único titular de rendimento, quer por dificuldades na gestão do tempo, na conciliação entre a vida privada e profissional e no apoio das crianças.

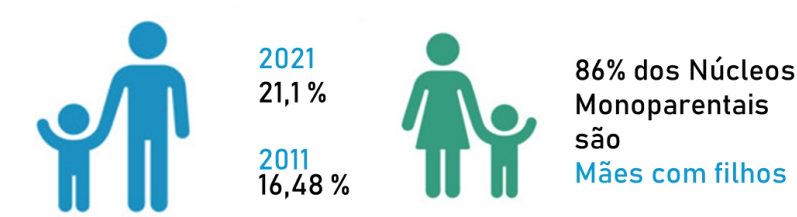


Figura 14. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) em Odivelas

Fonte: INE, Censos 2021

A análise das taxas brutas de natalidade e mortalidade em Odivelas mostra que, até 2019, a primeira se encontrava relativamente estável, ao passo que a segunda apresentava uma ligeira subida. Com a pandemia em 2020 e 2021, a mortalidade teve um aumento significativo das mortes e existiu uma queda nos nascimentos. Em 2022 e 2023, a natalidade começou a recuperar e a mortalidade diminuiu (Figura 15).

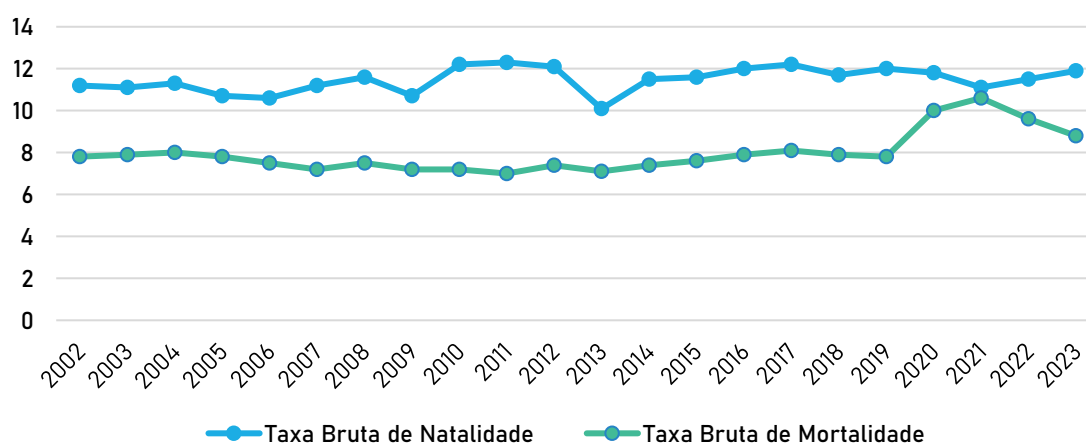


Figura 15. Evolução das Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade da População do Concelho de Odivelas 2002-2023 (‰)

Fonte: PORDATA

2.2.2. População estrangeira

A população estrangeira é um grupo particularmente vulnerável a problemas relacionados com habitação, educação, emprego e discriminação, o que é reconhecido no Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Odivelas 2020-2022. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população estrangeira com estatuto legal de residente no Município de Odivelas representa 16% da população total do concelho. Entre estes residentes estrangeiros, de acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2021, destacam-se

as nacionalidades do Brasil (27%), Índia (15%), Angola (10%), Guiné-Bissau (9%), Paquistão (6%), Ucrânia e Roménia (ambas com 4%) e São Tomé e Príncipe (3%).

É relevante destacar que a distribuição da população estrangeira pelas freguesias do município é desigual. A UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto regista a maior proporção de população estrangeira, com cerca de 14,6%, sendo seguida pela freguesia de Odivelas, que apresenta 10,8%, e pela UF de Pontinha e Famões, com 9,0%. Por outro lado, a UF de Ramada e Caneças regista a menor proporção de população estrangeira, com apenas 5,7%, um valor consideravelmente inferior ao das restantes freguesias.

Atendendo aos dados publicados pelo INE, verifica-se que, no concelho de Odivelas, o número de indivíduos estrangeiros com estatuto legal de residente³² tem aumentado substancialmente nos últimos anos. Entre 2008 e 2022, a população estrangeira com estatuto legal passou de 14 675 indivíduos para 23 766 indivíduos, o que perfaz um crescimento de cerca de 62%. Esta evolução justifica-se essencialmente pelo crescimento acentuado da população proveniente do Sudeste Asiático (nomeadamente Índia e Nepal), Brasil e dos PALOP, sobretudo entre 2017 e 2022 (Figura 16). Neste último ano, a nacionalidade brasileira era a mais expressiva, representando 27% da população estrangeira com estatuto legal a residir em Odivelas.

Em 2022, tinham solicitado o estatuto de residente 4 738 estrangeiros, dos quais 4 404 eram requerentes extracomunitários³³.

³² De acordo com o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual) o residente legal é o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano. Os dados apresentados referem-se a pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não incluem os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, assim como os estrangeiros com situação irregular.

³³ Não é possível apresentar com mais detalhe a nacionalidade dos requerentes, uma vez que o INE apenas disponibiliza esta informação por “Grupos de países”.

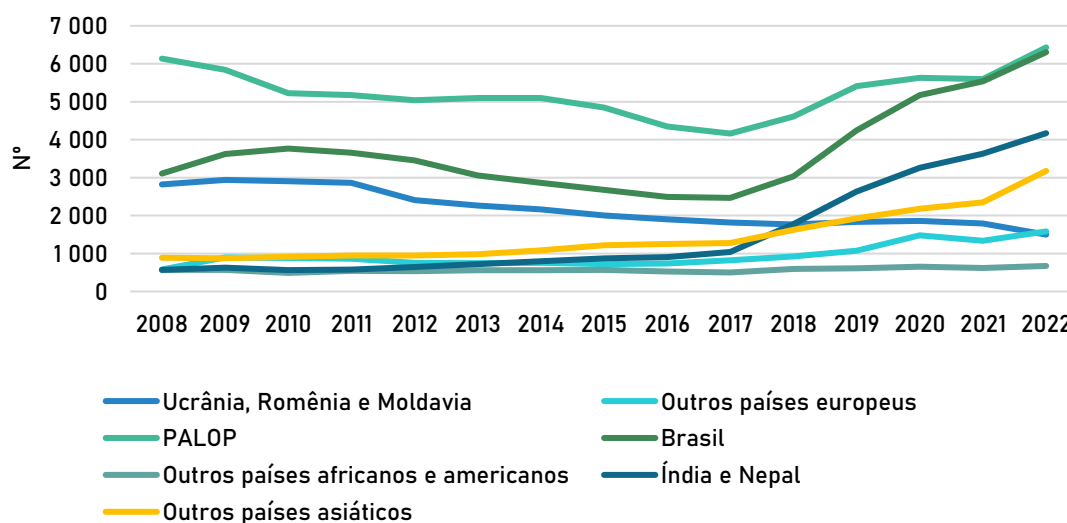


Figura 16. População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Odivelas, entre 2008 e 2022

Fonte: INE

Saliente-se, contudo, que estes dados não contabilizam um número indeterminado, mas seguramente alargado, de outras situações mais precárias, designadamente a população indocumentada. Com efeito, os dados de atendimento do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odivelas³⁴, revelam que, em 2019, foram atendidas nesta entidade cerca de 11 600 pessoas, cerca de metade das quais residentes no Concelho, sendo o principal motivo destes atendimentos (mais de 3/4) o pedido de apoio à legalização da permanência no País. Acrescente-se ainda que o número de atendimentos foi ditado pela capacidade técnica para realização dos mesmos e não pelo volume da procura por este serviço, que é ainda superior.

Em 2022, a população estrangeira com estatuto legal em Odivelas era maioritariamente masculina (56%), no entanto, esta tendência não é uniforme entre todas as nacionalidades. Por exemplo, entre os estrangeiros provenientes de países indostânicos, 70% são homens, enquanto que entre os oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Europa de Leste, há uma maior percentagem de mulheres.

³⁴ O CLAIM é a principal estrutura de acolhimento a população migrante do Município de Odivelas. Encontra-se em funcionamento desde janeiro de 2005, no quadro de um protocolo de cooperação entre o Município de Odivelas e o então Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

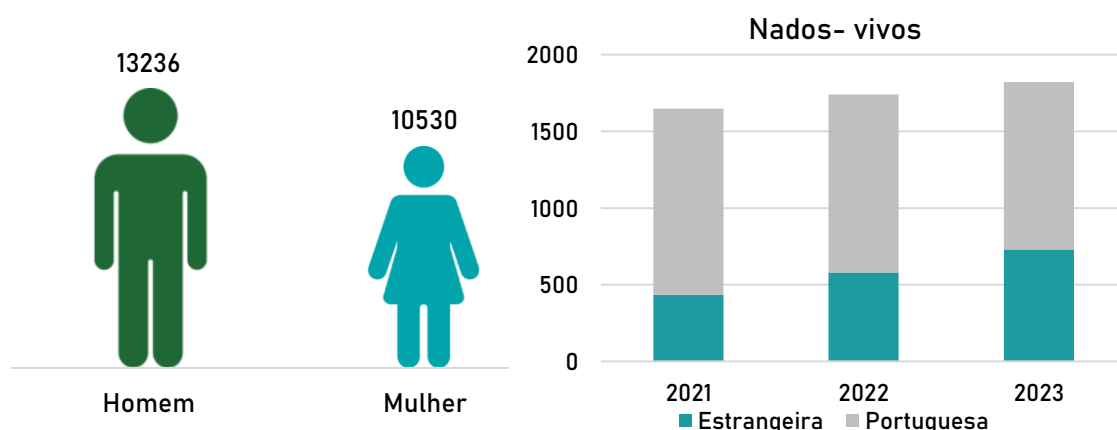


Figura 17. População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Odivelas, em 2022, por género (Esquerda) e Nados-vivos com residência no concelho e nacionalidade da mãe (Direita)

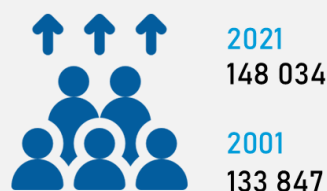
Fonte: INE

Acrescente-se ainda que, em 2023, 40% dos nados-vivos em que a mãe residia em Odivelas tinham mães de nacionalidade estrangeira. O que indica que a contribuição da população estrangeira para a natalidade em Odivelas é muito significativa, com a evolução positiva do número de nados-vivos no Concelho a dever-se, em grande parte, ao aumento de nascimentos entre a população imigrante.

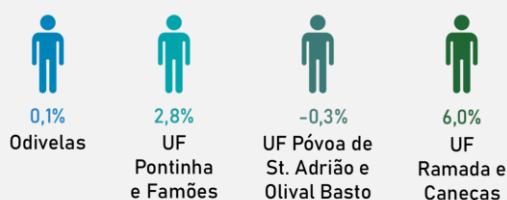
SÍNTESE CONCLUSIVA: DEMOGRAFIA

A partir da última metade do século XX, Odivelas foi alvo de um forte aumento populacional, que, contrariamente à generalidade dos municípios portugueses, se estende à atualidade, registando ainda taxas de crescimento natural e migratório positivas. Apenas a UF da Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto perdeu população, nos últimos Censos, mas mesmo aqui verificou-se um aumento do número de agregados residentes.

Evolução da população residente no concelho de Odivelas

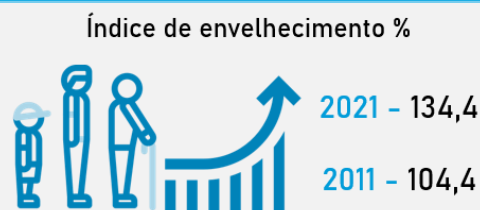


Todas as freguesias com aumentos de população, excepto UF Póvoa de St. Adrião e Olival Basto

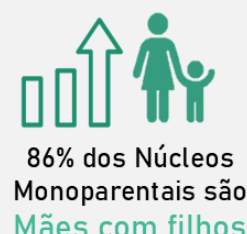
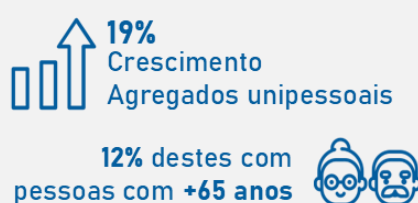


Apesar de ser, no contexto nacional e regional, um concelho jovem, o aumento da população com 65 ou mais anos e o menor crescimento das faixas etárias mais jovens, traduzem-se numa tendência de envelhecimento demográfico. Perspetiva-se, todavia, a manutenção das dinâmicas de crescimento populacional (embora mais contido), mas também de envelhecimento.

SÍNTESE CONCLUSIVA: DEMOGRAFIA



Detetam-se alterações na dimensão e composição das famílias, que se tornaram tendencialmente menores, com mais idosos e com maior proporção de famílias monoparentais (em especial femininas). Os agregados unipessoais foram aqueles que registaram um aumento mais expressivo (+19%) e, em 2021, correspondiam a cerca de ¼ dos agregados domésticos privados. Entre estes, os agregados unipessoais constituídos por pessoas idosas carecem de particular atenção.



Simultaneamente, houve um aumento expressivo da proporção de população estrangeira, na última década, sendo o real quantitativo superior ao das estatísticas oficiais. Há hoje uma grande diversidade de nacionalidades representadas, tendo, nos últimos anos, aumentado fortemente a população do Sudeste Asiático (tendencialmente masculina), do Brasil (a nacionalidade mais numerosa) e dos PALOP. A população estrangeira é um grupo particularmente vulnerável a problemas de habitação, educação, emprego e discriminação, sendo de destacar a relevância das situações de permanência indocumentada.

Aumento e diversificação das origens da população estrangeira



Brasil
27%



Angola
10%



Paquistão
6%



Roménia
4%



Índia
15%



Guiné Bissau
9%



Ucrânia
4%



S. Tomé e Príncipe
3%

O contexto demográfico possui indicadores que evidenciam um quadro potenciador de situações de fragilidade e de exclusão social (individual e familiar). Entre os grupos vulneráveis, destacam-se os idosos que vivem sós, as famílias monoparentais e a população estrangeira.

2.3. Educação e Socioeconomia

2.3.1. Educação e formação

A educação é um importante motor do desenvolvimento social e económico, influenciando o emprego, os níveis de rendimento e, consequentemente, a capacidade de acesso a bens e serviços, e a qualidade de vida das famílias. De forma a abordar a temática da educação, formação e aprendizagem, analisou-se a Carta Educativa do Município de Odivelas (2019), assim como as estatísticas referentes a esta temática disponíveis na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e no INE.

De acordo com os Censos de 2021, o perfil de escolaridade da população residente em Odivelas é menos qualificado do que o da Grande Lisboa, embora mais qualificado do que o do País. Tal como nas restantes escalas territoriais em análise, verificou-se uma melhoria significativa do perfil de escolaridade da população residente no Concelho, diminuindo a importância da população residente com menores níveis de instrução (como a população sem nenhum nível de escolaridade ou com o ensino básico). Pelo contrário, a importância da população com ensino superior cresceu cerca de 6%, correspondendo, em 2021, a 19,9% do total de residentes no concelho de Odivelas. Nesta data, cerca de 24% da população possuía o ensino secundário completo, um grupo populacional que também aumentou (Figura 18).

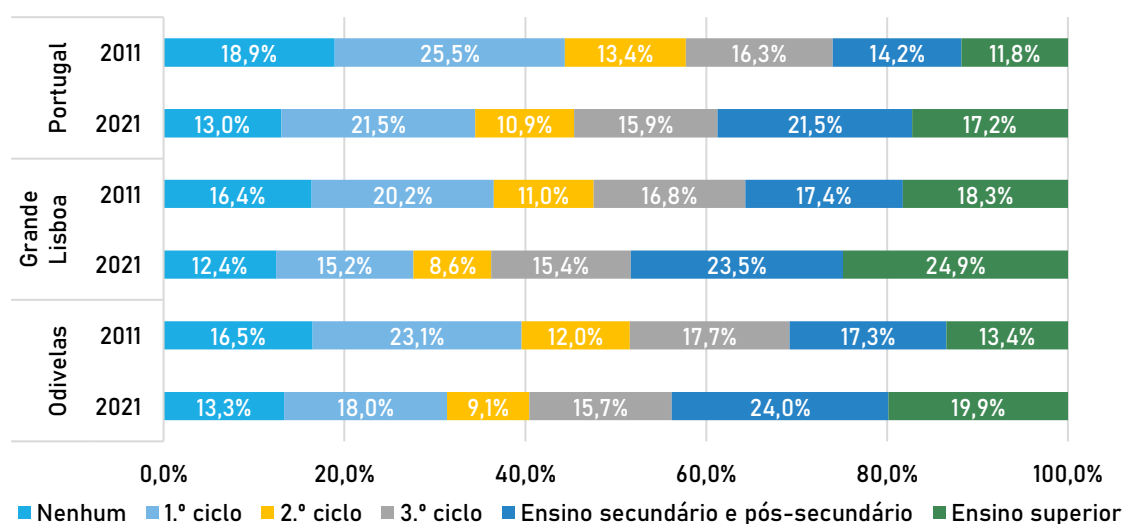


Figura 18. População residente segundo o nível de escolaridade, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

O decréscimo acentuado da taxa de analfabetismo apresentada na Tabela 1 reforça igualmente o percurso positivo em matéria de qualificação escolar da população residente.

Tabela 1. Taxa de analfabetismo, em 2011 e 2021

Unidade territorial	Taxa de analfabetismo (%)	
	2021	2011
Portugal	3,1	5,2
Grande Lisboa	1,9	3,0
Odivelas	1,8	2,9

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Ao nível interno, e considerando agora a população residente com 15 e mais anos, verifica-se que a população residente na freguesia de Odivelas e na UF de Ramada e Caneças é, em média, mais escolarizada do que a população residente nas restantes UF (Figura 19). Note-se, ainda, a existência de um quantitativo expressivo de adultos no concelho sem escolaridade ou que apenas possuía o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) completo (infere-se que provavelmente os mais idosos).

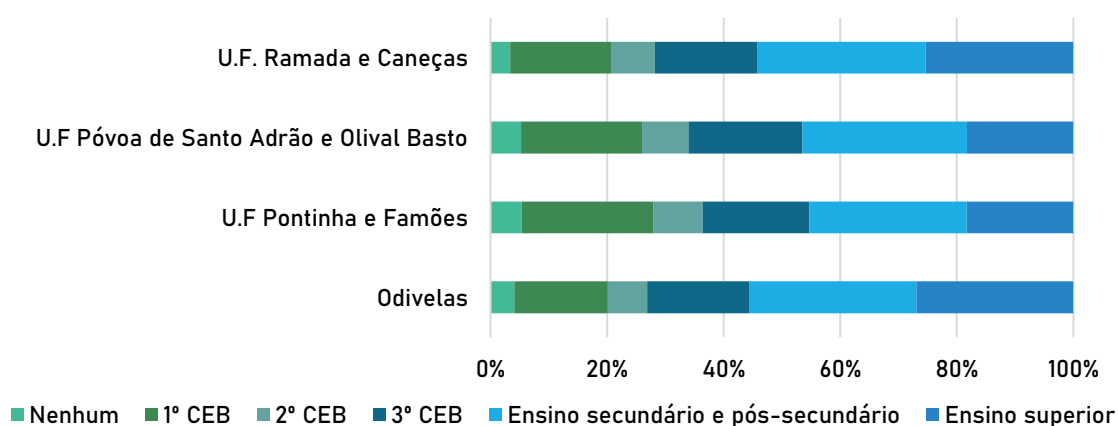


Figura 19. População residente com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade mais elevado completo em 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

No que respeita à rede educativa pública do concelho de Odivelas, de acordo com a Carta Educativa (2019), o Município tinha em funcionamento 6 jardins-de-infância (isolados), 23 escolas básicas do 1º CEB com resposta de pré-escolar integrado, 7 escolas básicas só com a valência do 1º CEB, 1 escola básica integrada com 1º, 2º e 3º CEB, 7 escolas básicas com 2º e 3º CEB, 5 escolas secundárias com 3º CEB integrado, e 1 escola profissional (Escola Profissional Agrícola). No ano letivo 2022/2023, abriram dois novos equipamentos escolares (previstos na Carta Educativa): o Jardim de Infância Professora Alzira Beatriz Pacheco, com resposta de pré-

escolar, e a Escola Básica do Mosteiro, com resposta de pré-escolar e 1º CEB. Presentemente está em construção, na Serra da Amoreira, uma nova escola básica do 1º CEB com pré-escolar, que irá reforçar a oferta pública nestes níveis.

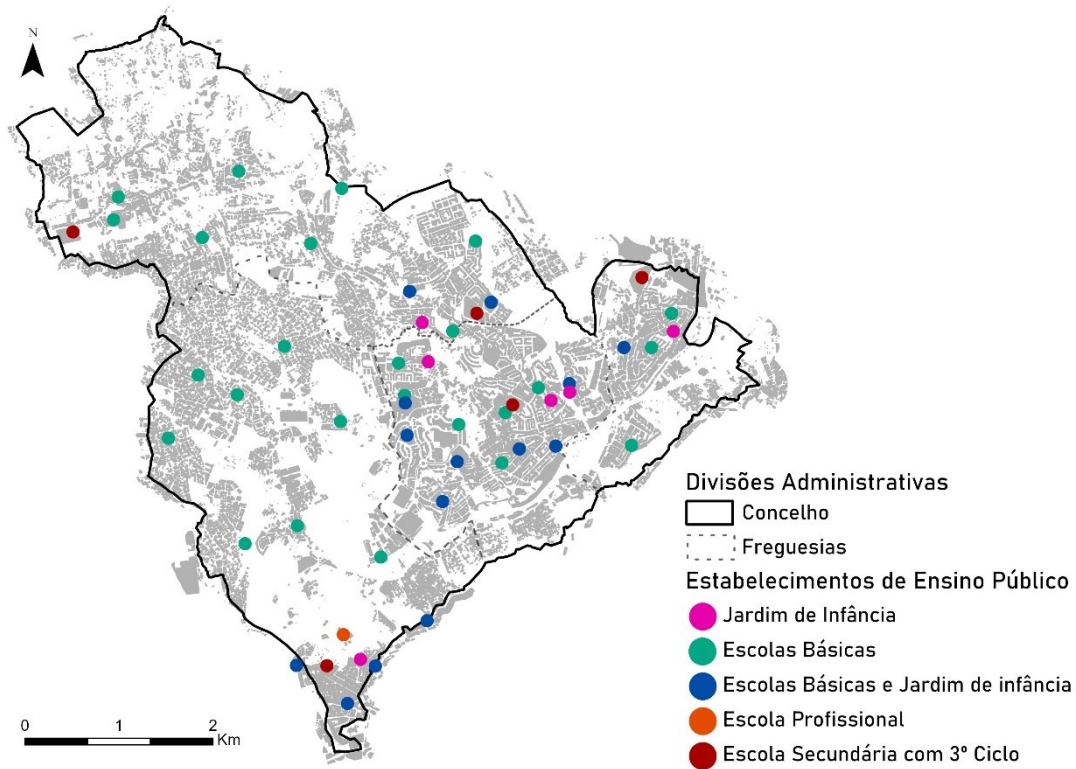


Figura 20. Estabelecimentos de ensino público no concelho de Odivelas

Fonte: CMO, 2024

No que se refere ao nível organizativo, estes estabelecimentos de educação e ensino estão organizados em 8 agrupamentos de escolas, 4 deles com sede em escolas dos 2º e 3º CEB, com uma oferta educativa do pré-escolar ao 9º ano de escolaridade. Os restantes 4 agrupamentos de escolas possuem sede em escolas secundárias, e, portanto, uma oferta educativa do pré-escolar ao 12º ano. Existem ainda 2 escolas não agrupadas: uma de nível secundário com 3º ciclo integrado, e a Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paiã.

Importa referir que quatro das cinco³⁵ escolas secundárias oferecem tanto cursos científico-humanísticos, como cursos profissionais em várias áreas³⁶. A Escola Profissional Agrícola oferece cursos profissionais no domínio da agropecuária, indústria agroalimentar e afins (p.e. Produção Agropecuária; Gestão Equina; Processamento e Controle da Qualidade Alimentar, entre outros). Salienta-se ainda, que, de acordo com a informação disponível na Carta Educativa, a oferta formativa profissional das escolas do Concelho tem vindo a ser reduzida, tanto nas escolas secundárias como na escola profissional.

No que se refere à educação de adultos existem três escolas secundárias com resposta de Centros Qualifica (Programa Vocacionado para a Qualificação de Adultos), de Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) de nível básico e secundário, e Cursos de Português para Estrangeiros. Mencione-se ainda a existência de oferta de formação mais específica, designadamente o Programa PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) num agrupamento de escolas, e um curso CEF (Curso de Educação e Formação), num outro agrupamento de escolas. Está ainda localizado no Concelho, um Centro de Formação Profissional para o Setor Alimentar, que oferece os seguintes serviços: Centro Qualifica, formação para adultos na área da cozinha, pastelaria e restauração, Português para Todos, e apoio técnico a empresas do setor alimentar.

Existe um estabelecimento de ensino superior privado de nível politécnico no Concelho – o Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo –, com oferta nas áreas das ciências sociais e humanas, desporto, educação e turismo, conferindo os graus de licenciatura, mestrado, pós-graduação e CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais).

Segundo os dados mais recentes (DGEEC), no ano letivo 2022/2023, encontravam-se matriculados 23 409 alunos nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do concelho de Odivelas, 87% dos quais em escolas públicas e as restantes em escolas de ensino privado. Importa ainda destacar que 57% dos alunos matriculados em escolas privadas frequentavam a educação pré-escolar, evidenciando a insuficiente oferta na escola pública deste nível de ensino. O número de alunos nas escolas de Odivelas, na última década, apresenta uma tendência de

³⁵ Apenas a Escola Secundária da Ramada não apresentou, para o ano letivo 2018/2019, nenhum curso de formação profissional.

³⁶ No ano letivo 2018/2019, incluíam cursos de Mecatrónica Automóvel; Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; Auxiliar de Saúde; Turismo; Vendas; Apoio à Infância; Comércio; Desporto; Gestão de Equipamentos Informáticos; Apoio Psicossocial; Informática de Gestão.

ligeiro crescimento, extensível a todos os níveis de ensino, embora ligeiramente superior no ensino pré-escolar e no 1.º CEB (Figura 21).

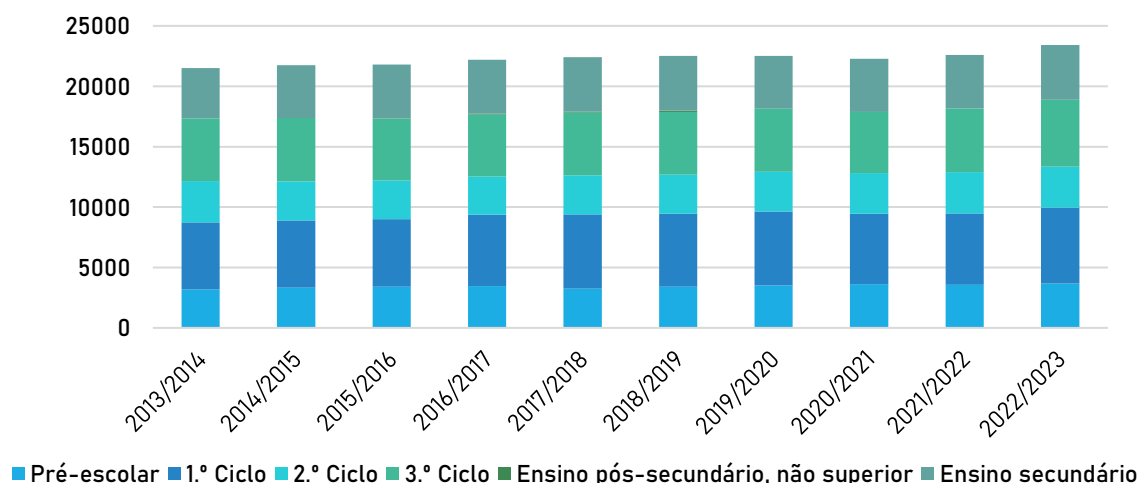


Figura 21. Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odivelas (no final do ano letivo), por nível de ensino (Nº)

Fonte: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual

No ano letivo de 2023/2024, estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino público do Concelho 4 209 alunos com nacionalidade estrangeira. Entre o ano letivo 2019/2020 e 2023/2024, o número de alunos estrangeiros nas escolas de Odivelas aumentou 38%. O peso dos alunos com nacionalidade estrangeira variou entre cerca de 15% do número de alunos matriculados nas escolas públicas (no ano letivo de 2020/2021) e os 22% (no ano letivo de 2023/2024) (Figura 22).

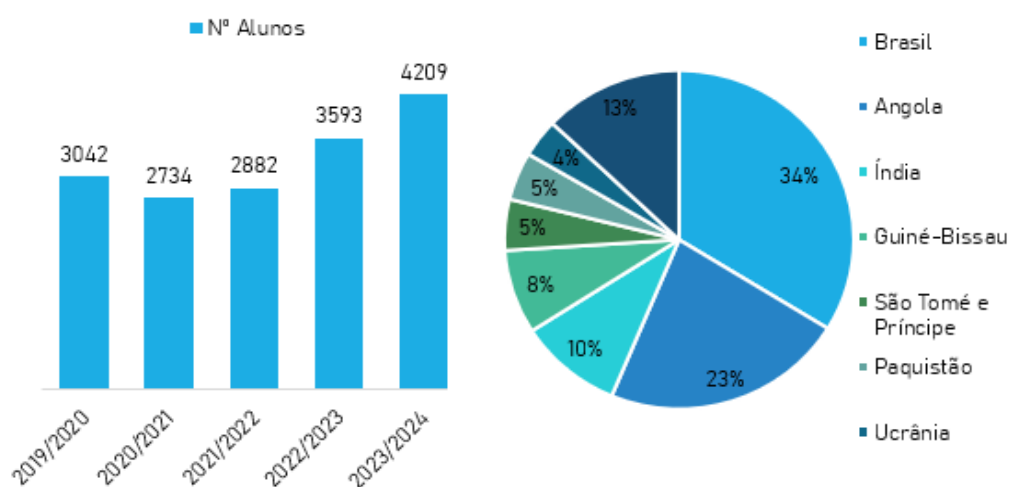


Figura 22. Evolução dos alunos de nacionalidade estrangeira e principais nacionalidades

Fonte: CMO, 2024

As nacionalidades predominantes são o Brasil (34%), Angola (23%) e Índia (10%), no entanto, importa salientar que, no seu conjunto, estes alunos eram provenientes de 73 países distintos, assistindo-se a uma diversificação das origens e a um aumento expressivo dos alunos de língua não portuguesa, o que coloca desafios acrescidos às escolas.

A taxa bruta de pré-escolarização apresenta uma tendência positiva na última década (apesar da diminuição observada no último ano letivo analisado). Porém, e apesar de ter havido um esforço de investimento no desenvolvimento e alargamento da rede da educação pré-escolar pública no Concelho, permitindo reduzir os défices de cobertura e diminuir as desigualdades no acesso, este indicador continua a ser muito inferior ao registado na AML. No ano letivo 2021/2022, a taxa de educação pré-escolar no Concelho era de apenas de 76%, ou seja, 12,5 pontos percentuais inferior à registada na AML.

Já as taxas de escolarização no ensino secundário apresentaram um crescimento de 15% ao longo deste período, passando de 96%, no ano letivo de 2013/2014, para mais de 100% em 2021/2022. O ensino básico, que apresenta a maior taxa bruta de escolarização em comparação com os restantes níveis de ensino, registou variações positivas e negativas ao longo deste período, apresentando no ano letivo de 2021/2022, uma taxa bruta de escolarização de 106%. As taxas de escolarização do ensino básico e secundário em Odivelas são superiores às da região.

Note-se que as taxas brutas de escolarização e pré-escolarização são calculadas com base nos alunos que frequentam as escolas do concelho de Odivelas, independentemente do seu local de residência. Existem crianças e jovens de concelhos limítrofes que frequentam escolas em Odivelas, e alunos residentes em Odivelas que frequentam escolas nos concelhos vizinhos de Lisboa, Loures ou Sintra, entre outros concelhos. Quando superior a 100%, significa que o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de ensino um determinado nível de escolaridade supera o número de crianças residentes com a idade para frequentar esse nível de escolaridade.

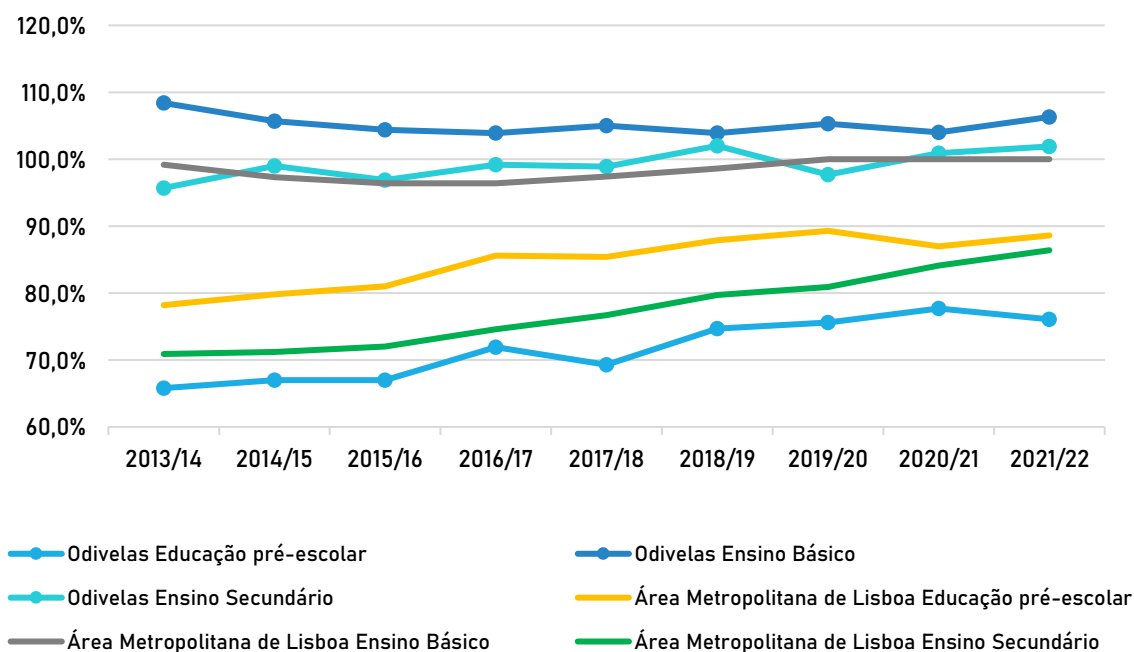


Figura 23. Taxa bruta de pré-escolarização³⁷ e taxas brutas de escolarização no ensino básico³⁸ e no ensino secundário³⁹, entre os anos letivos de 2013/2014 e 2021/2022

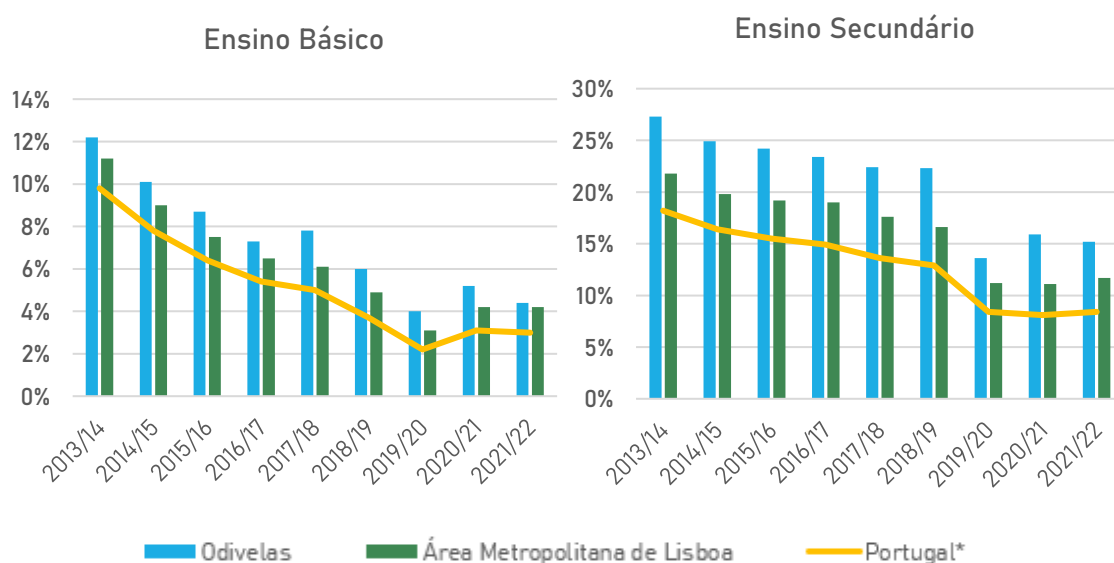
Fonte: DGEEC, 2023

Os indicadores de insucesso escolar no Concelho, como a taxa de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário, acompanham o comportamento à escala nacional e regional, mantendo-se, todavia, menos favoráveis do que na AML e no País. Em termos gerais, verifica-se uma evolução positiva entre 2013 e 2022, sendo esta redução mais expressiva no ensino básico. No ano letivo de 2021/2022, a taxa de retenção e desistência em Odivelas situava-se em cerca de 4% no ensino básico e cerca de 15% no ensino secundário. No País era, respetivamente, 3% e 8,4%.

³⁷ Indicador que relaciona: (Crianças inscritas na educação pré-escolar/ População residente com idade entre 3 a 5 anos)*100, INE

³⁸ Indicador que relaciona: (Alunos matriculados no ensino básico/ População residente com idade entre 6 a 14 anos)*100, INE

³⁹ Indicador que relaciona: (Alunos matriculados no ensino secundário/ População residente com idade entre 15 e 17 anos)*100, INE



*Dados apenas de Portugal Continental

Figura 24. Taxa de retenção e desistência entre os anos letivos 2013/2014 e 2021/2022

Fonte: DGEEC, 2023

Note-se que, entre 2019/2020 e 2020/2021, muito provavelmente em consequência da pandemia, houve um aumento deste indicador, mas que, no ano seguinte, a tendência de decréscimo foi restaurada, sendo esta uma evolução que importa acompanhar. Este contexto reforça ainda a necessidade de apostar em iniciativas ligadas à promoção do sucesso escolar, de forma a consolidar a recuperação e garantir a continuidade da tendência de sucesso escolar da última década, aproximando os indicadores do concelho dos níveis nacionais.

De acordo com os dados da CM0, o número de alunos beneficiários da Ação Social Escolar (ASE) é muito significativo. A ASE comparticipa as despesas escolares de alunos com poucos recursos socioeconómicos, como a alimentação, aquisição de material escolar e visitas de estudo, conforme estabelecido pela legislação em vigor. Em 2023/2024, foram beneficiários da ASE 6 514 alunos, representando cerca de 33% dos alunos matriculados nas escolas públicas do Concelho. Destes, mais de metade (3 468 alunos) enquadravam-se no escalão A (aquele que tem maiores apoios), 37% (2 424 alunos) no escalão B e 10% (625 alunos) no escalão C.

A proporção de alunos com ASE é superior no pré-escolar, onde sensivelmente metade dos alunos matriculados nos estabelecimentos deste nível do ensino público beneficia deste apoio, e diminui progressivamente à medida que consideramos níveis de ensino mais avançados, indiciando que estes alunos mais carenciados terão tendência a abandonar o seu percurso escolar.

Note-se ainda que, entre 2019/2020 e 2023/2024, tem vindo a registar-se uma ligeira diminuição na proporção de beneficiários, no geral e nos níveis de ensino equivalente ou superior ao 2º CEB. Esta tendência não é extensível à educação pré-escolar e do 1º CEB onde se registou um aumento progressivo (quebrado entre os dois anos letivos mais recentes) da proporção de alunos com ASE (Figura 25).

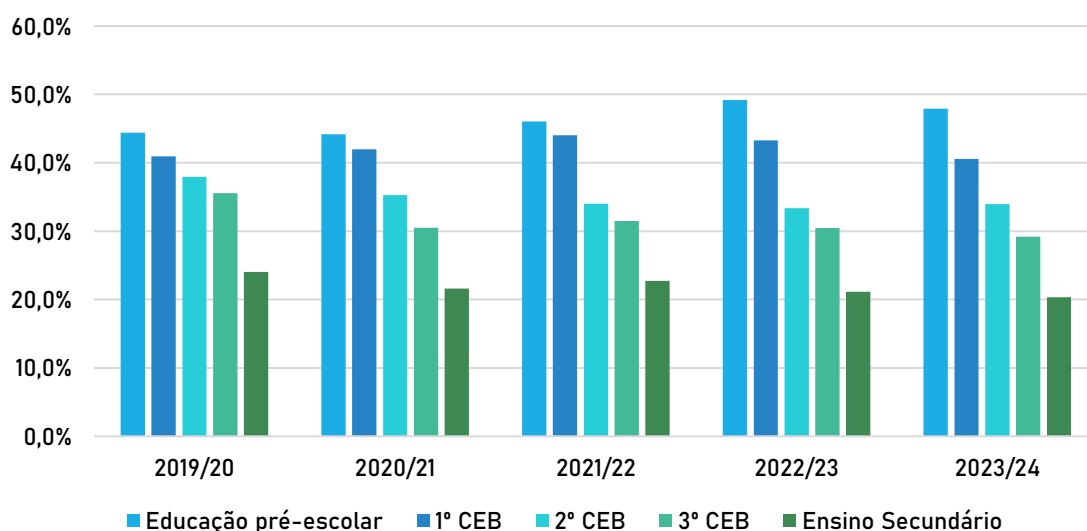


Figura 25. Evolução da percentagem de alunos com ASE, em cada nível de educação e ensino

Fonte: CMO, 2024

No que respeita aos transportes, acrescente-se que o Orçamento do Estado para 2024 vem determinar a gratuidade dos passes para todos os estudantes até aos 23 anos, incluindo os matriculados em cursos para obtenção de licenciatura, bem como os matriculados em cursos de formação profissional, possibilitando que todos os estudantes até aos 23 anos possam viajar gratuitamente, na AML⁴⁰.

Adicionalmente, são destacados os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), conforme definido pelo DL n.º 54/2018, de 6 de julho, usando a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS). Estes alunos enfrentam limitações permanentes ao nível da atividade e participação, devido a dificuldades na comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e

⁴⁰ De acordo com a Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, que define, ao abrigo do artigo 23.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, as condições de atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP.

participação social, requerendo serviços especiais para promover o seu potencial biopsicossocial.

No ano letivo de 2022/23, o concelho de Odivelas possuía 1 281 alunos com NEE, estando principalmente inscritos no ensino básico, em particular entre o 1º e o 3º CEB. O número de alunos com este estatuto tem aumentado progressivamente no Concelho (Figura 26).

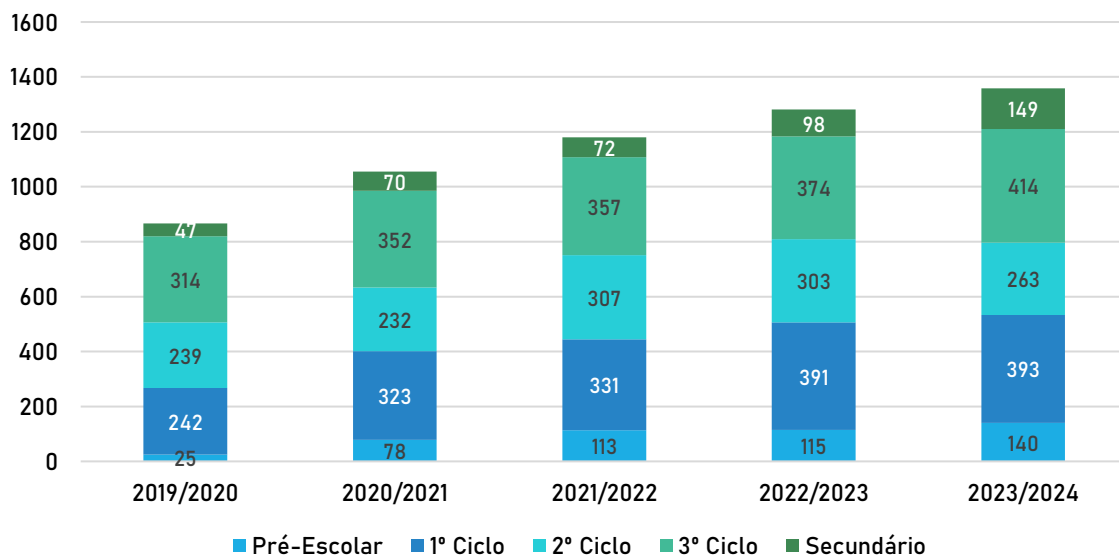


Figura 26. Evolução do número de alunos com NEE, por nível de educação e ensino

Fonte: CMO, 2024

No Concelho, para além da integração de crianças com NEE em turmas regulares, existem unidades especializadas de apoio à sua integração permanente nos estabelecimentos de ensino públicos. As Unidades de Apoio Especializado (UAE) promovem a participação de alunos com multideficiência nas atividades curriculares, através de metodologias e estratégias interdisciplinares. Por outro lado, as Unidades de Ensino Estruturado (UEE) são dedicadas à inclusão de alunos com perturbações do espectro do autismo nas atividades curriculares. Estas unidades implementam um modelo de ensino estruturado baseado em princípios e estratégias organizacionais para o espaço, tempo, materiais e atividades.

2.3.2. Dinâmicas económicas e emprego

O concelho de Odivelas tem revelado um dinamismo económico positivo recente. O número de empresas ativas em Odivelas apresenta uma tendência de crescimento constante desde 2013, superando os níveis anteriores à crise financeira de 2008, que atingiu o seu mínimo em 2012

(Figura 27). Por outro lado, no mesmo período, o volume de negócios das empresas teve uma trajetória de crescimento mais acentuada e quase ininterrupta (apenas quebrada em 2020, refletindo os efeitos do confinamento imposto pela pandemia de Covid-19), tendo sido especialmente acentuada entre 2020 e 2022.

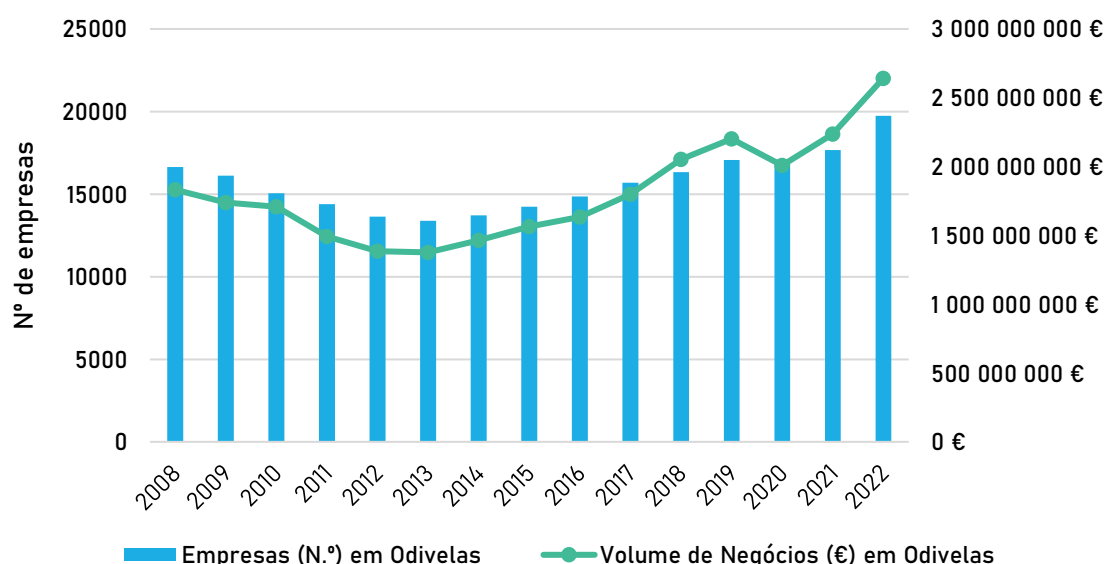


Figura 27. Evolução do número de empresas e volume de negócios das empresas de Odivelas

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Não obstante, em 2022, as 19 741 empresas ativas no Município, representavam 5% do total de empresas da AML, e o volume de negócios das empresas (que era de 2,64 mil M€), representava apenas 1% do volume de negócios do total de empresas na AML.

O mercado de trabalho no Concelho apresenta uma reduzida atratividade. Em 2021, no Concelho, a taxa de atração líquida da população empregada por conta de outrem, publicada pelo INE⁴¹, foi de -1,7%, inferior à observada na Grande Lisboa (0,1%) e, com exceção da Amadora, à dos concelhos aqui incluídos.

Com efeito, sendo Odivelas um concelho com uma função marcadamente residencial, os dados dos últimos Censos revelam ainda uma forte dependência de Odivelas em relação a outras áreas para oportunidades de emprego. Em 2021, cerca de 60% da população residente em Odivelas, trabalhava noutro município (Figura 28).

⁴¹ Traduz o quociente entre a diferença entre os fluxos de entrada e de saída de trabalhadores por conta de outrem e o número médio de trabalhadores por conta de outrem.

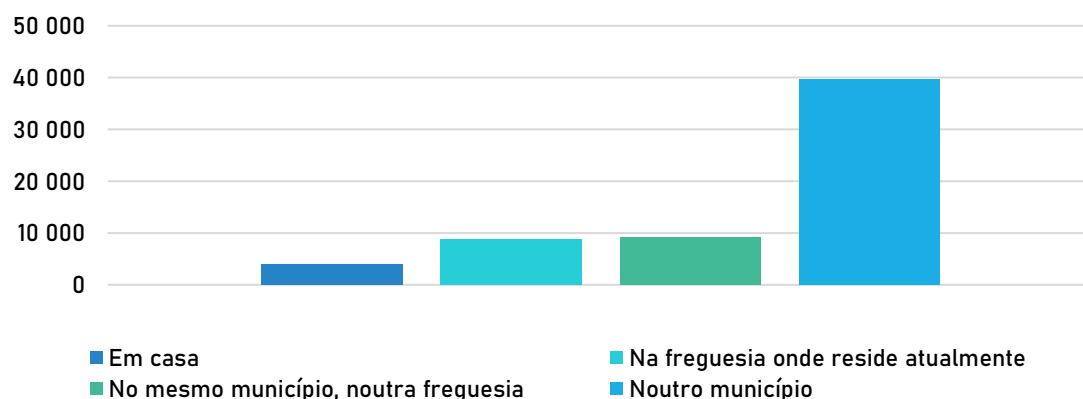


Figura 28. População residente empregada (N.º) em Odivelas, por local de trabalho

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Na mesma data, a taxa de atividade em Odivelas era cerca de 58%, apresentando uma redução de cerca de 7% face a 2011. A taxa de atividade em Odivelas é superior à da maior parte dos concelhos da Grande Lisboa, apenas sendo inferior à de concelhos mais distantes de Lisboa, como Vila Franca de Xira, Mafra e Sintra.

A terciarização do emprego é muito forte. Das 66 234 pessoas empregadas com residência no concelho de Odivelas, 86% estava empregada no setor dos serviços, 14% em atividades relacionadas à indústria, construção, energia e água, e um valor muito residual, de apenas 0,25%, trabalhava no setor primário (Figura 29).



Figura 29. População empregada em 2021, por setor de atividade

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Apesar da melhoria da escolaridade, o perfil de recursos humanos locais apresenta uma reduzida qualificação. A proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior

em estabelecimentos empresariais localizados no Concelho era de apenas 15,4%, em 2021, o que fica muito aquém da Grande Lisboa (38,3%) e mesmo do País (25%).

Relativamente à taxa de desemprego no Concelho, verificou-se uma redução de 3,79 pontos percentuais face a 2011, fixando-se em 2021 nos 8,34%. Importa ainda notar que, entre os desempregados, 53% são mulheres e 28% pertencem à população mais jovem, com idades entre 15 e 29 anos (Figura 30). Contudo, face a 2011, a população jovem desempregada diminuiu cerca de 42%, enquanto a população desempregada com idade superior a 55 anos aumentou, passando de 13% da população desempregada em 2011 para 15%, em 2021.

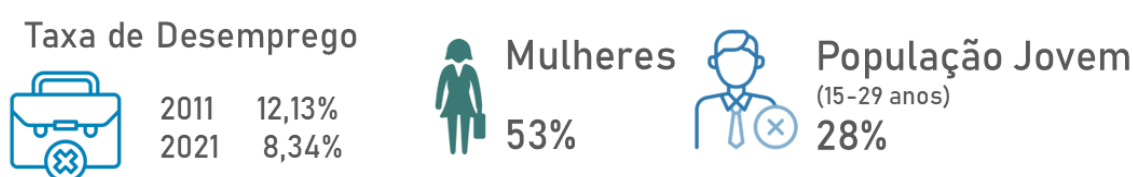


Figura 30. Indicadores da população desempregada em Odivelas

Fonte: PORDATA - INE, Censos 2011 e 2021

Importa ainda referir que, em 2021, a maioria da população desempregada no concelho (57%) tinha o ensino secundário ou superior. Em Odivelas, a população desempregada com nenhuma ou baixas qualificações representavam a menor fatia de população desempregada no concelho (Figura 31). Enquanto em 2011, 52% da população desempregada apresentava o 3º Ciclo ou inferior/nenhum, em 2021, em linha com a melhoria generalizada do perfil de escolaridade da população, a tendência inverteu-se.

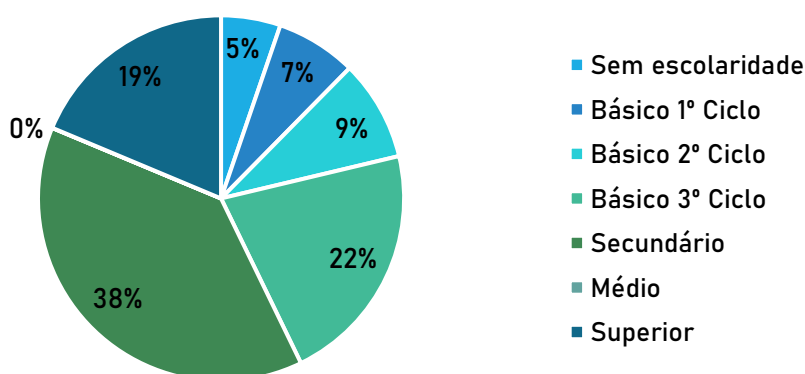


Figura 31. População desempregada em Odivelas por nível de escolaridade completo

Fonte: PORDATA - INE, Censos 2021

Entre 2021 e 2023, verificou-se uma redução significativa no número de inscritos nos centros de emprego de Odivelas, o que poderá refletir uma redução do desemprego. Ainda assim, em 2023 estavam inscritas nos centros de emprego 3 763 pessoas. Relativamente ao número de inscritos em centros de emprego, podemos ainda observar que a grande maioria estava à procura de um novo emprego. O número de indivíduos à procura do primeiro emprego aumentou ao longo deste período. Relativamente ao grupo etário com maior expressão nos inscritos no centro de emprego, destaca-se a população desempregada entre os 35-54 anos. Já no que respeita ao nível de ensino, verifica-se que o ensino secundário é aquele que apresenta mais inscritos, e que, embora um número considerável de desempregados apresentasse o ensino superior, apenas uma pequena parte destes estavam inscritos em centros de emprego (Tabela 2).

Tabela 2. Desempregados residentes em Odivelas inscritos no IEFP, em 2021, 2022, 2023

Ano		2021	2022	2023
Género	H	2 382	1 695	1 690
	M	<u>2 896</u>	<u>2 187</u>	<u>2 073</u>
Situação face à procura de emprego	1º Emprego	321	342	382
	Novo Emprego	<u>4 957</u>	<u>3 540</u>	<u>3 381</u>
Grupo Etário	< 25 Anos	519	298	304
	25 – 34 Anos	1 254	848	816
	35 – 54 Anos	<u>2 430</u>	<u>1 792</u>	<u>1 733</u>
	55 Anos e +	1 075	944	910
Nível Escolar	< 1º CEB	624	518	558
	1º CEB	431	327	319
	2º CEB	649	423	380
	3º CEB	1 060	702	658
	Secundário	<u>1 879</u>	<u>1 422</u>	<u>1 403</u>
	Superior	636	490	445
Total		5 278	3 882	3 763

Fonte: PORDATA – IEFP/MTSSS-ME

Refletindo situações de uma maior fragilidade potencial, acrescenta-se que, no concelho de Odivelas, de acordo com os Censos 2021, existiam 10 202 casais (de facto ou de direito) em que ambos estão desempregados ou sem atividade económica (p.e domésticos; reformados; pessoas com uma incapacidade permanente para o trabalho e outras pessoas inativas), representando 29,4% dos casais residentes no Concelho. Considerando apenas os casais (de facto ou de direito) com filhos, verifica-se que em 7 224 casos pelo menos um elemento está desempregado ou não tem atividade económica, o que representa 37,0% dos casais (de facto ou

de direito) com filhos. Já as famílias monoparentais em que o pai ou a mãe está desempregada ou não tem atividade económica são 3 795, representando 40,8% das famílias monoparentais.

Tabela 3. Núcleos familiares no Município de Odivelas com base na condição perante o trabalho, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	2021	
	Nº	% do tipo de núcleo
Casais (de facto ou de direito) em que ambos estão desempregados ou não têm atividade económica	10 202	29,4
Casais (de facto ou de direito) com filhos, em que pelo menos um elemento está desempregado ou não tem atividade económica	7 224	37,0
Famílias monoparentais em que o pai ou a mãe está desempregada ou não tem atividade económica	3 795	40,8

2.3.3. Níveis de rendimento

Os níveis de rendimentos são um indicador muito relevante para avaliar a capacidade financeira da população, o que, em larga medida, vai determinar a sua capacidade em aceder a serviços e bens essenciais, condicionando fortemente a qualidade de vida da população.

De acordo com os dados dos últimos Censos, seguindo a tendência verificada nas restantes unidades territoriais, a principal fonte de rendimento no concelho de Odivelas provinha do trabalho (52,6%), embora esta fonte de rendimento assuma aqui uma maior importância do que na AML e no País. A reforma/pensão era a segunda fonte de rendimento mais relevante, que abrangia 24,9% da população com 15 ou mais anos residente em Odivelas. Importa notar que, pelo contrário, a nível nacional e regional, a expressão desta fonte de rendimento era mais significativa, refletindo o maior envelhecimento das respetivas populações. A população a cargo da família tinha uma expressão de 13,4% no Concelho (e no País), afirmando-se como terceira fonte de rendimento mais comum. Destaca-se ainda que a população que tinha um subsídio como principal fonte de rendimento (subsídio de desemprego, RSI ou outros subsídios temporários) tinha, nesta data, uma menor importância no Concelho relativamente às restantes escalas em análise (Figura 32).

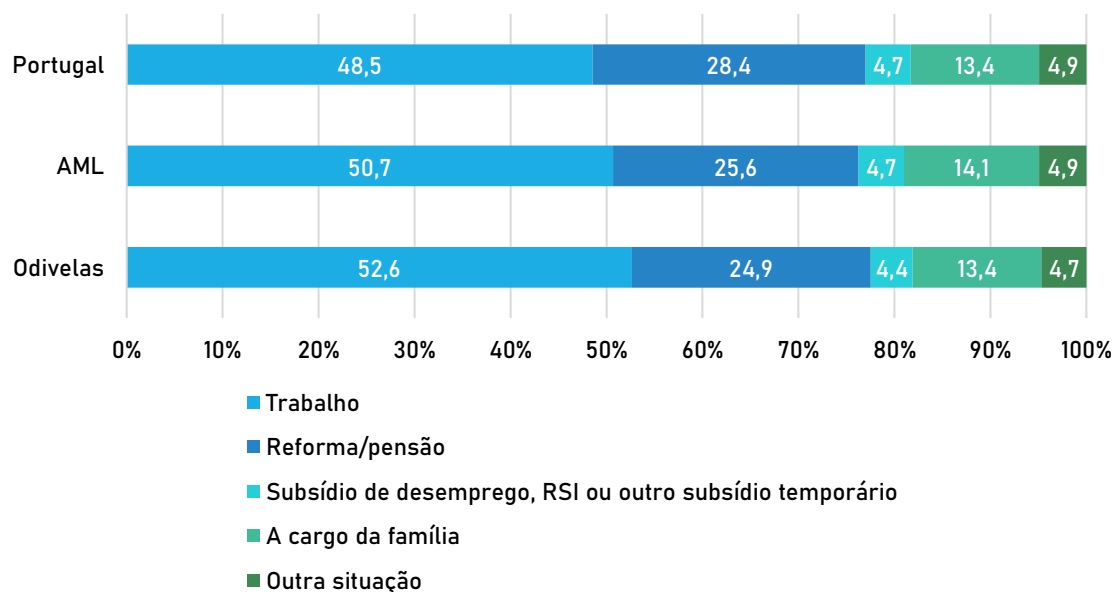


Figura 32. Principal fonte de rendimento da população residente com 15 ou mais anos (%), em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Os dados relativos aos rendimentos dos trabalhadores, disponibilizados pelo INE, permitem verificar que, no contexto regional, os níveis de rendimento de Odivelas são reduzidos, apesar de apresentarem uma tendência de aumento. A análise comparativa do ganho médio mensal em Odivelas e na AML, entre 2004 e 2021, revela esta tendência geral de acréscimo no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, sem, no entanto, ter havido qualquer aproximação do Concelho à referência metropolitana. Considerando apenas os nove concelhos que constituem a Grande Lisboa, verificamos que, em 2019, o ganho médio mensal era superior a mil euros na maioria destes concelhos, exceto nos concelhos de Mafra e de Odivelas. Em 2021, o concelho de Odivelas registava já um ganho médio mensal de 1.045,50€, todavia, ocupava a última posição no universo dos concelhos que constituem a Grande Lisboa. Acrescente-se que na AML, em 2021, o ganho médio mensal era de 1.562,70€, um valor que supera em mais de 500€ o de Odivelas (Figura 33).

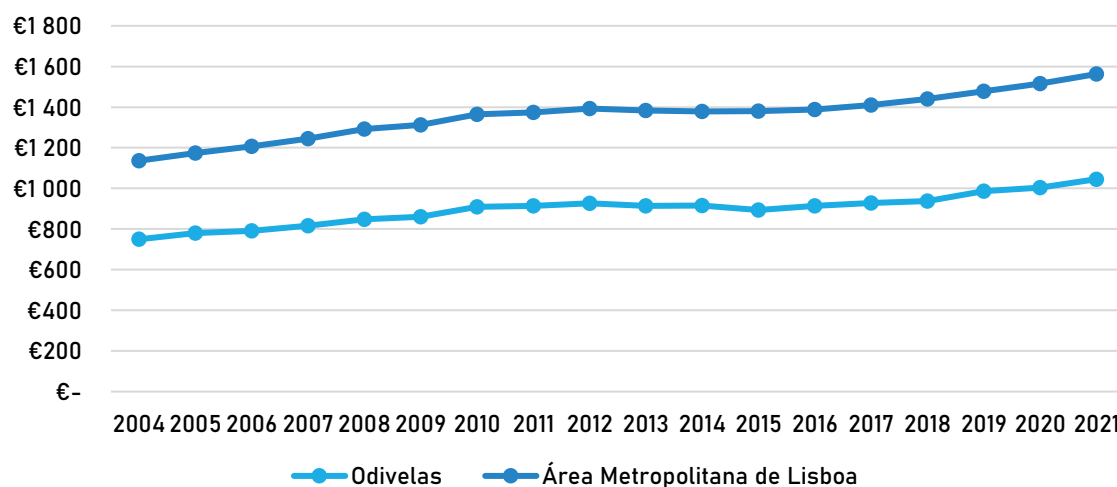


Figura 33. Ganho médio mensal (€) em Odivelas e na AML

Fonte: INE

A análise ao rendimento bruto declarado por habitante e por agregado fiscal apresenta tendências semelhantes à efetuada para o ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, sendo os valores registados no Concelho (respetivamente, 11.070€ e 20.322€), inferiores aos da AML (12.492€ e 23.321€), mas superiores aos valores médios em Portugal (10.273€ e 19.866€) (Figura 34).

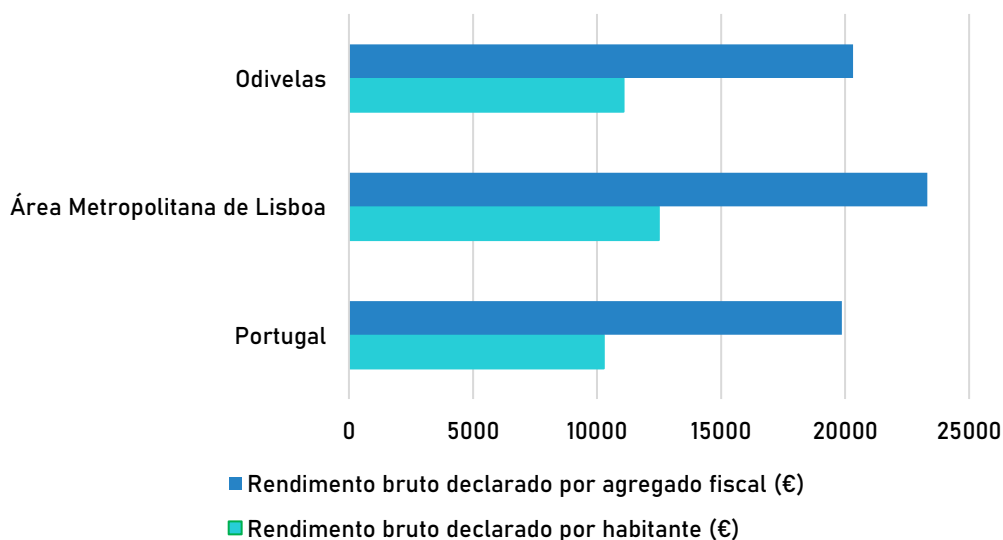


Figura 34. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) em 2021

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação do Ministério das Finanças

Não menos importante é a análise ao indicador do poder de compra *per capita*, recorrendo ao indicador composto produzido pelo INE, assente em 16 variáveis, que permite avaliar o poder de compra quotidiano dos municípios, tendo por referência o valor nacional (equivalente a 100). O poder de compra *per capita* registado em Odivelas, em 2021, fixou-se em 94,7, sendo inferior ao valor de referência do País (100) e especialmente ao poder de compra registado na AML, de 121,4 (Figura 35).

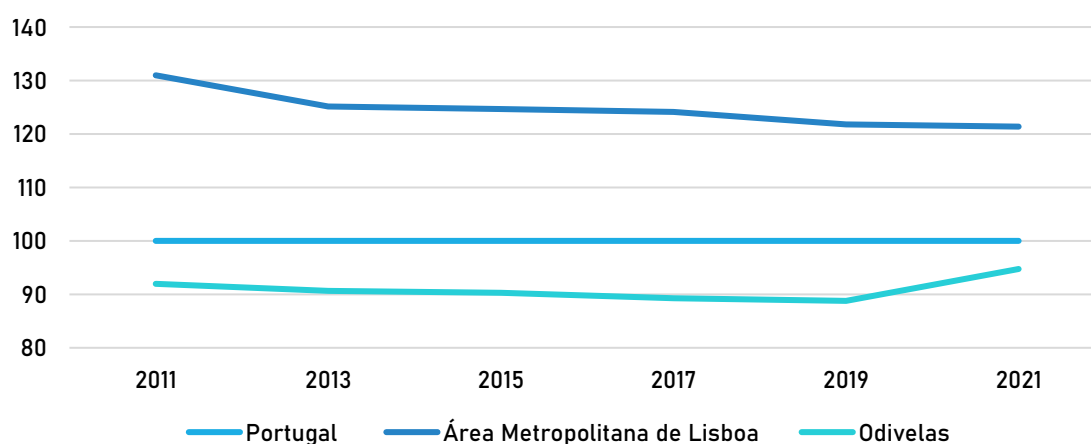


Figura 35. Poder de compra per capita entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

Analisando a disparidade entre os sexos face ao ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, verifica-se que, em 2021, Odivelas foi o segundo concelho da Grande Lisboa a apresentar menor disparidade, com 3%, um valor consideravelmente menor face às médias da AML (8,9%) e de Portugal (8,5%). Em 2011, a disparidade entre sexos era de cerca de 8%, reduzindo para mais de metade ao longo da última década (Figura 36).

Embora a reduzida disparidade seja positiva, assumindo, por exemplo, uma especial relevância entre as famílias monoparentais (na sua grande maioria constituída por mulheres, que são quem habitualmente auferem um menor rendimento), dado os níveis de rendimento genericamente reduzidos, esta disparidade pode também significar que existe um nivelamento por baixo dos salários.

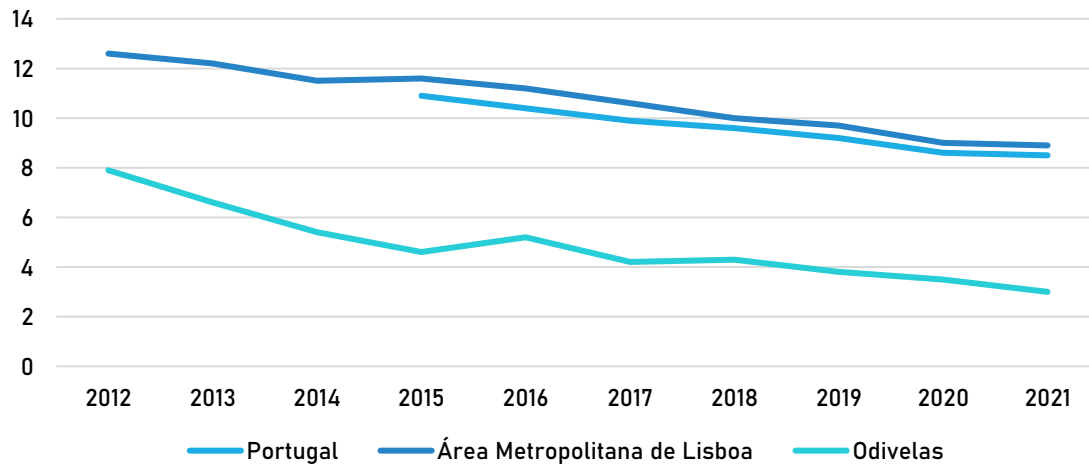


Figura 36. Disparidade entre sexos no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, entre 2012 e 2021 (%)

Fonte: INE

A análise às prestações sociais concedidas, complementa a análise aos rendimentos do trabalho. O envelhecimento demográfico aponta para a existência de um grande número de pensionistas idosos e as prestações sociais são de preponderante importância nas situações de maior fragilidade social e económica. Nesta medida, foram analisadas as seguintes prestações sociais: pensões, subsídio de desemprego e RSI, tendo por base os dados estatísticos disponíveis para 2023.

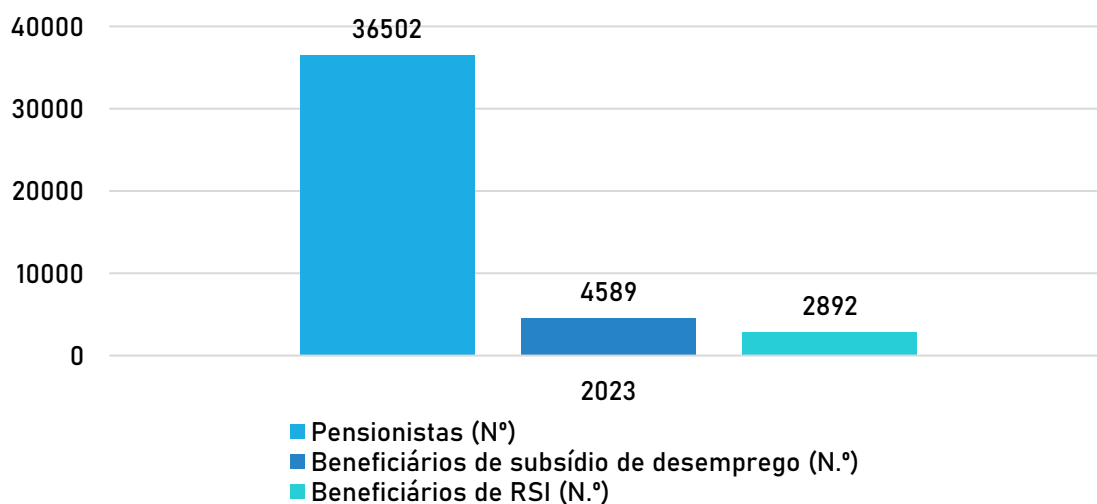


Figura 37. Total de beneficiários das principais prestações sociais, por tipologia, 2023

Fonte: INE

Importa mencionar que, em 2023, existiam 36 502 pensionistas da Segurança Social⁴² no concelho de Odivelas, que auferem um valor médio anual de 7.769€. Este valor, embora seja superior ao nacional (6.452€), é, uma vez mais, inferior ao da região metropolitana (8.788€).

De referir ainda, que, de acordo com os dados do PORDATA, aos 36 502 pensionistas da Segurança Social, em 2023, juntavam-se 10 827 pensionistas da Caixa Geral de Aposentações (CGA)⁴³. Em larga medida, devido ao aumento e envelhecimento populacional, é expectável a continuação do acréscimo no número de pensionistas da Segurança Social, que se vem observando nas últimas décadas. Acrescente-se ainda que, apesar desta tendência de crescimento, no seu conjunto, os 47 329 pensionistas a residirem no concelho de Odivelas, em 2023, representam cerca de 38% do total da população residente com 15 e mais anos, uma proporção inferior à registada, quer na Grande Lisboa, quer ao nível nacional.

Relativamente ao tipo de pensão atribuída, dos 36 502 pensionistas beneficiários da Segurança Social, 73% recebem pensão por velhice⁴⁴ (26 603 pessoas, que em média beneficiam de 8.613€ por ano), 23% de sobrevivência⁴⁵ (8 543 pessoas, que em média beneficiam de 4.476€ por ano) e apenas 4% por invalidez⁴⁶ (1 356 pessoas, que em média beneficiam de 6.574€ por ano). Porém, se por um lado, o número de pensionistas por velhice e sobrevivência têm vindo a aumentar, por outro, o número de pensionistas por invalidez tem vindo a diminuir ligeiramente. Os valores envolvidos (que se traduzem em valores médios mensais de 718€ para as pensões de velhice, 373€ para as pensões de sobrevivência e 548€ para as pensões de invalidez), indiciam dificuldades financeiras comuns entre as pessoas idosas.

⁴² A pensão é o montante atribuído todos os meses ao beneficiário da segurança social por velhice ou incapacidade ou a familiares seus, após o seu falecimento.

⁴³ A CGA é a entidade que gere as pensões de reforma, de sobrevivência e outras pensões dos funcionários públicos admitidos até 2005. Os funcionários públicos admitidos desde 2006 estão integrados no regime geral de segurança social, a par dos trabalhadores do setor privado. É pensionista quem recebe uma ou mais pensões, tais como a pensão de velhice ou de sobrevivência. No caso específico da CGA, distingue-se entre quem recebe pensão de aposentação (aposentado), pensão de reforma (reformado) e outras pensões (pensionista).

⁴⁴ A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

⁴⁵ A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

⁴⁶ A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

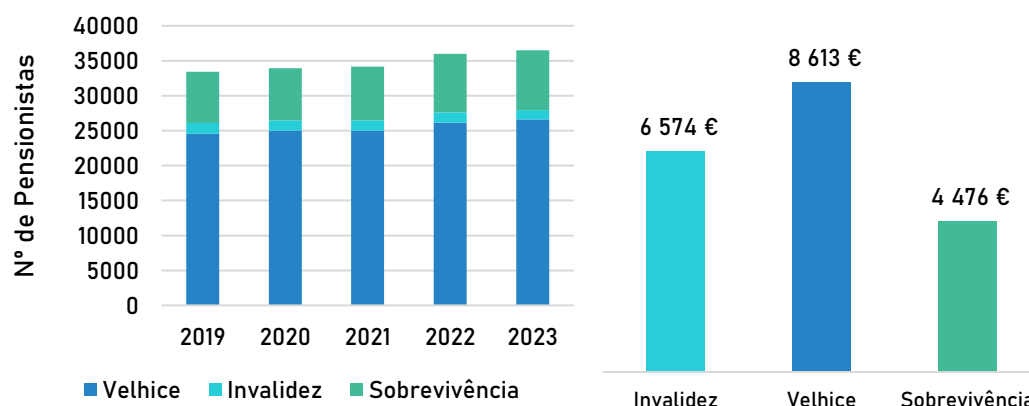


Figura 38. Pensionistas da Segurança Social, segundo o Tipo de Pensão e Valor médio anual (€), em 2023

Fonte: PORDATA e INE

Em 2023, existiam 4 589 beneficiários de subsídio de desemprego⁴⁷ no concelho de Odivelas. O valor médio anual de subsídio de desemprego em Odivelas é cerca de 3.502€.

O RSI⁴⁸ é um apoio destinado a proteger os indivíduos que se encontram em situação de pobreza extrema, constituído por uma prestação em dinheiro que visa assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e um programa de inserção social, laboral e comunitária. Teve uma variação positiva, mas com oscilações significativas, entre 2019 e 2023, no que respeita ao número de beneficiários. Importa ainda destacar que, entre 2022 e 2023, o número de beneficiários do RSI teve um decréscimo na ordem dos 11%. Em 2019, eram cerca de 2 982 os

⁴⁷ O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho. Consiste numa prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

⁴⁸ O RSI é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido. Consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo que confira às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

beneficiários deste apoio, e, em 2023, 2 892 beneficiários. Nesta última data, um pouco menos da metade (1 319 beneficiários) desta prestação tinha menos de 25 anos.

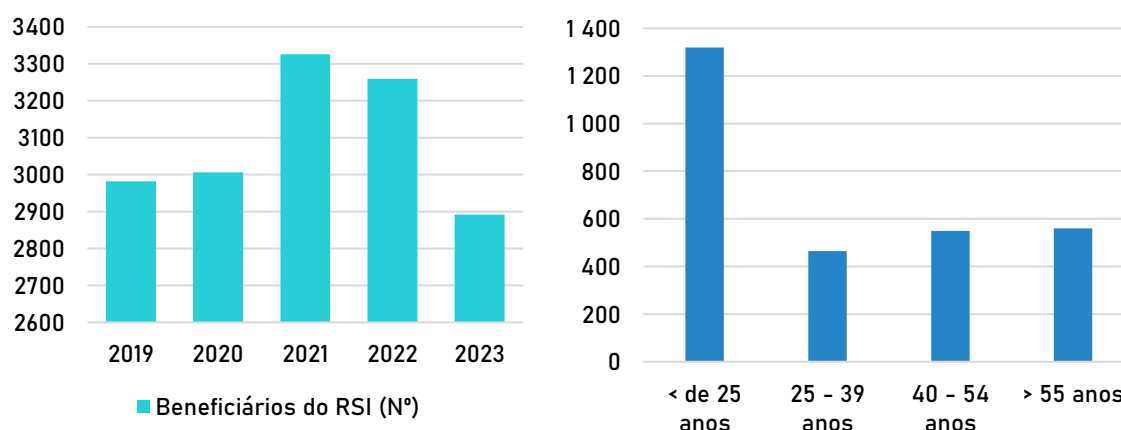


Figura 39. Evolução do número de beneficiários do RSI em Odivelas, entre 2019 e 2023, e beneficiários do RSI em 2023, por grupo etário

Fonte: INE

Para além das prestações sociais mencionadas, existem ainda diversas tipologias de apoios sociais complementares, auferidos pela população em situações específicas de fragilidade, como por exemplo, a prestação social para a inclusão (PSI)⁴⁹ ou o abono de família para crianças e jovens. A primeira prestação abrangia, em 2023, 1 696 beneficiários (crescimento de 35% face 2019). No que respeita ao abono de famílias, de acordo com os dados do INE (2023), no concelho de Odivelas, eram titulares do Abono de Família para crianças e jovens 12 681 pessoas, o que correspondiam a 19 257 crianças e jovens apoiados em 2023. Importa, contudo, destacar que, entre 2019 e 2023, o número de beneficiários aumentou em cerca de 11%, refletindo um aumento das situações de carência financeira das famílias com crianças e jovens no concelho (Figura 40).

⁴⁹ A PSI, pela relação direta com as pessoas com deficiência, é analisada no ponto 2.6.2, dedicado a este grupo específico.

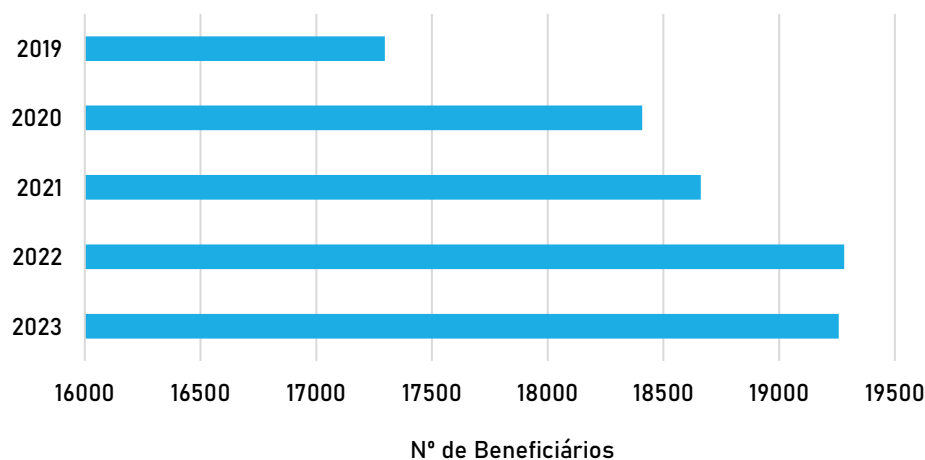
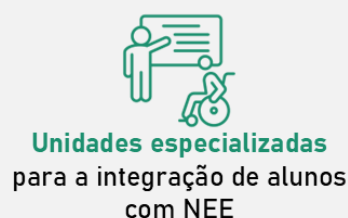


Figura 40. Beneficiárias/os descendentes ou equiparados do abono de família para crianças e jovens da segurança social, em Odivelas

Fonte: INE, 2023

SÍNTESE CONCLUSIVA: EDUCAÇÃO E SOCIOECONOMIA

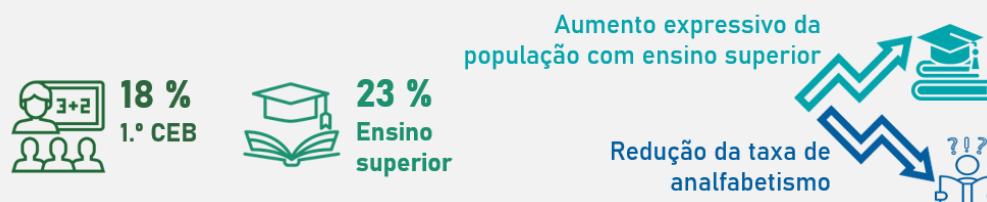
A rede educativa pública é composta por 8 Agrupamentos de Escola e 2 escolas não agrupadas, com oferta que se estende do pré-escolar ao ensino secundário, e inclui cursos profissionais. Existem serviços especiais e unidades especializadas para alunos com NEE. A redução da oferta de cursos profissionais pode potenciar o abandono escolar.



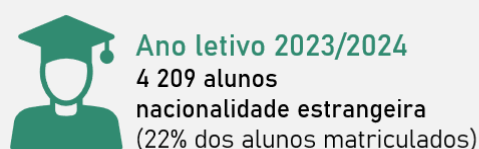
Houve progressão nos níveis de escolaridade da população residente, com aumento da proporção de população com ensino superior e diminuição dos níveis de escolaridade mais reduzidos, no entanto, o perfil de escolaridade da população residente no concelho é menos qualificado do que o da Grande Lisboa. A freguesia de Odivelas e a UF de Ramada e Caneças apresentam um perfil de população mais escolarizada.

SÍNTESE CONCLUSIVA: EDUCAÇÃO E SOCIOECONOMIA

Perfil pouco escolarizado, apesar do aumento da instrução da população

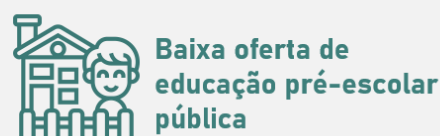


O número de alunos matriculados nos estabelecimentos escolares públicos tem aumentado gradualmente. A comunidade escolar recebeu um crescente número de alunos com naturalidade estrangeira, o que coloca desafios adicionais às escolas no acompanhamento e integração destas crianças, em particular se atendermos à elevada diversidade de nacionalidades.



Apesar do desenvolvimento e alargamento da rede de educação pré-escolar pública no Concelho, reduzindo défices de cobertura e desigualdades no acesso, a maioria dos alunos matriculados em escolas privadas frequentavam a educação pré-escolar, o que aponta para persistência de limitações na oferta pública. A taxa bruta de pré-escolarização no Concelho continua a ser muito inferior à da AML.

Aumento da taxa bruta de escolarização



Em linha com a tendência nacional e regional, os indicadores de insucesso escolar estão em diminuição, mas são ainda significativamente superiores aos registados nestas escalas de análise comparativa. Apesar de haver uma tendência de diminuição, cerca de 1/3 dos alunos matriculados nas escolas públicas estão abrangidos pela ASE (no pré-escolar, são mais de metade), o que aponta para um quadro de baixos rendimentos das famílias, um facto que, por sua vez, condiciona o sucesso escolar das crianças e jovens. Estes indicadores reforçam a importância do investimento na promoção do sucesso escolar.

SÍNTESE CONCLUSIVA: EDUCAÇÃO E SOCIOECONOMIA

Níveis elevados de insucesso escolar e alunos com ação social escolar



Redução da taxa de retenção e desistência
mas em níveis superiores às da AML e País



Redução do número de beneficiários ASE



35 % Alunos do concelho com ASE
Mais de 50% dos alunos do pré-escolar

Detetam-se indícios de algum dinamismo económico e capacidade de atração empresarial, mas ainda com pouca relevância no contexto metropolitano. A densidade de estabelecimentos empresariais é elevada, mas os níveis de riqueza gerada são inferiores ao contexto regional.

Nível de riqueza gerado pelas empresas reduzido



19 741
Empresas Ativas

5% das empresas da AML



Crescimento
do Volume de negócios

1% do Volume da AML

A população residente em Odivelas trabalha maioritariamente fora do concelho, refletindo uma forte dependência do exterior em termos de emprego. O emprego no Concelho é fortemente terceirizado e pouco escolarizado.

Empregados no Concelho



60%
Trabalha fora do concelho



86 % Setor dos Serviços
Apenas 14% em Indústria



15,4% Trabalhadores por conta de outrem com ensino superior
Comparativamente com 32,2% da AML

A taxa de atividade em Odivelas, em 2021, era superior à metropolitana, mas apresenta uma tendência de redução, em linha com o envelhecimento da população. Por outro lado, observa-se uma redução da taxa de desemprego no concelho, sendo a maioria dos desempregados mulheres e jovens entre 15 e 29 anos, e possuindo a maioria ensino secundário ou superior. O aumento das qualificações dos desempregados está associado ao aumento das qualificações gerais da população e à reforma de pessoas mais velhas e menos qualificadas.

Desemprego



Redução Taxa de desemprego
8,34% em 2021



57% Tinha o ensino secundário ou superior

Em 2011 a maioria dos desempregados com ensino básico



Desempregados mais velhos são menos qualificados

E estão mais próximos da idade de reforma

SÍNTESE CONCLUSIVA: EDUCAÇÃO E SOCIOECONOMIA

Os rendimentos no Concelho (auferidos pelos trabalhadores, declarados por habitante e por agregado fiscal, e provenientes de prestações sociais), apesar de registarem uma evolução positiva, são inferiores aos da região metropolitana. O poder de compra per capita é reduzido, sendo inclusivamente inferior ao do País, revelando assim um quadro potencial de maior vulnerabilidade e carência da população.

Aumento dos rendimentos, mas poder de compra *per capita* ainda muito reduzido



**Aumento do Ganho
médio mensal**
1.045,5 € em 2021



**Poder de Compra
Diminuiu até 2019**
Aumento em 2021, mas
muito inferior ao da AML

Aumento do número de pensionistas, resultado do envelhecimento da população, sendo o valor médio das pensões auferidas reduzido (6.380€ por ano, nas pensões de velhice), o que se traduzirá num número significativo de pensionistas a viver com rendimentos iguais ou inferiores ao limiar de risco de pobreza. A significativa representatividade de apoios sociais (RSI, abono de família para crianças e jovens, Garantia para a Infância) revelam a existência de um elevado número de pessoas em situação de carência e vulnerabilidade social em grupos sociais distintos e com problemáticas diversas. Ademais, salienta-se o aumento gradual dos beneficiários do RSI, tendo quase metade destes menos de 25 anos.



**Aumento gradual e
consecutivo do número
de pensionistas**
Principalmente pensão de
velhice



**RSI menos 90 beneficiários
que em 2019**
47% dos beneficiários têm
menos de 25 anos

2.4. Habitação

2.4.1. Contexto habitacional no concelho

Em Odivelas, a habitação e a função residencial assumem uma relevância central, estando intimamente associadas ao desenvolvimento deste território, essencialmente urbano. Sendo o Concelho, como já mencionado, um território de elevada densidade, com grande capacidade de atração de população, a pressão sobre o mercado habitacional é muito intensa e os problemas habitacionais assumem múltiplos contornos e afetam um número significativo e crescente de pessoas, alargando-se a segmentos da população diferenciados.

Em termos genéricos, em 2021, o concelho de Odivelas possuía 71 883 alojamentos familiares clássicos. A maioria destes alojamentos (84%) é ocupada como residência habitual, superando as médias da AML e do País. Apenas uma pequena fração dos alojamentos se encontrava vaga (apenas 4% do total de alojamentos familiares se encontrava no mercado imobiliário para venda ou arrendamento, enquanto 4,7% encontrava-se vago por outros motivos) ou era utilizada como residência secundária (Figura 41). Não se encontram diferenças expressivas entre as freguesias no que respeita à forma de ocupação dos alojamentos.

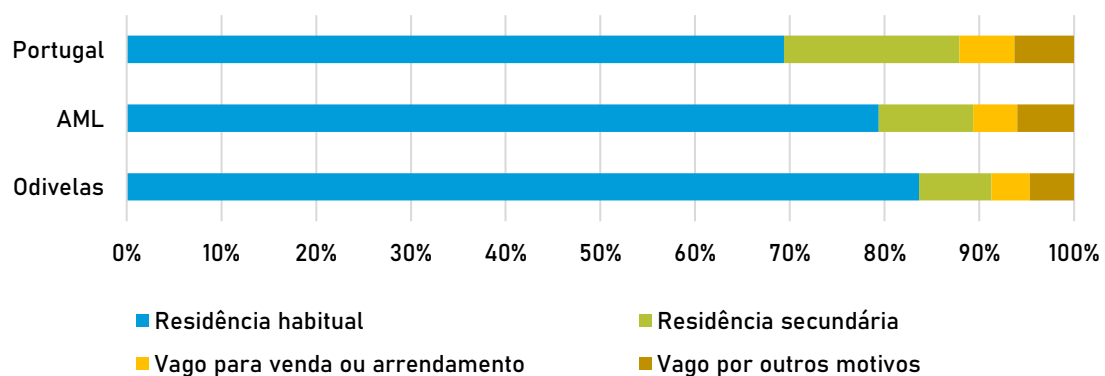


Figura 41. Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação (%)

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: INE, Censos 2021

Os alojamentos no Concelho tendem a ter uma superfície média útil (92,7 m²) inferior à da AML e do País, com variações entre freguesias. Na UF de Ramada e Caneças, onde predomina a habitação unifamiliar e o parque edificado é relativamente jovem, os alojamentos são maiores, com uma superfície média de 103,1 m², sendo na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto que se localizam os alojamentos com menor superfície média (80,8 m²).

A menor dimensão dos alojamentos familiares, associada à maior dimensão média dos agregados domésticos privados residentes no concelho, traduz-se numa maior frequência das situações de sobrelotação: 16,2% dos agregados domésticos privados reside em alojamentos familiares clássicos sobrelotados, proporção que é 15,2% na AML e 12,7% em Portugal. Acrescente-se que esta proporção é ainda superior na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto (18,6%) e na UF de Pontinha e Famões (17,9%) (Figura 42).

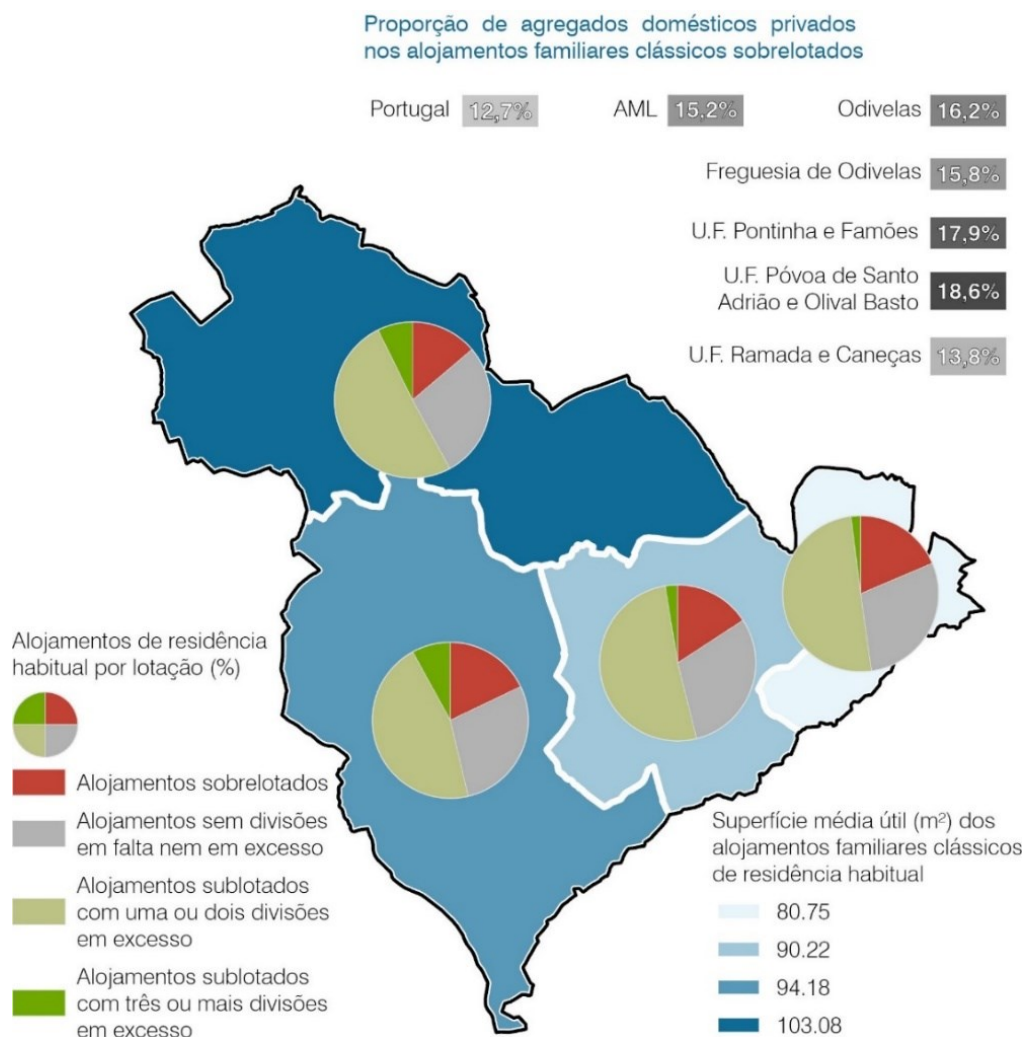


Figura 42. Superfície média útil dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (m²), por freguesia, em 2021

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: INE, Censos 2021

No entanto, a sublotação, frequentemente associada à recomposição das famílias na sequência da emancipação dos filhos e ao envelhecimento da população, assume também uma importância muito relevante no Concelho. Mais de metade dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual no concelho está sublotado (54,5%), tendo mais de 9 mil alojamentos com 2

divisões em excesso e quase 3 mil com 3 ou mais divisões em excesso. Esta situação tem maior expressão na UF de Ramada e Caneças e na UF de Pontinha e Famões. A sublotação indicia problemas potenciais associados ao isolamento da população, em particular dos mais idosos, embora encerre igualmente um potencial enquanto resposta de alojamento para um maior número de população.

O índice de envelhecimento dos edifícios⁵⁰ no Concelho, em 2021, fixava-se em 264,0, substancialmente inferior ao da AML (683,2) e de Portugal (746,6). O parque edificado em Odivelas é, portanto, relativamente jovem, com a maior parte dos edifícios construídos entre 1960 e 2000.

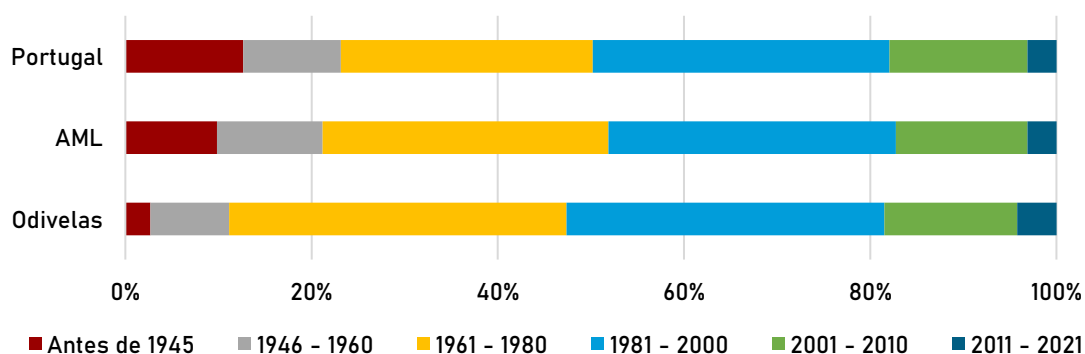


Figura 43. Época de construção dos edifícios

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: INE, Censos 2021

A juventude do edificado estará relacionada com a maior proporção de edifícios em bom estado de conservação (72% dos edifícios, superando a AML, com 65,9% e Portugal, com 64,2%). Ainda assim, 3 240 edifícios apresentavam necessidade de reparação (grande parte dos quais estarão habitados), sendo esta necessidade mais acentuada em áreas como as Vertentes Nascente e Sul, Pontinha, e Olival Basto, devido ao perfil socioeconómico da população e à génese ilegal de algumas ocupações.

Ademais, analisando os certificados emitidos por classe energética em habitações, entre 2014 e o 2º trimestre de 2023, verifica-se que apenas 32% das habitações apresenta uma classe energética mínima de B-, apontando para um quadro geral de fraco desempenho energético das habitações.

⁵⁰ O Índice de envelhecimento do edifício relaciona o número dos edifícios construídos até 1960, com o dos edifícios construídos após 2011, de acordo com a seguinte fórmula: (Edifícios construídos até 1960/Edifícios construídos após 2011) x 100

Por último, acrescente-se que as recentes dinâmicas urbanísticas do Concelho refletem uma forte retração na nova construção e nos fogos licenciados, com valores muito interiores aos da primeira década do século XXI. Saliente-se que a disponibilidade de solo urbano é, no geral, muito reduzida, particularmente na cidade de Odivelas (mesmo considerando a cidade alargada), uma área do concelho já muito consolidada. O potencial habitacional está, sobretudo, concentrado em Póvoa de Santo Adrião, Serra da Amoreira e Caneças, áreas com menor pressão urbanística. Acrescente-se ainda que, na maior parte do Concelho, o mercado de arrendamento tem uma dimensão reduzida.

2.4.2. Acesso à habitação

O custo da habitação é um fator crucial, refletindo, em conjunto com os níveis de rendimento, a capacidade das famílias em acederem e manterem uma habitação adequada. Nos últimos anos, tem-se registado um aumento exponencial dos custos de acesso à habitação (aquisição e arrendamento), um fenómeno extensível a todo o território nacional, que não foi acompanhado por um aumento equivalente, ou sequer aproximado, dos rendimentos das famílias (que como analisado anteriormente, se situam em níveis inferiores aos da AML).

No concelho, a maioria dos alojamentos familiares é propriedade dos seus ocupantes (65,6%), um valor ligeiramente superior à média da AML (63,7%). Embora mais de metade dos proprietários (53,6%) não tenha encargos financeiros com a aquisição da sua habitação, entre os proprietários com encargos, 38,2% pagam prestações superiores a 400€, proporção que supera a média regional (Figura 44).

A atual conjuntura económica e o aumento das taxas de juro, coloca em dificuldades parte dos proprietários, que possuindo crédito à habitação, veem as prestações mensais associadas à aquisição sofrerem aumentos muito significativos. Por outro lado, o aumento dos preços de venda da habitação impede a aquisição a muitas famílias. Acrescente-se que o valor mediano das vendas de alojamentos familiares no concelho, para o 1.º Trimestre de 2024, era de 2.592 €/m². No 1.º Trimestre de 2020, este valor, já então elevado, era de 1.992 €/m².

No Concelho, para os 16 675 alojamentos arrendados de residência habitual, a maioria das rendas situa-se entre 400 e 649€ (30,4%) e entre 300 e 399,99€ (21,9%). As rendas inferiores a 200€ representavam apenas 22,5% (na AML eram 26,6%). O valor mensal das rendas, no concelho de Odivelas, era tendencialmente inferior ao verificado na AML, mas substancialmente superior ao nível nacional (o peso das rendas mensais superiores a 400€ fixava-se em 40,6%

em Odivelas, 42,5% na AML e 29,5% a nível nacional). As taxas de arrendamento eram mais elevadas na UF de Pontinha e Famões e na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, onde cerca de 33% dos alojamentos são arrendados.

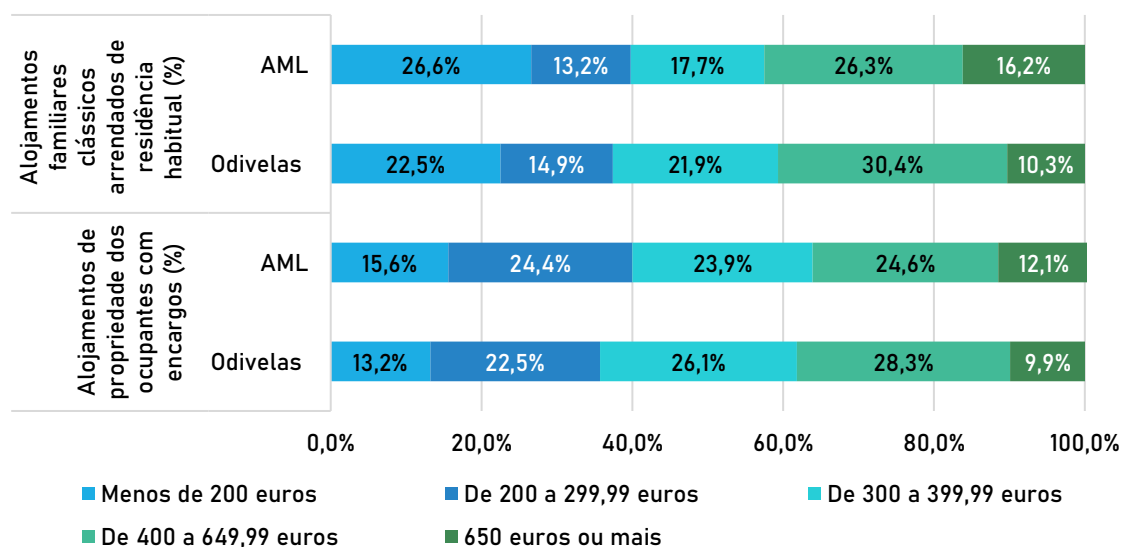


Figura 44. Alojamentos de propriedade dos ocupantes com encargos (%) por escalão de encargos mensais e Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (%) por escalão do valor mensal de renda da habitação, em 2021

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: INE, Censos 2021

Analisando conjuntamente a evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, entre 2017 e 2021, verifica-se que ambos seguiram uma trajetória de crescimento (Figura 45). Contudo, durante este período, enquanto os rendimentos declarados por agregado fiscal apenas cresceram cerca de 7%, o valor mediano das rendas aumentou 37%.

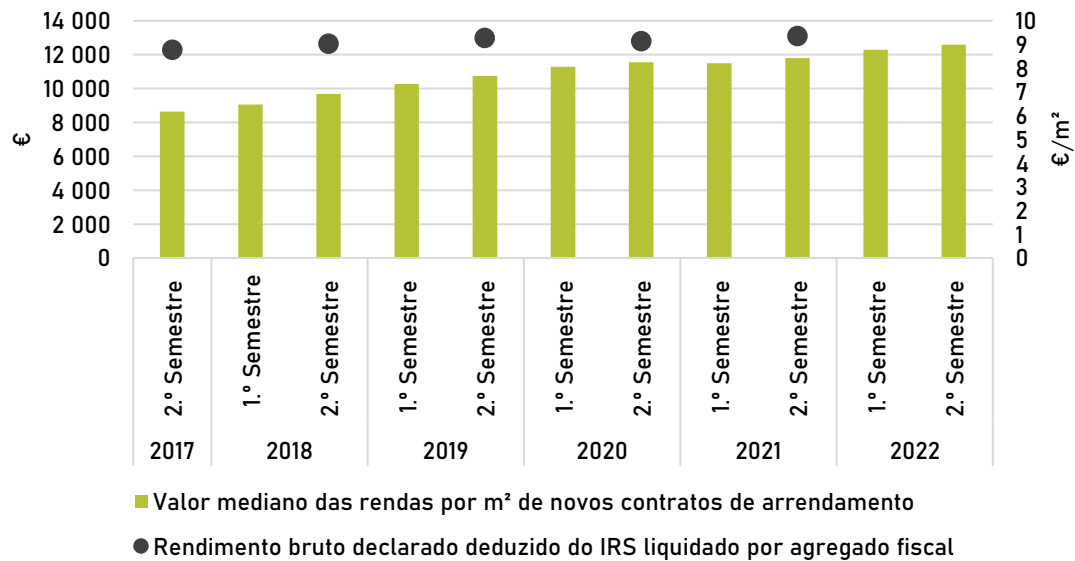


Figura 45. Evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€), no concelho de Odivelas

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

Este contexto reflete um aumento significativo da taxa de esforço das famílias com as despesas de arrendamento. De acordo com a CMH de Odivelas, no período homólogo de 2021 a taxa de esforço das famílias rondava 71,6%⁵¹ dos rendimentos. Se atendermos a que a taxa de esforço ideal com a habitação não deve ultrapassar um terço do rendimento das famílias (p.e. nos pedidos de crédito à habitação, o Banco de Portugal recomenda que esta não supere os 35%) é perceptível as graves dificuldades que as famílias enfrentam neste domínio. Esta situação assume particular gravidade para aqueles que necessitam de celebrar um novo contrato de arrendamento, entre os quais os jovens que se querem autonomizar, pessoas que se separam ou divorciam, ou aqueles que por cessação do contrato de arrendamento ou por vontade dos proprietários tenham de abandonar as suas habitações.

⁵¹ Cálculo próprio, apresentado na CMH de Odivelas, tendo por base a fórmula de cálculo da Lxhabidata, Plataforma de dados sobre a habitação na AML, Dinâmica CET/ISCTE-IUL. Fórmula: $((\text{Valor mediano das rendas por m}^2 \text{ de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)} \times \text{Área (92,7m}^2)) \times 6) / (\text{Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal} / 2) \times 100$

2.4.3. Situações críticas: pessoas e territórios

Sendo inegáveis as dificuldades de acesso a uma habitação, por parte das famílias e jovens com rendimentos intermédios, estas são particularmente gravosas entre a população com menores rendimentos e com aqueles que combinam carências financeiras e habitacionais com problemas sociais diversos, como dependências, saúde mental e física, ou violência doméstica. Com efeito, a Lei de Bases da Habitação (LBH), no artigo 8º, reconhece que alguns grupos são mais vulneráveis, desprotegidos e/ou enfrentam dificuldades adicionais no acesso à habitação, nomeadamente os jovens, os idosos, as famílias monoparentais, as pessoas ou famílias que integram pessoas com deficiência, as vítimas de discriminação ou marginalização habitacional⁵².

Em 2021, Odivelas elaborou a sua Estratégia Local de Habitação (ELH)⁵³, o instrumento de resposta às dificuldades habitacionais da população residente mais carenciada. A ELH identificou as situações de carência habitacional e financeira mais graves e definiu uma estratégia para a sua resolução, suportada no financiamento do 1.º Direito/PRR. Neste âmbito, identificou 1 309 agregados familiares (3 729 pessoas) com necessidades de resposta habitacional devido a condições habitacionais indignas⁵⁴ (insalubridade, insegurança, sobrelotação, precariedade e inadequação). Além disso, 897 famílias residem em casas próprias

⁵² Neste sentido, define a integração de medidas de proteção espacial na política de habitação para jovens, cidadãos com deficiência, idosos e famílias com menores, monoparentais ou numerosas, e a proteção adicional para pessoas e famílias em situação de especial vulnerabilidade, nomeadamente em situação de sem abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos, e vítimas de violência doméstica.

⁵³ A ELH foi alterada em fevereiro de 2024.

⁵⁴ De acordo com os conceitos do 1.º Direito, as condições habitacionais indignas são:

Situação de precariedade: engloba as pessoas em situação de sem-abrigo, bem como os casos de pessoas sem solução habitacional alternativa ao local que usam como residência permanente, nomeadamente quando têm de o desocupar por causa relacionada com a declaração de insolvência de elementos do agregado ou do proprietário do imóvel onde o agregado reside, com situações de violência doméstica, com operações urbanísticas de promoção municipal ou com a não renovação de contrato de arrendamento;

Situação de insalubridade e insegurança: engloba os casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade;

Situação de sobrelotação: engloba os casos em que da relação entre a composição do agregado e o número de divisões habitáveis da habitação, esta não dispõe de um número de divisões suficiente, considerando-se suficiente um número correspondente a uma divisão comum e a uma divisão por cada casal, por cada adulto, por cada duas pessoas do mesmo sexo com idades entre os 12 e os 17 anos, por cada pessoa de sexo diferente com idades entre os 12 e os 17 anos e por cada duas pessoas com menos de 12 anos;

Situação de inadequação: engloba os casos de incompatibilidade das condições da habitação com as características específicas de pessoas que nele habitam (por exemplo, pessoas com incapacidade ou deficiência), em especial quando a habitação tem barreiras no acesso ao piso em que se situa e/ou as medidas dos vãos e áreas interiores impedem uma circulação e uma utilização ajustadas às características específicas das pessoas que nelas residem.

sem condições adequadas de habitabilidade e sem capacidade financeira para realizar intervenções de reabilitação.

Um indicador muito relevante para a identificação destas situações mais críticas são os pedidos de habitação apresentados aos serviços municipais (Figura 46). Estes pedidos (ativos durante 2 anos) têm-se mantido constantes, com 747 pedidos ativos em julho de 2023. Desde 2000, houve um aumento significativo nos pedidos, que atingiram o pico em 2007, coincidente com o investimento municipal no bairro da Arroja.

Evolução do número de pedidos de habitação



Pedidos por freguesia de residência (julho 2023)

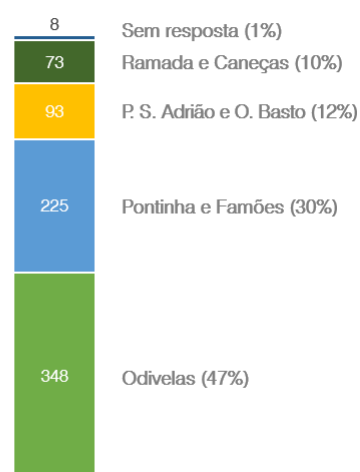


Figura 46. Evolução do número de pedidos de habitação, entre 2000 e 2023, e distribuição dos pedidos em vigor a julho de 2023 por freguesia de residência do agregado

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: CMO, 2023

Os pedidos de habitação, segundo o local de residência do requerente, estão fortemente concentrados nas duas freguesias mais populosas, localizadas no quadrante sudoeste do Concelho: Odivelas e UF de Pontinha e Famões. A UF de Caneças e Ramada é a exceção a esta correlação entre o número de pedidos e o número de residentes, com um volume de pedidos inferior à sua representatividade populacional.

A análise das características dos agregados que solicitaram habitação social em julho de 2023 revela a predominância de famílias com filhos, especialmente monoparentais, que representam 38% dos pedidos ativos. As famílias unipessoais também têm uma importância relevante e crescente, constituindo 21% do total de pedidos em vigor. Os agregados familiares de menor dimensão são mais comuns, com famílias de até três pessoas representando cerca de 75% das

situações. A composição familiar influencia a tipologia de habitação necessária, destacando-se as tipologias T2 (38%), T3 (32%) e T1 (26%).

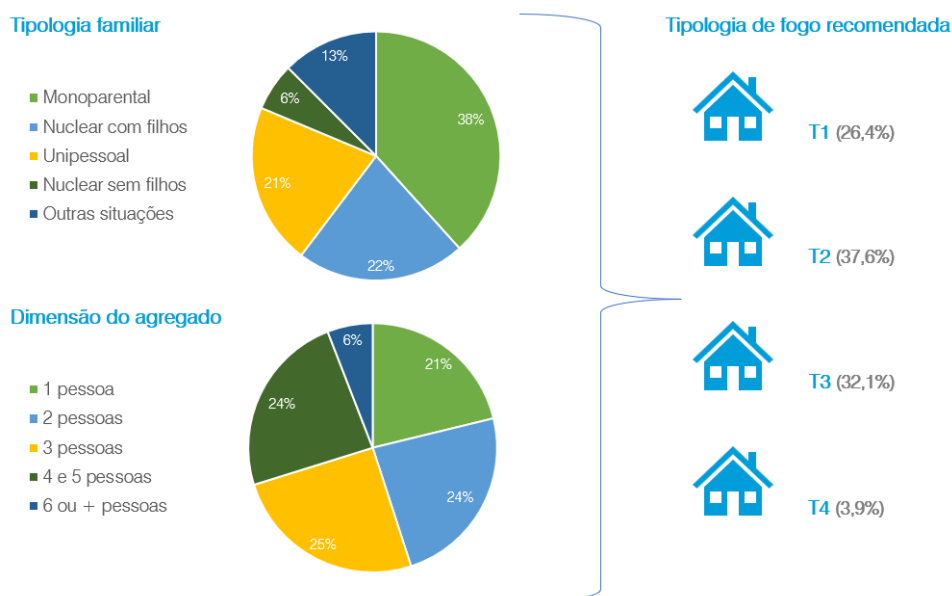


Figura 47. Tipologia e dimensão dos agregados com pedidos de habitação em vigor a julho de 2023, e tipologia de fogo recomendada para estes agregados

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: CMO, 2023

Importa salientar que o volume de carências habitacionais identificadas não se esgota nas que estão identificadas na ELH, quer porque parte das situações críticas e de grande vulnerabilidade não recorre aos serviços de apoio (situação frequente, por exemplo, entre os migrantes que não possuem a sua permanência em território nacional regularizada), quer porque uma parte significativa das situações de carência habitacional carece de prévia regularização urbanística ou patrimonial (como é o caso das AUGI com processos de reconversão não concluídos ou dos bairros de autoconstrução/autoacabamento como o Trigache ou Olival do Pancas), que dificulta a rápida resolução dos problemas habitacionais da população residente.

A real quantificação das situações de vulnerabilidade habitacional reveste-se de um grau de incerteza, integrando um volume indeterminado de situações não sinalizadas ou de “pobreza envergonhada” e de situações dispersas, algumas conhecidas, mas de difícil identificação pela forte irregularidade e ilegalidade de que se revestem.

Algumas das situações de especial vulnerabilidade correspondem a pessoas em situação de sem abrigo. Estas situações são complexas e voláteis, frequentemente associadas a problemáticas sociais diversas, que, em alguns casos, se misturam com redes informais que

funcionam à margem da lei, envolvendo populações estrangeiras. Em dezembro de 2023, encontravam-se em acompanhamento no concelho de Odivelas 80 Pessoas em Situação de Sem Abrigo, algumas das quais pernoitam habitualmente em áreas de risco. A análise desta problemática será retomada no ponto 2.6.4.

A análise das condições habitacionais no concelho de Odivelas destaca a relevância, centrada nos locais de maior precariedade habitacional⁵⁵. Apesar dos esforços de realojamento, em dezembro de 2023 ainda existiam 11 núcleos de alojamentos precários⁵⁶, com 111 alojamentos, onde residiam 132 agregados familiares, que por sua vez integravam 347 pessoas (Figura 48).

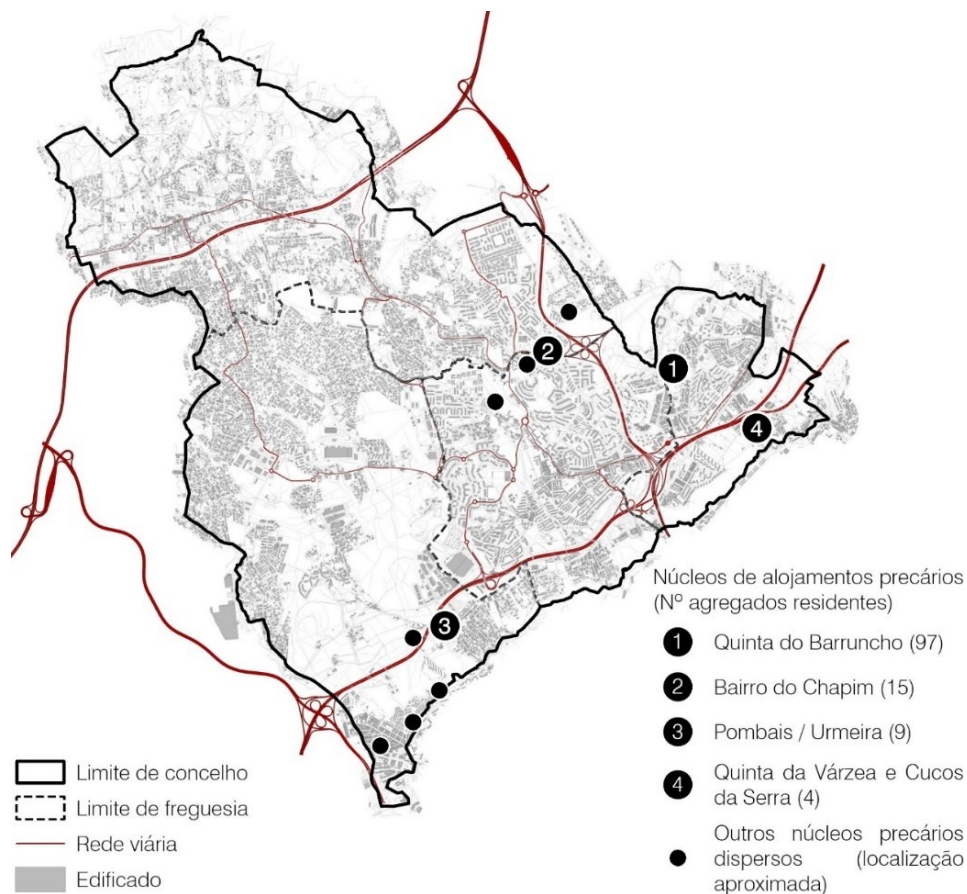


Figura 48. Núcleos de alojamentos precários no concelho de Odivelas (julho de 2023)

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: CMO, 2023

⁵⁵ Com efeito, o DL N.º 37/2018, de 6 de junho, diploma que criou o 1.º Direito, distingue como situações específicas, pela escala e conjugação entre condições indignas de habitabilidade e concentração de populações com fracos recursos económicos, os núcleos precários (conjuntos de construções não licenciadas, acampamentos ou outras formas de alojamento precário ou improvisado, como AUGI, bairros ou acampamentos) e os núcleos degradados (como ilhas, pátios ou vilas operárias).

⁵⁶ Núcleos de barracas ou de construções, que pela grave precariedade, lhe são equiparadas. De acordo com o PMIM de Odivelas de 2022, aquando da criação do Município, o número de barracas rondaria os 2000.

Estes núcleos concentram-se no setor nascente (UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, e Ramada) e sul do Concelho (Pontinha e zona da Urmeira). Destaca-se o Bairro do Barruncho, com 74 alojamentos e 93 famílias, e o Bairro do Chapim, com 15 habitações prefabricadas degradadas. Outros aglomerados menores incluem o conjunto de barracas em Pombais/Urmeira e a Quinta da Várzea/Cucos da Serra.

Note-se ainda que, fruto da atual crise generalizada de habitação, com contornos particularmente graves, pela maior escala populacional, nas áreas metropolitanas tendem a aumentar as situações de pessoas que, por total ausência de alternativa, se concentram nestes ou em novos núcleos precários. Esta tendência não será alheia a Odivelas e importa conter e contrariar.

Nesta análise dos núcleos precários, outra dimensão incontornável no Concelho, são as AUGI. Entre as AUGI em Odivelas, destacam-se pela extensão e densidade de ocupação, e complexidade do processo de reconversão urbanística, as AUGI da Vertente Sul⁵⁷ e da Vertente Nascente, em áreas com riscos ambientais. Embora não tenha havido expansão da ocupação nestas áreas, tem-se registado uma densificação da ocupação destes bairros (com uma estimativa de 10 a 11 mil habitantes na Vertente Sul). Existem situações de sobreocupação, com coabitação de várias famílias ou agregados unipessoais, as quais apresentam uma tendência de aumento. Há uma forte componente de informalidade, quer no arrendamento (predominante nestes bairros), quer na própria população (parte substancial dos quais imigrantes em situação de irregularidade), que em casos extremos configuram o aluguer de um colchão à hora, muitas vezes associadas a população imigrante. São igualmente frequentes as situações de utilização para habitação de garagens, anexos, sótãos e afins para habitação, e ainda, na base da vertente nascente, de armazéns agrícolas, por vezes localizados em leito de cheia.

2.4.4. Parque habitacional de promoção pública

No concelho de Odivelas, existe uma oferta de habitação pública, que visa dar resposta às situações habitacionais mais críticas. Em maio de 2024, esta oferta abarcava mais de 9 centenas de fogos, a maioria propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU – 504

⁵⁷ Desde 2009, o Município trabalha no Plano de Urbanização da Vertente Sul para apoiar a reconversão urbanística dessas áreas. A CMO estabeleceu um protocolo de cooperação técnica e científica com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil para desenvolvimento de estudos no domínio da Engenharia Civil, em geral, e da Geotecnia e da Geologia, com vista à avaliação e gestão do risco do território municipal, no âmbito do qual têm sido desenvolvidos vários estudos técnicos. Esse é um processo em curso, mas que não será possível concluir a curto prazo.

fogos) e os restantes do Município (426 fogos). A ELH prevê um acréscimo do parque de habitação municipal, por via da nova construção ou da aquisição, de 160 novos fogos.

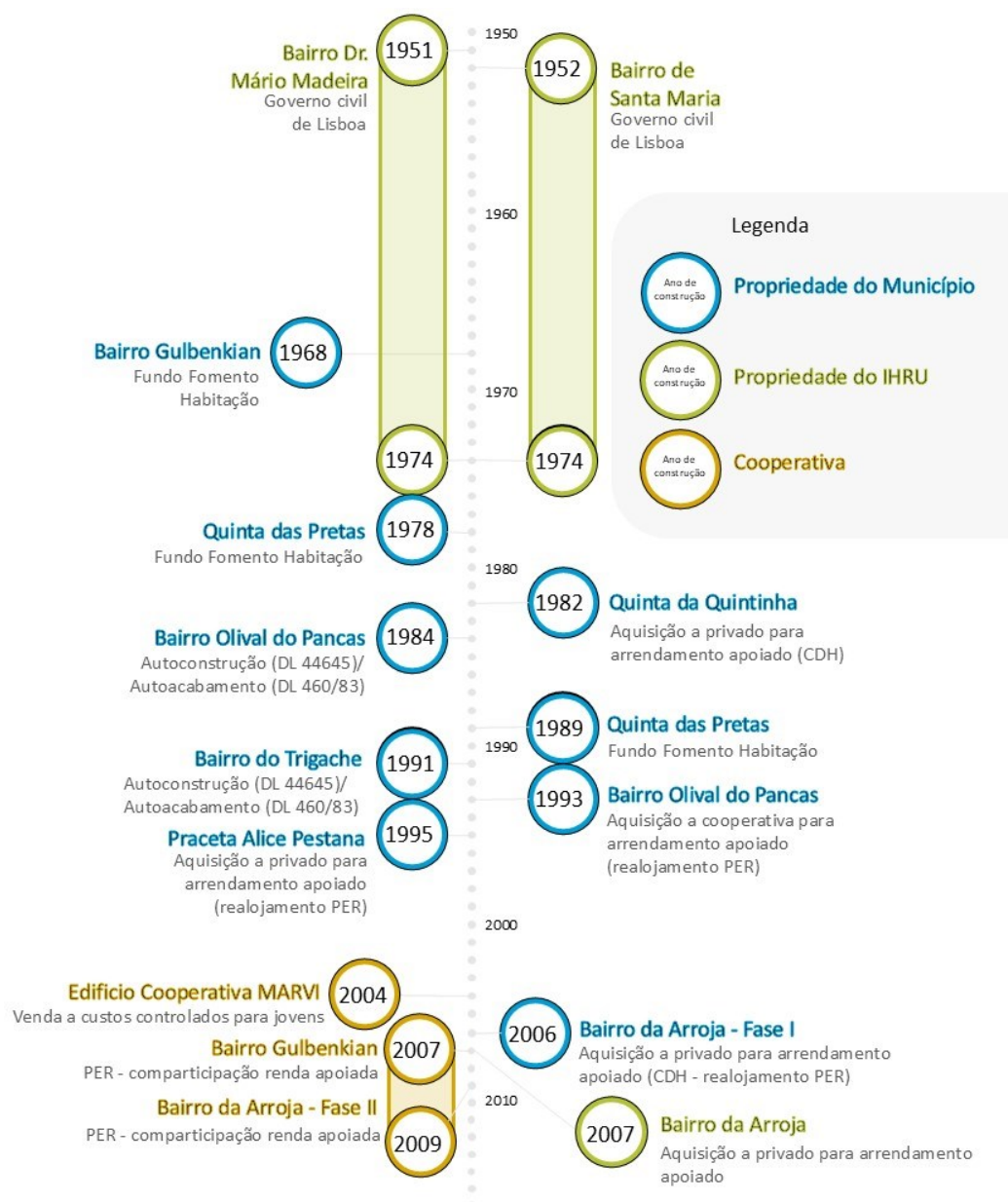


Figura 49. Ano e contexto de criação dos bairros de promoção pública

Fonte: Carta Municipal de Habitação, 2023 | Dados: CMO

Os maiores e mais antigos conjuntos habitacionais com fins sociais, localizam-se no extremo sul do Concelho de Odivelas: o Bairro Dr. Mário Madeira e o Bairro de Santa Maria. Construídos entre 1951 e 1974, para realojar famílias provenientes de Lisboa, estes bairros, habitado por famílias com baixos rendimentos, possuem atualmente edifícios em estado de degradação

significativa. São bairros de propriedade mista, já que parte dos fogos foram, ao longo do tempo, alienados aos seus ocupantes. Os fogos públicos encontram-se hoje na posse do IHRU, que é atualmente proprietário de quase 5 centenas⁵⁸ de fogos no conjunto destes dois bairros, que representam cerca de 38% do total de fogos públicos.

O Bairro de Santa Maria⁵⁹, constituído por vários núcleos habitacionais dispersos e pouco articulados, está incluído na OIL da UF de Pontinha e Famões⁶⁰, no âmbito das Comunidades Desfavorecidas da AML.

Em maio de 2024, a CMO possuía habitações em sete bairros e 84 fogos dispersos adquiridos para realojamentos, totalizando 426 fogos (Figura 50). Estes fogos são disponibilizados às famílias mais carenciadas em regime de arrendamento apoiado⁶¹, com exceção de um fogo (localizado no Bairro Gulbenkian) cedido em regime de comodato à Comunidade Vida e Paz, para alojamento de pessoas em situação de necessidade habitacional urgente e acolhimento de emergência (pessoas em situação de sem-abrigo).

⁵⁸ 250 Fogos no Bairro Dr. Mário Madeira e 241 fogos no Bairro de Santa Maria. O IHRU é ainda proprietário de outros 13 fogos, na Urbanização da Arroja.

⁵⁹ O Bairro de Santa Maria integrava um projeto mais abrangente, designado por “aproveitamento social da Quinta da Paiã”, que previa a edificação de cerca de 1 500 fogos e vários equipamentos comunitários. Este projeto nunca foi plenamente implementado e encontra-se, de acordo com o PDM de Odivelas, em larga medida em áreas não passíveis de urbanizar. O edificado foi construído em terrenos rústicos e antigas quintas, propriedade da Administração Central, transferidos para a Assembleia Distrital de Lisboa (ADL). O IHRU é proprietário de 241 fogos (66% do parque habitacional), encontrando-se os mesmos em regime de renda apoiada. Na generalidade dos núcleos, o espaço público apresenta necessidades de reabilitação, assim como o parque edificado evidencia graves carências. Destaca-se ainda que, no núcleo habitacional de S. António, por se encontrar em leito de cheia, está previsto, no âmbito da ELH, o realojamento das famílias que aí (ilegalmente) residem e a demolição dos fogos ainda existentes.

⁶⁰ A OIL União de Freguesias de Pontinha e Famões decorre entre 2022 e o final de 2025, tendo como objetivo a “capacitação das comunidades, o desenvolvimento de abordagens novas e inovadoras para a coesão social e intervenções no espaço público, infraestruturas sociais e desportivas e habitações”. Tem um apoio financeiro comunitário aprovado de 6.066.630,60€.

⁶¹ A atribuição dos fogos processa-se de acordo com o Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações Sociais do Município de Odivelas, em vigor desde 2017. O procedimento de atribuição é o concurso por inscrição, que de acordo com critérios definidos, avalia as condições de habitabilidade, socioeconómicas e familiares dos agregados. Este regulamento encontra-se presentemente em revisão para adequação às regras e princípios definidos pelo 1º Direito.

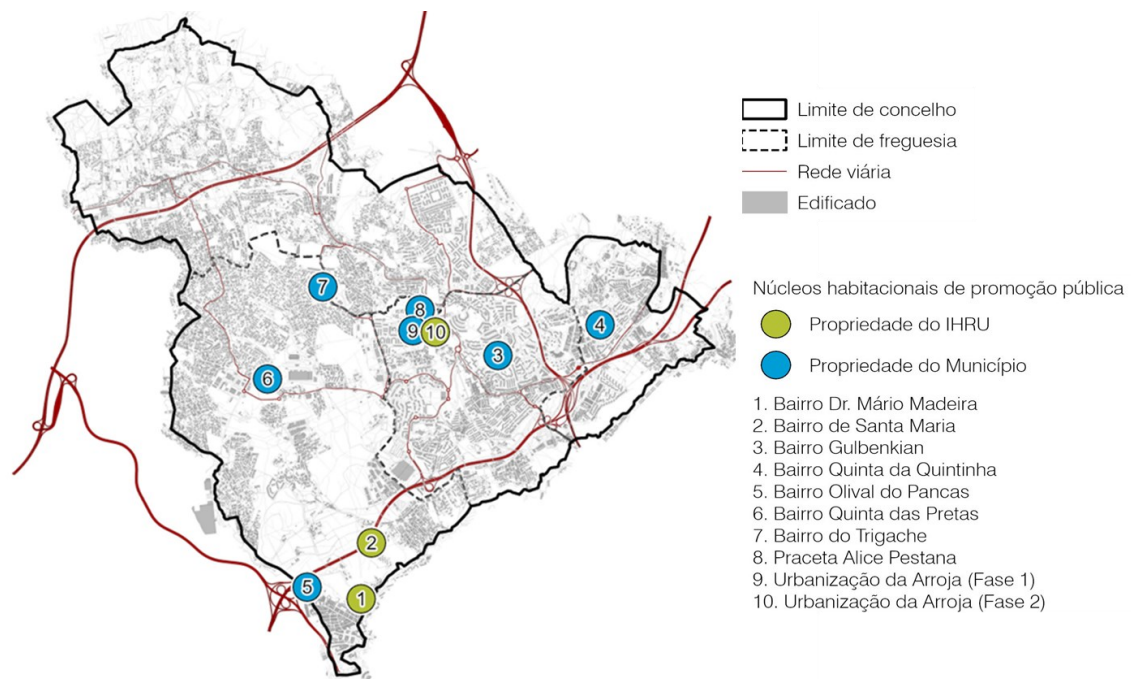


Figura 50. Parque habitacional de promoção pública em núcleos de promoção pública, 2023

Fonte: CMO, 2023

Metade destes fogos localiza-se na freguesia de Odivelas, com um terço na UF de Pontinha e Famões. A maioria das habitações municipais são das tipologias T2 (49%) e T3 (38%), com um pequeno número de T0 e T4. Cerca de 94% dos fogos municipais estão ocupados ou em processo de atribuição, mas muitos necessitam de reabilitação antes de serem reocupados.

Note-se que parte significativa das famílias em carência habitacional identificadas na ELH são residentes em habitações inseridas em bairros ou núcleos habitacionais criados com fim social, em habitação pública (prevê a reabilitação de 75 fogos municipais) ou que, ao longo dos anos, foi alienada aos seus ocupantes (enquadrados na ELH como beneficiários diretos).

Adicionalmente, a Divisão de Recursos Sociais do Município de Odivelas gere 37 fogos privados arrendados para famílias carenciadas, localizados principalmente na freguesia de Odivelas. Estes arrendamentos foram realizados sob acordos de colaboração com o IHRU, mas, após a extinção dos acordos, o município manteve os contratos, convertendo-os para arrendamento apoiado.

O Instituto da Segurança Social é proprietário de um edifício em Odivelas que será convertido numa residência para idosos, com financiamento do PRR. Para além disso, está previsto um projeto para criar um campus académico no Mosteiro de Odivelas, em parceria com o ISCTE,

incluindo uma residência universitária para 200 alunos. A oferta de alojamento estudantil formal atualmente é inexistente no Concelho.

No presente, a oferta pública de habitação representa 1,3% do total de alojamento familiares clássicos existentes no Concelho, reduzindo-se para 0,6% se considerarmos apenas o parque habitacional do município. Após a concretização da intenção de criação dos 160 fogos, com o apoio do 1º Direito, passará para 1,5% do total de alojamento familiares clássicos. A oferta de habitação pública encontra-se, pois, claramente subdimensionada face às necessidades identificadas.

SÍNTESE CONCLUSIVA: HABITAÇÃO

Num contexto de dinamismo demográfico e elevada pressão sobre o mercado habitacional, os problemas habitacionais afetam um número crescente de famílias, com distintos perfis, quer entre a população mais desfavorecida, quer entre população com rendimentos intermédios, incluindo os jovens em início de vida e aqueles que precisam de encontrar novas habitações.

Existindo dinâmicas intensas de procura por habitação, a oferta de fogos vagos no Concelho é relativamente limitada: apenas 4% do total de alojamentos familiares se encontrava no mercado imobiliário para venda ou arrendamento, enquanto 4,7% encontrava-se vago por outros motivos. O mercado de arrendamento tem uma reduzida expressão na maior parte do Concelho. Identificam-se alguns locais com concentração de edifícios com necessidades de reparação, onde reside população com escassos recursos económicos.

Há uma maior proporção de situações de sobrelotação no Concelho do que na AML (com maior concentração nas UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e de Pontinha e Famões), no entanto, mais de metade dos alojamentos familiares de residência habitual estão sublotados. Estas últimas estão frequentemente associadas ao envelhecimento da população e à recomposição familiar na sequência da emancipação dos filhos, podendo indiciar problemas de isolamento social entre a população idosa.



Alojamentos familiares clássicos

16,2 % sobrelotados
54,5 % sublotados



Habitações com grandes necessidades de reparação

Vertente Nascente e Sul, Pontinha, e Olival de Basto

O aumento exponencial dos custos de acesso à habitação, mais acentuado na aquisição, mas também muito relevante no mercado de arrendamento, não foi acompanhado por um aumento equivalente, ou sequer aproximado, dos rendimentos das famílias. Este fenómeno traduz-se numa perda crescente do poder de compra (que, como antes mencionado, é limitado) e no aumento expressivo das taxas de esforço das famílias, a níveis muito superiores aos recomendados (máximo 35%).

As dificuldades não se prendem apenas com os custos com hipotecas e rendas, mas também com a capacidade de garantir a adequada manutenção e níveis de conforto das habitações (p.e. suportar os consumos de energia ou obras de reparação).

SÍNTESE CONCLUSIVA: HABITAÇÃO

Crescimento significativo da taxa de esforço das famílias



Pagam rendas/prestações superiores a 400€

Proprietários - 38,2%
Arrendatários - 40,7%



O valor mediano das rendas aumentou 37%

Rendimentos do agregado fiscal cresceram apenas 7%

As dificuldades no acesso à habitação são também particularmente gravosas quando cumulativas com problemas sociais diversos, como dependências, saúde mental e física, ou violência doméstica. Do ponto de vista territorial, as situações críticas incluem núcleos de barracas e outros assentamentos precários, ocupações de génese ilegal em áreas de instabilidade de vertentes e de risco de cheias, e situações de desqualificação acentuada em núcleos ou bairros de promoção pública. A real quantificação das necessidades habitacionais é difícil devido à informalidade e irregularidade de muitas situações.

Crescente número de pessoas em situações habitacionais indignas



1 309 agregados familiares em condições habitacionais indignas

3 729 pessoas



897 famílias em casas próprias sem condições adequadas

Sem capacidade financeira para realizar intervenções



11 núcleos de alojamento precário
132 agregados familiares

Setor nascente (UF de Póvoa de St. Adrião e Olival Basto, e Ramada) e sul do Concelho (Pontinha e zona da Urmeira)

Devido a estas dificuldades, em alguns dos territórios críticos (p.e. nas vertentes), tem-se registado uma densificação da ocupação, aumentando o número de situações de sobreocupação, com coabitação de várias famílias ou agregados unipessoais.

Apesar de existir oferta de habitação pública (cerca de 5 centenas de fogos são propriedade do IHRU e mais de 4 centenas são municipais), esta encontra-se tendencialmente ocupada e, em algumas situações, carece de reabilitação. São os casos dos fogos do IHRU ou do Bairro Olival do Pancas. A oferta pública de habitação está subdimensionada face à procura por habitação em regime de renda apoiada, representando apenas 1,3% do total de alojamentos familiares clássicos no Concelho. Em breve, será requalificada e reforçada em mais 160 fogos, por via do 1º Direito/PRR.

2.5. Saúde e bem-estar

2.5.1. Aspectos gerais

A OMS define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. Esta definição destaca a importância de considerar todos os aspectos da vida de uma pessoa, não apenas a ausência de doenças, mas também o bem-estar geral. Tendo por base este conceito, os fatores que influenciam a saúde das pessoas e das comunidades são múltiplos, abrangentes e diversificados. De acordo com a OMS, esses fatores incluem:

- As condições socioeconômicas, incluindo aspectos como os níveis de rendimento, educação, emprego e condições de trabalho e de habitabilidade.
- O ambiente físico, onde se incluem variáveis como a qualidade do ar e da água, o saneamento básico, o ruído e a poluição, ou as alterações climáticas. Existe evidência que ambientes saudáveis, pela remoção de riscos ambientais evitáveis conhecidos⁶², podem prevenir quase ¼ da carga global de doença.
- O estilo de vida, aspecto intrinsecamente ligado aos comportamentos individuais, que são influenciados pelo ambiente físico e social onde cada indivíduo se insere. A adoção de hábitos alimentares saudáveis, a prática de atividade física, o consumo de tabaco, álcool e drogas, são determinantes que estão relacionados com o desenvolvimento de doenças crônicas, como as doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e neoplasias.
- A disponibilidade, acesso e qualidade dos serviços de saúde prestados à população, garantindo a presença de serviços e profissionais de saúde, a capacidade das pessoas de utilizar esses serviços quando necessário, e a qualidade e eficácia dos cuidados prestados.
- E ainda fatores biológicos e genéticos, designadamente a idade, o sexo e a predisposição genética para determinadas patologias, ou a resposta individual a determinados tratamentos e medicamentos.

Esses fatores interagem de maneiras complexas, influenciando a saúde de forma positiva ou negativa. Por exemplo, uma boa educação pode levar a melhores oportunidades de emprego e

⁶² Estes riscos relacionam-se com a qualidade do ar atmosférico, gestão dos resíduos sólidos, exposição ambiental ao ruído, qualidade da água (para consumo humano), existência de espaços verdes e, ainda, as alterações climáticas, que a OMS considera uma das 10 ameaças à Saúde Global.

níveis de rendimento e, consequentemente, a uma melhor saúde. Pelo contrário, as desigualdades nas condições socioeconómicas, habitacionais e ambientais criam desigualdades na saúde, por vezes bastante evidentes, que podem ainda ser potenciadas por estilos de vida pouco saudáveis, pela idade mais avançada ou por uma doença crónica.

Parte dos determinantes supracitados foram analisados, ainda que com outro foco, nos restantes pontos do capítulo 2, não sendo possível, por falta de dados, aprofundar a sua análise neste domínio. Deste modo, o ponto que se segue centra-se, sobretudo, na análise dos recursos e serviços de saúde.

2.5.2. Recursos e serviços de saúde

O acesso a cuidados de saúde é determinante para a qualidade de vida da população. Uma das dimensões de análise do acesso aos cuidados de saúde é o quantitativo de recursos humanos per capita disponíveis para o Concelho.

Em 2023, em termos gerais, no concelho de Odivelas existiam 4 médicos e 2,8 enfermeiros por cada 1 000 habitantes, rácios que são, em ambos os casos, significativamente mais desfavoráveis do que os verificados nas escalas macro analisadas. Contudo, saliente-se ter existido uma progressão positiva face a 2013, que é extensível às demais escalas (Figura 51).

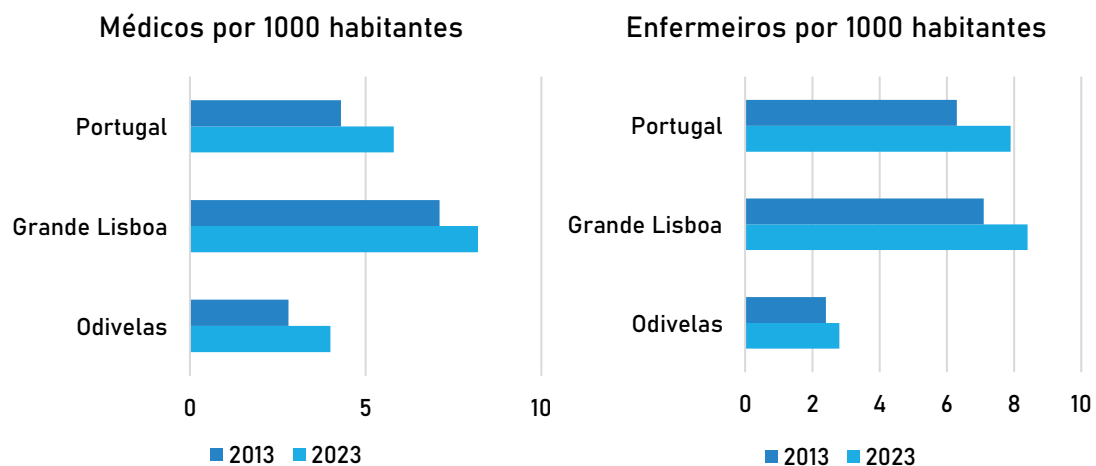


Figura 51. N.º de médicos e de enfermeiros por 1 000 habitantes, em 2013 e 2023

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Desde o início de 2024, no Serviço Nacional de Saúde (SNS) estão em funcionamento as Unidades Locais de Saúde (ULS)⁶³. As ULS são entidades públicas empresariais, que integram os hospitais e os centros de saúde sob uma única gestão, com vista ao reforço dos cuidados primários na resposta de proximidade e continuidade na assistência em saúde. Assim, as ULS passam a ser os estabelecimentos de saúde, aos quais compete garantir a prestação integrada de cuidados de saúde primários e hospitalares.

A ULS de Loures-Odivelas (ULSLOD), com sede na Avenida Carlos Teixeira, em Loures, assegura os cuidados de saúde nos concelhos de Odivelas e em 8 freguesias do concelho de Loures (freguesias de Loures, Bucelas, Santo António dos Cavaleiros, Santo Antão do Tojal, São Julião do Tojal, Fanhões, Lousa e Frielas). A ULSLOD integra 1 hospital (o Hospital de Beatriz Ângelo, localizado no concelho de Loures) e 3 Centros de Saúde (CS) (de Loures, de Odivelas e da Pontinha).

A ULSLOD engloba as diversas unidades funcionais (UF) e serviços com atuação no Concelho de Odivelas, cuja distribuição é ilustrada na Figura 52. Estes recursos serão analisados em seguida, separando a análise em Cuidados de Saúde Primários (CSP) e Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH).

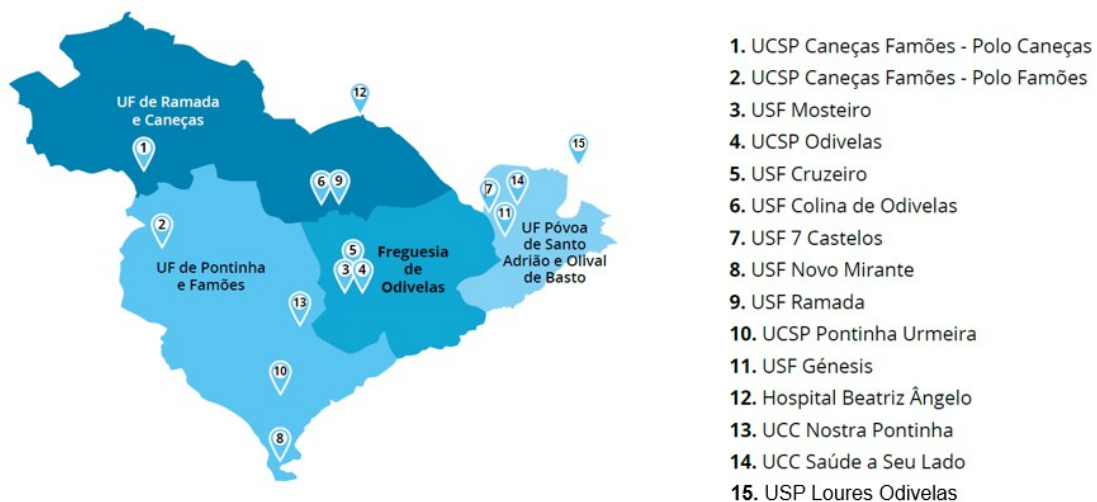


Figura 52. Recursos de saúde – capacidade instalada do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Fonte: Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida no Concelho de Odivelas | Adaptado: Dados CMO, 2024

⁶³ Criadas pelo DL n.º 102/2023, de 7 de novembro. O País fica inteiramente coberto por 39 ULS.

Cuidados de Saúde Primários

Os CSP constituem a primeira linha do SNS, atendendo às necessidades de saúde ao longo da vida e integrando diversas vertentes de intervenção em saúde, nomeadamente: promoção da saúde; prevenção da doença; diagnóstico precoce; terapêutica adequada; reabilitação e reinserção social. Estes cuidados são centrados nas pessoas, famílias e comunidades, abordando não apenas doenças, mas também os determinantes mais amplos da saúde física, mental e social.

Entre as várias UF e serviços da ULSLOD, têm sede no concelho de Odivelas os seguintes recursos de saúde: 3 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) com os respetivos polos; 7 Unidades de Saúde Familiar (USF) e 2 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC). As UF do concelho estão divididas entre 2 Centros de Saúde:

- Centro de Saúde de Odivelas:
 - UCSP Odivelas, sediada em Odivelas. Possui 5 médicos de família;
 - UCSP Caneças, com sede em Caneças e com 2 polos: Polo de Caneças e Polo de Famões. Possui 8 médicos de família;
 - Convenção – Odivelas, com sede em Odivelas. Possui 3 médicos de família;
 - USF Ramada, com sede na Ramada. Possui 9 médicos de família;
 - USF Colina de Odivelas, com sede na Ramada. Possui 8 médicos de família;
 - USF Génesis, com sede em Póvoa de Santo Adrião. Possui 8 médicos de família;
 - USF 7 Castelos, com sede em Póvoa de Santo Adrião. Possui 7 médicos de família;
 - USF Mosteiro, com sede em Odivelas. Possui 4 médicos de família;
 - USF Cruzeiro, com sede em Odivelas. Possui 8 médicos de família;
 - UCC Saúde a Seu Lado, que abrange 99 327 utentes inscritos;
- Centro de Saúde da Pontinha
 - UCSP Pontinha e Urmeira, com sede na Urmeira, atualmente não possui médicos de família;
 - USF Novo Mirante, embora tenha sede em Lisboa, tem como área geográfica de influência a localidade da Pontinha. Possui 9 médicos de família;
 - A UCC Nostra Pontinha, que abrange 31 721 utentes inscritos.

Os CSP integram ainda os seguintes Serviços e UF com atuação no concelho de Odivelas:

- Unidade de Saúde Pública (USP) Loures / Odivelas⁶⁴;
- Serviço de Atendimento Complementar (SAC) Odivelas;
- Centro de Vacinação Internacional | Loures / Odivelas;
- Gabinete do Cidadão Loures / Odivelas;
- Serviços Assistenciais Partilhado da ULS Loures Odivelas.

Em julho de 2024, as UCSP e USF com sede no concelho de Odivelas tinham 150 075 utentes inscritos, que representavam 65% dos 230 942 utentes da ULSLOD. Estas UCSP e USF tinham mais 15 000 inscritos em 2024 do que em 2020, o que representa um acréscimo de cerca de 11% no número de utentes. As UCSP e USF contavam, em 2024, com 255 profissionais de saúde, dos quais 87 eram médicos, 108 enfermeiros, 7 Técnicos Superiores de Saúde (TSS)⁶⁵, 3 Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT)⁶⁶, 49 Assistentes técnicos e 1 Assistente Operacional. Os profissionais de saúde diminuíram face a 2020 (cerca de 25%), em especial entre os TSS, os TSDT e o pessoal médico.

Tabela 4. Recursos humanos dos CSP de Odivelas

Fonte: Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida no Concelho de Odivelas (2020) e ULSLOD (2024)

Recursos Humanos CSP	2020	2024	Variação 2020-2024
Pessoal Médico	89	67	-25%
Pessoal em formação pré-carreira médica	20	20	0%
Pessoal de Enfermagem	104	108	4%
Pessoal Técnico Sup. de Diagnóstico e Terapêutica	22	3	-86%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	30	1	-97%
Pessoal Técnico Superior de Serviço Social	8	4	-50%
Assistente Técnico	56	49	-13%
Assistente Operacional	9	1	-89%
Total	338	253	-25%

⁶⁴ Com sede em Santo António dos Cavaleiros, a USP Loures / Odivelas é responsável por promover a saúde e prevenir doenças na comunidade, devendo trabalhar em estreita articulação com os centros de saúde e o hospital, para garantir uma abordagem integrada e eficaz na proteção da saúde pública.

⁶⁵ Dos quais: TSS de psicologia e medicina dentária.

⁶⁶ Dos quais: TSDT de fisioterapia, terapia da fala e ortoptista.

Destas dinâmicas resultou num aumento significativo do número de utentes sem médico de família. Em 2024, 42 616 utentes não tinham médico de família, representando cerca de 28% do universo de utentes do Concelho, uma proporção que é menor do que a da ULS no seu conjunto (32% dos utentes sem médico de família). Acrescente-se ainda que, na UCSP da Pontinha e Urmeira nenhum dos utentes possuía médico de família, sendo a proporção de utentes sem médico de família também muito elevada na UCSP de Odivelas (quase 80%) e na UCSP de Caneças e Famões (mais de metade dos inscritos). Em contraponto, na USF da Ramada todos os inscritos (11% do universo) tinham médico de família atribuído (Figura 53).

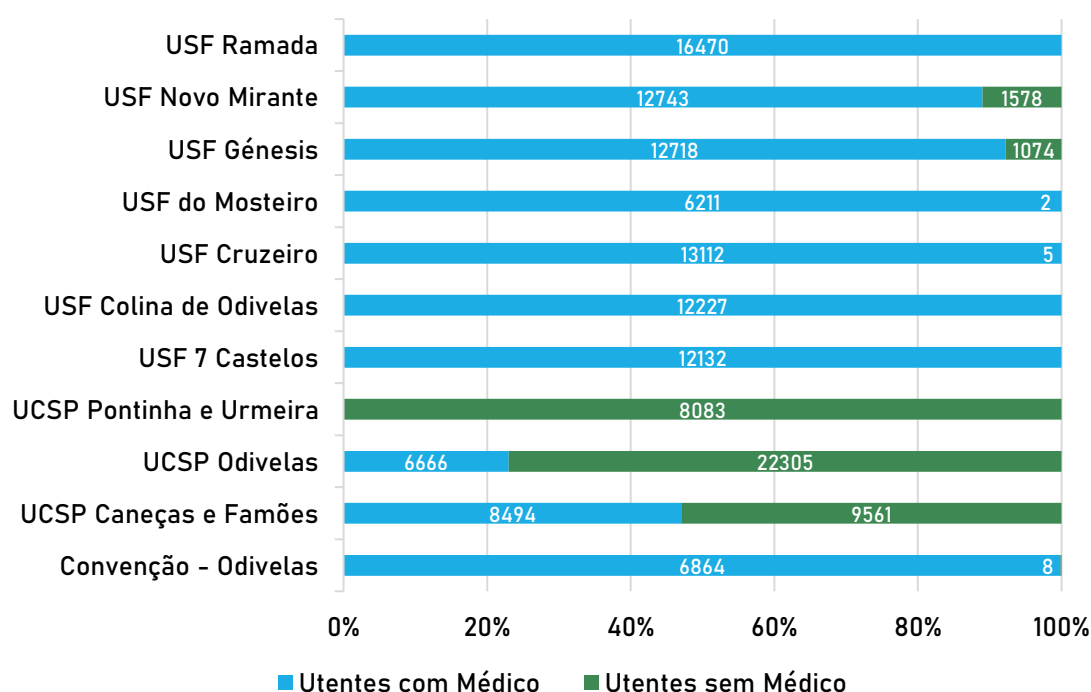


Figura 53. Número de utentes (com e sem médico de família) inscritos nas UCSP e USF da ULS Loures Odivelas, do concelho de Odivelas, em julho de 2024

Fonte: SNS, BI-CSP

No que respeita aos principais diagnósticos dos utentes inscritos nos CSP do concelho de Odivelas, importa destacar que parte importante destes estão relacionados, ou pelo menos são potenciados, com os hábitos nutricionais e estilos de vida da população. Com efeito, 20,3% dos utentes inscritos foram diagnosticados com alterações do metabolismo dos lípidos e 19,1% apresentavam excesso de peso, sendo estes os diagnósticos mais comuns dos utentes inscritos. O excesso de peso poderá levar ao desenvolvimento de outras doenças, nomeadamente, desenvolvimento de doenças crónicas, como as doenças cardiovasculares,

diabetes, obesidade e diferentes tipos de neoplasias. Acrescente-se que 12% dos utentes inscritos apresentavam um diagnóstico de obesidade (Tabela 5).

Tabela 5. Proporção de utentes inscritos (%) nos CSP de Odivelas pelos 10 diagnósticos mais frequentes no Concelho

Fonte: ULS Loures Odivelas, 2024

Diagnóstico	Nº de Utentes	% de Utentes
Alterações do metabolismo dos lípidos	30 465	20,3%
Excesso de peso	28 591	19,1%
Hipertensão sem complicações	27 722	18,5%
Medicina preventiva/de acompanhamento geral	24 304	16,2%
Obesidade	18 039	12,0%
Perturbações depressivas	15 475	10,3%
Síndrome vertebral com irradiação de dores	14 700	9,8%
Abuso do tabaco	14 021	9,3%
Outra doença viral	12 453	8,3%
Distúrbio ansioso/estado de ansiedade	11 561	7,7%

É possível também identificar um número significativo de utentes com diagnósticos relacionados com o bem-estar mental e psicológico, nomeadamente Perturbações Depressivas (10,3%) e Distúrbio Ansioso/ Estado de Ansiedade (7,7%). Acrescente-se que, no domínio dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), o abuso de tabaco, de álcool e de drogas foram diagnosticados respetivamente em 9,3%, 1,2% e 0,5% dos utentes inscritos. O abuso de álcool está a aumentar (em 2020, o Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida no Concelho de Odivelas identificava os abusos de álcool em 0,8% dos utentes), estando parte das vezes associados a acidentes e comportamentos violentos. O mesmo acontece com o abuso de drogas ilícitas (que em 2020 tinha uma prevalência de 0,4%), e para o qual se destaca o consumo por parte dos grupos mais jovens, com consequências ao nível das prioridades e valores pessoais, familiares e sociais do indivíduo.

A CMO tem implementado diversas iniciativas para promover a saúde e o bem-estar da população. Entre os principais projetos destacam-se a monitorização da saúde local através do programa "Odivelas, Concelho Saudável", integrado no Atlas dos Municípios Saudáveis, e o apoio nutricional com a distribuição de Manuais de Apoio Nutricional, promovendo uma alimentação

saudável, especialmente dirigido para crianças e doentes crónicos. Além disso, têm sido realizadas ações de prevenção e promoção de estilos de vida saudáveis, com destaque para a saúde mental e a terapia ocupacional. Nas escolas, o projeto "Super Saudáveis" incentiva hábitos alimentares saudáveis, enquanto o programa "Saber Envelhecer para Melhor Viver" foca-se na melhoria da qualidade de vida dos idosos. A promoção da Dieta Mediterrânica, os programas de saúde cardiovascular, e a prevenção de doenças também são áreas prioritárias. Por fim, o projeto "Diabetes em Movimento" fomenta a atividade física entre pessoas com diabetes tipo 2, entre outros. Estas iniciativas refletem o compromisso da CMO em melhorar a saúde e o bem-estar dos munícipes.

Ao nível dos rastreios, fica a indicação que, durante o período de julho de 2023 e julho de 2024, foram realizados 21 039 rastreios do Cancro Colorretal (a indivíduos dos 50 aos 75 anos) e 14 548 rastreios de Cancro do Colo do Útero (a mulheres entre os 25 e os 60 anos). É possível estabelecer uma relação direta entre a disponibilidade de médicos de família e a realização de rastreios preventivos, sendo menor a proporção de rastreios realizados nas UCSP com menos médicos de família (Tabela 6).

Tabela 6. Proporção de utentes com rastreios realizados, no período entre julho de 2023 e julho de 2024

Fonte: ULSLOD, 2024

Centro de Saúde	Proporção utentes c/ rastreio ao cancro colorretal	Proporção utentes c/ rastreio cancro colo do útero
UCSP Odivelas	21,95	6,79
UCSP Pontinha e Urmeira	13,39	8,67
UCSP Caneças e Famões	32,51	13,34
USF Ramada	59,97	60,84
USF Cruzeiro	63,95	64,37
USF Génesis	66,06	62,51
USF Colina de Odivelas	62,54	60,48
USF do Mosteiro	49,08	39,56
USF 7 Castelos	67,09	64,06
USF Novo Mirante	60,17	65,01

Acrescente-se, por último, que em julho de 2024, existiam 573 utentes com o diagnóstico ICP2 - INFECÇÃO-VIH, SIDA, representando 0,4% do total de utentes, e 265 casos notificados no concelho de declaração obrigatória.

Cuidados de Saúde Hospitalares

Os CSH abrangem serviços médicos e de enfermagem diferenciados prestados em um ambiente hospitalar, com capacidade de internamento, de ambulatório (consulta e urgência) e de meios de diagnóstico e terapêutica, com o objetivo de garantir à população uma assistência médica especializada na recuperação ou reabilitação de doenças complexas. Além disto, desempenham um papel crucial na saúde pública, atuando como centros de ensino e investigação científica.

O concelho de Odivelas é servido pelo Hospital Beatriz Ângelo (HBA), sediado em Loures, recurso que, como foi mencionado, integra a ULSL0D. Este é um hospital público do SNS, inaugurado em 19 de janeiro de 2012 e totalmente operacional a partir de 27 de fevereiro de 2012, criado para melhorar a oferta de cuidados de saúde na região de Lisboa e Vale do Tejo.

O HBA conta com uma capacidade total de 424 camas para internamento, 44 gabinetes de consulta externa, oito blocos operatórios, cinco salas de parto, três salas de cesarianas, e 64 postos de tratamentos de hospital de dia. Possui ainda urgência médica geral, de pediatria e de ginecologia-obstetrícia. Até julho de 2024, os residentes de Odivelas tiveram 48 570 consultas externas no HBA, representando cerca de 40% do total de consultas realizadas neste ano.

No que respeita aos recursos humanos no HBA, no ano de 2024, existiam um total de 1 884 profissionais de saúde (Tabela 7), o que, face à informação do Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida no Concelho de Odivelas, representam menos 693 profissionais do que em 2020.

Tabela 7. Recursos humanos do HBA de Odivelas

Fonte: ULSL0D, 2024

Recursos Humanos HBA	2024
Pessoal Dirigente	17
Pessoal Médico	286
Pessoal em formação pré-carreira Médica	249
Pessoal de Enfermagem	458
Pessoal Farmacêutico	8
Pessoal em formação pré-carreira Farmacêutica	3
Pessoal Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	103

Recursos Humanos HBA	2024
Pessoal Técnico Superior de Saúde	6
Técnicos Superiores	63
Pessoal de Informática	4
Assistente Técnico	260
Técnico Auxiliar de Saúde	392
Assistente Operacional	32
Conselho Fiscal	3
Total	1 884

Outras entidades de saúde privadas

Relativamente à rede de saúde privada, de acordo com a informação do Município, existem no Concelho 133 clínicas médicas (especializadas e/ou ambulatório) e consultórios, 13 estabelecimentos de saúde com internamento, 65 clínicas dentárias e ortodônticas e outros meios complementares de diagnóstico ou apoio à saúde, onde se incluem 5 atividades de Ambulâncias e 10 atividades de enfermagem, laboratórios de análises, entre outros.

No que concerne à cobertura de farmácias, em 2024, o concelho de Odivelas registou uma cobertura farmacêutica de 36 farmácias, o que corresponde a uma captação de 1 farmácia para cada 4 112 residentes. Relativamente à distribuição geográfica das farmácias por freguesias (Figura 54), observa-se que Odivelas é a freguesia que regista a maior concentração destes equipamentos (15, o que representa 41,7% das farmácias existentes no concelho), seguindo-se a UF de Pontinha e Famões (10), a UF de Ramada e Caneças (7) e, por último, a UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto (4).

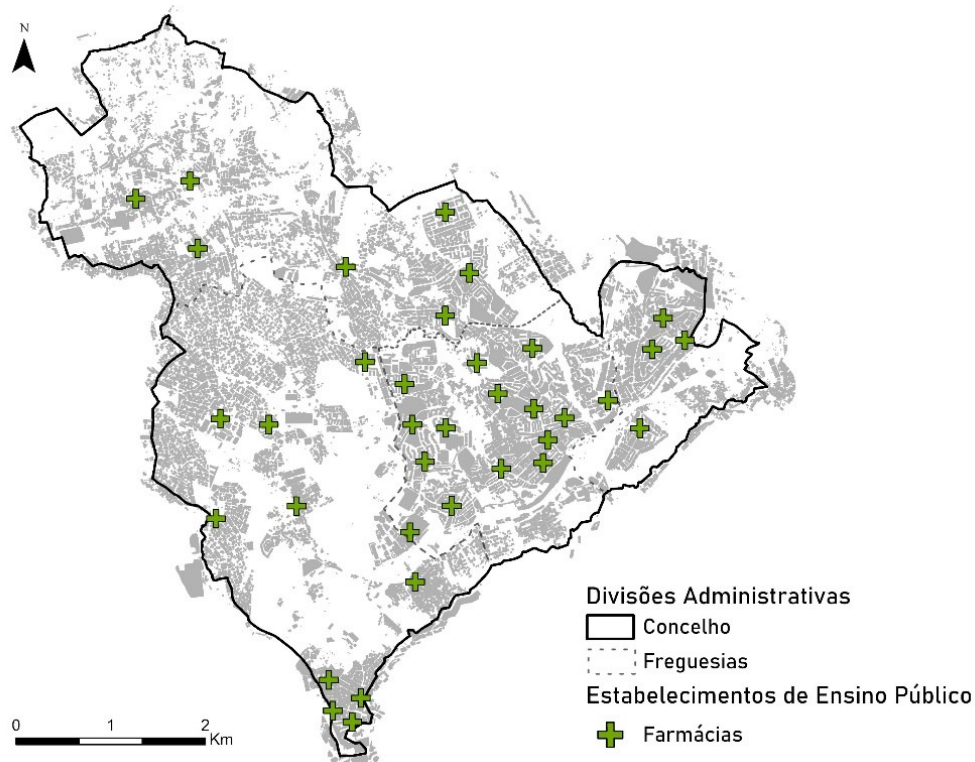


Figura 54. Farmácias no concelho de Odivelas

Fonte: CMO, 2024

Em 2023, o número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes em Odivelas era de 0,2 (um rácio inferior ao da Grande Lisboa e do País, ambos com 0,3).

SÍNTESE CONCLUSIVA: SAÚDE E BEM-ESTAR

O rácio de profissionais de saúde tem vindo a aumentar no Concelho, no entanto, é mais desfavorável do que nas restantes escalas de comparação (País e Grande Lisboa). Embora a presença de serviços e profissionais de saúde seja fundamental, a efetiva utilização desses recursos pelas pessoas e os efeitos na saúde e bem-estar depende também de outros fatores (capacidade das pessoas utilizarem esses recursos, por exemplo transportes e acesso a consultas, literacia em saúde e acesso a informação, ...).



4 Médicos
Por 1000 habitantes



2,8 Enfermeiros
Por 1000 habitantes

SÍNTESE CONCLUSIVA: SAÚDE E BEM-ESTAR

A rede de cuidados de saúde primários no Concelho inclui 2 Centros de Saúde, com 3 UCSP e os respetivos polos; 7 USF e 2 UCC, entre outras UF e serviços, que se distribuem pelas principais localidades. O número de utentes inscritos tem vindo a aumentar e o de profissionais de saúde afetos a diminuir, contabilizando-se um número significativo de utentes sem médico de família e uma UCSP sem qualquer médico de família (Pontinha-Urmeira). As 2 UCSP restantes (Odivelas e Caneças-Famões) apresentam também fortes carências nesta matéria.



65% dos utentes
da ULSLOD são de Odivelas



42 616 Utentes sem
médico de família
(28% dos utentes do Concelho)

O Hospital Beatriz Ângelo, apesar de localizado em Loures, integra a ULSLOD e, portanto, serve o Concelho. Localiza-se próximo do território concelhio e terá um acesso mais facilitado após a criação da linha violeta do metropolitano (que fará a ligação a este equipamento de saúde).

Entre os vários problemas de saúde destacam-se os diagnósticos relacionados com os hábitos nutricionais e estilos de vida da população. As questões relacionadas com o excesso de peso e a obesidade assumem uma grande relevância. Destaca-se igualmente, pela maior relação com o Diagnóstico Social, os problemas de saúde no domínio da saúde mental, nomeadamente as perturbações depressivas e ansiedade e no domínio dos comportamentos aditivos. Estas problemáticas carecem de uma abordagem de atuação concertada, que extravasa as respostas no âmbito da saúde.

Diagnósticos associados ao estilo de vida



Excesso de Peso e
Obesidade
Respetivamente 19,1 % e 12%



Perturbações depressivas
e ansiedade
Respetivamente 10,3 % e 7,7%



Abuso do tabaco
9,3% dos diagnósticos



Abuso de álcool e de
drogas
Respetivamente 1,2 % e 0,5%

Importa avaliar o sucesso de iniciativas de saúde preventiva, informação e literacia para a saúde, sensibilização para adoção de comportamentos e hábitos saudáveis, ajustando-as ou dando-lhes continuidade, de modo a promover a saúde e o bem-estar da população.

2.6. Acompanhamento a grupos específicos

2.6.1. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

De acordo com os Censos em 2021, no concelho de Odivelas residiam 57 726 pessoas com algum tipo de dificuldade, representando 38,9% da população, tendo este grupo aumentado 25% relativamente a 2011. Desagregando por tipo de dificuldade, e considerando apenas os casos mais graves, nomeadamente as pessoas que têm muita dificuldade e as que não conseguem executar a ação (Figura 55), verifica-se que a taxa de incidência de dificuldade em andar ou subir degraus era a mais elevada, abrangendo 5% da população residente. Seguem-se as dificuldades de memória ou concentração e a dificuldade ou incapacidade de ver com 3% da população. Também com valores muito semelhantes encontram-se os indivíduos com dificuldade em vestir/tomar banho, e auditiva (cerca de 2%). Os indivíduos com dificuldades ao nível da compreensão representam apenas 1% dos residentes.

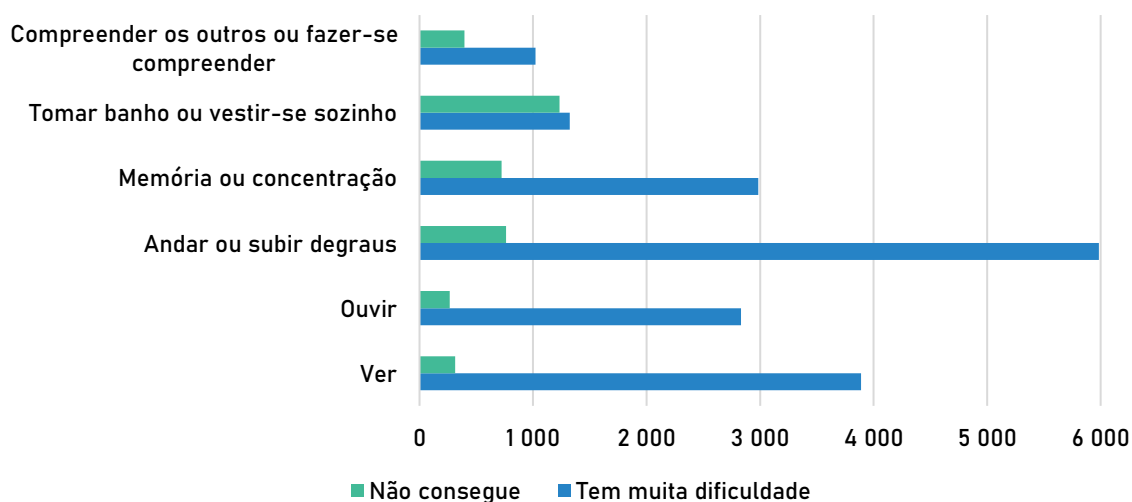


Figura 55. Residentes com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade

Fonte: INE, Censos 2021

Quanto à distribuição de residentes com dificuldades graves pelas freguesias do concelho, verifica-se, como seria de esperar, que as freguesias mais populosas concentram um maior número de residentes com dificuldades (Figura 56).

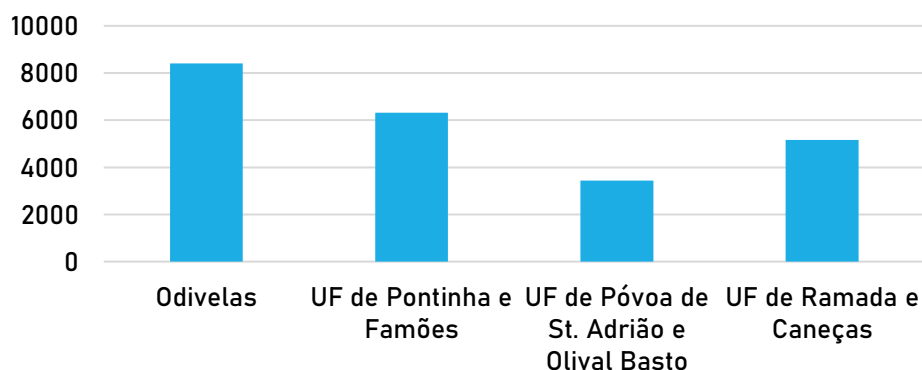


Figura 56. Residentes com dificuldades graves por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

No que se refere à faixa etária da população residente com pelo menos uma dificuldade, torna-se evidente que a idade é um fator determinante, influenciando significativamente o grau de dificuldades enfrentadas. Por um lado, a população mais jovem apresenta menos dificuldades; por outro lado, 39% das pessoas com alguma dificuldade têm mais de 65 anos. A idade revela-se também um fator determinante entre aqueles que possuem mais do que uma dificuldade, sendo esta faixa etária a que regista, cumulativamente, o maior número de dificuldades (Figura 57).

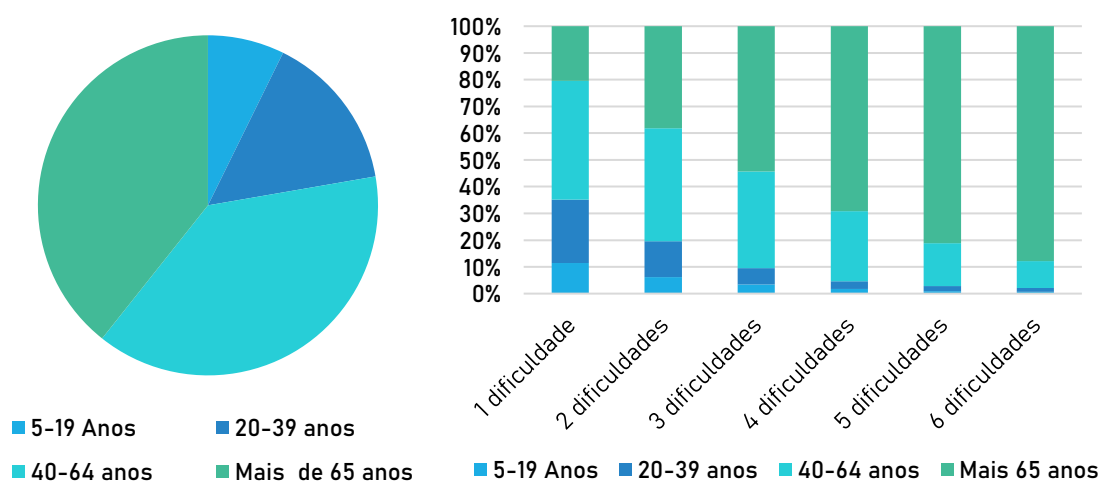


Figura 57. Dificuldades por faixa etária e distribuição da dimensão (indivíduos com dificuldades)

Fonte: INE, Censos 2021

O número de beneficiários da prestação social para a inclusão⁶⁷ a residir no Concelho, constitui um indicador complementar do volume de pessoas com deficiência no Concelho. De acordo com os dados do INE, em 2023, no concelho de Odivelas, eram titulares da bonificação por deficiência 1 696 pessoas (825 do sexo feminino e 871 do sexo masculino). Entre 2019 e 2023, o número de beneficiários da PSI aumentou 35%, sendo a faixa etária dos 30 aos 39 anos a que mais beneficia deste apoio.

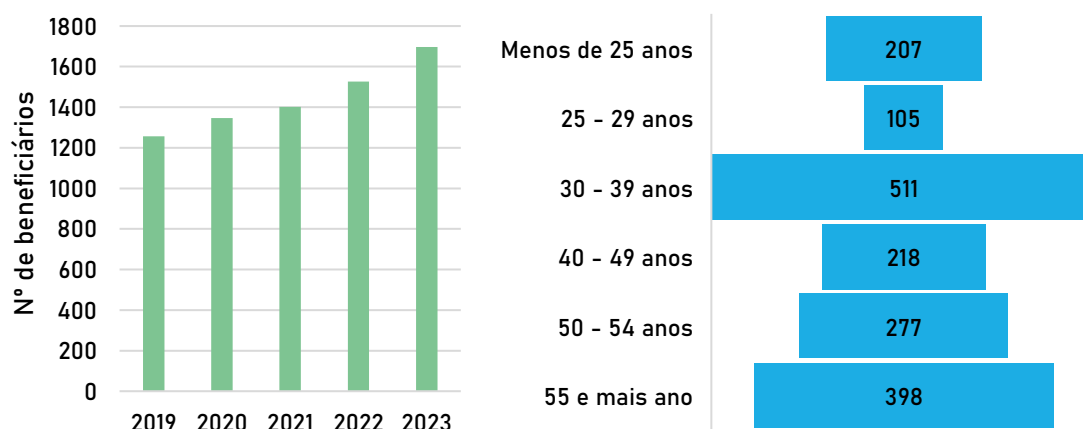


Figura 58. Número de beneficiários da PSI no concelho de Odivelas, entre 2019 e 2023, e beneficiários da PSI, em 2023, por faixa etária

Fonte: INE, 2024

Em 2023, registavam-se no Concelho 166 beneficiários do subsídio por assistência de terceira pessoa⁶⁸, que receberam ao longo desse ano um total de 228.000€, o que perfaz um valor médio por beneficiário de 1.686,75€.

2.6.2. Crianças e jovens em perigo

De acordo com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odivelas, em 2023, existiam 1 071 crianças e jovens em perigo, e cerca de 1 227 processos. No ano de 2019, existiam

⁶⁷ A prestação social para a inclusão é uma prestação em dinheiro paga mensalmente a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, à data da apresentação do requerimento, devidamente instruído, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social. Esta prestação é composta por três componentes: componente base; complemento; majoração.

⁶⁸ Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída: a) aos beneficiários com descendentes ou equiparados com direito a subsídio familiar, a crianças e jovens com bonificação por deficiência ou ao subsídio mensal vitalício, que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem do subsídio de educação especial); b) aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.

968 crianças e jovens em perigo, menos 103 que em 2023. Durante este período, observou-se um aumento de 11% no número de crianças e de 21% no número de processos.

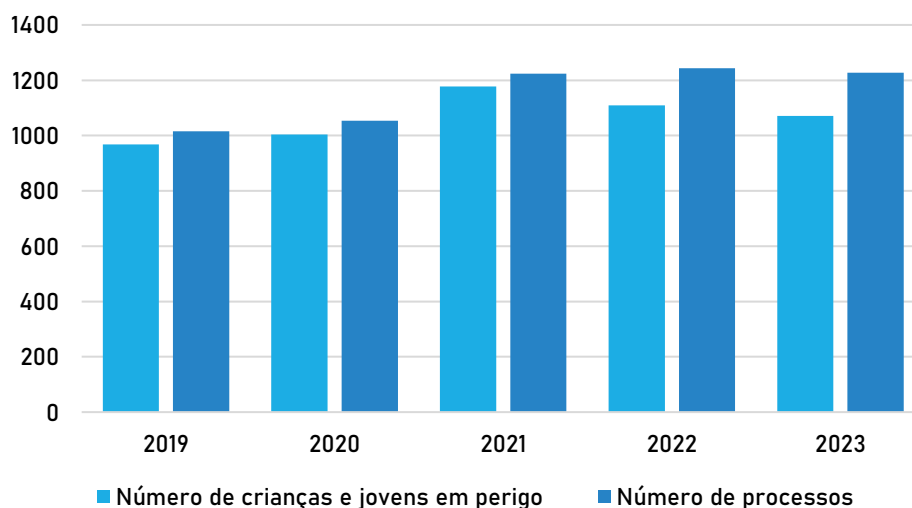


Figura 59. Número de crianças e jovens em perigo e número de processos da CPCJ

Fonte: CMO, 2024

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação das Atividades das CPCJ⁶⁹, em 2022, foram realizadas 826 novas comunicações de crianças em perigo. Estas comunicações foram feitas maioritariamente por Forças de Segurança (372), seguidas pelos Estabelecimentos de Ensino (164), pelo Ministério Público (51), pelos Estabelecimentos de Saúde (35) e ainda pela própria CPCJ (28).

As situações de risco mais comuns foram relacionadas a Violência Doméstica (296), exposição a comportamentos que comprometem o bem-estar e desenvolvimento da criança (172), comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento sem oposição dos pais (123), situações de perigo no direito à educação (70) e negligência (64). Outros casos menos frequentes incluem maus tratos físicos, abuso de álcool e estupefacientes, abuso sexual e a chegada de crianças provenientes de conflitos armados.

⁶⁹ Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022

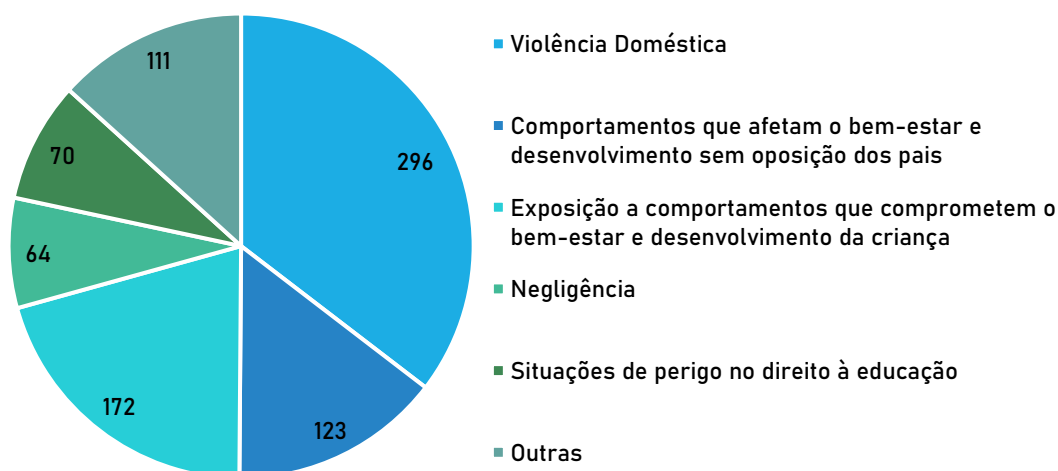


Figura 60. Situações de risco comunicadas no ano 2022 na CPCJ de Odivelas

Fonte: CPCJ, 2022

Além das comunicações recebidas, foram também identificadas diversas problemáticas entre as crianças e jovens em perigo. Entre as mais recorrentes, destaca-se o Absentismo Escolar, com 51 casos sinalizados, seguido por 50 casos relacionados com Violência Doméstica. Os comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina foram outra das problemáticas assinaladas, bem como diferentes formas de negligência (como a falta de acompanhamento e supervisão familiar, com 16 casos, e a negligência ao nível da saúde, registando 13 casos). Além disso, 15 situações foram associadas ao consumo de álcool. Estas problemáticas evidenciam a complexidade e a diversidade de problemas enfrentados por estas crianças e jovens.

De acordo com os indicadores do Atlas dos Municípios Saudáveis, 0,6% dos crimes registados no município de Odivelas, em 2019, eram relacionados com violência física, psicológica ou sexual sobre crianças, sendo inferior à média de 0,7% verificada nos municípios que integram esta rede.

2.6.3. Criminalidade e violência doméstica

Para a realização da presente análise contou-se com a colaboração das Forças de Segurança, designadamente a Polícia de Segurança Pública – Divisão Policial de Loures (PSP – DPL). A PSP é a única força de segurança presente no Concelho, distribuída por 4 esquadras, uma em cada freguesia (ou UF) do concelho, nomeadamente, Esquadra de Odivelas, Esquadra da Pontinha, Esquadra de Caneças e ainda a Esquadra da Póvoa de Santo Adrião.

Para além da matéria de força de segurança, na regularização da criminalidade e linha de apoio e emergência, contam ainda com o papel de sensibilização em temáticas de segurança. Como é o caso do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), que consiste numa estratégia da PSP que integra e coordena os vários projetos de policiamento de proximidade. Este modelo implementa mecanismos de coordenação, avaliação e formação, com o objetivo de melhorar a articulação entre a prevenção da criminalidade e outras áreas da PSP, como a ordem pública, a investigação criminal e as informações policiais. Além disso, os polícias envolvidos no MIPP, incluindo as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES), recebem formação específica para desempenharem eficazmente as suas missões.

De acordo com a Divisão Policial de Loures, foram acompanhados pelos MIPP, entre 2019 e 2023, 53 idosos. Para além disso, durante este mesmo período⁷⁰, foram sinalizadas através do Programa Escola Segura 295 ocorrências, criminais e não criminais das EPES. Entre o ano letivo 2019/2020 e 2023/2024, as ocorrências criminais identificadas pelas EPES aumentaram cerca de 3 vezes, sendo que só neste último ano foram identificadas 54 ocorrências criminais (Figura 61).

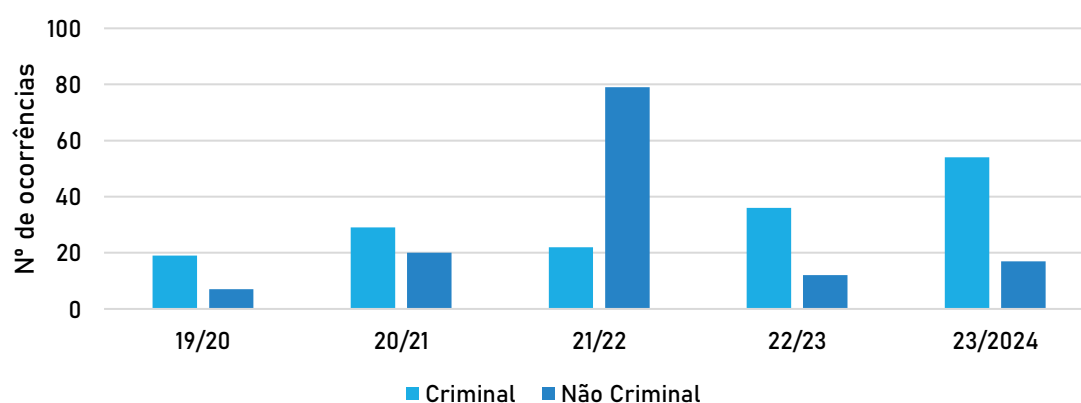


Figura 61. Ocorrência Escola Segura Odivelas, entre o ano letivo 2019/2020 e 2023/2024

Fonte: PSP – DPL, 2024

Para reduzir as ocorrências nas escolas, a PSP conduz um conjunto de ações de sensibilização no âmbito do Programa Escola Segura, nos mais variados temas⁷¹ dirigidos à comunidade

⁷⁰ Ano letivo 2019/2020 e 2023/2024

⁷¹ Animais de companhia; Autoproteção; *Cyberbullying*; Cidadania e não discriminação; Delinquência juvenil; Diálogo intercultural; Direitos humanos; Furtos e roubos; Igualdade de Género; Migrantes/refugiados; O papel da GNR/PSP; Prevenção criminal geral; Prevenção do consumo de álcool; Prevenção do consumo de drogas; Prevenção e segurança rodoviária; Segurança infantil; Utilização segura das novas tecnologias

escolar de Odivelas. Entre os anos letivos 2019/2020 e 2023/2024, participaram nestas ações de sensibilização um total de 41 128 alunos.

A análise das estatísticas de criminalidade é relevante para analisar a criminalidade e violência no concelho, e adotar medidas e respostas específicas de acordo com as vulnerabilidades da população. A taxa de criminalidade no concelho é um indicador que permite entender a tendência evolutiva da criminalidade, assim como o tipo de crime que é cometido. Entre 2012 e 2023, a taxa de criminalidade apresentou, na generalidade, uma tendência de redução. A média anual de crimes nos últimos 4 anos, foi de 3 090 crimes. Os crimes mais comuns são os “Crimes contra o património”⁷², categoria que inclui entre outros, furto, roubo, danos e extorsão. Este tipo de crime representou, em 2023, 56% dos crimes no concelho. Contudo, importa destacar que 27% dos crimes em Odivelas são crimes contra pessoas (Figura 62).

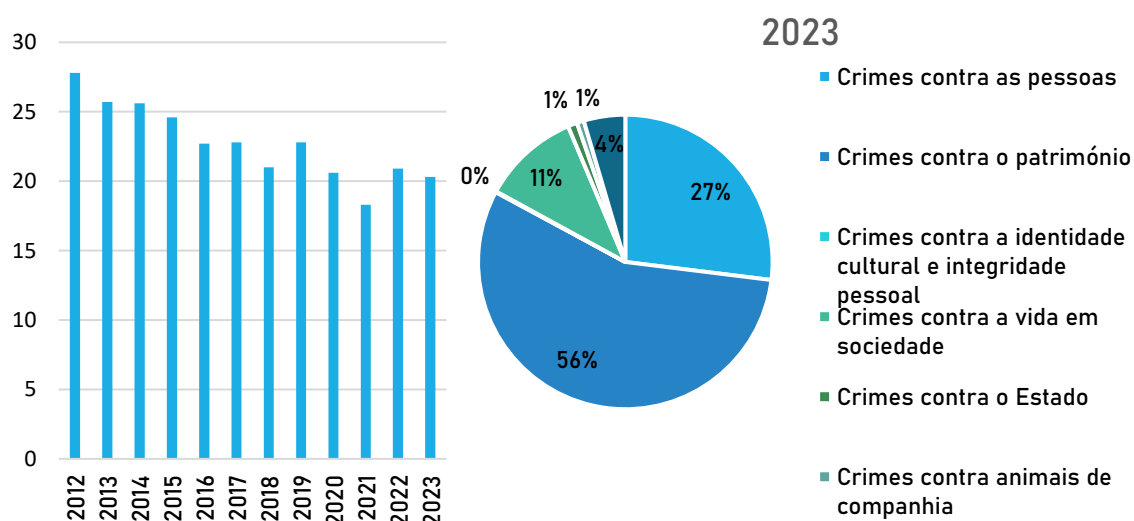


Figura 62. Taxa de criminalidade (%) e crimes por categoria de crime, no ano de 2023, em Odivelas

Fonte: INE - Direcção-Geral da Política de Justiça, 2023

Em 2023, cerca de 29% dos crimes contra pessoas envolviam crimes de violência doméstica (INE, 2023), o que destaca a necessidade de analisar este tema com maior profundidade. Desta forma, recorreu-se às estatísticas do Gabinete de Apoio à Vítima de Odivelas (GAVO), da

(telemóvel, internet); Viagem de Finalistas; Violência doméstica; Violência entre pares (ex: Bullying); Violência na escola; Violência no namoro; Educação e proteção ambiental; Especificidades da promoção da segurança - Programa Escola Segura; Especificidades da promoção da segurança - Programa Pessoas com deficiência / Significativo Azul; Outras;

⁷² Afetação do exercício de faculdades associadas ao direito de propriedade. Tutela, não apenas o proprietário, mas o possuidor e o mero detentor.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), e da PSP-DPL, para conhecer melhor esta realidade.

Acrescente-se ainda que, de acordo com os indicadores do Atlas dos Municípios Saudáveis, no município de Odivelas, são registados 2 109,1 crimes por cada 100 000 habitantes, um rácio inferior à média de 3 171,2 verificada nos municípios que integram esta rede (RPMS). O rácio de homicídios registados pela Polícia de Segurança Pública, entre 2015 e 2019, por 100 000 habitantes, é também muito inferior em Odivelas (17,3) do que na RPMS (62,4). No entanto, de acordo com esta fonte, 25,4% da população inquirida para o projeto “Saúde e Bem-estar nos municípios portugueses: questionário à população residente”, da CEGOT-UC (2020-2022)⁷³, reportou sentir insegurança quando anda a pé na zona envolvente da residência, sendo esta proporção superior à média de 14,8% verificada nos municípios da rede.

i) Vítimas de violência doméstica

De acordo com as estatísticas relativas aos crimes registados pelas autoridades policiais, entre 2012 e 2022, os crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, variaram entre 302 e 404 anualmente. Estes valores, embora sejam naturalmente preocupantes, quando ponderados pela população residente assumem uma expressão menor do que na maioria dos concelhos da Grande Lisboa (os rácios por habitante são particularmente expressivos nos concelhos da Amadora, Sintra e Lisboa).

⁷³ O Inquérito “Saúde e Bem-estar nos municípios portugueses: questionário à população residente” foi aplicado à população com idade igual ou superior a 15 anos a residir nos municípios da RPMS, via online, entre março de 2020 e agosto de 2022. Utilizando a técnica aleatória simples foram inquiridos 11474 indivíduos, 7775 do sexo feminino (68%), 3617 do sexo masculino (32%) e 82 outros/não responde (0.3%). Para garantir a representatividade do conjunto de municípios foi calculada uma amostra de referência de 8609 questionários (margem de erro <3%; 95% intervalo de confiança), que depois foi ajustada a cada município tendo em conta a respetiva dimensão populacional. Para este indicador foi considerada a questão e respetiva resposta dos inquiridos: ‘Na zona envolvente da sua residência (área em que se desloca a pé), quão seguro ou inseguro se sente nas seguintes situações?’ – ‘A andar a pé, durante o dia’ e ‘A andar a pé, durante a noite’. As seguintes categorias de resposta foram consideradas: ‘Muito inseguro’ e ‘Inseguro’.

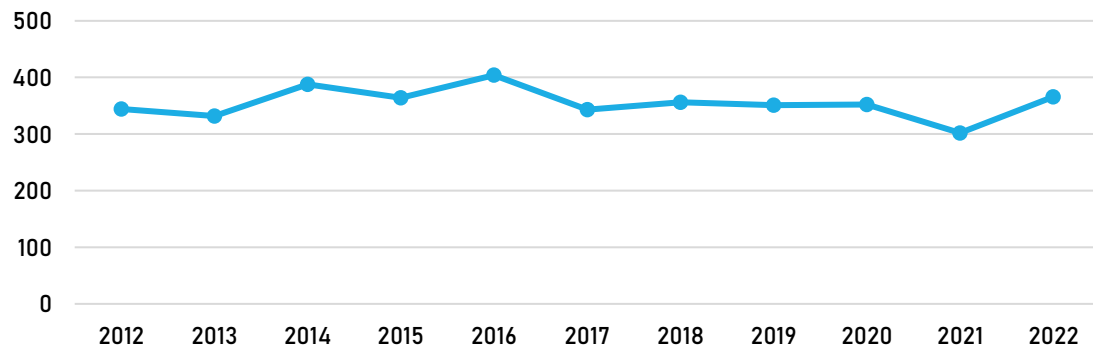


Figura 63. Crimes de Violência doméstica contra cônjuge ou análogos, entre 2012 e 2022, em Odivelas

Fonte: INE - Direção-Geral da Política de Justiça, 2023

Contudo, de acordo com os dados da PSP-DPL, os números são superiores aos indicados acima, uma vez que são apenas contabilizados os crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, que são cerca de 87% dos casos de violência doméstica. De acordo com a PSP-DPL, em Odivelas entre 2019 e 2023 existiram um total de 2 144 crimes de violência doméstica, com uma média de 428 crimes por ano. Dos crimes de violência doméstica cometidos em Odivelas, 3% representam crimes de violência doméstica contra menores (Figura 64).

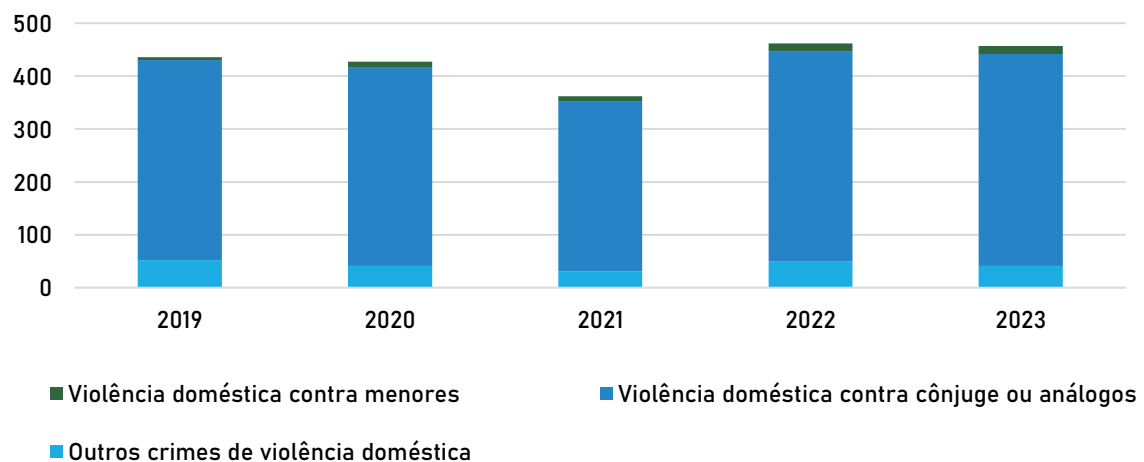


Figura 64. Número de casos de violência doméstica, por tipologia em Odivelas

Fonte: PSP - DPL, 2024

Importa destacar que a dimensão deste problema é, por norma, superior aos números registados, uma vez que existe ainda um conjunto de pessoas vulneráveis nesta situação que não reportam o crime ou pedem algum tipo de auxílio.

Em 2023, o GAVO atendeu 505 utentes, 84% (424) destes sendo novos processos de apoio, mantendo o apoio e acompanhamento a 81 processos já existentes. Durante este período, realizou cerca de 2 247 atendimentos, tendo conhecimento de um total de 921 crimes e outras formas de violência⁷⁴. Destes, 95,2% (877) eram crimes contra pessoas.

Entre os crimes cometidos, destaca-se essencialmente o crime de Violência Doméstica, com 751 registos, e 81,5% dos crimes identificados pelo GAVO. Das 519 vítimas, uma evidente maioria (75%) foi vítima de violência doméstica. Importa destacar que, das 390 vítimas de violência doméstica apoiadas, 303 representavam novos processos de apoio e 60 destas vítimas diziam respeito ao acompanhamento dos processos já existentes. As vítimas são, em grande parte, do sexo feminino (85%) e com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (51%) (Figura 65).



Apoio a 390 vítimas de violência doméstica

(acompanhamento 60 processos já existentes)

303 novos processos de apoio



Caracterização da Vítima

85% Sexo feminino

51% entre os 25 e 54 anos



Relação entre Autor/a e Vítima

50% relações de intimidade

Nomeadamente (ex-)Cônjuges, (ex-)companheiros, (ex-)namorados

12% relações familiares

Destaque para autor, pai ou mãe da vítima (4,4%) ou filho/a da vítima (5,9%)

Figura 65. Análise dos utentes vítimas de violência doméstica, atendidos no GAVO, em 2023

Fonte: GAVO, 2023

Relativamente à nacionalidade das vítimas apoiadas pelo GAVO, reitera uma consistente predominância da nacionalidade portuguesa, que representam 63,1% do total de vítimas apoiadas. Entre as vítimas de nacionalidade estrangeira, a comunidade brasileira é a que reúne mais registos, totalizando 34 vítimas apoiadas (8,7%). Embora o município de Odivelas seja o

⁷⁴ A diferença entre o número de crimes e de outras formas de violência e o número de vítimas nos dados apresentados ocorre devido à possibilidade de uma única vítima ser alvo de múltiplos crimes e formas de violência simultaneamente. Desta forma, o total de crimes é superior ao número total de vítimas apoiadas no GAVO em 2023.

local de residência mais frequente da vítima (47%), o GAVO presta apoio a muitas vítimas residentes noutros concelhos, entre os quais se destacam os concelhos vizinhos de Loures (11%) e Amadora (8%).

As características deste tipo de crime, envolvem a relação entre o autor e a vítima, que na sua maioria ocorre de relações de intimidade ou relações familiares. Estas favorecem a ocorrência do crime ao longo de um período temporal mais ou menos extenso, e traduzem-se frequentemente na residência comum do autor e vítima (70% das situações), dotando estas situações de particular vulnerabilidade e sensibilidade. As vítimas são, frequentemente, do sexo feminino e os crimes afetam, em alguns casos, todo o seio familiar (incluindo crianças menores de idade). Esta particularidade dificulta a saída das vítimas de situações abusivas, devido a fatores como a dependência financeira, medo de represálias ou a presença de filhos, enquanto a manipulação emocional pelo agressor intensifica o controlo e o isolamento da vítima.

Importa ainda destacar a importância para a sensibilização das vítimas, mas também da população em geral para este tipo de crimes, uma vez que a sua sinalização atempada permite antecipar consequências mais graves. Segundo o GAVO, 55% das vítimas recorreu à APAV por iniciativa própria, em muitas outras situações é um interveniente externo que faz a denúncia e/ou pede o apoio em nome da vítima. Em 19% dos casos, a referência à APAV surge no seguimento dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC).

ii) Violência contra as Mulheres e Tráfico de Seres Humanos

O tráfico de seres humanos é um crime grave e transnacional, frequentemente cometido por redes de criminalidade organizada que recorrem à coação, fraude e abuso de autoridade para explorar vítimas. Este crime constitui uma violação dos direitos humanos e pode assumir várias formas, como exploração sexual, trabalho forçado, escravatura e extração de órgãos.

Segundo o Diagnóstico Concelhio do Plano de Igualdade e Não Discriminação do concelho, em Odivelas, apesar de não existirem dados específicos disponíveis sobre o tráfico de seres humanos, a situação é preocupante devido à presença de uma numerosa população migrante, vulnerável e sujeita a exploração laboral, condições que criam um ambiente propício ao tráfico de seres humanos. As Juntas de Freguesia e outros serviços locais tentam investigar e reportar possíveis casos às autoridades competentes, mas esses processos são frequentemente lentos, difíceis de provar e resolver.

Este diagnóstico refere ainda que a comunidade local enfrenta desafios adicionais devido à crise de refugiados da Europa de Leste, predominantemente composta por mulheres e menores não

acompanhados, que são altamente vulneráveis ao tráfico. As ações de combate incluem o trabalho conjunto de diversas organizações e entidades, como as comunidades religiosas, e a facilitação do acesso à formação e a outros mecanismos de inserção social.

Este Plano sugere que o município de Odivelas pode melhorar a resposta ao tráfico de seres humanos através da articulação com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH) e outros serviços especializados, além de consolidar a cooperação com centros de acolhimento e proteção a vítimas. O Plano evidencia a intervenção multidisciplinar, envolvendo equipas especializadas e organizações como a Associação para o Planeamento da Família, a Associação de Apoio à Vítima e outras entidades de direitos humanos.

2.6.4. Pessoas em situação de sem-abrigo

A ENIPSSA 2017-2023 definiu pessoa em situação de sem-abrigo (PSSA) como aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito⁷⁵. A urgência e pertinência da resolução deste problema conduziu à elaboração e recente aprovação da ENIPSSA 2025-2030, que, dando continuidade ao apoio destas situações mais vulneráveis, estabelece um foco reforçado em medidas preventivas, procurando intervir antes que a situação de sem-abrigo se materialize.

Dando cumprimento à implementação da ENIPSSA 2017-2023 a nível local, em 2021, foi assinado um Acordo de Parceria entre o Município de Odivelas, a Comunidade Vida e Paz, o Centro Comunitário Paroquial de Odivelas e a Junta de Freguesia de Odivelas, que visou o desenvolvimento de iniciativas com equipas de rua (que tinham entrado em funcionamento em 2020), assim como a criação do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA). Este acordo surgiu no âmbito do Projeto “PIO – Projeto de Inclusão de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Odivelas”, e da aprovação da candidatura apresentada ao Programa Operacional Regional LISBOA 2020, que visava, através da promoção de conhecimento do fenómeno, o reforço de uma intervenção promotora da integração das PSSA. Tendo este projeto terminado, mais recentemente foi apresentada uma nova candidatura ao Lisboa 2030, para

⁷⁵ in RCM n°107/2017, de 25 de julho.

reintegração de PSSA na comunidade e combate à pobreza, dando continuidade ao trabalho desenvolvido.

O NPISA resultou de uma parceria entre a CMO, as 4 Juntas de Freguesia, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Centro Distrital de Lisboa do ISS; Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte, a PSP, o Hospital Beatriz Ângelo, o Centro Comunitário Paroquial de Odivelas, a Comunidade Vida e Paz e o Projetonur Associação. O NPISA, coordenado pela Câmara Municipal, procura, através desta rede alargada de parceiros, facultar os recursos necessários para a inclusão das PSSA, assim como o apoio técnico aos gestores de caso.

Note-se que no Inquérito de caracterização das PSSA, realizado no âmbito da ENIPSSA 2017-2023, em 31 de dezembro de 2018, no concelho de Odivelas, estavam identificadas 31 pessoas nesta situação (sem-teto). Um ano mais tarde, as pessoas nesta situação eram já 43 pessoas, todas sem-teto. Em 2020, os números reduziram para 26 pessoas sinalizadas, das quais 23 sem-teto e 3 sem casa, mas em dezembro de 2021, o número de PSSA voltou a subir para 43, sendo todas as situações relativas a pessoas sem-teto.

Sendo este um problema com uma expressão genericamente crescente, Odivelas não é exceção e, como mencionado no subcapítulo 2.4, em dezembro de 2023, encontravam-se em acompanhamento no concelho de Odivelas 80 PSSA. Como então mencionado, estas são situações de especial vulnerabilidade e complexidade, frequentemente associadas a problemáticas sociais graves e diversas, como adições ou problemas de saúde mental. Com efeito, o projeto PIO, para o ano de 2022, indica as adições como principal problemática responsável pela condição de sem-abrigo em 42% dos casos acompanhados, e a saúde mental em 11% das situações.

Acrescente-se que a equipa de rua desloca-se diariamente (de segunda a sábado) ao encontro das PSSA para fornecer uma refeição quente e prestar apoio psicossocial. No âmbito do projeto PIO, no período compreendido entre dezembro de 2022 e outubro de 2023 foram distribuídas 8 934 refeições. A equipa articula também com outros serviços, nomeadamente na área da saúde. Complementarmente, o Centro de Recursos Diurno - Odivelas Centro, aberto de segunda a sexta-feira, disponibiliza um local para tomar um banho, realizar a higiene pessoal, lavagem de roupa e pedir peças de vestuário que tenham em falta.

2.6.5. Discriminação e igualdade de oportunidades

Neste ponto, a análise está organizada em: i) Igualdade Entre Homens e Mulheres; ii) Não discriminação por em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (OSIEC); iii) Migrantes e minorias étnicas.

i) Igualdade entre homens e mulheres

A desigualdade entre homens e mulheres continua a ser uma questão crucial no contexto social, relevante em várias esferas da vida quotidiana, desde o mercado de trabalho até às responsabilidades domésticas. Apesar dos progressos legislativos e das iniciativas políticas para promover a igualdade de género, as disparidades persistem, afetando as oportunidades de emprego, os salários e a conciliação entre vida profissional e pessoal. Estes desequilíbrios são frequentemente sustentados por normas culturais e preconceitos enraizados que perpetuam uma divisão desigual de papéis e oportunidades, exigindo um empenho constante para erradicar as estruturas discriminatórias e avançar em direção a uma verdadeira equidade de género.

No município de Odivelas, como analisado anteriormente, 53% dos desempregados no Concelho são mulheres, e segundo o Diagnóstico Concelhio do Plano de Igualdade e Não Discriminação de Odivelas (DCPINDO), persistem práticas discriminatórias no mercado de trabalho, onde as entidades patronais tendem a evitar contratar mulheres antes dos 40 anos, uma discriminação recorrente e não assumida. Este Diagnóstico identifica ainda uma recusa generalizada por parte dos desempregados em frequentar formações, devido a incompatibilidades de área, responsabilidades com crianças pequenas ou horários inconvenientes. Este desinteresse é notado em todas as faixas etárias e níveis de escolaridade, apesar do mercado de trabalho valorizar cada vez mais as competências transversais.

Reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres é uma prioridade nas políticas de género tanto a nível da UE⁷⁶ quanto nacional. O indicador de disparidade salarial não ajustada entre homens e mulheres, divulgado pela Eurostat, mostra que, em 2020, em média, na UE, os ganhos brutos por hora das mulheres foram 13,0% inferiores aos dos homens, e 14,1% na área do euro. Segundo o DCPINDO entre ganhos médios no município do Odivelas e noutros

⁷⁶ A Comissão Europeia, através da estratégia "Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025", foca-se em diminuir as disparidades salariais e previdenciárias para combater a pobreza entre mulheres.

concelhos vizinhos (como referido no capítulo dos rendimentos), a disparidade salarial de género, embora fosse das mais baixas da Grande Lisboa, em 2019, rondava os 6,9% (Figura 66).



Figura 66. Indicadores da igualdade de género em Odivelas

Fonte: Diagnóstico Concelhio de Igualdade e Não Discriminação, 2022 | Dados: PORDATA, 2021

No concelho de Odivelas, a taxa de mulheres empregadoras⁷⁷ é de 30,2%, um valor que embora seja mais elevado que a média nacional (27,7%), é inferior ao da AML (32,7%). De acordo com o DCPINDO, no Centro de Emprego de Loures-Odivelas a maioria dos projetos de criação de próprio emprego são apresentados por homens.

A conciliação entre trabalho e vida pessoal/familiar das mulheres é particularmente complexa, com pressões sociais que atribuem às mulheres responsabilidades acrescidas pelo cuidado familiar. As desigualdades no cuidado das crianças e nas tarefas domésticas persistem, apesar de hoje serem menos acentuadas em relação ao cuidado infantil. O DCPINDO, com base em entrevistas e encontros participativos realizados, conclui que a escassez e rigidez dos horários dos equipamentos sociais em Odivelas dificultam a vida das famílias, especialmente das monoparentais femininas, mais pobres e isoladas. A organização social atual, que sobrecarrega as mulheres, é inadequada face ao envelhecimento demográfico e às mudanças na estrutura familiar, com redes de apoio cada vez menores e mais pessoas idosas dependentes.

⁷⁷ Entende-se por mulher empregadora, a que “exerce uma atividade independente, com associados/as ou não”, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa – PORDATA, 2021

ii) Não discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (OSIEC)

Apesar dos avanços legislativos e das políticas de igualdade em Portugal para a defesa dos direitos das pessoas LGBTQI+, a discriminação persiste, especialmente relacionada com a orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais. A proteção legal abrange a não discriminação, união de facto, casamento, parentalidade e autoidentificação da identidade de género. No entanto, a discriminação social continua presente.

O inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA), de 2019, envolvendo 4 342 pessoas da comunidade LGBTQI+ em Portugal, mostra que muitas ainda sentem pressão para esconder a sua orientação sexual ou identidade de género. Apenas um quarto das pessoas se sente confortável para se expor como LGBTQI+. Entre os jovens, apenas 2% dos inquiridos com idades compreendidas entre os 15 aos 17 anos e 6% dos 18 aos 24 anos afirmam ter uma postura de visibilidade. O inquérito da FRA também revela que 25% das pessoas LGBTQI+ evitam certos locais por medo de agressão, e que uma em cada cinco pessoas trans e intersexo sofreram ataques físicos ou sexuais nos cinco anos anteriores ao inquérito, indicando uma maior vulnerabilidade. Estes dados não estão disponíveis à escala local.

Apesar das leis, a discriminação não diminuiu significativamente, sugerindo a necessidade de mais políticas de igualdade que assegurem a segurança e encorajamento para as pessoas LGBTQI+ serem elas mesmas. A discriminação compromete direitos fundamentais como dignidade, igualdade e liberdade de expressão.

A educação e a escola têm um papel crucial na mudança de mentalidades e na promoção da igualdade. As questões LGBTQI+ estão a ser mais abordadas nas escolas, e a proporção de pessoas que afirmam que essas questões nunca foram tratadas diminui com a idade, no entanto, muitos jovens ainda não se sentem respeitados e seguros na escola.

A discriminação social mais comum é a pressão para esconder comportamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo em espaços públicos, afirma o estudo. Para romper o ciclo de invisibilidade das pessoas LGBTQI+, é necessário um esforço coletivo e políticas de igualdade a nível municipal. Em Odivelas, os Serviços de Saúde trabalham com as escolas em questões de orientação e identidade de género e oferecem atendimento individual a jovens. A APAV recebe queixas de discriminação, especialmente ligadas a minorias étnicas e à orientação sexual e identidade de género.

iii) Migrantes e minorias étnicas

De acordo com o PMIM Odivelas 2020-2022, criado no âmbito do Projeto "ÓNIS_ Boleia para a Interculturalidade", que esteve em vigor entre 2019 e 2022, foram identificadas situações discriminatórias diretamente relacionadas com a população estrangeira, embora a maioria dos interlocutores consultados no âmbito deste plano tenha considerado que as situações de racismo e/ou discriminação são reduzidas, ou pelo menos, que não há situações de conflitualidade aberta.

Nas escolas ocorrem casos de discriminação associados a algumas práticas, especialmente em relação a comunidades mais recentemente instaladas e menos conhecidas. Isto inclui preconceito ou gozo em relação ao modo de falar, vestir e comer, perpetrados tanto por alunos, quanto por professores e outros agentes da comunidade educativa. Mudanças de comportamento são observadas nas relações neste ambiente, sendo que muitas crianças e jovens estrangeiros, especialmente os que estão há menos tempo em Portugal ou têm dificuldades com a língua, tendem a brincar e relacionar-se na escola principalmente com pares de origens afins (Figura 67).



Figura 67. Fatores de discriminação dos migrantes em Odivelas

Fonte: PMIM, 2020

No mercado de trabalho, também existem situações de discriminação, sobretudo quando os cidadãos estrangeiros estão mais desprotegidos e com menor poder de reivindicação, particularmente durante o processo de regularização. Além disso, o DCPINDO, aponta ainda para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho de muitos estrangeiros não lusófonos inscritos no Centro de Emprego Loures-Odivelas, enfrentando dificuldades de empregabilidade, e sendo posteriormente direcionados para cursos de português. Por outro lado, o PMIM, afirma

que há relatos de uma preferência por trabalhadores estrangeiros devido à sua maior disponibilidade e menor propensão a reivindicar direitos.

A falta de informação e conhecimento da legislação por parte dos estrangeiros empurra esta população para situações vulneráveis, nomeadamente no acesso à educação, habitação, apoio social, entre outros. Os questionários aplicados à população migrante durante a elaboração do Diagnóstico das Necessidades Habitacionais da População Migrante do Concelho de Odivelas identificaram um conjunto de problemas e necessidades por parte deste grupo. Entre estes problemas estão o estado e condição física das habitações, envolvendo sobrelotação e precariedade dos alojamentos, incluindo a prática de “cama quente”, a precarização do trabalho, contratos de trabalho problemáticos que não respeitam as cláusulas acordadas, salários inferiores e horas extras não pagas, além de fraude e extorsão por parte dos interlocutores informais. Ainda são frequentes o preconceito, discriminação e conflitos culturais.

Um grupo de população que frequentemente enfrenta problema de integração complexos, que se traduzem em desigualdades nos domínios da educação, emprego, saúde e habitação, são as comunidades ciganas. O reconhecimento público desta situação levou a que, em 2013, fosse criada a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), revista em 2018, que reconhece que *“continuam a registar-se níveis elevados de discriminação, pobreza e exclusão social de muitas pessoas e famílias ciganas, bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas”⁷⁸*. Esta mesma fonte menciona dados de 2016 da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, relativos a Portugal, que revelavam que:

- 13% das pessoas ciganas inquiridas declararam ter sido discriminadas, nos últimos cinco anos, por serem ciganas, na sua relação com a escola (como pais/mães ou estudantes); 90% dos/as jovens ciganos/as, entre os 18 e os 24 anos, abandonaram precocemente o ensino e a formação; e que 19% das crianças ciganas, entre os 6 e os 15 anos, frequentavam turmas em que «a maior parte» dos/as colegas era cigano/a;
- 75% das pessoas ciganas, com 16 e mais anos, declararam ter sido discriminadas por serem ciganas no acesso à habitação, nos últimos cinco anos;

⁷⁸ Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022, página 10 (publicada em RCM n.º 154/2018, de 29 de novembro). A 3 de maio de 2023, o período de vigência da ENICC foi prorrogado até 31 de dezembro de 2023, através da RCM n.º 36/2023. No presente não está em vigor.

- 76% das pessoas ciganas, com 16 e mais anos, declararam ter sido discriminadas por serem ciganas quando procuraram emprego, nos últimos cinco anos;
- 97% das pessoas ciganas encontravam-se abaixo do limiar de pobreza.

No que respeita às comunidades ciganas residentes em Odivelas refira-se que estas são pouco numerosas. Não sendo possível determinar o número exato de pessoas e famílias ciganas residentes no Concelho, foi possível apurar junto do Setor de Intervenção Social na Habitação (SISH) da CMO, que, em setembro de 2024, residiam em habitação municipal, habitação de autoconstrução ou habitação de autoacabamento, um total de 81 agregados, que integram um total de 377 pessoas ciganas.

Em suma, os migrantes e minorias étnicas em Odivelas são um grupo em risco no que respeita à discriminação. No entanto, a sua situação revela, sobretudo, uma complexa teia de problemas interligados, desde a precariedade habitacional e laboral até à exploração. É crucial que sejam desenvolvidas medidas eficazes para prevenir a discriminação e melhorar as condições de vida dos migrantes e minorias, promovendo a sua integração plena na comunidade.

SÍNTESE CONCLUSIVA: GRUPOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

As pessoas com pelo menos uma dificuldade representam 39% da população residente no concelho de Odivelas. As dificuldades de locomoção são as mais frequentes, o que reforça a pertinência dos investimentos na acessibilidade universal, seguindo-se as dificuldades relacionadas com a visão e com a memória ou concentração. As dificuldades da população estão fortemente relacionadas com a idade, sendo o envelhecimento da população um fator determinante, embora não exclusivo, para o aumento das pessoas com dificuldades.

Aumento da população com dificuldades

**16% Incapacidade**

Tem muita dificuldade ou que não consegue executar a ação

**Faixas etárias mais velhas tendem a ter mais dificuldades**

É nos +65 anos que se verificam mais pessoas com mais que uma dificuldade

**39 %**

Das pessoas com dificuldades tem mais de 65 anos

Em 2023, a CPCJ sinalizou 1 071 crianças e jovens em perigo, sendo as situações mais frequentes a violência doméstica, exposição a comportamentos prejudiciais ao bem-estar da criança, falta de intervenção dos pais e negligência. Entre os riscos comunicados, também se destacaram casos de maus-tratos físicos, abuso de substâncias e a chegada de crianças de zonas de conflito. Relembre-se que, em 2023, existiam 12 681 pessoas que eram titulares do Abono de Família, beneficiando 19 257 crianças e jovens, refletindo um crescimento das situações de carência financeira das famílias.

**1 071 crianças e jovens em perigo em 2023**

Mais 11% que em 2019

**19 257 crianças e jovens com Abono de Família em 2023**

Mais 11% que em 2019

Embora a taxa de criminalidade tenha vindo a diminuir em Odivelas e o rácio de crimes ser inferior à média da região onde se insere, existe uma significativa perceção de insegurança entre os habitantes (25,4%). Este contraste entre a diminuição da criminalidade e a perceção de insegurança sugere a necessidade de reforçar medidas de proximidade e sensibilização, como o MIPP e o Programa Escola Segura, de forma a aumentar a perceção de segurança da população.

**Redução da taxa de criminalidade**

Menor taxa de criminalidade dos concelhos da Grande Lisboa

**56% Crimes contra património
27% Crimes contra pessoas**

→ 29 % destes eram crimes de violência doméstica

Embora os números de violência doméstica em Odivelas sejam preocupantes, os rácios por habitante são também inferiores aos de outros concelhos da Grande Lisboa, como Amadora, Sintra e Lisboa. A maioria das vítimas atendidas pelo GAVO é do sexo feminino e enfrenta barreiras significativas para sair de situações abusivas, como a dependência financeira e o

SÍNTESE CONCLUSIVA: GRUPOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

medo de represálias. Acrescente-se ainda que, dos crimes de violência doméstica cometidos em Odivelas, durante o período de análise, 3% foram contra menores.



Apoio a 390 vítimas de violência doméstica
(acompanhamento 60 processos já existentes)
303 novos processos de apoio



Maioritariamente vítimas do sexo feminino e com idades entre 25 e 54 anos

Embora o número de PSSA tenha oscilado ao longo dos anos, verificou-se um aumento geral desta problemática, passando de 31 pessoas, em 2018, para 80 pessoas em acompanhamento no Concelho, em 2023. Partes destas situações está associada a redes de tráfico humano. Além das dificuldades financeiras graves, a adição e os problemas de saúde mental são os principais fatores responsáveis por estas situações, com a adição a representar 42% dos casos acompanhados, em 2022.



80 Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
Por vezes associadas a redes de tráfico humano envolvendo populações estrangeiras



Adições e problemas de Saúde mental
São parte das causas da condição de sem-abrigo

A desigualdade de género em Odivelas, e em geral, continua a ser um desafio significativo, manifestando-se em disparidades salariais, na menor representação das mulheres no mercado de trabalho e dificuldades acrescidas na conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades familiares.

Menores salários, emprego e a conciliação entre vida profissional e pessoal



Disparidade salarial entre sexos (%)
Remuneração base média das mulheres é 6,9% inferior à dos homens



Maior dificuldade na conciliação com vida pessoal, familiar e profissional

A rigidez dos horários dos equipamentos sociais, especialmente penalizadora nas famílias monoparentais, reflete a inadequação da organização social atual face às mudanças demográficas e familiares. Para além disso, e embora a taxa de mulheres empregadoras em Odivelas seja de 30,2%, superior à média nacional, continua a ser inferior à da AML.

A situação dos migrantes em Odivelas revela uma complexa teia de problemas interligados, desde a precariedade habitacional e laboral até ao preconceito e exploração. Algumas destas vulnerabilidades fazem-se sentir nos ambientes escolar e de trabalho. Embora tenham reduzida expressão no Concelho, as comunidades ciganas, com as especificidades que lhe estão associadas, partilham estas problemáticas com a população estrangeira.

03|

EQUIPAMENTOS E
RESPOSTAS SOCIAIS

3. Equipamentos e respostas sociais

3.1. Infância e juventude

3.1.1. Crianças e jovens

Considerando a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as valências vocacionadas para crianças e jovens (integradas na população alvo “infância e juventude”), no concelho de Odivelas, incluem as seguintes respostas sociais: Creche, Ama e Creche Familiar, Ensino Pré-escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo IV. De acordo com esta nomenclatura das respostas sociais, o Concelho não dispõe de respostas de Intervenção Precoce na Infância⁷⁹(IPI).

3.1.1.1. Creche

A Creche é uma resposta social desenvolvida em equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais⁸⁰:

Atualmente, no concelho de Odivelas existem 44 respostas sociais de Creche, distribuídas pelas várias freguesias. Esta resposta social é assegurada por 41 entidades (privadas solidárias e privadas lucrativas), que possuem 1 ou mais equipamentos, dando origem a 44 creches com uma capacidade total de 2 038 crianças. No presente, as creches possuem 1 769 utentes, o que se traduz numa taxa de ocupação de 87%. Importa destacar que 73% das respostas são asseguradas por entidades privadas lucrativas e apenas 27% são asseguradas pelas entidades privadas solidárias. Todas as freguesias (ou UF) do concelho possuem esta tipologia de resposta social asseguradas por entidades de ambas as naturezas jurídicas, com exceção da UF de Póvoa

⁷⁹ Resposta desenvolvida mediante um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social. Comum aos grupos Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

⁸⁰ Resposta desenvolvida mediante um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social. Comum aos grupos Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

de Santo Adrião e Olival Basto que tem apenas equipamentos geridos por entidades solidárias (Figura 68).

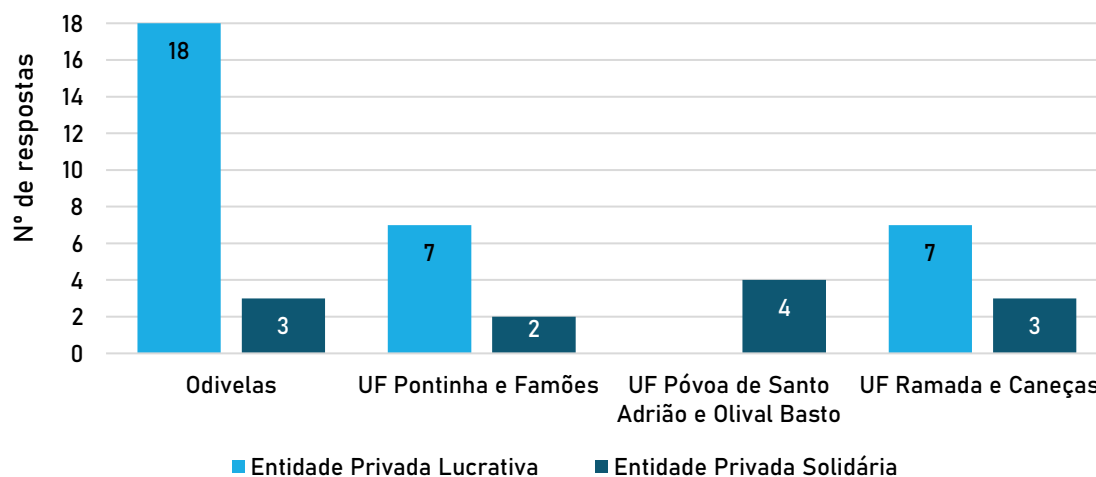


Figura 68. Distribuição das Creches, privadas e solidárias, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

No concelho, as entidades privadas lucrativas garantem cerca de 66% da capacidade instalada, com um total de 1 350 vagas disponíveis. É relevante sublinhar que a maioria destes equipamentos se encontra na freguesia de Odivelas, onde estão localizados 18 estabelecimentos privados.

Importa ainda mencionar que a Segurança Social, através do programa Creche Feliz, desde setembro de 2022, cobre os custos de Creches e Creches Familiares da rede solidária e Amas da Segurança Social, para crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021. A cobertura inclui alimentação, higiene, atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, inscrição, seguros e prolongamento de horário. Crianças enquadradas nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos continuam a ter acesso gratuito, independentemente da idade. Desde 1 de janeiro de 2023, a medida foi estendida a crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, que frequentam Creches privadas ou solidárias sem acordo de cooperação, em municípios sem vagas gratuitas na rede solidária ou na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As creches podem aderir à medida através da Bolsa de Creches Aderentes, oferecendo vagas gratuitas. A gratuitidade é mantida enquanto a criança frequentar a Creche.

Até à data da análise, existiam 19 creches da rede lucrativa a aderir à Rede Creche Feliz, com um total de 157 crianças beneficiárias deste apoio. Outras duas tinham manifestado o interesse

em integrar este programa junto do ISS. Importa destacar que o número de crianças beneficiárias depende, em parte, do número de vagas disponíveis nestes equipamentos.

A taxa média de ocupação destes equipamentos (tanto solidários, como lucrativos) situa-se em torno dos 87%. No entanto, nas freguesias de Odivelas e na UF de Pontinha e Famões, a taxa de ocupação é inferior, rondando os 83%. Nas restantes freguesias, a ocupação ultrapassa os 96%, atingindo mesmo os 100% na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto (Figura 69).

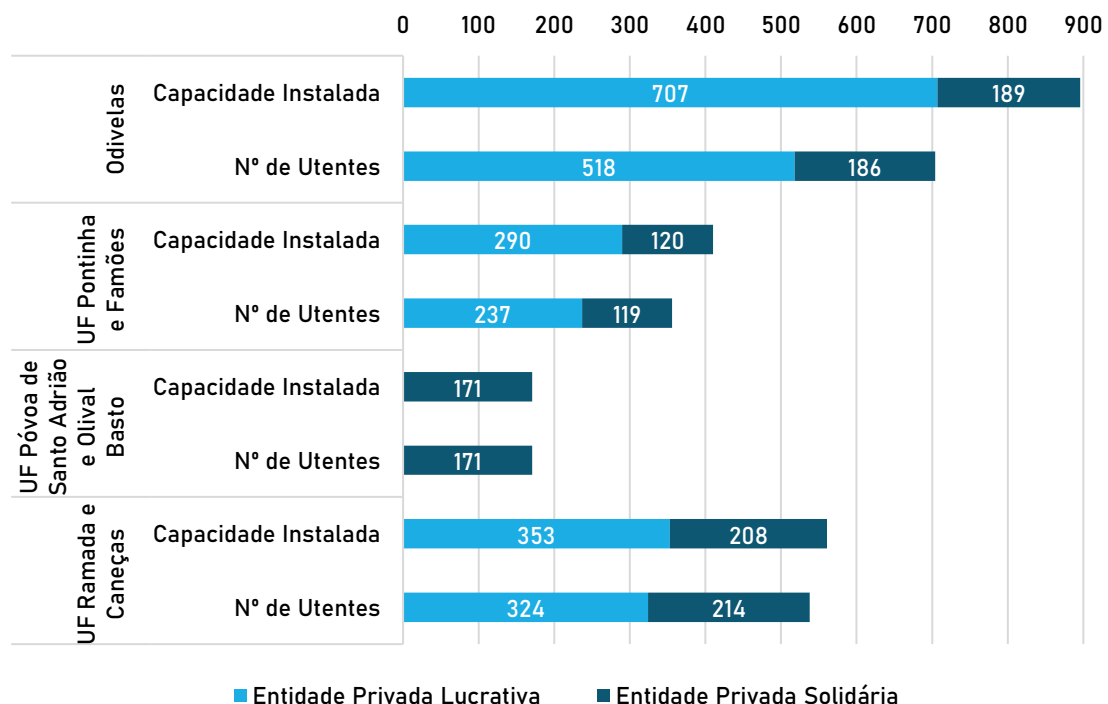


Figura 69. Capacidade instalada e número de utentes das creches, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

No que respeita à ocupação dos equipamentos por natureza jurídica no Concelho, verifica-se que as respostas das entidades solidárias apresentam uma taxa média de ocupação de 100%, enquanto os equipamentos privados registam uma ocupação inferior, em torno dos 75%.

É importante destacar que o número de utentes é um indicador em constante alteração e nem sempre reflete a ocupação total dos equipamentos, uma vez que a maioria destes equipamentos possui listas de espera extensas. De acordo com a análise, 100% das entidades que responderam ao questionário, e que possuem equipamentos com resposta social de Creche, confirmaram a existência de listas de espera, tanto na rede solidária como no setor privado. Essas listas de espera são sempre superiores a 20 pessoas.

Entre as principais dificuldades identificadas pelas entidades inquiridas na gestão da sua atividade, destacam-se a falta de verbas para o melhoramento das instalações e para a contratação de mais pessoal, a escassez de educadores de infância, bem como as limitações impostas pela tipologia das instalações e a ausência de espaço exterior adequado.

3.1.1.2. Ama – creche familiar

A resposta social, Ama – creche familiar⁸¹ é uma resposta promovida por um conjunto de amas (não inferior a 4), que exercem a sua atividade no âmbito de uma instituição de enquadramento que disponha de creche. Estas amas estão enquadradas e apoiadas⁸² pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou instituições legalmente equiparadas, mediante acordos de cooperação celebrados com os competentes serviços da segurança social.

As amas e creches familiares têm como objetivo facilitar a conciliação entre a vida familiar e profissional do agregado familiar da criança, proporcionando-lhe, em colaboração com a família, um ambiente seguro e familiar. Estas estruturas procuram garantir as condições adequadas para o desenvolvimento integral da criança, num contexto que assegura tanto a segurança física como afetiva. Além disso, comprometem-se a oferecer os cuidados apropriados às necessidades e bem-estar da criança, promovendo o seu crescimento harmonioso e saudável.

A única resposta concelhia da resposta social Creche Familiar está localizada na freguesia de Odivelas, sendo da responsabilidade de uma IPSS. Esta resposta tem uma capacidade para 84 crianças e apresentava, à data da análise, 38 utentes.

3.1.1.3. Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

O Estabelecimento de Educação Pré-escolar é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio a família⁸³.

⁸¹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.7

⁸² Portaria n.º 232/2015, de 6 de agosto.

⁸³ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.9

Em 2024, existem no Concelho 68 estabelecimentos de educação pré-escolar, com uma capacidade total para acolher 4 001 crianças, das quais 26 integram a rede pública (capacidade para 1 810), 13 a rede solidária (capacidade de 1 124) e as restantes 29 pertencem à rede lucrativa (com capacidade para 1 112). No presente, os estabelecimentos de educação pré-escolar dão resposta a um total de 3 577 crianças

Cerca de 66% dos estabelecimentos de educação pré-escolar de entidades privadas lucrativas estão localizados na freguesia de Odivelas. Já os estabelecimentos públicos encontram-se distribuídos pelas várias freguesias, com maior incidência em Odivelas e na UF de Ramada e Caneças. Ao contrário do que acontece com a resposta social Creche, a rede solidária assume uma dimensão mais reduzida, sendo sempre inferior ou igual aos estabelecimentos públicos (Figura 70).

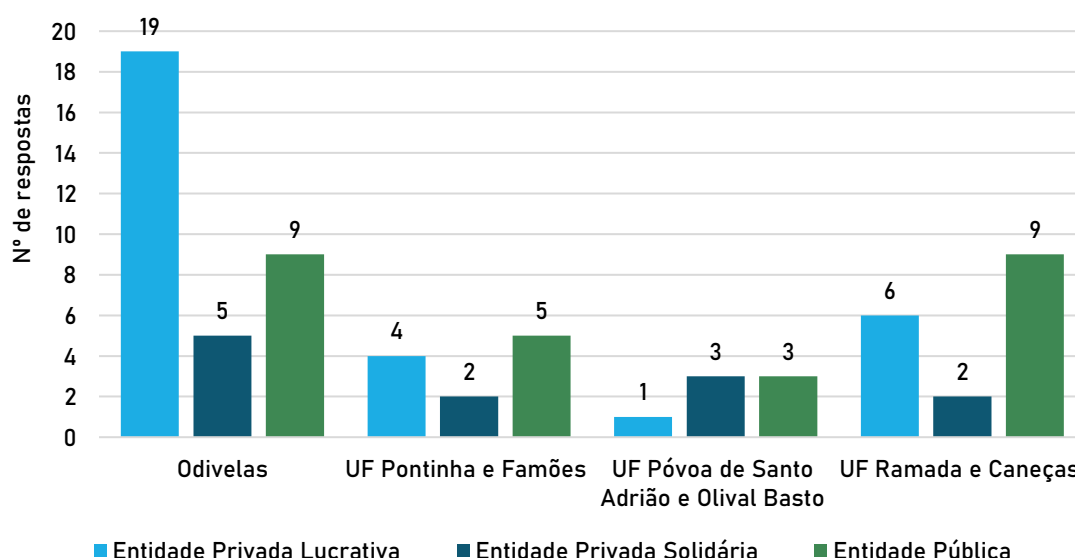


Figura 70. Distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

Embora existam mais estabelecimentos de educação pré-escolar privados (29 equipamentos) do que públicos (26 equipamentos) no Concelho, os estabelecimentos públicos representam aproximadamente 45% da capacidade instalada, disponibilizando um total de 1 810 vagas.

A taxa de ocupação dos equipamentos com respostas sociais de pré-escolar no concelho (abrangendo os setores público, solidário e lucrativo) ronda os 90%. Esta taxa de ocupação é particularmente elevada nas UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e UF de Ramada e Caneças, onde as respostas oferecidas pelos equipamentos estão próximas da sua capacidade

máxima. Pelo contrário, a freguesia de Odivelas é aquela onde a taxa de ocupação do pré-escolar é menor.

É relevante sublinhar que, embora as taxas de ocupação sejam semelhantes entre as diferentes naturezas jurídicas dos estabelecimentos, a rede lucrativa apresenta a menor taxa de ocupação, com cerca de 87% das vagas preenchidas. Em contrapartida, as redes de estabelecimentos públicos e solidários apresentam taxas de ocupação ligeiramente superiores, situando-se entre os 91% e 93%, respetivamente. Na prática, estas últimas taxas de ocupação traduzem uma plena ocupação da oferta, uma vez que existem diversas situações de crianças com NEE, que resultam na necessidade de redução do número de alunos por salas.

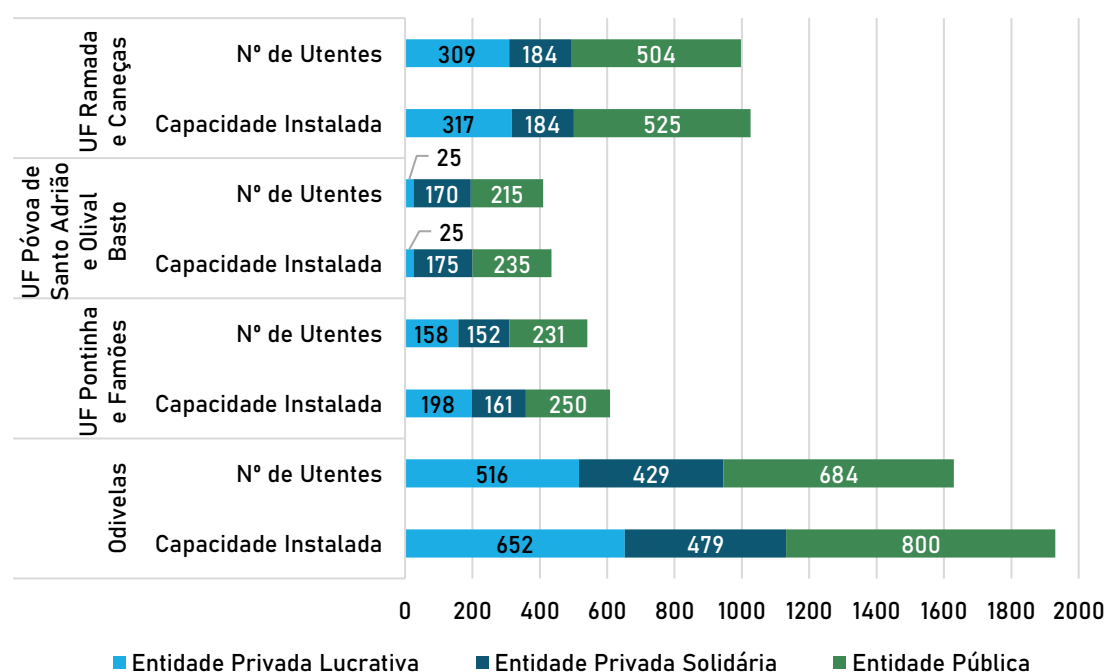


Figura 71. Capacidade instalada e número de utentes dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

Adicionalmente, 60% das entidades que responderam ao questionário, e que dispõem de estabelecimentos de educação pré-escolar, indicaram ter listas de espera. Este fenómeno verifica-se sobretudo entre as entidades da rede social, o que evidencia uma elevada procura por vagas nas respostas sociais proporcionadas por estas instituições.

Acrescente-se que, em agosto de 2024, no âmbito do programa Creche Feliz, foi anunciado que, excecionalmente, as crianças que fazem três anos até 31 de dezembro sem vaga no pré-escolar

público ou no sector social e solidário na sua freguesia de residência, passam a ter subsídio para frequentar jardins de infância privado. Nos casos em que os estabelecimentos privados também não disponham vagas, as crianças podem “excecionalmente” continuar na creche que já frequentavam no âmbito da Creche Feliz por mais um ano.

3.1.1.4. Centro de Atividades de Tempos Livres

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) é uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, de natureza socioeducativa vocacionada para o apoio a criança e a família, que proporciona atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas, destinadas a crianças a partir dos 6 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais⁸⁴.

Neste âmbito, os dados apurados permitem verificar a existência de 15 CATL no Concelho, 6 destes integram a rede privada lucrativa e 9 a rede solidária. Os CATL apresentam uma capacidade total para 1 147 crianças e uma taxa de ocupação de 83% (no presente, servem um total de 1.033 crianças).

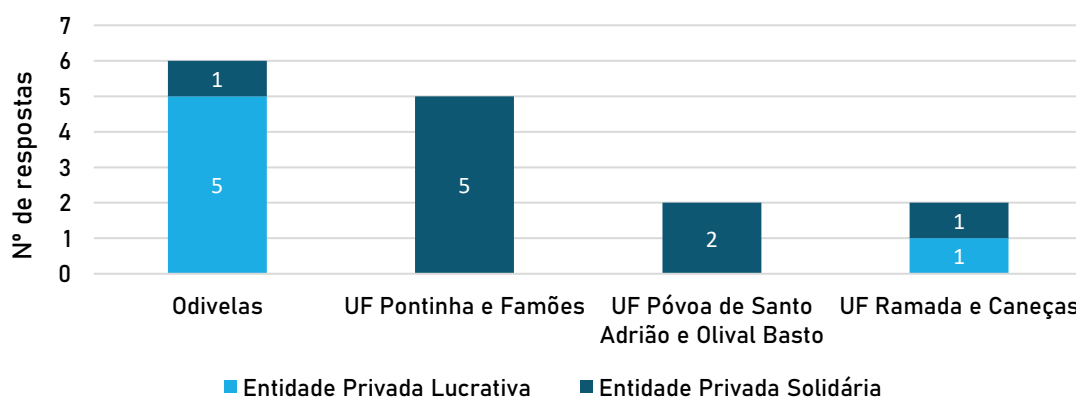


Figura 72. Distribuição dos CATL, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CM0, 2024

Na UF de Ramada e Caneças, a ocupação dos equipamentos é inferior a 50%, enquanto nos restantes equipamentos distribuídos pelas freguesias, a taxa de ocupação é sempre superior a 70%, sendo a UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto aquela que, apesar de ter maior

⁸⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.10

capacidade instalada, apresenta a maior taxa de ocupação com cerca de 97% das vagas ocupadas (Figura 73).

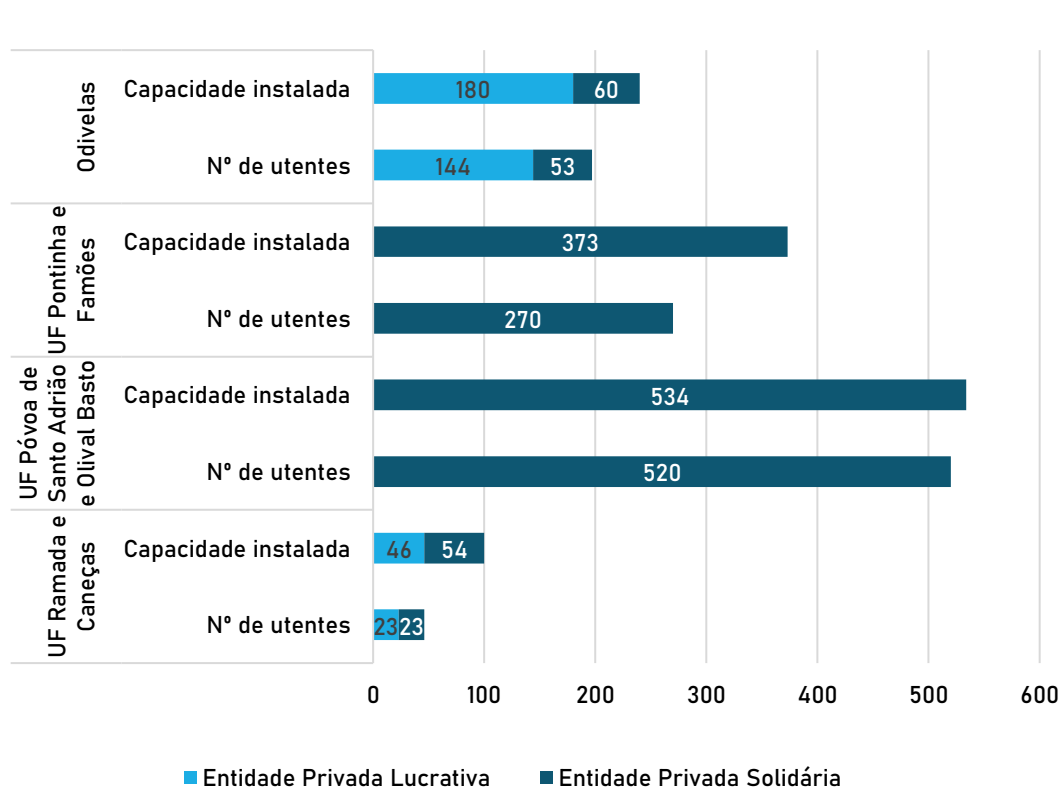


Figura 73. Capacidade instalada e número de utentes dos CATL, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

De acordo com os dados analisados referentes aos questionários aplicados, os CATL em Odivelas, embora apresentem uma ocupação considerável e, em alguns casos, até a capacidade total do equipamento, não existem listas de espera para esta tipologia de resposta social.

3.1.1.5. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo Crianças e Jovens, complementam as respostas formais elencadas, algumas iniciativas que se apresentam brevemente de seguida. A identificação destas iniciativas teve por base o levantamento efetuado no âmbito do questionário e a informação prestada pelas diferentes entidades que atuam à escala concelhia.

Programa de Competências Socioemocionais na Primeira Infância	
Entidade Promotora	Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas
Abrangência territorial	UF de Pontinha e Famões
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 – 500 pessoas
Descrição Realização de ações psicológicas focadas na promoção das competências socioemocionais em contexto da Educação Pré-Escolar (3-6 anos).	

Diálogos Interculturais	
Entidade Promotora	Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas
Abrangência territorial	Odivelas UF de Pontinha e Famões
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 – 500 pessoas
Descrição Realização de ações promotoras da interculturalidade junto de comunidades migrantes e minorias étnico-culturais numa perspetiva de inclusão social.	

Programa de Inclusão e Mentoria	
Entidade Promotora	Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas
Abrangência territorial	Odivelas
Pessoas abrangidas (anualmente)	20 – 100 pessoas
Descrição Desenvolvimento de um programa de mentoria e tutoria junto de alunos socialmente mais vulneráveis, promovendo uma perspetiva de inclusão sociocomunitária.	

Projeto INCLUD-ED	
Entidade Promotora	Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas
Parcerias	Universidade de Barcelona
Abrangência territorial	Odivelas UF de Pontinha e Famões
Pessoas abrangidas (anualmente)	500-1000 pessoas
Descrição Desenvolvimento do programa internacional INCLUD-ED (Universidade de Barcelona-CREA) para a inclusão em contexto escolar e comunitário.	

Férias de Verão	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	500-1000 pessoas
Descrição O projeto "Férias de Verão" promove o desenvolvimento de crianças e jovens, de 6 a 17 anos, através de atividades lúdicas e criativas que estimulam a autonomia, o espírito de grupo, e o respeito por valores éticos. Também oferece práticas culturais e desportivas orientadas, ocupando os tempos livres durante as férias escolares. É destinado a residentes no Concelho de Odivelas ou filhos(as) de trabalhadores(as) da Câmara Municipal de Odivelas.	

3.1.2. Crianças e jovens com deficiência

De acordo com a Carta Social, o concelho de Odivelas possui apenas uma resposta social dirigidas para crianças e jovens com deficiência (integradas na população alvo “infância e juventude”), o Transporte de Pessoas com Deficiência. Por via do questionário, foi também identificada a resposta de IPI. Acrescente-se que uma das creches da rede solidária, na freguesia de Odivelas (a APCL) é uma creche inclusiva que acolhe crianças com diversos graus de deficiência.

O concelho de Odivelas não possui outras respostas sociais dirigidas para crianças e jovens com deficiência, segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), ou seja, o Lar de Apoio⁸⁵.

3.1.2.1. Transporte de Pessoas com Deficiência

O Transporte de Pessoas com Deficiência⁸⁶, que se desenvolve através de um serviço de natureza coletiva, assegura o transporte e acompanhamento personalizado a criança, jovens e adultos com deficiência. De acordo com esta fonte, esta resposta tem capacidade para 50 crianças e jovens (ver Anexo IV). No entanto, importa salientar que a informação na Carta Social data de 2021⁸⁷ e carece de confirmação.

3.1.2.2. Intervenção Precoce na Infância

A IPI é uma resposta desenvolvida mediante um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social⁸⁸. Embora não conste da Carta Social, existe no Concelho uma Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância,

⁸⁵ Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

⁸⁶ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.12

⁸⁷ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

⁸⁸ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.8.

promovida por uma entidade do setor privado solidário. A Equipa Local de Intervenção Precoce acompanha Crianças dos 0 aos 6 anos, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, tendo em linha de conta o seu normal desenvolvimento.

3.1.3. Crianças e jovens em situação de perigo

Considerando a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as valências vocacionadas para crianças e jovens em situação de perigo (integradas na população alvo “infância e juventude”) existentes no concelho de Odivelas incluem as seguintes respostas sociais: Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens⁸⁹, Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência (CARSE), Casa de Acolhimento, e Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens. De acordo com esta nomenclatura, verifica-se que o Concelho não dispõe de IPI e Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens⁹⁰. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo IV.

3.1.3.1. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental⁹¹ é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

A resposta social Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (1 equipamento) é desenvolvida pelo setor privado solidário e está localizada na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto. Esta resposta tem uma capacidade para 200 crianças e famílias, e apresentava, à data da análise, 68 utentes.

⁸⁹ Respostas sociais dada pela Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira – Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

⁹⁰ Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida através de um serviço e que consiste na atribuição da confiança da criança ou jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito, visando proporcionar-lhe a integração em meio familiar estável que lhe garanta cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessário ao seu desenvolvimento integral.

⁹¹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.15.

3.1.3.2. Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens

A Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens⁹² é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, que se destina ao apoio a crianças e jovens desinseridas a nível sociofamiliar que apresentem comportamentos desviantes, encontrando-se em situação de perigo.

De acordo com a Carta Social, a única resposta social existente tem capacidade para 100 crianças e jovens e cerca de 4 utentes. Esta informação, datada de 2021⁹³, carece de confirmação.

3.1.3.3. Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência

A Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência⁹⁴ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que se destina ao acolhimento urgente pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

Em Odivelas existem duas CARSE, geridas por instituições do setor privado solidário. A primeira CARSE está localizado na freguesia de Odivelas e tem uma capacidade de 13 utentes. À data da análise, apresentava 12 utentes. De acordo com a Carta Social, a segunda CARSE, localizada na UF de Pontinha e Famões, tem capacidade para 20 crianças e jovens, e está em plena ocupação. A informação sobre esta última CARSE⁹⁵ carece de confirmação.

⁹² Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.16.

⁹³ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

⁹⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.18

⁹⁵ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

3.1.3.4. Casa de Acolhimento

A Casa de Acolhimento⁹⁶ é uma resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento de apoio social, que visa o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas ou características específicas das crianças e dos jovens a acolher.

A única Casa de Acolhimento do concelho localiza-se em Famões, na UF de Pontinha e Famões. Esta resposta tem uma capacidade para 20 crianças e jovens, e apresentava à data da análise, a ocupação máxima deste equipamento.

3.1.3.5. Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

A Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens⁹⁷ é uma resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização), destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida.

A única resposta social Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens é um Apartamento de Autonomização para jovens a partir dos 16 anos, localizado na freguesia de Odivelas. Esta resposta, em plena ocupação, tem uma capacidade para 4 jovens.

3.1.3.6. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo Crianças e Jovens em Situação de Perigo, as iniciativas que se apresentam em seguida complementam as respostas formais elencadas. A sua identificação teve por base o levantamento efetuado no âmbito do questionário às entidades que integram o CLASO:

⁹⁶ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.19

⁹⁷ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.19

Caminhada Contra os Maus Tratos	
Entidade Promotora	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas
Parcerias	CMO, Freguesias do Concelho e IPSS
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 – 500 pessoas
Descrição Caminhada que tem como objetivo a sensibilização contra os maus tratos nas crianças e jovens.	

Seminário CPCJ Odivelas	
Entidade Promotora	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 – 500 pessoas
Descrição Anualmente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odivelas promove um seminário alusivo a temas do interesse na promoção e proteção das crianças/jovens.	

3.2. População adulta

3.2.1. Pessoas idosas

As valências vocacionadas para pessoas idosas (integradas na população alvo “população adulta”) existentes no concelho de Odivelas incluem as seguintes respostas sociais: Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Convívio, Centro de Dia e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais (total de 54 respostas) pode ser consultada no Anexo IV. Listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais por grupo-alvo.

Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), o Concelho não dispõe de Centro de Noite⁹⁸ e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas⁹⁹.

⁹⁸ Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento noturno, dirigido a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia permaneçam no seu domicílio e que por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite.

⁹⁹ Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas idosas e adultas com deficiência, de forma temporária ou permanente.

3.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário

O SAD¹⁰⁰ é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica e que não possam assegurar, temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da sua vida diária.

Atualmente existem no concelho de Odivelas 17 respostas sociais de SAD para pessoas idosas, asseguradas pelas entidades privadas solidárias e lucrativas, distribuídas pelas várias freguesias. A capacidade instalada é de 865 vagas, das quais 527 estão ocupadas, resultando numa taxa de ocupação de 61%. A maioria destas respostas (76%) são asseguradas por entidades privadas solidárias, presentes em todas as freguesias, e apenas 24% são asseguradas pelas entidades privadas lucrativas, que estão localizada na freguesia de Odivelas e na UF da Pontinha e Famões (Figura 74).

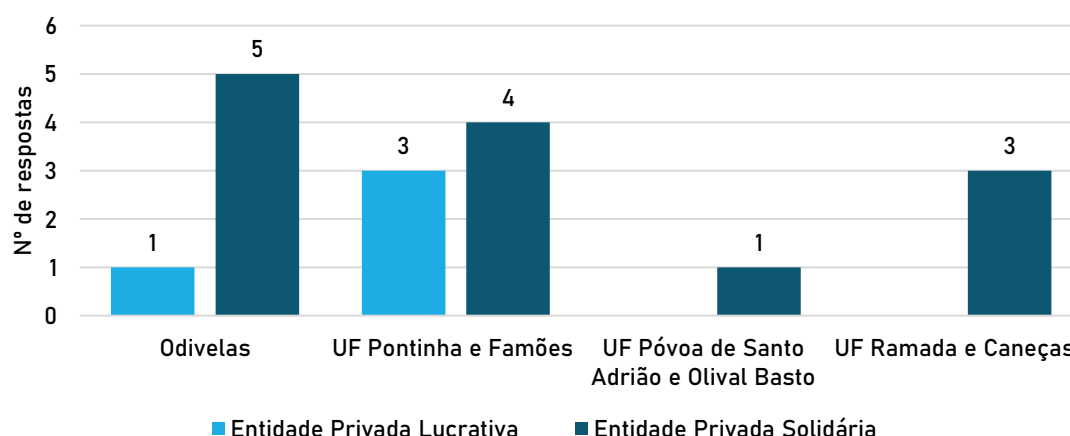


Figura 74. Distribuição dos Serviços de Apoio Domiciliário por entidades privadas e solidárias, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

No seu conjunto, as entidades privadas solidárias lucrativas representam cerca de 82% da capacidade instalada, com um total de 705 vagas disponíveis. Na freguesia de Odivelas, a taxa de ocupação é igual nas respostas solidárias e lucrativas, na ordem dos 57%. Por outro lado, a

¹⁰⁰ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.21

UF de Ramada e Caneças (apenas com respostas da rede solidária) é a que apresenta a maior taxa de ocupação, de quase 70% (Figura 75).

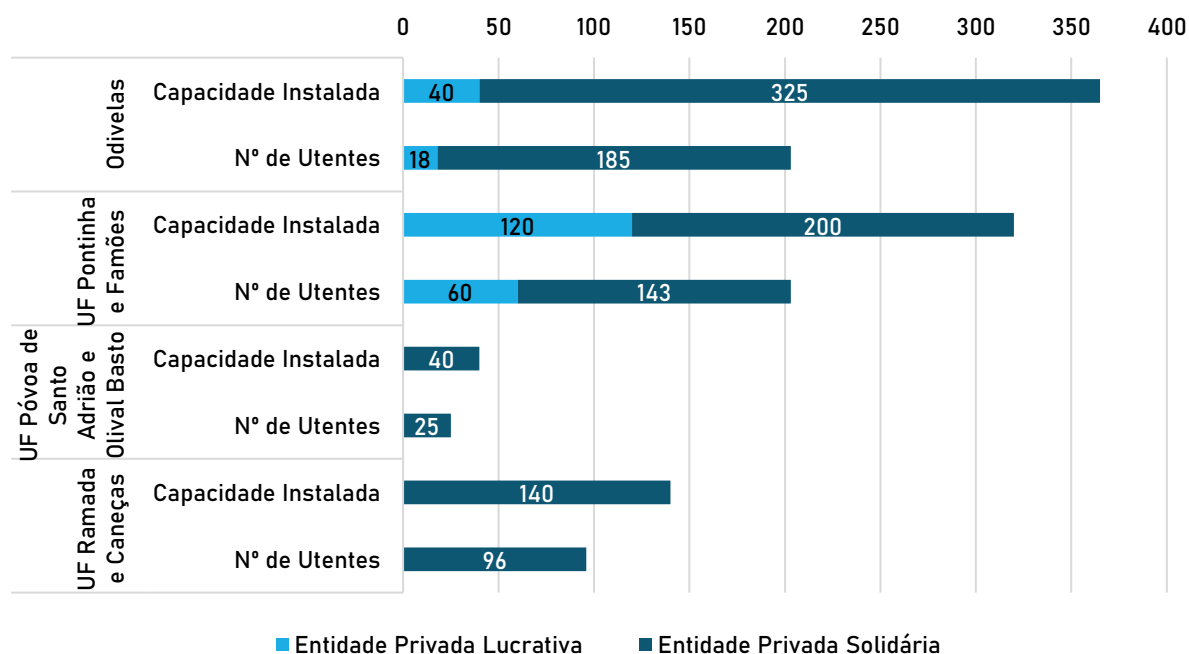


Figura 75. Capacidade instalada e número de utentes dos SAD, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

De acordo com a análise, 42% dos inquiridos que indicaram oferecer este tipo de resposta social mencionaram ter listas de espera para os seus serviços, todos eles pertencentes à rede solidária.

Entre os principais problemas identificados nos questionários para este tipo de resposta, destacam-se as dificuldades económicas dos utentes, frequentemente devido a reformas baixas, o número limitado de vagas protocoladas e as necessidades superiores à capacidade disponível. Foi também mencionada a escassa rede de contactos dos utentes, agravada pela ausência de familiares de referência. Os inquiridos sublinharam a dificuldade em equilibrar as participações mensais com os rendimentos dos idosos, o que representa um desafio significativo para a sustentabilidade destes serviços.

3.2.1.2. Centro de Convívio

O Centro de Convívio¹⁰¹ é uma resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

No concelho, existem duas respostas sociais de Centro de Convívio, geridas por instituições do setor privado solidário. Um Centro de Convívio encontra-se localizado em Odivelas e o outro na Pontinha. Cada uma destas respostas tem capacidade para acolher 30 utentes. À data da análise, o Centro de Convívio de Odivelas contava com 11 utentes, enquanto o da Pontinha registava apenas 1 utente.

3.2.1.3. Centro de Dia

O Centro de Dia¹⁰² é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

Atualmente, o concelho de Odivelas conta com 14 respostas sociais na modalidade de Centro de Dia, asseguradas por entidades privadas solidárias, distribuídas pelas diversas freguesias. A distribuição destas respostas no Concelho é, contudo, desigual, com a UF de Pontinha e Famões a dispor de 5 respostas, a UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto de 4 respostas, Odivelas de 3 respostas, e, por fim, a UF de Ramada e Caneças apenas com 2 respostas (Figura 76).

¹⁰¹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.22

¹⁰² Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.23

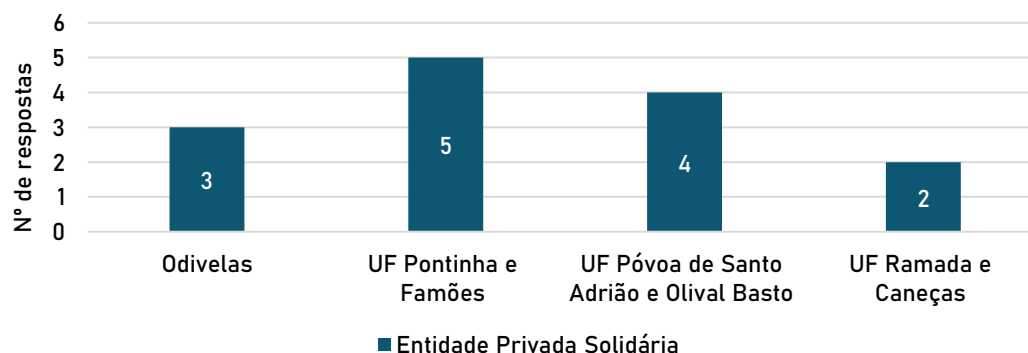


Figura 76. Distribuição dos Centros de Dia, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

A taxa de ocupação média das respostas sociais de Centro de Dia é de 54%, contudo, a diferença entre freguesias é significativa. Na UF de Ramada e Caneças, onde existem apenas 2 respostas, regista-se a maior taxa de ocupação, de cerca de 91%. Nas restantes freguesias (e UF), a ocupação é sempre inferior a 56% (Figura 77).

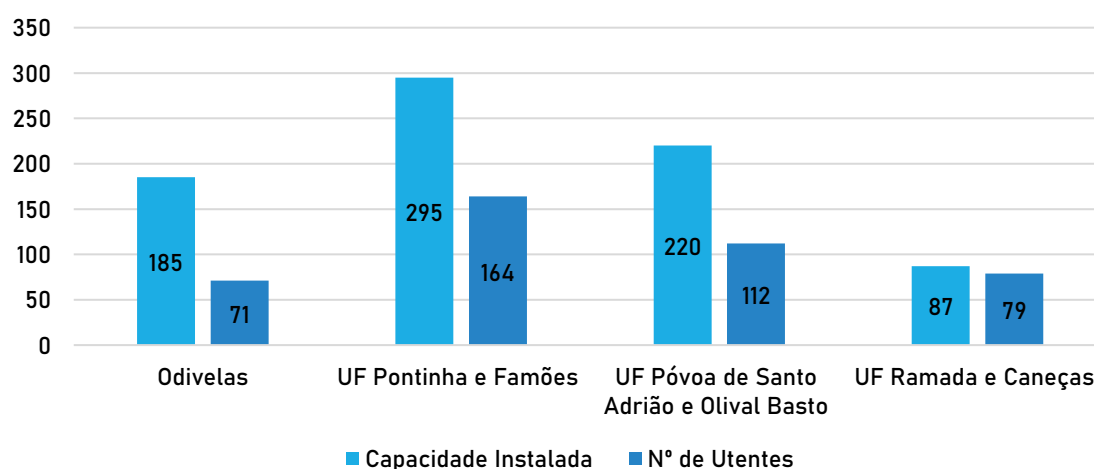


Figura 77. Capacidade instalada e número de utentes dos Centros de Dia, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

3.2.1.4. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A ERPI¹⁰³ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem.

Atualmente existem no concelho de Odivelas 21 respostas sociais de ERPI, com uma capacidade instalada de 794 pessoas e, no presente, um total de 671 utentes, o que se traduz numa taxa de ocupação de 85%. Esta resposta social é assegurada por entidades privadas solidárias e lucrativas, distribuídas pelas várias freguesias. Importa destacar que 71% das respostas são asseguradas por entidades privadas lucrativas e apenas 29% são asseguradas pelas entidades privadas sociais. Todas as freguesias (ou UF) do concelho têm este tipo de resposta asseguradas por entidades de várias naturezas jurídicas, com exceção da UF de Pontinha e Famões que não tem respostas de entidades solidárias. A UF de Ramada e Caneças é aquela onde se localizam um maior número de ERPI (6 privadas e 3 solidárias) (Figura 78).

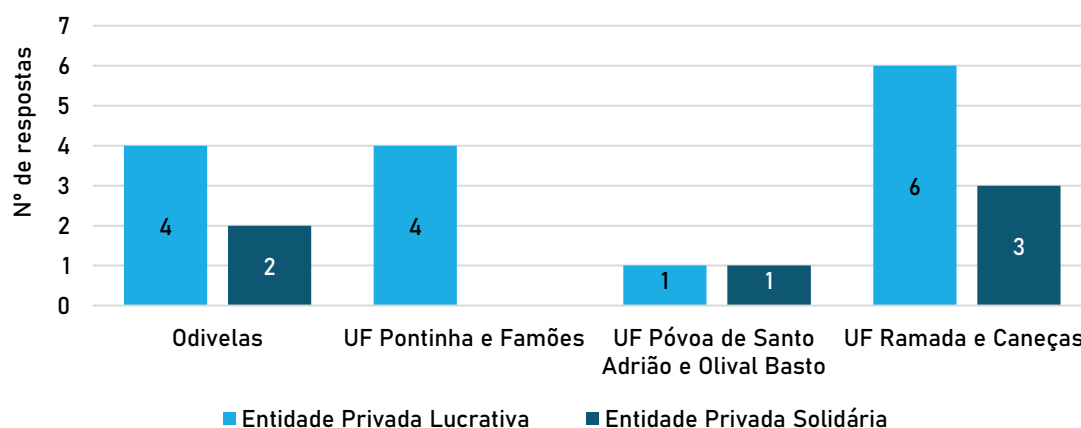


Figura 78. Distribuição das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, privadas e solidárias, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

No Concelho, as entidades privadas lucrativas asseguram 68% da capacidade instalada, com um total de 536 vagas disponíveis. No entanto, importa destacar que a ocupação média das respostas oferecidas pelos privados é superior, atingindo 87%, em comparação com as respostas do setor solidário, que registam uma taxa de ocupação de 79%. Esta última taxa de

¹⁰³ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.26

ocupação é de 100% se não for considerada uma entidade que presentemente não tem ocupação, por se encontrar em obra.

Encontram-se também diferenças nas taxas de ocupação por freguesia, com a maioria das UF a registar tendencialmente plena ocupação das ERPI, ao passo que a freguesia de Odivelas regista uma ocupação significativamente inferior, de apenas 49%. Contudo, esta discrepância deve-se, em parte, ao aparecimento de novas respostas, que ainda não têm utentes (Figura 79).

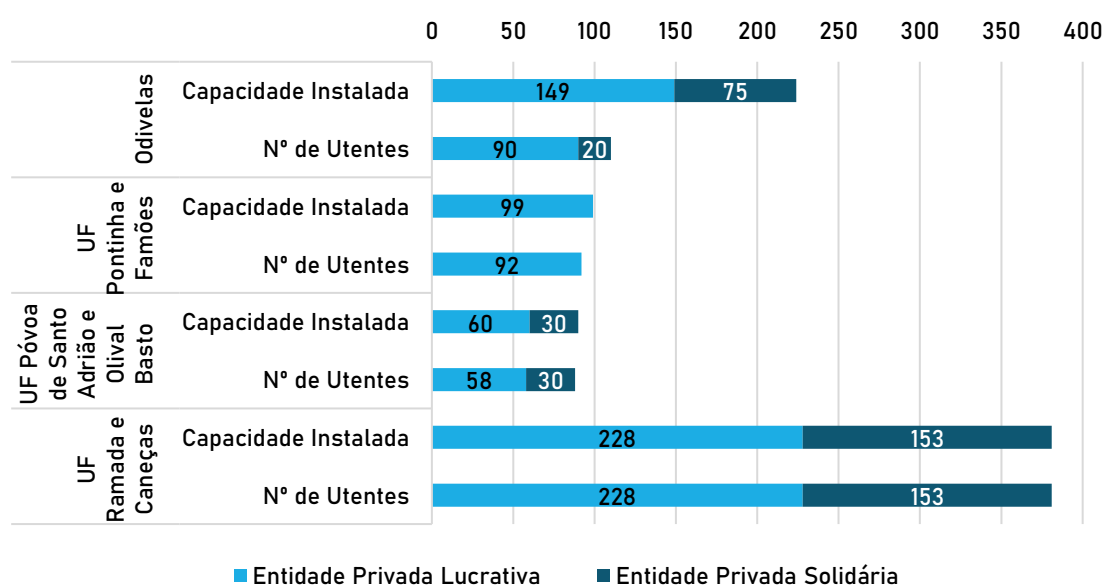


Figura 79. Capacidade instalada e número de utentes das ERPI do concelho, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

Nos questionários realizados, foram identificados alguns problemas na gestão das respostas sociais de ERPI (e de Centro de Dia). Entre os principais desafios mencionados, destaca-se a questão dos recursos humanos, particularmente a dificuldade em recrutar e reter pessoal qualificado para lidar com a elevada dependência dos utentes. Esta dependência exige uma atenção constante e especializada, o que agrava a pressão sobre as equipas existentes, dificultando a manutenção de um serviço de qualidade.

3.2.1.5. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo pessoas idosas, complementam as respostas formais elencadas, as seguintes iniciativas, cuja identificação teve por base o levantamento efetuado no âmbito do questionário às entidades que integram o CLASO:

"Clube do Movimento" - Desporto Sénior	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Parcerias	Juntas de Freguesia (ou UF) do Concelho; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças; AMOVALFLOR; Associação de Melhoramentos Socioculturais do Vale Grande; Associação de Melhoramentos Vale Pequeno; Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião; Grupo Desportivo dos Bons Dias; entre outros.
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Mais de 1000 pessoas
Descrição O "Clube do Movimento" é um programa de exercício físico regular destinado aos munícipes com 60 ou mais anos, mobilizando cerca de 2200 pessoas de todas as freguesias do município, com 4500 utilizações semanais. Oferece 14 atividades regulares, incluindo 9 atividades gratuitas em terra, como Boccia, Caminhada, Dança, Ginástica, Karaté, Padel, Pilates, Ténis de Mesa, <i>Walking Football</i> e Yoga, e 4 atividades aquáticas, como Hidroginástica, Natação, Prevenção de Quedas e Reabilitação Cognitiva.	

Programa SOS Sénior - Teleassistência	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
Descrição O Programa SOS Sénior - Teleassistência é um serviço destinado a proporcionar uma resposta imediata a situações de urgência ou solidão para pessoas em situação de dependência ou que vivem sozinhas. Este serviço foi concebido para melhorar a qualidade de vida, a saúde, a segurança e a autoestima dessas pessoas, permitindo-lhes permanecer em suas casas e continuar a desfrutar da sua comunidade social e local. O serviço é disponibilizado através de um terminal fixo com sistema de alta voz, complementado por uma pulseira ou colar com um botão de emergência. Ao ser pressionado, este botão estabelece contacto direto e imediato com uma central telefónica (Call Center), que opera em permanência. Esta ligação garante que, em qualquer emergência, a pessoa assistida possa receber o apoio necessário rapidamente, proporcionando-lhes maior tranquilidade e segurança no seu dia-a-dia.	

Ocupação e tempos livres	
Entidade Promotora	Descrição
Só Isto Associação cultural recreativa e desportiva	"Idas à praia Sénior" - A iniciativa tem como objetivo levar à praia os seniores da associação, por questões de saúde e de ocupação de tempo ocioso.
	"Férias Seniores" - A iniciativa visa uma semana de férias com passeios de propósito cultural.
	"Lavoures" - Visa a ocupação de tempo ocioso, com trabalhos manuais de características culturais como crochet, pintura, etc.
	Grupo de cavaquinhos - Visa a ocupação de tempo ocioso, através da música tocando instrumento tradicional.

Ocupação e tempos livres	
Associação de Artesãos D. Dinis	Promoção do artesanato e ocupação dos tempos livres de pessoas idosas.
Parcerias	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	UF de Pontinha e Famões e Odivelas
Pessoas abrangidas (anualmente)	20 - 100 pessoas

Limpeza de casas a pessoas Idosas	
Entidade Promotora	Interdomicilio Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	20 - 100 pessoas
Descrição Após avaliação social são desenvolvidos planos de avaliação individual de modo a verificar necessidades de idosos carenciados para limpeza das suas casas.	

Formações abertas e gratuita à comunidade	
Entidade Promotora	Interdomicilio Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	20 - 100 pessoas
Descrição A Interdomicilio organiza formações gratuitas à comunidade e equipas técnicas sobre temas tais como: Luto, Envelhecimento ativo, Boas práticas na Prestação de serviço, Sexualidade.	

3.2.2. Pessoas com deficiência

As valências vocacionadas para pessoas com deficiência (integradas na população alvo “população adulta”) existentes no concelho de Odivelas incluem as seguintes respostas sociais: Serviço de Apoio Domiciliário¹⁰⁴, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Lar Residencial, Residência de Autonomização e Inclusão (RAI), e Transporte de pessoas com Deficiência¹⁰⁴. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo IV. Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), o Concelho não dispõe de Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação

¹⁰⁴ Respostas sociais dada pela Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade¹⁰⁵ e Acolhimento Familiar de Pessoas com Deficiência¹⁰⁶.

3.2.2.1. Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário¹⁰⁷ é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica e que não possam assegurar, temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da sua vida diária.

De acordo com a Carta Social, a única resposta social existente tem capacidade para 40 pessoas e ocupação plena. Importa salientar que esta informação pode não estar atualizada e necessita de confirmação¹⁰⁸.

3.2.2.2. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

O CACI¹⁰⁹ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

Em Odivelas existem dois CACI, geridos por instituições do setor privado solidário. Um dos CACI está localizado na Póvoa de Santo Adrião, e o outro em Famões. O primeiro CACI tem uma

¹⁰⁵ Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à prestação de um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

¹⁰⁶ Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas idosas e adultas com deficiência, de forma temporária ou permanente. Conceito idêntico ao apresentado para as pessoas idosas.

¹⁰⁷ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.21

¹⁰⁸ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

¹⁰⁹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.29

capacidade de 20 utentes, enquanto o segundo tem uma capacidade de 30 utentes. À data da análise, ambas as respostas apresentavam a ocupação máxima desta reposta (Figura 80).

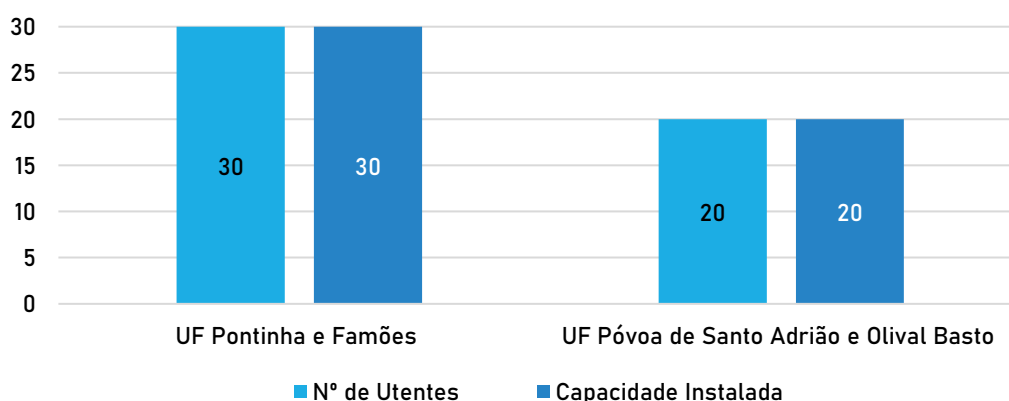


Figura 80. Capacidade instalada e número de utentes dos CACI, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

A análise dos questionários revelou que ambas as respostas sociais apresentavam listas de espera. Além disso, foram identificados vários problemas que impactam o funcionamento dessas respostas, incluindo a falta de capacidade financeira, a insuficiência de meios de transporte para saídas em grupo, e a inexistência de respostas na comunidade para a realização de Atividades Socialmente Úteis.

3.2.2.3. Lar Residencial

O Lar Residencial¹¹⁰ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontram impedidas de residir no seu meio familiar.

Em Odivelas existem dois Lares Residenciais, geridos por instituições do setor privado solidário, localizados na freguesia de Odivelas e na UF de Pontinha e Famões. A capacidade destes equipamentos é semelhante (24 e 25 pessoas) e à data da análise, ambas as respostas apresentavam uma ocupação plena ou próxima disso (Figura 81).

¹¹⁰ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.32

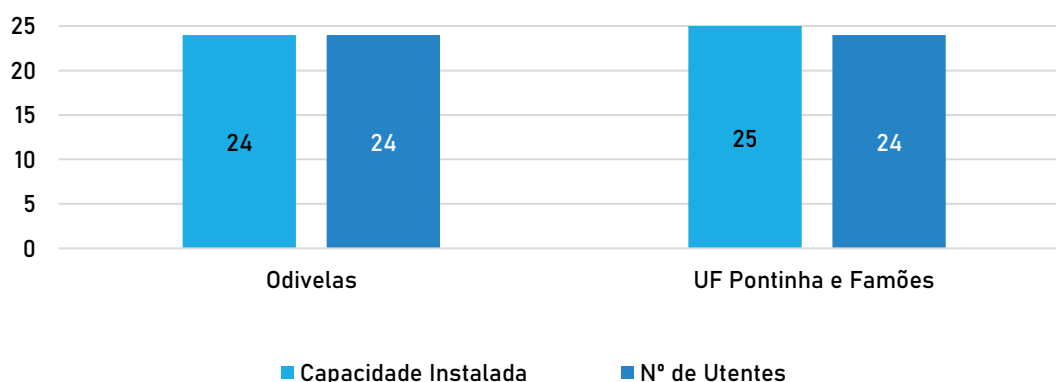


Figura 81. Capacidade instalada e número de utentes dos Lares Residenciais, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CM0, 2024

A análise dos questionários permitiu identificar que ambas as respostas sociais em questão apresentavam longas listas de espera: num dos casos uma lista de espera com 44 pessoas e noutro, significativamente maior, com 120 pessoas. Além disso, ambas as instituições destacaram diversos problemas que afetam o funcionamento das suas respostas sociais, incluindo a falta de capacidade financeira, a insuficiência de respostas para atender às necessidades da sociedade e do público-alvo, bem como dificuldades relacionadas com os recursos humanos e financeiros.

3.2.2.4. Residência de Autonomização e Inclusão

A RAI¹¹¹ é uma resposta de alojamento residencial, temporário ou permanente, desenvolvida em apartamento, moradia ou outra tipologia de habitação similar, inserida em áreas residenciais na comunidade, destinada a pessoa com deficiência ou incapacidade, com capacidade para viver de forma autónoma, e tem por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo.

Em Odivelas existem duas RAI, geridas pelas duas instituições do setor privado solidário, que também possuem os lares residenciais, na cidade de Odivelas, e em Famões. À data da análise, ambas as respostas apresentavam uma capacidade de 10 utentes e ambas as respostas apresentavam também a ocupação plena (Figura 82).

¹¹¹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.33

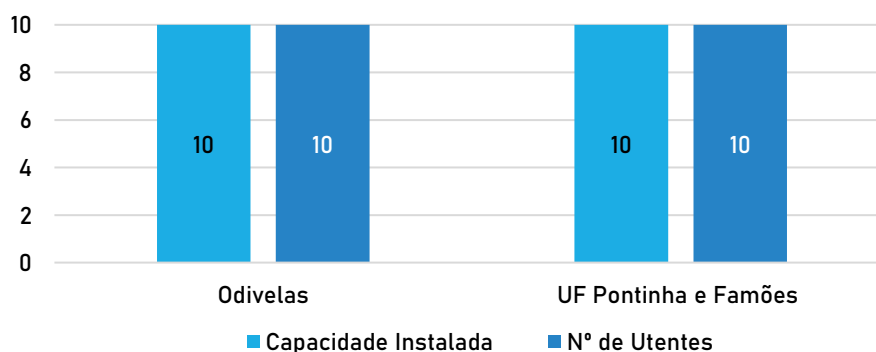


Figura 82. Capacidade instalada e número de utentes das RAI, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

A análise dos questionários revelou que a RAI de Odivelas tem lista de espera. Além disso, foram identificados vários problemas que afetam o funcionamento deste tipo de respostas, como a falta de capacidade financeira, a inexistência de programas ocupacionais ou de emprego protegido para este público-alvo, e a ausência de respostas residenciais adaptadas para a transição e autonomização dos utentes, como apartamentos de autonomização ou apartamentos de residência protegida.

3.2.2.5. Transporte de pessoas com Deficiência

O Transporte de Pessoas com Deficiência¹¹² é uma resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva que assegura o transporte, apoio e acompanhamento personalizado a crianças, jovens e adultos com deficiência.

De acordo com a Carta Social, a única resposta social tem capacidade para 100 pessoas com deficiência e apresenta a ocupação máxima, no entanto esta informação, obtida na Carta Social e datada de 2021¹¹³, carece de confirmação.

¹¹² Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.34

¹¹³ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

3.2.2.6. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo pessoas com deficiência, complementam as respostas formais antes elencadas, as seguintes iniciativas, cuja identificação teve por base o levantamento efetuado no âmbito do questionário às entidades que integram o CLASO:

Balcão da Inclusão	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	15 pessoas
Descrição O Balcão da Inclusão em Odivelas funciona como um serviço de apoio e informação destinado a pessoas com deficiências ou incapacidade, suas famílias, e profissionais que atuam nas áreas de prevenção, habilitação, reabilitação, e participação comunitária. Este serviço presta atendimento telefónico, por escrito e presencial, fornecendo informações sobre direitos, benefícios e recursos disponíveis na área da deficiência e reabilitação. Além disso, realiza encaminhamentos e mediação junto a serviços públicos e entidades privadas para ajudar na resolução de problemas apresentados pelos utentes.	

Programa de Apoio à Mobilidade para a Deficiência do Concelho de Odivelas	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
Descrição O Programa de Apoio à Mobilidade para a Deficiência do Concelho de Odivelas tem como objetivo promover a mobilidade e autonomia das pessoas com deficiência residentes no concelho. Através deste programa, são definidos procedimentos para a candidatura a transporte especial, atribuição de passes e outros títulos de transporte público. Este apoio destina-se particularmente a jovens e adultos com deficiência que não frequentam o ensino oficial até ao 12.º ano, facilitando o acesso ao sistema educativo, serviços de reabilitação, formação profissional, e outras atividades culturais e de lazer.	

Boccia Adaptado	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Parcerias	Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 - 500 pessoas
Descrição O "Boccia Adaptado" é um programa de apoio às instituições de Odivelas, com foco em três grupos: Boccia sénior (+de 65 anos), pessoas com necessidades especiais e adultos com menos de 65 anos. Realizado uma vez por semana, o programa visa tornar Odivelas uma referência nacional na modalidade, capacitar instituições através de formação técnica e oferecer uma atividade física adaptada. Pretende ainda aumentar a vitalidade mental, física e social dos participantes, fomentar núcleos de Boccia sénior, melhorar a qualidade de vida, e desenvolver a motricidade e coordenação dos praticantes.	

3.2.3. Pessoas em situação de dependência

O concelho de Odivelas não possui respostas sociais dirigidas para pessoas em situação de dependência (integradas na população alvo “população adulta”). Segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais para esta população incluem SAD, Apoio Domiciliário Integrado¹¹⁴ (ADI) e Unidade de Apoio Integrado¹¹⁵ (UAI).

3.2.4. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Considerando a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), no concelho de Odivelas, para pessoas com doença mental (integradas na população alvo “população adulta”), apenas existe a resposta Fórum Sócio Ocupacional (ver anexo IV). O Concelho não dispõe das respostas sociais: Unidade de Vida Protegida¹¹⁶; Unidade de Vida Autónoma¹¹⁷ e Unidade de Vida Apoiada¹¹⁸.

3.2.4.1. Fórum Socio Ocupacional

O Fórum Sócio Ocupacional¹¹⁹ é uma resposta desenvolvida num equipamento, que se destina a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, que visa a reinserção sociofamiliar e/ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

Esta resposta social é desenvolvida por uma IPSS e está localizada na freguesia de Odivelas, mas tem uma abrangência supramunicipal. Tem uma capacidade para 25 pessoas e

¹¹⁴ Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio.

¹¹⁵ Resposta de intervenção integrada de cuidados de saúde e apoio social, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

¹¹⁶ Resposta desenvolvida em estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com doença mental grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

¹¹⁷ Resposta desenvolvida em estrutura habitacional localizada na comunidade, destinada a pessoas adultas com doença mental grave estabilizada e de evolução crónica, com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

¹¹⁸ Resposta desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

¹¹⁹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.38.

apresentava-se, à data da análise, em plena ocupação, apresentando uma lista de espera de 5 pessoas.

3.2.4.2. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo pessoas com doença mental, as iniciativas que se apresentam em seguida complementam as respostas formais elencadas. A sua identificação teve por base o levantamento efetuado no âmbito do questionário às entidades que integram o CLASO.

"O Azulejo na Oficina"	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Parcerias	Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas
Abrangência territorial	Odivelas
Pessoas abrangidas (anualmente)	Menos de 20 pessoas
Descrição Programa de voluntariado dedicado à valorização do património de azulejos em Odivelas. Os Voluntários da Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas participam na preservação dos azulejos, através do qual aprendem a identificar, limpar e conservar o património azulejar do concelho, contribuindo ativamente para a sua valorização.	

3.2.5. Pessoas em situação de sem-abrigo

De acordo com a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais com valências vocacionadas para PSSA (integradas na população alvo "população adulta") existentes no concelho de Odivelas incluem: Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo e Centro de Alojamento Temporário (CAT). O Concelho não dispõe de Atelier Ocupacional¹²⁰. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo IV.

¹²⁰ Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem-abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas estruturados que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou flexíveis onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

3.2.5.1. Equipe de Rua para Pessoas Sem Abrigo

A Equipe de Rua para Pessoas Sem Abrigo¹²¹ é uma resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por uma equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com as PSSA, visando melhorar as condições de vida desta população.

De acordo com a Carta Social, a única resposta social existente tem capacidade para 500 PSSA e apresenta a ocupação máxima, todavia, esta é uma informação que carece de confirmação¹²². No entanto, como mencionado, refira-se que, em 2020, entraram em funcionamento as equipas municipais de rua de apoio à inclusão das PSSA, que se mantêm ativas.

3.2.5.2. Centro de Alojamento Temporário

O CAT¹²³ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação e carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

Esta resposta resultou de uma parceria estabelecida entre o Município e a IPSS Comunidade Vida e Paz, para a cedência em regime de comodato de um apartamento municipal e criação de um Apartamento Partilhado de primeira linha. A gestão deste fogo, ao abrigo de contrato com o ISS, é da responsabilidade desta IPSS. O apartamento tem capacidade para 5 pessoas e apresentava, à data da análise, a ocupação máxima, existindo, de acordo com a informação prestada no questionário, uma lista de espera de 5 pessoas.

3.3. Comunidade e família

3.3.1. Família e comunidade em geral

Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as valências vocacionadas para a família e comunidade em geral (integradas na população alvo

¹²¹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.42

¹²² Respostas sociais dada pela Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira – Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

¹²³ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.44

“comunidade e família”) existentes no concelho de Odivelas incluem as seguintes respostas sociais: SAAS, Centro Comunitário, Refeitório/Cantina Social, Centro de Alojamento Temporário (CAT) e Ajuda Alimentar. O Concelho não dispõe de Grupo de Autoajuda¹²⁴, Centro de Apoio à Vida¹²⁵, Comunidade de Inserção¹²⁶ e Centro de Férias e Lazer¹²⁷. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais no Concelho pode ser consultada no Anexo IV.

3.3.1.1. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

O SAAS¹²⁸ é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. Como mencionado anteriormente, esta é uma atribuição da CMO, sendo operacionalizado por um conjunto de entidades parceiras do Município. A parceria envolve 17 entidades, cuja identificação é apresentada no Anexo II, estando 3 das quais localizadas fora dos limites geográficos do concelho.

¹²⁴ Resposta social desenvolvida através de grupos reduzidos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram por experiências idênticas de adversidade, visando apoio emocional que facilite superar a instabilidade e encontrar soluções e estratégias positivas, através da partilha de experiência e troca de informação.

¹²⁵ Resposta social desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

¹²⁶ Resposta social desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, dirigida a grupos de indivíduos e/ou famílias que se encontram em situação de exclusão, marginalização ou vulnerabilidade social, onde se desenvolve um conjunto de ações integradas, mediante apoio técnico adequado, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades, com vista à sua autonomização e inclusão social.

¹²⁷ Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social.

¹²⁸ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.45

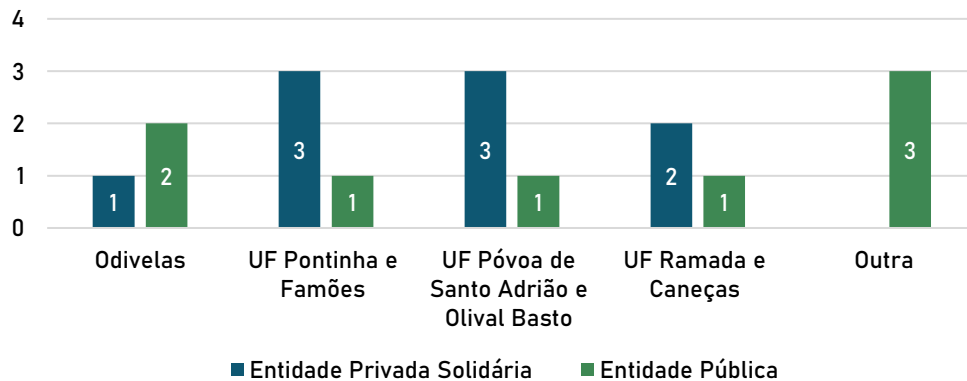


Figura 83. Distribuição dos parceiros do SAAS, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

3.3.1.2. Centro Comunitário

O Centro Comunitário¹²⁹ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

Esta resposta social é prestada por uma entidade do setor privado solidário, localizando-se na Ramada. Está dimensionada para 70 pessoas, mas apresentava, à data da análise, um número de utentes superior (100 utentes).

3.3.1.3. Refeitório/Cantina Social

O Refeitório/Cantina Social¹³⁰ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a pessoas e famílias com vulnerabilidade ou fragilidade social e económica, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

O concelho de Odivelas conta com 5 Refeitórios/Cantinas Sociais, asseguradas por entidades privadas solidárias, distribuídas pelas diversas freguesias: as UF de Póvoa de Santo Adrião e

¹²⁹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.47

¹³⁰ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.48

Olival Basto, e de Ramada e Caneças, possuem duas respostas cada, a UF de Pontinha e Famões 1 resposta. A freguesia de Odivelas não dispõe de resposta neste âmbito (Figura 84).

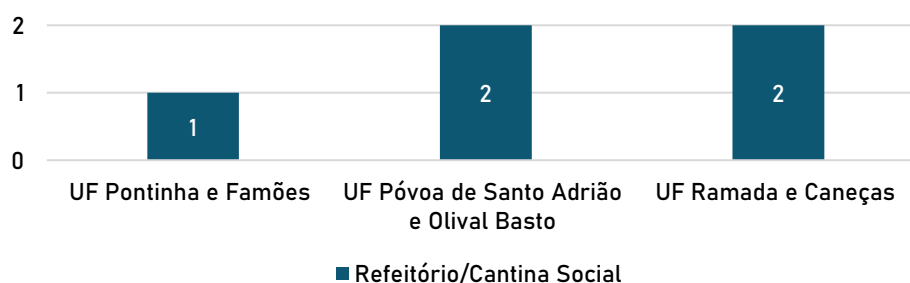


Figura 84. Distribuição dos Refeitórios/Cantinas Sociais, por freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

Os Refeitórios/Cantinas Sociais do Concelho têm capacidade para 156 pessoas, apresentando apenas 47 utentes, o que representa uma subutilização significativa dos recursos disponíveis (Figura 85).

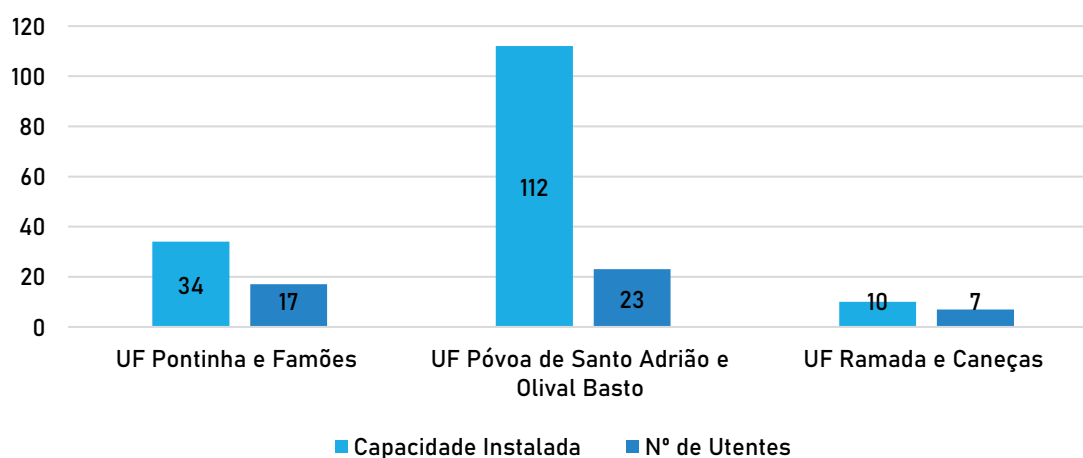


Figura 85. Capacidade instalada e número de utentes dos Refeitórios/Cantinas Sociais, por freguesia¹³¹

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

¹³¹ Não estão disponíveis os valores de capacidade e utentes deste tipo de resposta do Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede).

3.3.1.4. Centro de Alojamento Temporário

O CAT é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação e carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada¹³². De acordo com a Carta Social, o único CAT existente tem capacidade para 40 pessoas, mas, no presente, não tem utentes. No entanto, é importante salientar que esta informação carece de confirmação¹³³.

3.3.1.5. Ajuda Alimentar

A Ajuda Alimentar¹³⁴ é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias. Atualmente, o concelho de Odivelas conta com 9 respostas sociais de Ajuda Alimentar, asseguradas maioritariamente por entidades privadas solidárias e uma entidade pública. Estas respostas encontram-se distribuídas pelas diversas freguesias, sendo que enquanto a UF de Ramada e Caneças e a freguesia de Odivelas dispõem de mais de metade das mesmas, as restantes UF possuem apenas 1 resposta cada (Figura 86).

¹³² Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.51

¹³³ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

¹³⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.52

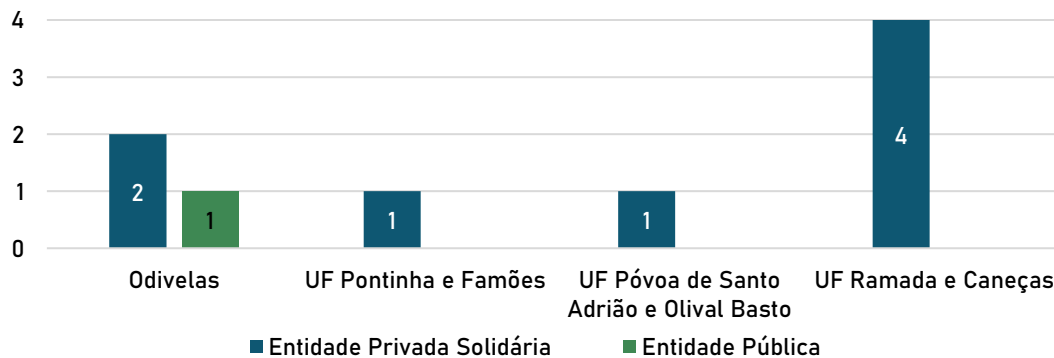


Figura 86. Distribuição da Ajuda Alimentar, por natureza jurídica e freguesia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

As respostas de algumas destas entidades (Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião, Centro Comunitário Paroquial da Ramada e Junta de Freguesia de Odivelas) é operacionalizada, por via de candidatura ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), um instrumento no combate à pobreza e exclusão social. O POAPMC é parte do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) e tem como objetivo reduzir as situações de vulnerabilidade e promover a inclusão social.

Embora não tenha sido possível apurar a capacidade e o número de utilizadores para três das respostas sociais¹³⁵, foi possível observar que um número considerável de pessoas está a ser apoiado. Considerando apenas seis das respostas sociais para as quais foi possível recolher esta informação, verifica-se que a sua capacidade é de 2 308 pessoas, sendo o número de pessoas apoiada ainda superior, uma vez que uma das entidades presta ajuda alimentar a mais 156 pessoas do que a sua capacidade instalada para esta resposta.

¹³⁵ Centro de Dia Sagrada Família, Núcleo da ReFood Odivelas e Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Caneças.

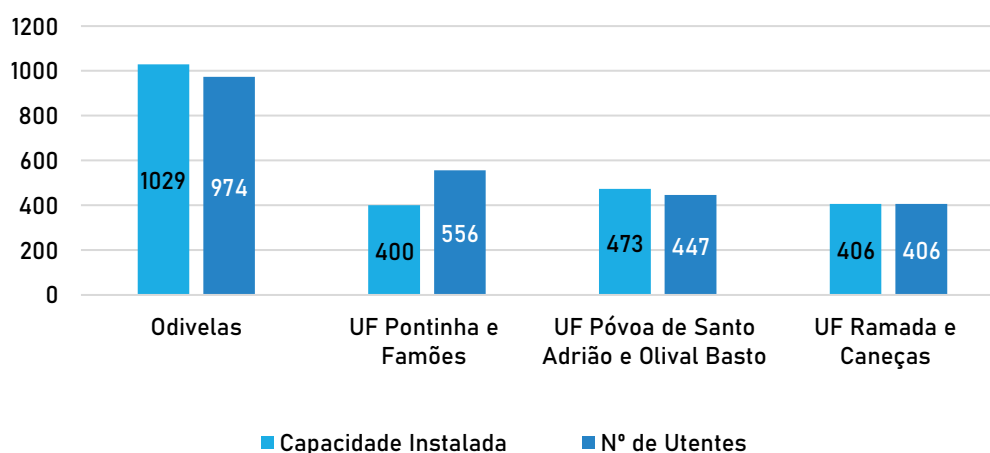


Figura 87. Capacidade instalada e número de utentes das respostas Ajuda Alimentar, por freguesia¹³⁶

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMO, 2024

3.3.1.6. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo família e comunidade em geral, as iniciativas que se apresentam em seguida complementam as respostas formais elencadas. A sua identificação teve por base o levantamento efetuado no âmbito do questionário às entidades que integram o CLASO.

Banco Alimentar	
Entidade Promotora	Banco Alimentar Contra a Fome
Parcerias	Associação Rute, Centro Comunitário Paroquial de Famões, Junta de Freguesia de Odivelas e Espaço Nova Vida (ENV)
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Mais de 1000 pessoas
Descrição Participação, através de voluntariado, de recolha e angariação de donativos de bens alimentares, assim como a recuperação de excedentes alimentares da sociedade para os redistribuir entre pessoas necessitadas.	

¹³⁶ Não estão disponíveis os valores de capacidade e utentes deste tipo de resposta do Centro de Dia Sagrada Família, Núcleo da ReFood Odivelas e Fabrica da igreja Paroquial de S. Pedro de Caneças.

Refood Odivelas	
Entidade Promotora	REFOOD
Parcerias	ALDI, Auchan, Continente, Perímetro Positivo, Pingo Doce, A Padaria Portuguesa, Rei dos Frangos, A Tua Quinta
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	50 - 100 pessoas
Descrição Desde Março de 2019, a Refood Odivelas faz a recolha diária de desperdício alimentar junto de fontes de alimentos, distribuindo às famílias carenciadas, com o envolvimento comunitário de voluntários.	

Ajuda Mãe	
Entidade Voluntárias	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
Descrição Este projeto oferece apoio personalizado a mulheres grávidas, puérperas e adolescentes, centrando-se na educação para a saúde e no suporte à gravidez e parentalidade. O projeto funciona em articulação com as estruturas locais e presta atendimento direto nas áreas de gravidez, sexualidade e planeamento familiar. Além de fornecer informação e encaminhamento, promove a integração social e a reinserção escolar ou laboral. O projeto inclui um gabinete de psicologia para apoio e avaliação, realiza ações de formação sobre sexualidade, parentalidade e amamentação, e oferece acompanhamento domiciliário para apoiar a grávida e fomentar o aleitamento materno.	

Bilha Solidária	
Entidade Promotora	Fundo Ambiental e Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)
Parcerias	UF de Pontinha e Famões e Junta de Freguesia de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Mais de 1000 pessoas
Descrição Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas com a finalidade de apoiar os consumidores domésticos, pela aquisição de gás engarrafado.	

Solidariedar	
Entidade Promotora	Junta de Freguesia de Odivelas
Parcerias	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Odivelas
Pessoas abrangidas (anualmente)	Mais de 1000 pessoas
Descrição Campanhas de angariação de bens alimentares e de higiene pessoal realizadas nas superfícies comerciais (2 vezes por ano, ao fim-de-semana), envolvendo a comunidade escolar e o tecido empresarial.	

Projeto Lupa - Psicologia e Nutrição	
Entidade Promotora	Centro Comunitário Paroquial de Famões
Parcerias	União Desportiva St. Maria e Centro de Dia St. Maria
Abrangência territorial	UF de Pontinha e Famões
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 - 500 pessoas
Descrição No âmbito do PRR- Comunidades em ação são promovidos acompanhamentos em Nutrição e Psicologia. Inclui atividades semanais, com atendimento individuais, e atividades mensais, em grupo.	

Projeto IG-OS (Igualdade de Género – Odivelas e Seixal)	
Entidade Promotora	Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Parcerias	Câmara Municipal de Odivelas
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Mais de 1000 pessoas
Descrição O projeto tem como principal objetivo desenvolver e validar instrumentos de avaliação das medidas legislativas que promovem a Igualdade de Género em Portugal, com foco nos municípios de Odivelas e Seixal. A escolha destes municípios baseou-se na sua grande dimensão populacional e no histórico de boas práticas em Igualdade de Género. O projeto tem uma duração prevista de 12 meses e será desenvolvido em três fases: lançamento, desenvolvimento dos instrumentos de avaliação, e disseminação dos resultados.	

Ajuda Social Diversa	
Descrição	Entidades parceiras
Ajuda Alimentar e Bens de 1ª Necessidade	Projetonur Associação-NoorFátima; Comunidade Islâmica de Odivelas (CISLO); Junta da UF de Ramada e Caneças; Junta de Freguesia de Odivelas.
Ajuda de Vestuário e Brinquedos	Junta de Freguesia de Odivelas; Instituto Português de Pedagogia Infantil; Junta da UF de Ramada e Caneças (Loja social);
Disponibilização de equipamentos de apoio à saúde (canadianas, andarilhos, cadeira de rodas, camas articuladas, entre outros)	Junta de Freguesia de Odivelas
Disponibilização de equipamentos de apoio à 1ª infância (Cedência gratuita de cadeirinhas, ovos, alcofas, biberons, cadeira para o carro, banheiras, etc.)	Junta de Freguesia de Odivelas
Serviços Terapêuticos	Centro Comunitário Paroquial da Ramada
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Mais de 1000 pessoas

Além dos projetos/iniciativas mencionados acima, foram ainda identificados outros, mais abrangentes, como as Caminhadas em Família e o programa Diabetes em Movimento na UF de Pontinha e Famões, que incentivam hábitos saudáveis e bem-estar. Existem ainda um conjunto de iniciativas que disponibilizam Estágios Profissionais em creches e Formação Profissional no Centro de Formação Profissional para o Setor Alimentar (CFPSA), facilitando a inserção no mercado de trabalho. Na área cultural, a Nova Orquestra Sinfónica do Espaço Nova Vida promove a educação musical entre os jovens, reforçando a inclusão social através da arte.

Migrantes

Entre os projetos e iniciativas destinado à famílias e comunidade em geral, destacam-se ainda aqueles que são especificamente dirigidos às comunidades imigrantes.

Centro Local de Apoio e Integração de Migrantes (CLAIM)	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Parcerias	Agência para a Integração Migrações e Asilo, Espaço Nova Vida (ENV)
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
Descrição O CLAIM faz parte de uma rede de postos de atendimento e informação que visam o esclarecimento dos cidadãos imigrantes, relativamente ao tratamento de matérias relacionadas com a sua permanência em território nacional, nomeadamente: legalização, nacionalidade, reagrupamento familiar, acesso à saúde, educação, trabalho e retorno voluntário, entre outras.	

Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Parcerias	Agência para a Integração Migrações e Asilo, e Instituto de Formação Profissional, Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	20 - 100 pessoas
Descrição O Gabinete de Inserção Profissional para a população migrante, é um gabinete de atendimento da Camara Municipal de Odivelas, que tem como objetivo prestar apoio no percurso de (re)inserção no mercado de trabalho da população imigrante, através do desenvolvimento de atividades diversas, nomeadamente: ações de informação coletivas e individuais; ações de apoio à procura de emprego e atitude empreendedora; encaminhamentos para emprego, ações de formação e outros; outras atividades consideradas necessárias, para apoio à inserção profissional dos desempregados; receção e registo de ofertas de emprego e formação; apresentação de desempregados a ofertas de emprego e Formação; colocações em ofertas de emprego ou formação; apoio na elaboração de Curriculum Vitae; acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; orientação face a percursos formativos e educativos.	

“Ser corpo e Alma”	
Entidade Promotora	CulturFACE - Associação Cultural para o Desenvolvimento
Parcerias	Associação ANARBA, Escola Superior de Enfermagem, AIMA, CIG e outras
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	20 - 100 pessoas
Descrição A CulturFACE - Associação Cultural para o Desenvolvimento, atua na esfera social, cultural e comunicacional, para promover a integração e a inclusão de cidadãos migrantes através das artes. Prestam apoio aos cidadãos que procuram respostas para a sua melhor integração em Portugal, através de sinalização, encaminhamento e orientação, conforme as necessidades de pessoas, em domínios diversos como a documentação ou a empregabilidade. O projeto “Ser de Corpo e Alma” em desenvolvimento até 31 de dezembro de 2024 sob o financiamento da CIG, Comissão para a Igualdade de Género. O referido projeto enquadra-se no programa contra a Mutilação Genital Feminina, MGF. Realização de Campanhas Contra a Mutilação Genital Feminina, através de Tertúlias, palestras e conteúdos Audiovisuais.	

3.3.2. Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias

Considerando a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais vocacionadas para pessoas com VIH/SIDA e suas famílias (integradas na população alvo “comunidade e família”) existentes no concelho de Odivelas incluem: Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial e Serviço de Apoio Domiciliário. O Concelho não dispõe de Residência para Pessoas com VIH/SIDA¹³⁷. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo IV.

3.3.2.1. Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial

O Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial¹³⁸ é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas com VIH/SIDA, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno. Embora não conste da Carta Social, de acordo com o questionário às entidades, foi possível apurar a existência desta resposta social, promovida no Espaço Cuidar de Nós, localizado na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, com gestão da IPSS, Liga Portuguesa Contra a SIDA.

¹³⁷ Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas com VIH/SIDA e, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

¹³⁸ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.54

3.3.2.2. Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário¹³⁹ é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica e que não possam assegurar, temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da sua vida diária. De acordo com a Carta Social, a única resposta social existente tem capacidade para 40 pessoas, no entanto, esta informação necessita de confirmação¹⁴⁰.

3.3.2.3. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, complementam as respostas formais elencadas, as seguintes iniciativas, identificada através do questionário às entidades do CLASO.

Projeto Cuidar de Nós	
Entidade Promotora	Liga Portuguesa Contra a SIDA
Parcerias	Outros projetos da LPCS
Abrangência territorial	Odivelas
Pessoas abrangidas (anualmente)	100 – 500 pessoas
Descrição O Projeto “Cuidar de Nós” presta apoio social e jurídico a pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, efetua rastreios a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), formação e educação para a saúde e, ainda, a distribuição de material preventivo e informativo.	

3.3.3. Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências

A única resposta social para pessoas com CAD (integradas na população alvo “comunidade e família”) no concelho de Odivelas, que foi possível identificar por intermédio da Carta Social é a Equipa de Intervenção Direta¹⁴¹ (Anexo IV). Considerando ainda a nomenclatura das respostas

¹³⁹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.55

¹⁴⁰ Respostas sociais – Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira – Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

¹⁴¹ Respostas sociais dada pela Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira – Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio

sociais estabelecida pela DGSS (2022), o Concelho não dispõe de Apartamento de Reinserção Social.

3.3.3.1. Equipa de Intervenção Direta

A Equipa de Intervenção Direta¹⁴² é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto de pessoas com CAD, suas famílias e comunidades afetadas pela toxicodependência. De acordo com a Carta Social, esta é a única resposta social para este grupo alvo, e tem capacidade para 40 pessoas, no entanto, esta informação¹⁴³ necessita de confirmação.

3.3.4. Pessoas vítimas de violência doméstica

Por último, considerando a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), para pessoas vítimas de violência doméstica (integradas na população alvo “comunidade e família”) foi possível identificar, no concelho de Odivelas, a presença da resposta social Estrutura de Atendimento. O Concelho não dispõe de Casa de Abrigo. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais existentes pode ser consultada no Anexo IV.

3.3.4.1. Estrutura de Atendimento

A Estrutura de Atendimento¹⁴⁴ é uma resposta social desenvolvida através de um serviço composto por equipas técnicas de natureza multidisciplinar constituída, preferencialmente por técnicos de apoio à vítima que asseguram, de forma integrada, com caráter de continuidade, o atendimento, o apoio e o reencaminhamento personalizado de vítimas, tendo em vista a sua proteção.

De acordo com o questionário às entidades, foi possível apurar a existência desta resposta social. Esta resposta é desenvolvida no GAVO, localizado na UF de Póvoa de Santo Adrião e

Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

¹⁴² Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.57

¹⁴³ Respostas sociais - Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional- Última atualização 25 de novembro de 2021. Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

¹⁴⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.59.

Olival Basto, sendo a IPSS gestora a APAV. Este tipo de resposta não tem uma capacidade máxima definida, pretendendo dar resposta a todos aqueles que procurem esta ajuda. Esta resposta tem muitas vezes um atendimento e acompanhamento de carácter temporário, sendo difícil apurar o número de utentes. Contudo, de acordo com as Estatísticas da APAV, o GAVO, em 2023, atendeu 505 utentes, iniciando 424 novos processos de apoio e mantendo o acompanhamento de 81 processos. Neste ano, o GAVO realizou 2 247 atendimentos.

3.3.4.2. Iniciativas complementares

Para o grupo alvo pessoas vítimas de violência doméstica, complementam as respostas formais, as iniciativas a seguir elencadas e que têm por base o levantamento efetuado e a informação prestada pelas diferentes entidades que atuam à escala concelhia.

Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis	
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Odivelas
Parcerias	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - Gabinete de Apoio à Vítima de Odivelas; Centro Comunitário e Paroquial da Ramada; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas; Escola Secundária da Ramada; Hospital Beatriz Ângelo; Centro Distrital de Lisboa - Instituto da Segurança Social, I.P. (Serviço de Ação Social Local de Odivelas do Setor Loures/Odivelas); Ministério Público de Loures; Polícia de Segurança Pública de Loures; Agrupamento de Centros de Saúde Loures-Odivelas (Unidade de Cuidados na Comunidade Nostra Pontinha e Unidade de Cuidados na Comunidade de Odivelas Saúde a Seu Lado)
Abrangência territorial	Todo o Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Não aplicável
Descrição A Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas foi formalmente criada a 12 de dezembro de 2013. Esta rede tem como objetivo promover a articulação e cooperação entre várias entidades para melhorar as respostas às vítimas de violência doméstica e pessoas vulneráveis. A rede atua na prevenção, intervenção direta, formação de técnicos e sensibilização da comunidade, procurando otimizar os recursos disponíveis e fortalecer a proteção e apoio a estas populações.	

SÍNTESE CONCLUSIVA: EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

De uma forma geral, deteta-se uma distribuição de equipamentos e respostas sociais pelas várias freguesias, embora a UF da Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto possua um menor nível de respostas sociais, sendo estas, sobretudo, asseguradas pelo setor privado solidário.

Na infância e juventude, os estabelecimentos de educação pré-escolar são a resposta mais comum e disseminada pelo território, existindo maior pressão na rede pública e solidária. As creches são igualmente uma resposta de proximidade e, portanto, frequente e dispersa pelo território. Neste caso, a oferta é maioritariamente assegurada pelo setor privado lucrativo, estando esta, em larga medida, concentrada na freguesia de Odivelas. No entanto, a rede solidária está presente em todas as freguesias. As taxas de ocupação das creches são muito elevadas, em particular entre o setor solidário. A Creche Feliz reforçou a oferta solidária e potencia a ocupação de vagas no setor privado lucrativo, mas chega a um número reduzido de crianças (157 crianças). A oferta e taxa de utilização dos CATL são reduzidas e a Creche Familiar é uma reposta ainda com pouca expressão (apenas um equipamento). O Concelho não dispõe das respostas de IPI, devendo ser avaliada a necessidade da sua existência.

As Crianças e Jovens em Situação de Perigo possuem 6 respostas sociais distintas, em várias freguesias, proporcionadas por entidades do setor privado social. Este grupo alvo não dispõe de resposta de Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens.

Foi possível identificar dois equipamentos com várias respostas sociais dirigidas para pessoas com deficiência, um em Famões (CACI, Lar Residencial e RAI) e outro em Odivelas (Lar Residencial e RAI), assim como um segundo CACI na Póvoa de Santo Adrião. Estas respostas sociais operam tendencialmente em plena capacidade e possuem listas de espera. Existe ainda uma Equipa de IPI para as crianças e jovens com deficiência. As demais respostas (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência, assim como o Lar de Apoio para Crianças e Jovens) são inexistentes. A informação relativa ao transporte de crianças e jovens ou de adultos com deficiência carece de confirmação.

As respostas sociais para pessoas idosas estão presentes na maioria das freguesias. Em muitos casos, em particular entre o setor solidário, encontram-se em plena ocupação. O Concelho não dispõe de Centro de Noite e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas. As entidades identificaram dificuldades relacionadas com a reduzida capacidade económica dos utentes, isolamento dos idosos (que frequentemente possuem uma rede de suporte muito limitada), e dificuldade em recrutar e reter pessoal qualificado para lidar com a elevada dependência dos utentes.

A Carta Social identificou duas respostas sociais dirigidas às PSSA, sendo, contudo, também de destacar a atuação, desenvolvida em parceria, no âmbito do NPISA e do Projeto PIO. Relembre-se que este é um grupo de pessoas em situação crítica de vulnerabilidade, cuja expressão tem vindo a aumentar no Concelho.

As respostas mais comuns para a família e comunidade em geral são o SAAS, Refeitório/Cantina Social e Ajuda Alimentar, que possuem uma capacidade considerável, mas uma procura ainda superior, refletindo o contexto geral de dificuldades financeiras de muitas famílias. Identificou-se também a existência de um Centro Comunitário, com lotação superior à sua capacidade. As restantes respostas, mais específicas, são inexistentes.

Não existem respostas sociais identificadas na Carta Social ou por via do questionário, dirigidas para pessoas em situação de dependência. As respostas sociais para pessoas com

SÍNTESE CONCLUSIVA: EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

doença do foro mental ou psiquiátrico, para pessoas com CAD e para vítimas de violência doméstica são limitadas.

Além das respostas formais que integram a Carta Social, identificaram-se respostas complementares (iniciativas e projetos de âmbito social) para crianças e jovens, crianças e jovens em situação de perigo, pessoas idosas, pessoas adultas com deficiência, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, PSSA, família e comunidade em geral, pessoas com VIH/Sida, e pessoas vítimas de violência doméstica.

04|

PROBLEMAS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

4. Problemas e vulnerabilidades sociais

4.1. Perceções das fragilidades sociais: diagnóstico temático

A análise estatística possibilitou uma avaliação do contexto social do Concelho, em várias dimensões, desenvolvida no capítulo 2, enquanto o levantamento e caracterização das respostas sociais, desenvolvida no capítulo anterior, tendo por base a nomenclatura da Carta Social, identificou as principais respostas sociais existentes com base na informação da Carta Social, dos questionários aplicados e do Município. Em complemento procede-se, por fim, a uma análise das principais problemáticas sociais existentes no Concelho, com base na perceção das entidades que desenvolvem localmente a sua atividade quotidiana no domínio social (ou num domínio conexo). Esta análise assenta nos resultados do questionário online.

Com base nas respostas das entidades sobre quais são as principais problemáticas sociais no Concelho, destacam-se três domínios: em primeiro, a habitação, e, depois, com um número de referências idêntico, os equipamentos e respostas sociais e a integração dos imigrantes (Figura 88).

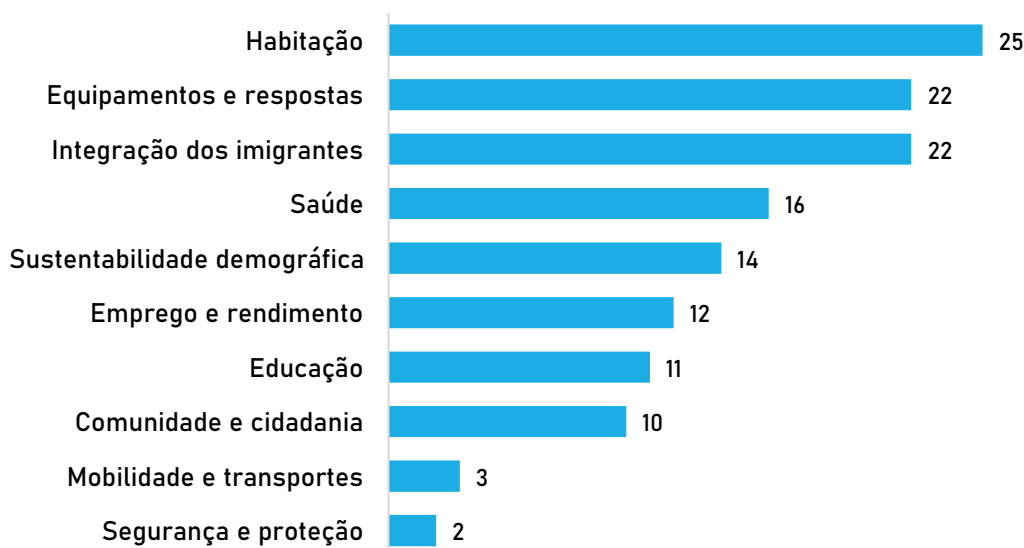


Figura 88. Perceção dos principais problemas sociais no Concelho (nº de indicação por temática)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

No primeiro domínio são indicadas múltiplas dificuldades. Desde logo, é reconhecido como uma questão problemática para grande parte das famílias, face aos baixos níveis de rendimento da

população, o acesso à habitação, devido ao aumento dos preços e escassez de habitação a preços acessíveis, tanto para aquisição, como para arrendamento. Esta situação é percebida como particularmente grave para jovens e para todos aqueles que possuem níveis de rendimento mais reduzidos, gerando uma crescente exclusão de pessoas do mercado imobiliário formal e o consequente aumento do arrendamento informal. Destacadas foram também as condições inadequadas de habitabilidade, quer devido à degradação, insalubridade e reduzida eficiência energética das habitações, quer devido às situações de sobrelotação, quer ainda as débeis condições de acessibilidade universal de muitas habitações, o que agrava o isolamento das pessoas com deficiência ou idosas. Para além do desfasamento, já identificado no capítulo 2, entre a oferta de habitação pública, e o volume de pessoas em carência habitacional com escassa capacidade financeira, as entidades identificam também a escassez de respostas para situações de emergência (p.e. PSSA, vítimas de violência doméstica).

Com efeito, a questão mais referida no que respeita ao equipamentos e respostas sociais foi a insuficiência de respostas sociais, quer de uma forma geral, quer distinguindo grupos específicos, em particular à população idosa (nas suas múltiplas valências e ERPI protocoladas com o ISS, contribuindo para o isolamento social dos idosos) e a crianças (sobretudo, creches e pré-escolar), com pressão sobre os equipamentos existentes. Nestes casos, é salientada a falta de oferta, face a uma procura que é crescente, em particular no setor público e solidário ou a custos que sejam financeiramente acessíveis a todas as famílias. É também mencionada, embora com muito menos referências, a escassez de respostas dirigidas a pessoas com deficiência ou com incapacidade e a pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, que se junta aos dois grupos já mencionados (PSSA, vítimas de violência doméstica).

As entidades privadas destacam ainda o excesso de burocracia e complexidade na criação de novos equipamentos sociais e a disparidade nas exigências colocadas ao setor público e privado, na prestação de serviços sociais. São ainda mencionados desfasamentos nas normas de funcionamento e as necessidades atuais das pessoas e famílias, a necessidade de diversificação de atividades e iniciativas, e a carência de pessoal qualificado, o que compromete a qualidade do serviço e a capacidade de resposta dos equipamentos sociais, assim como a necessidade de modernização e ampliação de muitos dos equipamentos sociais existentes.

As fragilidades sociais associadas ao aumento da população migrante, muitos dos quais estão em situação de vulnerabilidade, e aos seus problemas de integração, agravados pelos escassos recursos financeiros, pela falta de emprego estável, habitação digna e dificuldades de acesso a serviços sociais e de saúde, são também uma preocupação recorrente entre as entidades. São ainda destacadas as dificuldades associadas aos processos de regularização, assim como o

aumento das pessoas de língua materna não portuguesa, dificultando a comunicação a integração desta população nas escolas e mercado de trabalho. Uma questão específica no acolhimento dos estrangeiros prende-se com a escassez de cursos de português para estrangeiros, mas também com a integração das crianças estrangeiras na escola e com os desafios que se colocam às escolas no acolhimento e resposta educativa adequada às especificidades destes alunos (em particular se não dominam a língua portuguesa).

Além das já mencionadas dificuldades na integração de migrantes, são também questões críticas outras associadas à sustentabilidade demográfica, domínio que foi mencionado em 14 questionários. Assim, no que respeita ao contexto demográfico, surgem as questões relacionadas com o envelhecimento da população, com muitos idosos a viverem sozinhos e que possuem baixos rendimentos, e a redução da natalidade e necessidade de apoio às famílias e à infância.

Antes deste domínio, com 16 menções, surgem as problemáticas associadas à saúde. No que respeita à saúde, são mencionadas questões de redução da qualidade dos serviços de saúde, pela carência recorrente de médicos de família, dificultando o acesso a cuidados primários (com falta de acompanhamento preventivo, demoras no atendimento e dificuldades em obter consultas regulares nos centros de saúde), a falta de médicos especializados e a insuficiência de serviços de urgência nos hospitais (p.e. nos serviços de obstetrícia e pediatria). Aos constrangimentos no acesso aos serviços de saúde, junta-se a falta de pessoal, a sobrecarga dos serviços, e a falta de comunicação eficiente entre as partes envolvidas (utentes, médicos, serviços de saúde).

A saúde mental é percecionada como uma área com grandes lacunas e com poucos recursos disponíveis para atendimento e acompanhamento de doentes. A escassez de consultas de psicologia e psiquiatria no SNS é um problema que afeta não só a população em geral, mas também aqueles com distúrbios psiquiátricos e cognitivos, e cujos efeitos são potenciados pela já mencionada escassez de equipamentos e respostas sociais dirigidas a pessoas com doenças mentais ou outros grupos vulneráveis (p.e. idosos sós). O mesmo sucede relativamente aos cuidados continuados e paliativos.

Pelo contrário, e não significando, todavia, que não sejam relevantes, os domínios que foram menos frequentemente apontados como os mais críticos foram a mobilidade e transportes (questões que reuniam 3 menções, associadas à falta de transportes públicos, especialmente para idosos e populações mais periféricas, sendo identificada como uma barreira ao acesso a serviços e à integração social). Por sua vez, com 2 menções surge a segurança e proteção,

incluindo a sensação de insegurança e a ausência de respostas adequadas para vítimas de violência, como mulheres e crianças, especialmente em contextos de violência doméstica.

Quando questionadas sobre o grau de gravidade das vulnerabilidades sociais, em cada um dos 12 domínios, na Figura 89, emergem com uma maior concentração de classificações como “muito problemático”, a habitação, a saúde e bem-estar e a sustentabilidade demográfica, temáticas já antes destacadas. Segue-se o emprego e rendimento, um domínio que é também classificado com elevado grau de vulnerabilidade social.

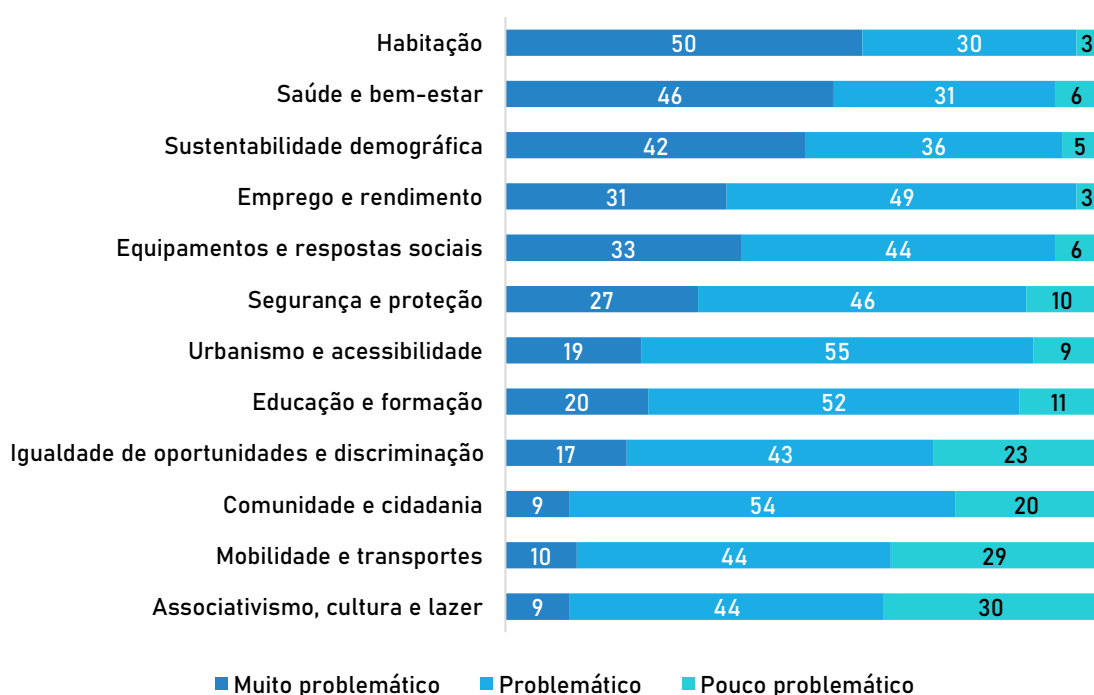


Figura 89. Grau de vulnerabilidade social por domínio (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

Os baixos salários e precariedade laboral, a perda de poder de compra face ao aumento dos custos de vida, taxas de desemprego elevadas e uma dependência significativa de apoios sociais por parte da população são questões apontadas pelas entidades. É também apontada a falta de articulação entre educação/formação e mercado de trabalho, indicando um desajuste entre a oferta formativa e as necessidades das empresas. Para além disso, é sinalizado ainda como um problema a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e aos apoios sociais por muitos estrangeiros, devido à falta de documentação legal e barreiras linguísticas.

Acrescente-se que a falta de articulação entre a formação e as necessidades do mercado de trabalho é uma questão igualmente mencionada no domínio da educação e formação, onde é

também apontada a falta de formação contínua para adultos e desempregados. No que respeita à educação e formação, são ainda salientadas a escassez de professores e técnicos de apoio, bem como a falta de formação especializada, que prejudica o acompanhamento de alunos, especialmente aqueles com necessidades educativas especiais e os estrangeiros. O insucesso e abandono escolar são apontados pelas entidades como problemas recorrentes, assim como a exclusão educacional da população migrante devido a barreiras linguísticas.

A segurança e proteção também foi considerada pelas entidades como problemática, identificando o aumento da criminalidade, incluindo tráfico de pessoas e violência juvenil, que tem contribuído para uma crescente sensação de insegurança. A violência escolar e o *bullying* foram identificados como um dos problemas, assim como a violência doméstica. O tráfico e exploração de pessoas, especialmente entre comunidades imigrantes, foi também uma das preocupações apontadas pelas entidades.

As questões associadas à mobilidade e transportes estão sobretudo associadas à cobertura insuficiente de transportes em áreas menos centrais e nos horários limitados (ou que não são cumpridos), sobretudo em horários de maior movimento e aos fins de semana. Além disso, há dificuldades para pessoas com mobilidade reduzida, tanto devido à falta de acessibilidade nas infraestruturas, como à carência de transportes adaptados. A falta de estacionamento ordenado junto aos principais transportes públicos de ligação a Lisboa, a necessidade de melhorias na gestão da rede viária e a expansão do metro são preocupações centrais.

As questões da acessibilidade universal, do ordenamento do estacionamento e da mobilidade e transportes, foram igualmente centrais nas referências relativas ao domínio do urbanismo e acessibilidade. Juntamente com estas questões emergiram outras relativas à segregação urbana e guetização, em determinados bairros, como Santa Maria e Olival do Pancas, que apresentam problemas graves de integração social e urbanística. Foram ainda mencionadas questões relativas à falta de espaços verdes e lúdicos, fundamental para a qualidade de vida dos residentes, e à necessidade de uma melhor gestão urbanística que limite a expansão urbana desordenada.

No que respeita à igualdade de oportunidades e discriminação é referida alguma preocupação para com a perceção da existência de alguns comportamentos de discriminação e racismo ou xenofobia face à população estrangeira e minorias étnicas. Foram também identificados problemas de discriminação das mulheres, assim como sobre a comunidade LGBTQI+.

Os domínios genericamente considerados menos problemáticos são o Associativismo, cultura e lazer (embora várias entidades tenham mencionado a falta de respostas de ATL em especial

nos meses de verão), e a Comunidade e cidadania. Não obstante, há a salientar que são indicados os baixos níveis de participação cívica, o enfraquecimento das redes de vizinhança, o isolamento social da população idosa e baixa adesão a projetos comunitários por parte dos jovens.

Quando questionados sobre os domínios que, nos últimos 5 anos, sofreram um maior agravamento ou, pelo contrário, registaram mais melhorias, verifica-se que, no primeiro caso, há um forte destaque para a crise da habitação, um fator que é determinante para o agravamento da situação precária habitacional no concelho, assim como para a fixação dos jovens e para a atratividade do território. Outros domínios que são destacados, sobretudo pela tendência de agravamento, são a saúde e bem-estar, o emprego e rendimento, e o acolhimento e integração dos imigrantes.



Figura 90. Perceção dos domínios sociais que sofreram um maior agravamento e mais melhorias, nos últimos 5 anos (nº de indicações)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

Pelo contrário, os domínios do associativismo, cultura e lazer, e a igualdade de oportunidades e discriminação são os únicos que apenas foram mencionados pela positiva (aos quais apenas

foram associadas dinâmicas de melhoria). A educação e formação, e a mobilidade e transportes reúnem também um maior número de respostas associadas a uma melhoria do que a um agravamento.

Quando questionadas sobre os grupos populacionais que enfrentam dificuldades acrescidas, as entidades convergem no destaque dado a dois grupos, nomeadamente aos mais idosos (sendo uma das grandes preocupações os idosos sós) e aos migrantes e minorias étnicas. Foram ainda feitas menções a crianças e jovens. Também mencionados, embora em muito menor número foram as pessoas com doença mental ou com deficiência, as famílias numerosas, monoparentais, população desempregada e os residentes em bairros vulneráveis do Concelho (Figura 91).



Figura 91. Grupo populacional com dificuldades acrescidas (nº de Indicações)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

4.2. Perceções das fragilidades sociais: diagnóstico territorial

De forma a melhor conhecer as problemáticas e vulnerabilidades sociais distintas nos diferentes territórios, procurou-se fazer uma leitura à escala da freguesia. Embora as dinâmicas nas várias freguesias do concelho não sejam muito distintas, esta observação permite conhecer com maior detalhe as problemáticas específicas locais.

A primeira conclusão é que a habitação é a questão que surge mais evidenciada em todas as freguesias do Concelho. Não obstante, as entidades destacaram com maior frequência e/ou

gravidade este problema na freguesia de Odivelas, onde foi apontada 35 vezes como um domínio problemático. Com efeito, é neste território que os preços assumem valores mais acentuados e a procura por habitação, potenciada pela proximidade e melhores acessos aos transportes, assim como pela concentração de serviços e emprego, é mais crítica.

A saúde e bem-estar é também um domínio problemático transversal a todas as freguesias, mas em particular na freguesia de Odivelas. O mesmo acontece com os equipamentos e respostas sociais, que foram o terceiro domínio com maior destaque, pois embora estejam fixados nesta freguesia a maior parte dos equipamentos e respostas, o crescente aumento da população e procura por respostas, reflete em parte a insuficiência de respostas, principalmente nas creches, lares residências e ERPI, mas também a necessidade de diversificação e melhorias nas respostas já existentes.

A segurança e proteção surge ainda como problemática apontada com frequência, onde a sensação de insegurança tem aumentado, sentimento que é reforçado pela falta de uma resposta eficaz e atempada por parte das forças de segurança, refletindo assim, na opinião de várias entidades, a necessidade de reforço do policiamento e das infraestruturas de segurança.



Figura 92. Domínios identificados como mais problemáticos na freguesia de Odivelas (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

Na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, os principais domínios identificados como problemáticos alinham-se com os de Odivelas, seguindo a mesma ordem de prioridade: habitação, saúde e bem-estar, equipamentos e respostas sociais, além de proteção e segurança.

Embora a habitação se destaque como o problema mais crítico em todos os territórios analisados, a UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto apresentou um menor número de menções sobre esta questão, refletindo uma menor pressão comparativa sobre o mercado imobiliário neste território. É importante, no entanto, considerar que a menor frequência de menções à questão habitacional não reflete necessariamente uma resolução efetiva do problema, mas pode indicar que outras questões, como saúde e bem-estar e os equipamentos e respostas sociais, assumem também uma maior relevância no território.

UF Póvoa de St. Adrião e Olival Basto



Figura 93. Domínios identificados como mais problemáticos na UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

Na UF de Pontinha e Famões, tal como nas restantes freguesias do concelho, a habitação surge como a principal problemática identificada. No entanto, distintamente de outras áreas, a segunda maior preocupação refere-se aos equipamentos e respostas sociais, enquanto a saúde e bem-estar, que assume maior relevância noutras freguesias, ocupa apenas o quarto lugar nas problemáticas locais. A menor perceção da saúde como uma questão urgente pode estar associada à proximidade de Lisboa e ao acesso facilitado aos cuidados de saúde oferecidos pela capital.

Adicionalmente, Pontinha e Famões destaca-se pela elevada perceção da problemática relacionada com o emprego e os rendimentos. Esta situação pode dever-se à significativa

concentração de bairros com habitação pública (tanto do IHRU, como do município), onde residem populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica.

UF Pontinha e Famões



Figura 94. Domínios identificados como mais problemáticos na UF de Pontinha e Famões (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

Na UF de Ramada e Caneças, os principais domínios identificados como problemáticos são semelhantes aos de Odivelas e Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, embora com uma ordem de prioridade diferente: habitação, equipamentos e respostas sociais, e saúde e bem-estar. No entanto, destaca-se a inclusão, pela primeira vez no concelho, da mobilidade e transportes como uma questão problemática. Este fenómeno deve-se à localização desta UF, que é das mais distantes da rede de metro de Lisboa, de ser uma das menos servidas por outros meios de transporte, além de Caneças estar separada do resto do Concelho pela CREL.

Outro domínio a salientar é o da segurança e proteção, que nesta UF apresenta um número significativamente inferior de identificações como problemática, ao contrário do que se observa nas restantes freguesias do concelho. Esta menor perceção de insegurança pode ser explicada pelo facto de Caneças ainda se caracterizar por uma zona comparativamente mais rural, onde o sentimento de segurança tende a ser mais elevado do que em áreas marcadamente urbanas e de maior densidade.

UF Ramada e Caneças



Figura 95. Domínios identificados como mais problemáticos na UF de Ramada e Caneças (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

4.3. Desafios futuros para o desenvolvimento social do Concelho

Por último, as entidades foram questionadas sobre quais consideram ser os principais desafios para o desenvolvimento social do Concelho nos próximos 5 anos (Figura 96). Os três domínios mais mencionados são a saúde e bem-estar (com 70 respostas), a habitação (com 64 respostas) e o emprego e rendimento (com 50 respostas), que estabelece fortes relações com a educação e formação (com 43 respostas).

No domínio da saúde e bem-estar identificam-se desafios associados à adequação dos cuidados de saúde às alterações da sociedade, como por exemplo no campo da geriatria e da saúde mental, onde se detetam fortes carências. Destacam-se também desafios associados à saúde preventiva e promoção de hábitos de vida saudáveis. Acrescente-se que, num contexto de dificuldades generalizadas na prestação de cuidados de saúde, a prevenção e a aposta em equipamentos e respostas sociais complementares ganham uma relevância acrescida no apoio à população (p.e. a criação de mais ERPI e centros de dia adaptados pode aliviar a sobrecarga dos hospitais com internamentos sociais).

No que respeita à habitação, entre os desafios conta-se o aumento da oferta de habitação pública para famílias com baixos rendimentos, de habitação a custos controlados ou acessível,

a criação de soluções habitacionais dirigidas aos jovens e a situações de emergência (p.e. PSSA e vítimas de violência doméstica). Enquanto no que respeita ao emprego e rendimento e à educação e formação, importará melhorar a articulação entre a educação e formação e as necessidades do mercado de trabalho, promover a capacitação da população adulta e desempregada e reduzir a dependência de apoios sociais através de políticas que incentivem a participação ativa no mercado de trabalho. A igualdade no acesso à educação, a educação cívica e motivação dos jovens, assim como o combate contínuo ao abandono, absentismo e insucesso escolar são igualmente desafios relevantes.

Também com 43 respostas, surgem os equipamentos e serviços sociais. Além da diversificação de respostas sociais, alargando o apoio a grupos vulneráveis, e do aumento da capacidade de respostas face à procura (em particular, em respostas com elevada procura, como as creches e as respostas dirigidas à população idosa, e nos setores público e solidário), colocam-se desafios às entidades relativos à necessidade de garantir maior flexibilidade e inovação nas respostas sociais, de forma a acompanhar as mudanças sociais e nas necessidades específicas dos grupos que servem. Mencionem-se ainda os desafios que se colocam no funcionamento, renovação e gestão dos equipamentos e ao nível da articulação entre as administrações local e central para uma gestão mais eficiente das respostas sociais.



Figura 96. Domínios estruturantes para o desenvolvimento social nos próximos 5 anos

Fonte: Questionário às entidades da rede social, 2024

Segue-se a segurança e proteção, com 33 referências, onde se coloca o relevante desafio de contrariar um crescente sentimento de insegurança entre os habitantes, abordar a questão da criminalidade juvenil e violência nas escolas, e da prevenção assertiva da violência doméstica

e da proteção das vítimas, assim como melhorar a colaboração interinstitucional nestas matérias. A sustentabilidade demográfica recebeu 22 menções, emergindo desafios associados ao apoio à população idosa e promoção do envelhecimento ativo, aos incentivos à natalidade, fixação de jovens através de habitação acessível e apoio ao emprego, e integração plena de migrantes. Com 15 e 14 menções, a igualdade de oportunidades e discriminação, e a mobilidade e transportes possuem ainda alguma expressão, enquanto os restantes domínios assumem um peso muito inferior nas respostas.

SÍNTESE CONCLUSIVA: PROBLEMAS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

No Concelho, os problemas associados à habitação são apontados como uma preocupação central, com crescente evidência e transversalidade à população e ao território. O desfasamento de preços no acesso à habitação e de rendimentos da população, as condições desadequadas de habitabilidade das pessoas e famílias, assim como o crescente peso da informalidade do mercado de arrendamento são questões recorrentemente apontadas.

A insuficiência de equipamentos e respostas sociais assume igualmente uma forte relevância e transversalidade ao território. Esta escassez é indicada tanto para os serviços com maior procura (apoio à primeira infância e idosos), como na resposta a diversos grupos especialmente vulneráveis (pessoas com deficiência ou com incapacidade, a pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, PSSA, vítimas de violência doméstica).

Os idosos constituem um grupo percecionado como enfrentando dificuldades acrescidas. Às já mencionadas preocupações com a falta de respostas sociais que lhe são dirigidas, associam-se problemáticas de isolamento social, reduzidos níveis de rendimento e dificuldades de acessibilidade, que têm repercussões no seu bem-estar e na capacidade de acesso a bens e serviços essenciais.

Um segundo grupo destacado pelas suas dificuldades acrescidas são os migrantes, cuja plena integração é percecionada com um dos maiores problemas no Concelho. As carências económicas e problemas de estabilidade laboral, acesso à habitação, saúde e apoios sociais, combinam-se com dificuldades no processo de regularização e falta de domínio da língua portuguesa. As crianças estrangeiras, em particular de países não lusófonos, enfrentam também dificuldades acrescidas na sua integração escolar (que tem paralelo nos desafios acrescidos que a diversidade linguística e cultural coloca à comunidade educativa).

O acesso aos cuidados primários de saúde e a cuidados hospitalares, mas também a saúde preventiva e a saúde mental, emergem, igualmente, no Concelho e em cada uma das freguesias, como problemáticas sociais muito relevantes.

Os baixos rendimentos e um poder de compra inferior à média regional são condições de base, que podem comprometer a capacidade de acesso da população a bens e serviços essenciais, mas também o desenvolvimento social local. Estas questões reforçam a pertinência de contrariar as fragilidades apontadas ao nível da precaridade laboral, desemprego e dependência de apoios sociais. Detetam-se algumas fragilidades no domínio da educação e formação, quer em termos da necessária articulação com o mercado de trabalho, capacitação da população ativa, inovação nas ofertas e respostas educativas e formativas, quer na necessidade de contrariar tendências de absentismo e abandono escolar e de motivar os estudantes.

SÍNTESE CONCLUSIVA: PROBLEMAS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

A abrangência e complexidade das problemáticas aponta a necessidade de adotar abordagens integradas e respostas combinadas às vulnerabilidades detetadas nos domínios da habitação, da saúde e bem-estar físico e emocional, mas também na emergência de comunidades mais dinâmicas e ativas e na garantia de padrões de elevada qualidade de vida para todos.

Complementarmente, há uma diversidade de grupos vulneráveis específicos, com situações graves de carência multidimensional, aos quais importa garantir respostas estruturais e complementares. Entre estes, destacam-se as pessoas com deficiência e/ou com incapacidade, as PSSA, as vítimas de violência doméstica, as crianças e jovens em risco e/ou perigo, e as comunidades migrantes.

ANEXOS

Anexos

Anexo I. Composição do CLASO

Entidade
Agrupamento de Centros de Saúde de Loures-Odivelas*
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas
Agrupamento de Escolas Bramcamp Freire - Pontinha
Agrupamento de Escolas de Caneças
Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência - ADRA Delegação ADRA Odivelas
Associação Ajuda de Mãe - Associação de Solidariedade Social
Associação Comunidade Lusófona
Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas - ACSMO
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada - ACIJR
Associação Cristã Templo de Deus
Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas
Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de S. Vicente de Paulo - Conferência Vicentina de Santo Eugénio de Odivelas
Associação de Artesãos D. Dinis
Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 11 de Odivelas
Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 19 da Pontinha
Associação de Estudantes da Escola Secundária Braamcamp Freire
Associação de Jardins-Escolas João de Deus
Associação de Moradores do Vale do Forno - AMOVALFLOR*
Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos - CEDEMA
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Vasco Santana
Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL
Associação de Proprietários e Moradores da Encosta da Luz - ASPROMOBEL
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro de Santo Eloy
Associação de Solidariedade Social Moradores do Bairro das Patameiras
Associação do Mangualdense de Azurara da Beira - AMABEIRA

Entidade
Associação Empresarial da Região de Lisboa - AERLIS
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas
Associação Luiz Pereira Motta- ALPM
Associação Observatório Aeroespacial Satélite-CT - AMSAT-CT
Associação para Promoção e Apoio à Reinserção e Inclusão Social - APARIS
Associação Particular de Solidariedade Social Esperanças da Ponte da Bica
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson
Associação Protetora das Florinhas da Rua
Associação Recreativa e Cultural Indo-Portuguesa - ARCIP
Associação Sénior de Odivelas
Associação Sociocultural Jovens da Ramada
Associação Tempos Livres de Odivelas
Associação Tira-me da Rua
Aventura Social - Associação
Banco de Informação de Pais para Pais - BIPP
Câmara Municipal de Odivelas*
Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde - CREPPAS
Centro Comunitário Paroquial da Ramada
Centro Comunitário Paroquial de Famões*
Centro Comunitário Paroquial de Odivelas
Centro Cristão Semente Viva
Centro de Dia da Sagrada Família da Pontinha
Centro de Dia para Terceira Idade do Olival Basto
Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar
Centro de Karaté de Shotokan de Odivelas
Centro Social da Paróquia da Pontinha
Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião

Entidade
Centro Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos de Odivelas - CURPIO
Clube Atlético e Cultural da Pontinha
Comdignitatis - Associação Portuguesa Para Promoção da Dignidade Humana
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odivelas
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião - CRPIPSA
Comissão Unitária Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças - CURPIC
Comunidade Islâmica de Odivelas
Comunidade Vida e Paz
Conferência Vicentina da Sagrada Família da Pontinha
Conselheira Municipal para a Igualdade
Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes - CNAD
Corpo Nacional Escutas - Agrupamento 1177 de Famões
Corpo Nacional Escutas - Agrupamento 1242 da Ramada
Corpo Nacional Escutas - Agrupamento 69 de Odivelas
Corpo Nacional Escutas - Agrupamento 879 da Póvoa Santo Adrião
CREVIDE
Cruz Vermelha Portuguesa
CulturFACE - Associação Cultural para o Desenvolvimento
Diaverum - Investimentos e Serviços, Lda.
Direção Regional de Educação de Lisboa - Coordenação Educativa Lisboa Oriental
Entre Idades - Cooperativa de Solidariedade Social
Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã, Pontinha
Espaço Nova Vida
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia Santíssimo Nome Jesus de Odivelas
Fundação Pão de Açúcar Auchan
Ginásio Clube de Odivelas
Hillsong Portugal
Igreja Adventista do Sétimo Dia de Odivelas
Igreja Paroquial Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos da Ramada

Entidade
Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa*
Instituto Emprego e Formação Profissional – Centro Emprego de Loures-Odivelas*
Instituto Português de Pedagogia Infantil – IPPI
Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE
Jardim Infantil e Popular da Pontinha – JIPP
Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões
Junta da União de Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto
Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças
Junta de Freguesia de Odivelas
Lar Nossa Senhora Aparecida
Liga Portuguesa Contra a Sida – Centro Atendimento e Apoio Integrado “Cuidar de Nós”
Lions Clube de Odivelas
Mover Mundos – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento
Núcleo de Inserção – NLI
Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Famões
Projetonour Associação (Associação Noor’Fátima Voluntariado)
PsicoMindCare – Associação de Psicologia
RE-FOOD4good- Associação sem fins lucrativos
Remax City – Estratégia Definida, Lda
Residência Sénior Colinas do Cruzeiro
ROTARY Club de Odivelas
RUTE – Associação de Solidariedade Social
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Santo Adrião
Sociedade Musical Desportiva de Caneças
WIZARDSMILE – Associação de Apoio a Crianças e Jovens

* Entidades pertencentes ao Núcleo Executivo

Anexo II. Entidades Parceiras do SAAS – Concelho de Odivelas

Entidades Parceiras do SAAS
Município de Odivelas
Instituto da Segurança Social
Junta de Freguesia de Odivelas
União de Freguesias da Pontinha e Famões
União de Freguesias da Ramada e Caneças
União de Freguesias de Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto
Centro Comunitário e Paroquial da Ramada
Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião
Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças
Centro Comunitário e Paroquial de Famões
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lisboa
Associação RUTE – Associação de Solidariedade Social
Associação de Psicologia – PsicoMindCare
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV
Hospital Beatriz Ângelo
Centro de Respostas Integradas de Lisboa Oriental da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências da ARSLVT

Anexo III. Lista das tipologias de respostas sociais por grupo-alvo recenseadas na Carta Social

Grupos-alvo	Respostas Sociais
Crianças e Jovens	Ama (Creche Familiar)
	Centro de Atividades de Tempos Livres
	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Crianças e jovens com Deficiência	Transporte de Pessoas com Deficiência ¹⁴⁵
	Intervenção Precoce na Infância
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Casa de Acolhimento
	Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens ^{*145}
	Casa de Acolhimento para Respostas a Situação de Emergência
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
	Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens ^{*145}
Pessoas Idosas	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
	Serviço de Apoio Domiciliário
Pessoas com Deficiência	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
	Lar Residencial
	Residência de Autonomização e Inclusão
	Serviço de Apoio Domiciliário ^{*145}

¹⁴⁵ Respostas sociais que carecem de verificação sendo a última atualização a 25 de novembro de 2021 (Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional). Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirige.

	Transporte de Pessoas com Deficiência* ¹⁴⁵
Pessoas em Situação de Dependência	Unidade de Apoio Integrado
Pessoas com Doença Mental	Fórum Sócio-Ocupacional
Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	Centro de Alojamento Temporário
	Equipa de Rua para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo ¹⁴⁶
Família e Comunidade em Geral	Ajuda Alimentar
	Centro Comunitário
	Centro de Alojamento Temporário* ¹⁴⁶
	Refeitório/Cantina Social
	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial
	Serviço de Apoio Domiciliário (VIH/SIDA)* ¹⁴⁶
Pessoas com Comportamentos Aditivos	Equipa de Intervenção Direta* ¹⁴⁶
Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	Estrutura de Atendimento

¹⁴⁶ Respostas sociais que carecem de verificação sendo a última atualização 25 de novembro de 2021 (Unidade Operacional de Bruno Reis de Ferreira - Paramédicos de Catástrofe Internacional). Os Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Anexo IV. Listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais por grupo-alvo

Crianças e jovens: Ama (Creche Familiar)

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Centro Comunitário Paroquial de Famões - Centro Infantil de Odivelas	84	38	45%	30

Crianças e jovens: Creches

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação de Jardins Escolas João de Deus	77	77	100%	-
		Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - Centro Dr. José de Azeredo Perdigão	69	68	99%	20
		Centro Comunitário Paroquial de Famões - Centro Infantil de Odivelas	43	41	95%	350
	Privada Lucrativa	Os Pitruquinhas	56	23	41%	-
		Boneca de Corda - Jardim de Infância	46	46	100%	30
		Colégio Espelho D'Água	28	28	100%	50
		Colégio das Colinas - Unipessoal, Lda.	53	31	58%	-
		Creche Colinas do Cruzeiro	79	60	76%	Sim
		A Ovelhinha	33	29	88%	-

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
		Creche O Peixinho Amarelo	33	33	100%	-
		Creche Bibes e Chuchas	33	0	0%	-
		Externato Jardim da Arroja	25	23	92%	-
		O Bom Principezinho	37	31	84%	-
		O Mundo da Alegria	44	40	91%	-
		O Sonho dos Pestinhas	38	22	58%	-
		Os Ilustres	33	33	100%	30
		Os Trombinhas	30	28	93%	-
		Pequenos e Divertidos, Lda.	33	33	100%	-
		Infantário Pipas & Bibas	32	32	100%	20
		O Balão Circular	38	26	68%	-
		Tesourinhos à Vista	36	S/dados	-	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Centro Comunitário e Paroquial de Famões - Polo de São Miguel (Sede)	84	83	99%	-
		Jardim Infantil e Popular da Pontinha	36	36	100%	57
	Privada Lucrativa	Creche Morangos	47	15	32%	-
		Cartola de Sonhos	25	25	100%	-
		Colégio Mais Mimo	42	34	81%	-
		Colégio A Sandrinha	37	37	100%	-

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade		Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
		Jardim de Infância Academia dos Peixinhos		26	25	96%	-
		Ouriços do Saber		80	72	90%	43
		Pequenos e Inteligentes		33	29	88%	-
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada		80	80	100%	50
		Centro Comunitário Paroquial da Ramada	Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede)	37	37	100%	Sim
			Creche Santa Teresinha	91	97	100%	Sim
	Privada Lucrativa	Academia do Mimo		53	41	77%	-
		Colégio do Mimo		41	37	90%	-
		Os Preguiças		57	52	91%	-
		Externato "Pica-Pau"		68	68	100%	-
		Pequenos e Reguilas		45	37	82%	-
		Pião Mágico - Infantário		67	67	100%	20
		Quina - Infantário e Jardim de Infância		22	22	100%	-
UF de P. Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião		35	35	100%	Sim
		Cruz Vermelha Portuguesa	Centro Infantil Di-Dó-Di	25	25	100%	28
			Centro Infantil NI-NÓ-NI	46	46	100%	12
		Instituto Português de Pedagogia Infantil		65	65	100%	78

Crianças e jovens: Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade		Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Pública	Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	Escola Básica D. Dinis, nº 1, Odivelas	75	70	93%	-
			Escola Básica Maria Máxima Vaz	50	45	90%	-
			Jardim de Infância Álvaro de Campos	150	127	85%	-
			Jardim de Infância Roque Gameiro	100	90	90%	-
		Agrupamento de Escolas D. Dinis	Escola Básica EB 1/JI Maria Lamas	75	65	87%	-
			Escola Básica do Mosteiro	75	60	80%	-
		Agrupamento de Escolas de Moinhos da Arroja	Escola Básica de Porto Pinheiro, Odivelas	75	62	83%	-
			Escola Básica Manuel Coco	100	82	82%	-
			Jardim de Infância Dr. João dos Santos	100	83	83%	-
	Privada Solidária	AMOVALFLOR - Associação de Moradores do Vale do Forno		75	62	83%	-
		Associação de Jardins Escolas João de Deus		148	148	100%	-
		Associação de Solidariedade Social dos Moradores do Bairro das Patameiras		90	79	88%	-
		Associação Infantil e Juvenil "O Nosso Recreio"		66	50	76%	-
		Centro Comunitário Paroquial de Famões - Centro Infantil de Odivelas		100	90	90%	220
	Privada Lucrativa	Externato "O Pirilampo"		50	38	76%	-
		Os Pitruquinhas		50	46	92%	-

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
		Boneca de Corda - Jardim de Infância	25	25	100%	-
		Colégio Espelho D'Água	17	17	100%	-
		Jardim de Infância "O Pónei"	30	13	43%	-
		Colégio das Colinas - Unipessoal, Lda.	47	18	38%	-
		Creche Colinas do Cruzeiro	25	20	80%	-
		Duende Mágico	75	58	77%	-
		Jardim Infantil "O Alicerce"	20	20	100%	-
		Jardim Infantil "O Moinho da Bolinha"	50	44	88%	-
		Jardim Infantil "O Pintainho"	50	41	82%	-
		Externato Jardim da Arroja	25	18	72%	-
		O Bom Principezinho	25	12	48%	-
		O Mundo das Tropelias	19	13	68%	-
		O Sonho dos Pestinhas	25	25	100%	-
		Os Ilustres	25	25	100%	-
		Pequenos e Divertidos, Lda.	50	40	80%	-
		Infantário Pipas & Bibas	20	20	100%	-
		Jardim de Infância Timena	24	23	96%	-

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade		Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Pública	Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire	Jardim de Infância Gil Eanes,	50	45	90%	-
		Escolas a Sudoeste de Odivelas	Escola Básica Casais de Trigache	75	65	87%	-
			Escola Básica da Quinta das Dálías	25	25	100%	-
			Escola Básica Sofia de Mello Breyner Andresen	25	25	100%	-
			Escola Básica Veiga Ferreira	75	71	95%	-
	Privada Solidária	Centro Comunitário e Paroquial de Famões - Polo de São Miguel (Sede)		45	42	93%	130
		Jardim Infantil e Popular da Pontinha		116	110	95%	30
	Privada Lucrativa	Colégio A Sandrinha		40	25	63%	-
		Colégio Mais Mimo		25	25	100%	-
		Jardim de Infância Academia dos Peixinhos		53	36	68%	-
		Ouriços do Saber		80	72	90%	48
UF de Ramada e Caneças	Pública	Agrupamento de Escolas de Caneças	Escola Básica Artur Alves Cardoso	75	70	93%	-
			Escola Básica Cesário Verde	50	43	86%	-
			Escola Básica dos Castanheiros	75	71	95%	-
			Escola Básica Professora Maria Costa	25	25	100%	-
			Jardim de Infância Francisco Vieira Caldas	50	50	100%	-
			Escola Básica Casal dos Apréstimos	100	95	95%	-

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade		Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
		Agrupamento de Escolas Vasco Santana	Escola Básica Eça de Queirós	50	50	100%	-
			Escola Básica João Vilarett	50	50	100%	-
			Jardim de Infância da Azenha	50	50	100%	-
	Privada Solidária	Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada		74	74	100%	-
		Centro Comunitário Paroquial da Ramada	Jardim de Infância de São Francisco de Assis	110	110	100%	-
	Privada Lucrativa	Externato O Cantinho do Amor		21	13	62%	-
		Externato Flor do Campo		72	72	100%	-
		Jardim de Infância "O Palhaço Azul"		50	50	100%	-
		Externato "Pica-Pau"		89	89	100%	20
		Pião Mágico - Infantário		65	65	100%	-
		Quina - Infantário e Jardim de Infância		20	20	100%	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Pública	Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino	Escola Básica Barbosa du Bocage	105	85	81%	-
			Escola Básica de Olival Basto	65	69	106%	-
			Escola Básica Quinta de São José	65	61	94%	-
	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião		20	17	85%	-
		Cruz Vermelha Portuguesa	Centro Infantil NI-NÓ-NI	30	30	100%	-
		Instituto Português de Pedagogia Infantil		125	123	98%	973
	Privada Lucrativa	Externato Santo Adrião		25	25	100%	-

Crianças e jovens: Centro de Atividades de Tempos Livres

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade		Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação de Solidariedade Social dos Moradores do Bairro das Patameiras		60	53	88%	-
	Privada Lucrativa	Jardim Infantil "O Alicarce"		38	32	84%	-
		Jardim Infantil O Moinho da Bolinha, LDA.		28	28	100%	-
		Externato Jardim da Arroja		34	34	100%	-
		Academia dos Morangos		40	10	25%	-
		Sininho das Colinas		40	40	100%	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Centro Comunitário e Paroquial de Famões	ATL Trigache	71	59	83%	-
			ATL Dálias	110	80	73%	-
			ATL Sophia de Mello Breyner (ATL Pretas)	50	21	42%	-
			ATL Quinta da Paiã	100	73	73%	-
	Jardim Infantil e Popular da Pontinha		42	37	88%	-	
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Centro Comunitário Paroquial da Ramada		54	23	43%	-
	Privada Lucrativa	Quina - Infantário e Jardim de Infância		46	23	50%	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião		38	24	63%	-
		Instituto Português de Pedagogia Infantil		496	496	100%	-

Crianças e Jovens com Deficiência: Transporte de Pessoas com Deficiência

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁴⁷	50	50	100%	-

Crianças e Jovens com Deficiência: Intervenção Precoce na Infância

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Vagas protocoladas	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	ComDignitatis - Associação Portuguesa para a Promoção da Dignidade Humana	-	195	70	-	-

Crianças e Jovens em Situação de Perigo: Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	200	68	34%	-

¹⁴⁷ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo: Equipa de Rua Apoio a Crianças e Jovens

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁴⁸	100	4	4%	-

Crianças e Jovens em Situação de Perigo: Casa de Acolhimento para Respostas a Situações de Emergência

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Casa Rainha Santa Isabel	13	12	93%	-
UF de Pontinha e Famões		Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ^{*148}	20	20	100%	-

Crianças e Jovens em Situação de Perigo: Casa de Acolhimento

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação Protetora das Florinhas de Rua - "As Florinhas"	20	20	100%	-

¹⁴⁸ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo: Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Apartamento de Autonomização para Jovens	4	4	100%	-

Pessoas Idosas: Serviço de Apoio Domiciliário

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - Centro Dr. José de Azeredo Perdigão - Odivelas	100	27	27%	-
		Associação Luiz Pereira Motta - Antigo Lar de Odivelas ¹⁴⁹	40	S/Dados	-	-
		Centro Comunitário e Paroquial de Famões - Centro Infantil de Odivelas	50	50	100%	37
		Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	60	60	100%	-
		Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas	75	48	64%	-
	Privada Lucrativa	Interdomicílio Amadora Odivelas	40	18	45%	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de São Vicente Paulo - Centro de Dia da Sagrada Família da Pontinha	40	38	95%	-
		Centro Social da Paróquia da Pontinha - Centro de Dia da Santa Maria da Urmeira	50	36	72%	-
		Cruz Vermelha Portuguesa - Centro de Dia do Bairro de Santo Eloy	70	29	41%	-

¹⁴⁹ Este equipamento encontra-se atualmente em obras, pelo que, embora tenha a capacidade para 40 utentes, de momento estas não estão atribuídas.

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
	Privada Lucrativa	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵⁰	40	40	100%	-
		Domus Primecare	40	20	50%	-
		Life Partners Apoio Domiciliário	40	S/Dados	-	-
		Auxiliarte - Apoio Domiciliário	40	40	100%	-
UF de P.S. Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	40	25	63%	-
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde - CREP	60	18	30%	-
		Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede)	50	48	96%	Sim
		Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Caneças	30	30	100%	8

Pessoas Idosas: Centro de Convívio

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas	30	11	37%	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de São Vicente Paulo - Centro de Dia da Sagrada Família da Pontinha	30	1	3%	-

¹⁵⁰ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Pessoas Idosas: Centro de Dia

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	AMOVALFLOR - Associação de Moradores do Vale do Forno	80	26	33%	-
		Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas	100	43	43%	-
		Residência Sénior Colinas do Cruzeiro	5	2	40%	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de São Vicente Paulo - Centro de Dia da Sagrada Família da Pontinha	80	31	39%	-
		Associação O Cantinho do Idoso da Pontinha - ACIP	80	50	63%	-
		Centro Comunitário e Paroquial de Famões	60	38	63%	-
		Centro Social da Paróquia da Pontinha - Centro de Dia da Santa Maria da Urmeira	45	32	71%	-
		Cruz Vermelha Portuguesa - Centro de Dia do Bairro de Santo Eloy	30	13	43%	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro de Dia para a Terceira Idade e Olival Basto	100	40	40%	-
		Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	30	30	100%	-
		Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	60	42	70%	Sim
		Irmandade da Misericórdia da Póvoa de Santo Adrião	30	0	0%	-
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede)	47	39	83%	Sim
		Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Caneças	40	40	100%	-

Pessoas Idosas: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação Luiz Pereira Motta - Antigo Lar de Odivelas	55	S/Dados	-	-
		Residência Sénior Colinas do Cruzeiro	20	20	100%	-
	Privada Lucrativa	Casa de Repouso Pousada dos Avós	20	9	45%	-
		Casa de Repouso Maria Nazaré	21	21	100%	-
		Casa de Saúde e Repouso Solar de Caneças	61	60	98%	-
		Residência Casa dos Sonhos	28	21	75%	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Lucrativa	Casa de Repouso São Lourenço	14	14	100%	-
		Casa de Repouso Rainha dos Apóstolos	33	33	100%	-
		Belmonte - Residência Sénior	24	24	100%	-
		Casa de Saúde e Repouso Jardim das Borboletas	28	21	75%	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Irmandade da Misericórdia da Póvoa de Santo Adrião	30	30	100%	-
	Privada Lucrativa	Sítio Verde - Residência Sénior, Lda	60	58	97%	-
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde - CREP 1	86	86	100%	-
		Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde - CREP 2	40	40	100%	-
		Lar de Nossa Senhora Aparecida	27	27	100%	-
		Arca Residência dos Avozinhas	30	30	100%	-

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
	Privada Lucrativa	Casa de Saúde e Repouso da Amoreira	60	60	100%	-
		Casa de Repouso São Romão	28	28	100%	-
		Mar Sénior Quinta das Memórias	56	56	100%	-
		Lar de Idosos S. José	35	35	100%	-
		Lar Doce Lar - Centro de Apoio e Recuperação para a 3.ª Idade	19	19	100%	-

Pessoas com Deficiência: Serviço de Apoio Domiciliário

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵¹	40	40	100%	-

Pessoas com Deficiência: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos (CEDEMA) - O Telhadinho	30	30	100%	Sim
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	20	20	100%	Sim

¹⁵¹ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirige.

Pessoas com Deficiência: Lar Residencial

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL)- Centro Dr. José de Azeredo Perdigão	25	24	96%	44
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos (CEDEMA) - O Telhadinho	24	24	100%	120

Pessoas com Deficiência: Residência de Autonomização e Inclusão

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL)- Centro Dr. José de Azeredo Perdigão	10	10	100%	Não
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos (CEDEMA) - O Telhadinho	10	10	100%	Sim

Pessoas com Deficiência: Transporte de Pessoas com Deficiência

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵²	100	100	100%	-

¹⁵² Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Pessoas com Doença Mental: Fórum Sócio-Ocupacional

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Associação Comunitária Saúde Mental de Odivelas	25	25	100%	7

Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Equipa de Rua para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵³	500	500	100%	-

Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Centro de Alojamento Temporário

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Comunidade Vida e Paz - Alojamento temporário (Apartamento Partilhado)	5	5	100%	3

¹⁵³ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Família e Comunidade em Geral: Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Pública	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Odivelas	3852	3852	100%	-
		Junta de Freguesia de Odivelas	S/Dados	S/Dados	-	-
	Privada Solidária	Associação de Psicologia - PsicoMindCare	S/Dados	S/Dados	-	-
UF de Pontinha e Famões	Pública	União de Freguesias da Pontinha e Famões	S/Dados	S/Dados	-	-
	Privada Solidária	Associação RUTE - Associação de Solidariedade Social	S/Dados	S/Dados	-	-
		Centro Comunitário e Paroquial de Famões - Polo de São Miguel (Sede)	954	109	11%	-
		Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Lisboa	S/Dados	S/Dados	-	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Pública	União de Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	S/Dados	S/Dados	-	-
	Privada Solidária	Gabinete de Apoio à Vítima de Odivelas	230	230	100%	-
		Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	S/Dados	S/Dados	-	-
		Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	S/Dados	S/Dados	-	-
UF de Ramada e Caneças	Pública	Ação Social da Unidade das Freguesias de Ramada e Caneças	280	250	89%	-
	Privada Solidária	Centro Comunitário e Paroquial da Ramada	S/Dados	S/Dados	-	-
		Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Caneças	36	36	100%	-

Família e Comunidade em Geral: Centro Comunitário

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Privada Solidária	Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede)	70	100	143%	-

Família e Comunidade em Geral: Refeitório/Cantina Social

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Centro Comunitário e Paroquial de Famões - Polo de São Miguel (Sede)	34	17	50%	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	100	14	14%	-
		Instituto Português de Pedagogia Infantil	12	9	75%	-
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede)	S/Dados	S/Dados	-	-
		Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Caneças	10	7	70%	-

Família e Comunidade em Geral: Centro de Alojamento Temporário

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵⁴	40	0	0%	-

¹⁵⁴ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirige.

Família e Comunidade em Geral: Ajuda Alimentar

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
Odivelas	Pública	Junta de Freguesia de Odivelas - Gabinete de Assuntos Sociais	900	845	94%	-
	Privada Solidária	Centro Comunitário Paroquial de Odivelas	129	129	100%	-
		Núcleo da REFOOD Odivelas	S/Dados	S/Dados	-	-
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Centro Comunitário e Paroquial de Famões - Polo de São Miguel (Sede)	400	556	139%	-
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	473	447	95%	-
UF de Ramada e Caneças	Privada Solidária	Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de São Vicente de Paulo - Centro de Dia Sagrada Família	S/Dados	S/Dados	-	-
		Centro Comunitário Paroquial da Ramada (Sede)	106	106	100%	-
		Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Caneças	S/Dados	S/Dados	-	-
		Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵⁵	300	300	100%	-

¹⁵⁵ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias: Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Liga Portuguesa Contra a SIDA - Cuidar de Nós	S/Dados	S/Dados	-	-

Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias: Serviço de Apoio Domiciliário

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ¹⁵⁶	40	40	100%	-

Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências: Equipa de Intervenção Direta

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Pontinha e Famões	Privada Solidária	Paramédicos de Catástrofe Internacional- Unidade Operacional de Bruno Reis Ferreira ^{*157}	100	60	60%	-

¹⁵⁶ Paramédicos da Catástrofe Internacional, é uma entidade social sediada no Concelho de Odivelas, na UF Pontinha e Famões, cuja informação constante na Carta Social do ISS, refere que têm 10 respostas sociais, contudo apenas a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário se encontra devidamente licenciada pelo ISS. Desconhece a CMO onde são promovidas as respostas, bem como a quem se dirigem.

Pessoas Vítimas de Violência doméstica: Estrutura de Atendimento

Freguesias	Natureza Jurídica	Entidade - Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação	Lista de espera
UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Privada Solidária	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - Gabinete de Apoio à Vítima de Odivelas	S/Dados	S/Dados	-	-



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL

